



COLEÇÃO *Equidade e saúde nos sistemas alimentares* | *Raça, gênero, classe social e alimentação*

PRATO DO DIA: DESIGUALDADES

RAÇA, GÊNERO E CLASSE SOCIAL
NOS SISTEMAS ALIMENTARES



FIAN
BRASIL

COLEÇÃO *Equidade e saúde nos sistemas alimentares*
Raça, gênero, classe social e alimentação

PRATO DO DIA: DESIGUALDADES

RAÇA, GÊNERO E CLASSE SOCIAL
NOS SISTEMAS ALIMENTARES



FIAN
BRASIL

Setembro, 2023

Prato do Dia: Desigualdades. Raça, Gênero e Classe Social nos Sistemas Alimentares é uma iniciativa da FIAN Brasil com apoio e financiamento de Global Health Advocacy Incubator (GHA), Brot für die Welt (Pão para o Mundo – PPM) e Misereor/KZE

FORMULAÇÃO, REALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO

Supervisão

Gabriele Carvalho (até abr. 2023)

Mariana Santarelli

Valéria Burity (até fev. 2023)

Nayara Côrtes Rocha

Coordenação

Veruska Prado Alexandre-Weiss

Texto

Veruska Prado Alexandre-Weiss

Rute Costa

Patrícia Mourão

Contribuições

Pedro Rossi

Arthur Welle

Projeto gráfico e diagramação

Patrícia Nardini

Produção editorial

Pedro Biondi

Copidesque

Luiz Ribeiro

Fotos

Fernando Frazão/Agência Brasil (p. 12)

Marcelo Camargo/Agência Brasil (capa, p. 3, p. 24)

Marcelo Coutinho/Arq. FIAN Brasil (p. 34, p. 55, p. 105)

Vanessa Nicolav/Brasil de Fato (p.91, p. 112, p. 127)

Tânia Rêgo/Agência Brasil (p.68)

FINANCIAMENTO E APOIO

Global Health Advocacy Incubator (GHA)

Brot für die Welt (Pão para o Mundo – PPM)

Misereor/KZE

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Prato do dia [livro eletrônico] : desigualdades :
raça, gênero e classe social nos sistemas
alimentares / coordenação Veruska Prado
Alexandre-Weiss ; texto Veruska Prado
Alexandre-Weiss, Rute Costa, Patrícia Mourão. --
Brasília, DF : FIAN Brasil, 2023.
PDF

ISBN 978-65-88708-32-3

1. Classes sociais - Brasil 2. Desigualdades
sociais 3. Direito à alimentação - Brasil
4. Nutrição - Aspectos sociais I. Alexandre-Weiss,
Veruska Prado. II. Costa, Rute. III. Mourão, Patrícia.

23-171422

CDD-305.8

Índices para catálogo sistemático:

1. Desigualdades de gênero, raça e etnia : Ciências
sociais 305.8

Tábata Alves da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9253



FIAN Brasil

Gestão 2021-2024

Conselho Diretor

Diretor presidente: Enéias da Rosa

Vice-presidente: Norma Alberto

Diretora financeira: Sonia Costa

Diretora de Articulação: Miriam Balestro

Diretor de Formação: Lucas Prates

Conselho Fiscal

Titulares: Delzi Castro e Suemelberne Alves de Lucena

Suplente: Célia Varela Bezerra

Coordenação Colegiada

Nayara Côrtes Rocha (secretária-geral)

Mariana Santarelli (assessora de Políticas Públicas)

Arlân Monção (assessor de Gestão)

Secretaria Executiva

Assessores de Direitos Humanos: Adelar Cupsinski e Paula Gabriela

Assessor de Advocacy: Pedro Vasconcelos Rocha

Assessora de Sistemas Alimentares: Ladyane Souza

Assessores de Comunicação: Pedro Biondi e Sílvia Sousa

Assessora técnica financeira: Josiane Antunes

Assessor técnico: Marcelo José

FIAN Brasil – Organização pelo Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas

Endereço: SCLN 413, Bloco A, Salas 219/220, Asa Norte, Brasília– DF.

Telefone: (61) 3224-0454

E-mail: fian@fianbrasil.org.br

Site: fianbrasil.org.br

Trechos, gráficos e tabelas desta publicação são de livre reprodução, desde que citada a fonte.

A circulação do material integral é liberada e bem-vinda, com preferência para a divulgação do link fianbrasil.org.br/desigualdades.

Para uso de imagens pertencentes a outros/as titulares, consultar diretamente o detentor(a) dos direitos autorais.

COMO CITAR E REFERENCIAR ESTA PUBLICAÇÃO?

SUGESTÃO (PADRÃO ABNT):

Citação:

(Alexandre-Weiss *et al.*, 2023)

Referência:

ALEXANDRE-WEISS, V. P. (coord.); COSTA, R.; MOURÃO, P. *et al.* **Prato do dia: desigualdades.** Raça, gênero e classe social nos sistemas alimentares. Brasília: FIAN Brasil, 2023. Disponível em: <https://fianbrasil.org.br/desigualdades>.



SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações	6
LISTA DE TABELAS, FIGURAS E QUADROS	9
APRESENTAÇÃO.	13
1. PROCESSO ALIMENTAR, DESIGUALDADES E INIQUIDADES	15
2. PERCURSO METODOLÓGICO.	25
2.1. ASPECTOS GERAIS	25
2.2. ANÁLISES DOS DADOS	30
2.3. ANÁLISE QUALI-QUANTI INTEGRADA.	33
3. PROCESSO ALIMENTAR, DESIGUALDADES E INIQUIDADES NO BRASIL	35
3.1. EXPRESSÕES DE DESIGUALDADES E INIQUIDADES NO PROCESSO ALIMENTAR NO BRASIL.	35
3.2. IDEIAS E NARRATIVAS SOBRE AS DESIGUALDADES E INIQUIDADES NO PROCESSO ALIMENTAR NO BRASIL	51
3.2.1. SOCIEDADE CIVIL	52
3.2.2. CIENTÍFICO	68
3.2.3. PARTICIPAÇÃO SOCIAL.	81
3.3. VISÕES SOBRE DESIGUALDADES, INIQUIDADES E PROCESSO ALIMENTAR NO BRASIL: SÍNTESE A PARTIR DA IDENTIFICAÇÃO DE TEMAS RECORRENTES, COMPLEMENTARES E CONTRADITÓRIOS.	92
3.4. DESAFIOS E OPORTUNIDADES	96
3.5. PROPOSTAS, RECOMENDAÇÕES E PONTOS PRIORITÁRIOS PARA INCIDÊNCIA POLÍTICA VOLTADA À SUPERAÇÃO DAS DESIGUALDADES E INIQUIDADES NAS DIFERENTES ETAPAS DO PROCESSO ALIMENTAR NO BRASIL	99

4. LACUNAS E LIMITES DO ESTUDO. IDENTIFICAÇÃO DE TEMAS PARA APROFUNDAMENTO.	109
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	113
ANÁLISE: AS DESIGUALDADES DE RAÇA, GÊNERO E CLASSE SOCIAL SOB A PERSPECTIVA DO DHANA	115
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	119
APÊNDICES	127
APÊNDICE 1. BASES E FONTES DE INFORMAÇÕES SOBRE ALIMENTAÇÃO, NUTRIÇÃO, SAÚDE, PRODUÇÃO E PROCESSAMENTO DE ALIMENTOS E PARTICIPAÇÃO SOCIAL COM DADOS COLETADOS ENTRE 2010 E 2022..	128
APÊNDICE 2. CITAÇÕES QUE ILUSTRAM AS ANÁLISES DO ITEM 3.2 (IDEIAS E NARRATIVAS SOBRE AS DESIGUALDADES E INIQUIDADES NO PROCESSO ALIMENTAR NO BRASIL)	141
APÊNDICE 3. EIXOS TEMÁTICOS POR CONFERÊNCIA E ENCONTROS NACIONAIS ANALISADOS NO ESTUDO	194

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

AAS	Alimentação adequada e saudável
ABA	Associação Brasileira de Agroecologia
Abag	Associação Brasileira do Agronegócio
Abia	Associação Brasileira da Indústria de Alimentos
Abras	Associação Brasileira de Supermercados
Abrasco	Associação Brasileira de Saúde Coletiva
AD	Afazeres domésticos
Anvisa	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
Asbran	Associação Brasileira de Nutrição
BVS	Biblioteca Virtual de Saúde
Caisan	Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional
CFN	Conselho Federal de Nutricionistas
Cnas	Conferência Nacional de Assistência Social
Cnater	Conferência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
Cnap	Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca
CNDRSS	Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário
Cnes	Conferência Nacional de Economia Solidária
CNPM	Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres
CNLGBTI+	Conferência Nacional de Políticas Públicas de Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
Conapir	Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial
CNSAN	Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CNS	Conferência Nacional de Saúde
CNSI	Conferência Nacional de Saúde Indígena
CNSM	Conferência Nacional da Saúde das Mulheres
CSMR	Conferência Setorial de Mulheres Rurais
CSSF	Comissão de Seguridade Social e Família
Conab	Companhia Nacional de Abastecimento
Consea	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
Contag	Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares
Contraf	Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil

DCNTs	Doenças crônicas não transmissíveis
DeCS	Descritores em ciências da saúde
DH	Direito humano/Direitos humanos
DHAA	Direito humano à alimentação adequada
Dhana	Direito humano à alimentação e à nutrição adequadas
EC	Emenda constitucional
Ebia	Escala Brasileira de Insegurança Alimentar
Enani	Estudo Nacional de Alimentação e Nutrição Infantil
ENPCT	Encontro Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais
ENE Nutrição	Executiva Nacional de Estudantes de Nutrição
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FNN	Federação Nacional dos Nutricionistas
GHAI	Global Health Advocacy Incubator
IA	Insegurança alimentar
IA leve	Insegurança alimentar leve
IA moderada	Insegurança alimentar moderada
IA grave	Insegurança alimentar grave (fome)
IA moderada + grave	Somatório de resultados referentes a insegurança alimentar moderada e grave
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LGBTI+	Lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e outras orientações sexuais, identidades e expressões de gênero
Losan	Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional
Mapa	Ministério da Agricultura e Pecuária
MDS	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
MMC	Movimento das Mulheres Camponesas
MMTR	Movimento da Mulher Trabalhadora Rural
MMTR-NE	Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste
MP	Medida provisória
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MRE	Ministério das Relações Exteriores
MS	Ministério da Saúde
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PBF	Programa Bolsa Família

PL	Projeto de lei
pp/ano	Ponto percentual ao ano
Pnad	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
Pnae	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNDRSS	Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário
PNSAN	Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
POF	Pesquisa de Orçamentos Familiares
Pronaf	Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar
Paas	Promoção da alimentação adequada e saudável
RDMPC	Renda domiciliar mensal <i>per capita</i>
Rede Penssan	Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional
SA	Segurança alimentar
SAN	Segurança alimentar e nutricional
SBAN	Sociedade Brasileira de Alimentação e Nutrição
SDBA	Seminário Dialoga Brasil Agroecológico
Sisan	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
Sofi	The State of Food Insecurity and Nutrition in the World
TND	Técnico em nutrição e dietética
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
VigiSAN	Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Covid-19 no Brasil
Vigitel	Sistema de Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico

LISTA DE TABELAS, FIGURAS E QUADROS

TABELAS

- TABELA 1.** RELATO DE DIFICULDADE FINANCEIRA GERAL E DE DIFICULDADE FINANCEIRA PARA COMPRA DE ALIMENTOS SEGUNDO SEXO E RAÇA/COR AUTODECLARADA DA PESSOA RESPONSÁVEL PELO DOMICÍLIO, BRASIL. 40
- TABELA 2.** VALOR MÉDIO DO INDICADOR DE INSALUBRIDADE DA MORADIA POR SEXO E RAÇA AUTODECLARADA DA PESSOA DE REFERÊNCIA, BRASIL.. . . . 43
- TABELA 3.** PROPORÇÃO DOMICÍLIOS EM INSEGURANÇA ALIMENTAR (IA) POR SEXO E RAÇA DA PESSOA DE REFERÊNCIA E MACRORREGIÃO. 45
- TABELA 4.** PROPORÇÃO DE CRIANÇAS (ATÉ 9 ANOS, 11 MESES E 29 DIAS), ADOLESCENTES (10 ANOS A 19 ANOS, 11 MESES E 29 DIAS) E PESSOAS COM 60 ANOS OU MAIS ANOS SEGUNDO A SEGURANÇA ALIMENTAR (SA) E NÍVEIS DE INSEGURANÇA ALIMENTAR (IA) POR RAÇA AUTODECLARADA, BRASIL. 47

FIGURAS

- FIGURA 1.** PROPORÇÃO DE DOMICÍLIOS EM SITUAÇÃO DE SEGURANÇA ALIMENTAR (SA) E NÍVEIS DE INSEGURANÇA ALIMENTAR (IA) SEGUNDO INSERÇÃO SOCIAL DA PESSOA DE REFERÊNCIA COMO EMPREGADOR, EMPREGADO OU PRODUÇÃO DE RENDA POR CONTA PRÓPRIA, BRASIL. 36
- FIGURA 2.** PROPORÇÃO DE DOMICÍLIOS EM SITUAÇÃO DE SEGURANÇA ALIMENTAR (SA) E NÍVEIS DE INSEGURANÇA ALIMENTAR (IA) POR SITUAÇÃO DE TRABALHO (FORMAL OU INFORMAL) DA PESSOA DE REFERÊNCIA, BRASIL. 37
- FIGURA 3.** PROPORÇÃO DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE INSEGURANÇA ALIMENTAR (IA LEVE OU MODERADA OU GRAVE) POR DÉCIMOS DA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA DOMICILIAR *PER CAPITA*, BRASIL. 37

FIGURA 4. PROPORÇÃO DE PESSOAS POR SEGURANÇA ALIMENTAR (SA) E NÍVEIS DE INSEGURANÇA ALIMENTAR (IA LEVE, MODERADA E GRAVE) POR DÉCIMOS DA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA DOMICILIAR <i>PER CAPITA</i> , BRASIL	38
FIGURA 5. PROPORÇÃO DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE INSEGURANÇA ALIMENTAR (IA) POR DÉCIMOS DE RENDA DOMICILIAR <i>PER CAPITA</i> , SEGUNDO SEXO E RAÇA AUTODECLARADA, BRASIL.	38
FIGURA 6. PROPORÇÃO DE NEGROS POR DÉCIMOS DE RENDA DOMICILIAR <i>PER CAPITA</i> E DE PESSOAS NEGRAS EM SITUAÇÃO DE INSEGURANÇA ALIMENTAR (IA LEVE + MODERADA + GRAVE) POR DÉCIMOS DE RENDA DOMICILIAR <i>PER CAPITA</i> , BRASIL.	39
FIGURA 7. PROPORÇÃO DE DOMICÍLIOS QUE RELATARAM ACESSO AOS ALIMENTOS POR MEIO DE DOAÇÃO SEGUNDO SEXO E RAÇA DA PESSOA DE REFERÊNCIA, BRASIL.	41
FIGURA 8. PROPORÇÃO DE DOMICÍLIOS SEM ACESSO A ÁGUA E SEM ESCOADOURO DE ESGOTO VIA REDE GERAL POR SEXO E RAÇA DA PESSOA DE REFERÊNCIA, BRASIL.	42
FIGURA 9. PROPORÇÃO DE DOMICÍLIOS POR CONDIÇÃO DE SEGURANÇA ALIMENTAR (SA) E NÍVEIS DE INSEGURANÇA ALIMENTAR (IA) POR SEXO OU RAÇA AUTODECLARADA DA PESSOA RESPONSÁVEL, BRASIL.	43
FIGURA 10. PROPORÇÃO DOS DOMICÍLIOS POR SEGURANÇA ALIMENTAR (SA) E NÍVEIS DE INSEGURANÇA ALIMENTAR (IA) SEGUNDO INFORMAÇÃO DE SEXO E RAÇA DA PESSOA DE REFERÊNCIA, BRASIL.	44
FIGURA 11. PROPORÇÃO DE DOMICÍLIOS EM INSEGURANÇA ALIMENTAR (IA) POR SEXO E RAÇA AUTODECLARADA DA PESSOA DE REFERÊNCIA E LOCALIZAÇÃO URBANA OU RURAL DO DOMICÍLIO.	46
FIGURA 12. PROPORÇÃO DE CRIANÇAS (ATÉ 9 ANOS, 11 MESES E 29 DIAS), ADOLESCENTES (10 ANOS A 19 ANOS, 11 MESES E 29 DIAS) E PESSOAS COM 60 ANOS OU MAIS EM SEGURANÇA ALIMENTAR (SA) E INSEGURANÇA ALIMENTAR (IA), BRASIL. E	46
FIGURA 13. PARTICIPAÇÃO, EM PERCENTUAL, DE FRUTAS E DE LEGUMES E VERDURAS NO TOTAL DA AQUISIÇÃO ALIMENTAR DOMICILIAR MENSAL POR SEXO E RAÇA DA PESSOA DE REFERÊNCIA, BRASIL.	49

FIGURA 14. VALOR MÉDIO MENSAL GASTO PELAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS COM FRUTAS, LEGUMES E VERDURAS, POR SEXO E RAÇA AUTODECLARADA DA PESSOA DE REFERÊNCIA. . . 49

FIGURA 15. DISTRIBUIÇÃO (EM %) DAS PROPOSTAS DEBATIDAS NAS CONFERÊNCIAS CONSIDERANDO AS AÇÕES INSERIDAS NO CONTEXTO DO PROCESSO ALIMENTAR. (N= 246 PROPOSTAS IDENTIFICADAS A PARTIR DA BUSCA COM OS TERMOS-CHAVES DA PESQUISA. O PROCESSO É DETALHADO NO DOCUMENTO “NOTAS METODOLÓGICAS”). 84

QUADROS

QUADRO 1. RELATÓRIOS E DOCUMENTOS PROVENIENTES DE CONFERÊNCIAS E ENCONTROS NACIONAIS ANALISADOS NESTE ESTUDO 28

QUADRO 2. INTERPRETAÇÃO DAS CATEGORIAS DA ESCALA BRASILEIRA DE INSEGURANÇA ALIMENTAR (EBIA) EM DIÁLOGO COM OS REFERENCIAIS DO DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO E À NUTRIÇÃO ADEQUADAS (DHANA) E DE PROCESSO ALIMENTAR 31



APRESENTAÇÃO

Diversas são as violações ao direito humano à alimentação e nutrição adequadas (Dhana) vivenciadas por brasileiros e brasileiras. As iniquidades (as desigualdades injustas e produzidas pela sociedade) marcam, historicamente, os sistemas e processos alimentares. É insuficiente o reconhecimento de que elas expressam violações e violências que afetam de forma mais marcante as vidas de pessoas negras, das mulheres, das crianças, dos indígenas, dos povos e comunidades tradicionais (PCTs) e daqueles e daquelas com mais baixa renda. São também insuficientes os olhares sobre como essas iniquidades se expressam nas diferentes etapas do processo alimentar, bem como reflexões que apontem para caminhos de superação.

Num país marcado por profundas desigualdades, é importante reconhecer que o sexismo, o patriarcado e o racismo são causas estruturantes de violações ao Dhana. Esses processos históricos, sociais e políticos têm marcado a vida das pessoas que compõem os grupos sociais mencionados, fazendo com que sejam cotidianamente discriminadas. Tal situação se traduz no desrespeito a seus direitos fundamentais mais básicos, como, o direito a se alimentar adequadamente e o de ter acesso a terras originárias e tradicionais.

Alimentar-se, só ou em grupo, é expressão de um processo em que o bem-estar nutricional vai além de objetivo final, constituindo “também um pré-requisito –

uma capacidade primordial que possibilita aos seres humanos serem saudáveis, dar à luz, amamentar, nascer, crescer, desenvolver-se, aprender, trabalhar, fazer amor, e serem felizes e socialmente ativos” (VALENTE, 2016, p. 3). Não sem razão a alimentação é um direito assegurado pela Constituição Federal, e que deve, portanto, ser garantido a todos e todas. É com o objetivo de desnaturalizar e retirar da invisibilidade as formas como as desigualdades e iniquidades operam nos processos alimentares, e contribuir com a identificação de oportunidades relacionadas à sua superação, que a FIAN Brasil realiza este estudo.

Conduzimos a pesquisa visando compreender expressões e narrativas sobre desigualdades e iniquidades (especialmente de raça, gênero e classe) no processo alimentar no país. O estudo se realiza a partir de uma ampla pesquisa do tipo multimétodo, conduzida entre agosto e dezembro de 2022. O percurso de pesquisa passa inicialmente por análises quantitativas de dados coletados na Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF 2017-2018) que mostram com as desigualdades afetam mulheres, negros e negras, pessoas de baixa renda e trabalhadores em situação de trabalho informal.

Na sequência, análises qualitativas e integradas possibilitam a identificação de ideias e narrativas (recorrentes, complementares e contraditórias) sobre as desigualdades e iniquidades no processo alimentar no Brasil, oriundas da sociedade civil (associações patronais, associações profissionais da nutrição, movimentos e organizações sociais do campo), de artigos científicos e das conferências nacionais (participação social). São também identificadas propostas e recomendações oriundas das conferências.

Identificamos, dentre outros resultados, que o caminho para superar tais condições passa por uma maior visibilidade das iniquidades, nos espaços institucionais de participação e controle social das políticas públicas, assim como nas narrativas e na agenda pública dos movimentos e organizações sociais compromissados com a promoção da segurança alimentar e nutricional (SAN) e da soberania alimentar, e com a realização do Dhana. Faz-se necessário também que a produção do conhecimento científico assuma o papel de analisar dados dos estudos à luz de abordagens que favoreçam a visibilidade e as causas estruturais das iniquidades.

Por fim, apresentamos lacunas do estudo e descrevemos um conjunto de temas para futuro aprofundamento, reconhecendo o presente estudo como mais um passo no processo de construção coletiva e permanente de um Brasil sem injustiças sociais.

1. PROCESSO ALIMENTAR, DESIGUALDADES E INIQUIDADES

Diversas são as violações ao **direito humano à alimentação e à nutrição adequadas (Dhana)** vivenciadas no cotidiano pelos brasileiros e brasileiras. Essas violações não são experimentadas de forma homogênea na sociedade – há grupos e pessoas mais atingidos por um conjunto de iniquidades associadas aos direitos humanos (DH) e que lutam cotidianamente pela sobrevivência. As consequências das sobreposições de situações de vulnerabilidade recaem de forma mais marcante e distinta na vida de pessoas negras, mulheres, crianças, indígenas, povos e comunidades tradicionais e daqueles e daquelas com baixa renda familiar *per capita*. Muitos desses grupos convivem rotineiramente com a fome e outras manifestações da insegurança alimentar (IA) e, recentemente, foram também os mais atingidos por mortes associadas à Covid-19 (GOES; RAMOS; FERREIRA, 2020; ABRASCO, 2021; ROCHA; BURITY, 2021; REDE PENSSAN, 2022).

Os dados atuais sobre a prevalência da fome no Brasil são alarmantes. Comparando os resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad), publicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2004, 2009 e 2013 (IBGE, 2014), com dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018 (IBGE, 2020) e os resultados da série do 1º e do 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Covid-19 no Brasil (REDE PENSSAN, 2021; REDE PENSSAN, 2022), encontra-se um crescimento do percentual de domicílios em situação de fome (IA grave) de 269,0%, no período de 2013 a 2022. Os bons resul-

tados obtidos entre 2004 e 2013, com o aumento da segurança alimentar (SA) e a redução significativa das formas mais severas de IA, especialmente da fome (IA grave), foram eliminados na última década (SALLES-COSTA *et al.*, 2023), com significativa piora no período 2020-2022 (fase mais crítica da pandemia de Covid-19). O relatório do 2º VigiSAN, com base em dados coletados no final de 2021/início de 2022, informou que 15,5% dos domicílios brasileiros estavam em situação de IA grave, ou seja, fome. Somando a IA grave com a moderada, chega-se a 30,7% dos domicílios e à estimativa de mais de 66 milhões de brasileiros e brasileiras com pouco ou nenhum acesso regular e permanente aos alimentos (REDE PENSSAN, 2022). Outros estudos nacionais, conduzidos em 2020, já apontavam a gravidade do cenário no Brasil (REDE PENSSAN, 2021; GALINDO *et al.*, 2021), e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) chamou atenção para o aumento no número de pessoas em situação de fome por meio da série The State of Food Insecurity and Nutrition in the World (Sofi)¹ (FAO *et al.*, 2022).

A prevalência de outras manifestações da IA também apresentou contínuo aumento nos últimos anos, corroborando a análise de que vivenciamos um período de piora significativa na qualidade da alimentação da população. Esse ponto, inclusive, tem sido objeto de análise de diferentes estudos, os quais relatam, além de redução quantitativa no consumo de alimentos *in natura*, como frutas, verduras e legumes, aumento na ingestão de produtos ultraprocessados² (IBGE, 2020; MALTA *et al.*, 2020; GALINDO *et al.*, 2021; UFRJ, 2021; MS, 2022; REDE PENSSAN, 2022). Tal perfil de consumo alimentar é prejudicial à saúde, aumentando os riscos de manifestação de doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs), como obesidade, doenças cardiovasculares e câncer, dentre outras (PASSOS *et al.*, 2020; SANTOS *et al.*, 2020; PAGLIAI *et al.*, 2021; LEVY *et al.*, 2022). Está associado a situações de vulnerabilidade socioeconômica que, com mais frequência, são vivenciadas por negros, negras e indígenas, assim como povos e comunidades tradicionais (COSTA *et al.*, 2023).

Análise histórica dos dados obtidos pelo Sistema de Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (Vigitel), conduzida e publicada pelo Ministério da Saúde (MS), demonstra um agravamento do quadro de excesso de peso e obesidade na população adulta brasileira (MS, 2022). Considerando o período de 2006 a 2021, o excesso de peso aumentou de 42,6% para

1 A série pode ser consultada e baixada no endereço <https://www.fao.org/publications/sofi>.

2 A classificação NOVA. Nupens. Disponível em: <https://www.fsp.usp.br/nupens/a-classificacao-nova>.

57,2%, um incremento médio de 1,0 ponto percentual/ano (pp/ano). Entre as mulheres, o aumento foi um pouco maior, chegando a 1,2 pp/ano e culminando em uma prevalência de excesso de peso, em 2021, de 55,0%. A obesidade, entre 2006 e 2021, dobrou de frequência, saindo de 11,8%, para 22,4%, o que corresponde ao aumento médio de 0,66 pp/ano (MS, 2022). A frequência da obesidade foi também maior para as mulheres, as quais saíram de uma prevalência de 12,1%, em 2006, para 22,6%, em 2021 (0,67 pp/ano) (MS, 2022). Em ambas as condições, a população de mais baixa escolaridade (*proxy* para informação renda) apresentou piores evoluções, assim como entre as mulheres. Esse cenário atual de elevada prevalência de excesso de peso e obesidade também é observado entre crianças e adolescentes (IBGE, 2015; UFRJ, 2022).

As implicações desse contexto de comprometimento no acesso quantitativo e qualitativo aos alimentos são muitas. Uma delas é a ocorrência de deficiências de micronutrientes, mais uma face da IA. Dados nacionais publicados pela equipe do Estudo Nacional de Alimentação e Nutrição Infantil (Enani-2019) relatam frequência de anemia de 10% entre crianças menores de 5 anos e 14,2% de deficiência de vitamina B12, ambas aferições com elevadas diferenças entre as regiões brasileiras – a Região Norte apresenta os piores resultados. A prevalência de deficiência de vitamina A entre crianças menores de 5 anos foi de 6,0%; de vitamina D, 4,3%; e de zinco, de 17,8% no Brasil (UFRJ, 2021).

O combate à fome e às deficiências nutricionais e a promoção da alimentação adequada e saudável (Paas) e da segurança alimentar e nutricional (SAN) por meio de políticas alimentares, nutricionais e de incentivo à produção de alimentos saudáveis pela agricultura familiar foram pautas centrais da agenda do governo federal entre 2004 e 2014 (VASCONCELOS *et al.*, 2019). Visualiza-se, após esse período, um enfraquecimento da agenda como uma questão pública central já a partir do segundo governo Dilma (2014-2016), com progressivo e intenso desaparecimento após o golpe de 2016. A partir de então, pode-se identificar um conjunto de medidas associadas à abordagem de austeridade fiscal, como a aprovação da Emenda Constitucional (EC) 95, de 2016³, iniciando um período de congelamento do orçamento dos setores de saúde, educação e proteção social por 20 anos (VIEIRA, 2020). Entre 2016 e 2019, observamos progressiva e intensa redução nos valores

3 O processo que culminou com a EC 95/2016 foi iniciado pela Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 55, a qual foi amplamente conhecida como PEC do Novo Regime Fiscal, PEC do Teto dos Gastos Públicos e PEC da Morte. Para ler o texto final, acesse: <https://legis.senado.leg.br/norma/540698/publicacao/15655553>.

destinados às políticas do campo da SAN. A partir de 2019, com o início do governo Bolsonaro, abertamente contra qualquer referência aos DH, iniciou-se um ciclo de desmonte do arcabouço legal associado às políticas públicas do campo da SAN (SOUSA *et al.*, 2019; GRISA *et al.*, 2022; ZIMMERMANN; DELGADO, 2022).

Esse processo atingiu também espaços de controle e participação social, como o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), fechado já no dia 1º de janeiro de 2019⁴. O fechamento do Consea e o enfraquecimento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) marcaram de forma explícita o descompromisso da gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro (2019-2022) com o tema e a anulação da agenda pública da alimentação, da SAN e do Dhana (CASTRO, 2019). A anulação dessa agenda na gestão federal foi expressa em diferentes ações, como na ausência de coordenação federal das políticas da SAN, na centralização da pauta da alimentação no MS, no subfinanciamento de importantes políticas – como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) (ÓAÊ; FINEDUCA, 2021) e o Programa Cisternas – e na descontinuação de programas federais ligados à SAN, como o Bolsa Verde e outras ações públicas voltadas à organização econômica de mulheres rurais e de comunidades quilombolas, povos indígenas e comunidades tradicionais (ALVES, 2022). Em 2018, um ano antes do início da gestão Bolsonaro, o IBGE estimou a fome (IA grave) em 5,8% dos domicílios brasileiros (IBGE, 2020). Em 2022, o percentual havia mais do que dobrado, tornando-se uma realidade encontrada em 15,5% dos lares (REDE PENSSAN, 2022). Entre 2018 e 2022, período que inclui a gestão Bolsonaro (2019-2022), houve aumento de 55,2% na frequência de domicílios em IA grave (SALLES-COSTA *et al.*, 2023).

Compreender todo esse cenário à luz das desigualdades e iniquidades sociais, como as de gênero, raça e classe, pode ajudar a identificar potenciais caminhos de superação. No entanto, há muito a se (re)conhecer. O debate sobre as iniquidades, na perspectiva dos sistemas alimentares, tem se concentrado no acesso aos alimentos, ficando as demais relações ocultas ou pouco evidenciadas. Como as iniquidades e desigualdades se expressam nos estudos

4 No texto da Medida Provisória (MP) 870/2019, publicada em 1º de janeiro de 2019, o Consea não foi citado como um dos órgãos vinculados à Presidência da República ou a um ministério. O texto dessa MP foi, após tramitação no Congresso Nacional, publicado como Lei 13.844, em 18 de junho de 2019. No texto da Lei 11.346, de 15 de setembro de 2006, podem-se observar as alterações nos artigos 4º (item I) e 11º (item II e item V, parágrafo 2º). Com a posse de Lula, em 2023, o Consea foi recriado por meio da MP 1.154 e integra novamente o escopo de órgãos assessores da Presidência. Ver: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/Mpv/mpv1154.htm.

sobre sistemas alimentares/processo alimentar? Como a rede de ações e relações envolvidas no processo alimentar favorece a manutenção/acirramento das iniquidades e desigualdades? Como as diferentes redes que conformam as distintas experiências de sistemas alimentares do Brasil podem contribuir com a superação das desigualdades e que mudanças seriam necessárias? Quais sistemas alimentares existentes podem contribuir, no futuro imediato, com a superação das condições que acirram e mantêm as desigualdades e iniquidades? Quais avanços no processo alimentar devemos buscar para a superação das desigualdades e iniquidades? Essas são algumas das questões que guiaram o percurso desta pesquisa. Para responder às perguntas orientadoras do estudo e guiar o processo de análise e sistematização dos resultados, foram adotados alguns conceitos-guias: Dhana, SAN, processo alimentar e abordagem integrada de gênero, raça e classe.

A formulação do Dhana é uma contribuição da FIAN para a superação da fragmentação do conceito de direito humano à alimentação adequada (DHAA). Visa, ainda, à adoção dos direitos humanos como referencial para o levantamento e o reconhecimento da realidade e para a proposição conjunta de ações precisas com as pessoas – ou seja, os sujeitos (ou titulares) de direitos –, de forma a alcançar as raízes causais da fome e da má nutrição.

O conceito de SAN que orienta este estudo está registrado na Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional (Losan) (BRASIL, 2006). Essa formulação apresenta uma abordagem integral do conceito, pois abrange a produção, a comercialização, o processamento e o consumo de alimentos pela ótica dos direitos humanos e atrela a sua efetivação à realização de outras necessidades humanas básicas e à soberania alimentar (LEÃO; MALUF, 2012).

Outra abordagem-chave neste estudo é expressa no conceito de *processo alimentar*, em detrimento do termo “sistemas alimentares”. Entende-se por processo alimentar as consequências e resultados oriundos da rede de ações e relações nas quais os alimentos e a alimentação estão inseridos, incluindo a obtenção (produção, criação, caça, pesca, coleta, recebimento/doações etc.), a compra e a troca, a transformação, o consumo e o uso ou aproveitamento biológico dos alimentos, assim como a reconstrução ou regeneração das condições vitais das pessoas que os consomem e da própria natureza (VALENTE, 2014). Trata-se de uma categoria de análise que compreende a alimentação como um processo complexo, multidimensional e cíclico. O termo tem como referenciais-base o DH, a soberania alimentar e as dimensões culturais, sociais, políticas, de poder, ambientais e de

conhecimento/saberes presentes em cada uma das ações e relações medidas e associadas aos alimentos, sem necessariamente seguir uma ordem determinada e sequencial rígida (BURITY; ROCHA, 2021).

O conceito de processo alimentar tem elementos que coincidem com o de sistema alimentar, também utilizado pela FIAN. A opção pela abordagem teórica e analítica de “processo alimentar” também constitui uma manifestação crítica sobre a associação do termo “sistemas alimentares” com as narrativas que remetem a sistemas corporativos, atrelados ao setor privado de caráter comercial e que não compartilham dos mesmos princípios que os sistemas alimentares sustentáveis (como os associados à agroecologia), além de contribuírem para a manutenção das desigualdades e o aprofundamento das iniquidades relacionadas à alimentação. Essa escolha também busca convergência com o debate no contexto dos escritórios da FIAN na América Latina, em especial com o grupo da Colômbia, e não deve ser lida como uma negação aos conhecimentos construídos em torno do termo sistemas alimentares. Há inúmeras perspectivas críticas e transformadoras expressas a partir dessa denominação, como a registrada no último Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN, 2017).

Adotamos “sistemas alimentares” sempre no plural, como forma de afirmar que os alimentos são produtos de diferentes arranjos de sistemas agroalimentares. Essa referência no plural ao longo do texto foi complementada com breves descrições associadas a essa terminologia, informando assim a qual perspectiva conceitual nos referimos. Tal conduta foi necessária porque há várias definições para sistemas alimentares. No documento complementar associado a esta publicação “Notas metodológicas” apresentamos um texto com mais detalhamento sobre esses conceitos.

Outro referencial-chave é o da interseccionalidade, a qual orientou a busca por capturar as consequências da interação entre os eixos de desigualdade de gênero, raça e classe social. Esse exercício favoreceu a superação da ideia de sobreposição ou de ranqueamento de eixos de opressões estruturais (CRENSHAW, 2002) – os três eixos foram assimilados no estudo como abordagem tanto teórica quanto analítica sobre desigualdades e iniquidades, expressando, portanto, eixos interdependentes e que se inter cruzam no cotidiano da sociedade brasileira. Reconhecemos que o conceito de interseccionalidade nos apoiou na busca por uma análise crítica sobre a vida humana (biológica ou social), *(con) formada* a partir do entrecruzamento entre características biológicas, natureza e marcas sociais, como os aspectos relacionados a raça, classe, gênero, sexuali-

dade, etnicidade, nação, habilidades. Essas marcas sociais são reciprocamente construídas e, como tal, levam a expressões de desigualdades sociais (BIROLI; MIGUEL, 2015 *apud* COLLINS, 2015).

A perspectiva de gênero contribui para denunciar a relação de dominação dos homens sobre as mulheres e outras identidades de gênero. Essa dominação prevalece em diversos aspectos da vida humana, expressa-se em diferenças de posições sociais ocupadas e é naturalizada na sociedade, enraizando-se em função de atributos baseados no sexo biológico e na orientação heterossexual. Gênero, como uma categoria de análise, é definido como “[...] constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos [...]” e “[...] uma forma primária de dar significado às relações de poder [...]” (SCOTT, 1995, p. 86-88). Ao longo deste relatório, aportam-se análises que buscam desnudar as desigualdades e iniquidades vivenciadas por mulheres e pessoas com outras identidades e expressões de gênero⁵, as quais são identificadas neste estudo pela sigla LGBTI+⁶. As mulheres e as pessoas que se autoidentificam com a expressão de gênero feminino recebem a carga social do cuidado doméstico e da alimentação do domicílio com mais frequência e peso do que indivíduos homens ou com expressão de gênero masculina. Esse aspecto tem sido mais estudado entre as mulheres, as quais são socialmente influenciadas a assumir a responsabilidade pela alimentação do lar, estando sujeitas a relações de poder que, em sua maioria, as levam a estar em posições desvantajosas em relação aos homens.

O conceito de raça como referência analítica evidencia as diferenças na partilha e no acesso aos recursos fundamentais à existência, os quais fazem com que as experiências de vida das pessoas, desde o nascimento até a morte, sejam distintas pelo efeito do racismo (BATISTA; MONTEIRO; MEDEIROS, 2013; KILOMBA, 2019). Os indicadores sociais encontrados em inquéritos e levantamentos censitários nacionais revelam que as desigualdades étnico-raciais constituem elemento fundamental da estratificação social brasileira (CARNEIRO, 2005).

5 Os conceitos de expressão de gênero e identidade de gênero podem ser consultados no documento “Princípios de Yogyakarta: princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero”. Disponível em: http://www.clam.org.br/uploads/conteudo/principios_de_yogyakarta.pdf.

6 Seguimos, neste documento, a expressão adotada no *Manual de Comunicação LGBTI*, uma publicação de 2018 da rede GayLatino e da Aliança Nacional LGBT. O símbolo + indica que a sigla abrange outras orientações sexuais, identidades e expressões de gênero. Disponível em: <https://www.trt4.jus.br/portais/media-noticia/465957/manual-comunicacao-LGBTI.pdf>.

Neste estudo, entende-se o racismo como um sistema de poder histórico, social, político e econômico que adota a raça como fundamento para estabelecer desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial a qual pertençam (ALMEIDA, 2019; KILOMBA, 2019). Assim, a noção de raça que adotamos é produto do racismo e não corresponde a nenhuma força natural, mas se trata de uma construção social com base nas características fenotípicas e étnico-culturais das pessoas.

Sobre o referencial de classe social, adotou-se na pesquisa uma leitura contemporânea dessa noção teórico-analítica marxista, exposta por Antunes (2009), a qual propõe uma ampliação conceitual à noção de classe trabalhadora para *classe-que-vive-do-trabalho*, buscando assim englobar as transformações, reestruturações e inovações pelas quais o capitalismo e, conseqüentemente, as relações de produção e processos de trabalho passaram nas últimas décadas. Uma das principais contribuições dessa ampliação da noção de classe centra-se na inclusão dos trabalhadores e trabalhadoras do setor rural, dos desempregados e desempregadas e dos trabalhadores e trabalhadoras do setor de serviços (portanto, não fabril) – estes identificados como “trabalhadores improdutivos”, pois o trabalho gera valor de uso e não cria valor de troca (MARX *apud* ANTUNES, 2009). É importante demarcar, nessa perspectiva, os grupos que não englobam a classe-que-vive-do-trabalho na perspectiva teórico-analítica de Antunes: os que detêm o papel de controle sobre o trabalho e que recebem rendimentos elevados (gestores do capital e seus altos funcionários), os que apresentam capital acumulado e vivem a partir da especulação e dos juros, os pequenos empresários e empresárias, a burguesia urbana e rural proprietária. Cabe também destacar que informações sobre situação de trabalho e renda foram adotadas como associadas a esse eixo de desigualdade.

Por fim, registramos os quatro pressupostos que orientaram o processo desta pesquisa. O primeiro tem relação com o compromisso de traduzir o conceito de processo alimentar como uma ferramenta de monitoramento e avaliação sobre a exigibilidade do Dhana. O segundo versa sobre a adoção dos eixos de iniquidades de gênero, raça e classe como categorias de análise integrada e interseccional (HIRATA, 2014; COLLINS, 2015). O terceiro pressuposto-guia da pesquisa buscou compreender e explicitar as contradições como expressões de visões (e ações) interconectadas, evitando a representação dicotômica das ideias. O quarto e último pressuposto versa sobre explicitar as lacunas, expressando-as como temas para futuras pesquisas e favorecendo, assim, a emergência de estudos complementares e continuados.

Diante do exposto, conduzimos esta pesquisa visando compreender as relações entre desigualdades e iniquidades (especialmente de raça, gênero e classe) no processo alimentar no Brasil. Desse objetivo geral se desdobrou um conjunto de seis objetivos de processo de pesquisa, os quais versaram sobre: (i) verificar como as desigualdades e iniquidades de gênero, raça e classe emergem dos dados coletados na Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF 2017-2018); (ii) conduzir um levantamento documental sobre o tema “desigualdades, iniquidades e sistemas alimentares no Brasil”; (iii) identificar, sistematizar e analisar as convergências, as lacunas, as sobreposições e as disputas de narrativas expressas em documentos públicos; (iv) caracterizar como as desigualdades e iniquidades sociais, em especial de raça, gênero e classe social, estão presentes em documentos que aportam contribuições relacionadas às diferentes etapas do processo alimentar; (v) descrever desafios e oportunidades relacionados à superação das desigualdades e iniquidades sociais, em especial de raça, gênero e classe social, no contexto do processo alimentar; e (vi) sistematizar propostas de ações de incidência e recomendações para a superação das desigualdades sociais nos sistemas alimentares voltadas para a participação/mobilização social e a ação pública.



2. PERCURSO METODOLÓGICO

2.1. ASPECTOS GERAIS

Trata-se de um estudo do tipo multimétodo, de base exploratória sequencial, com adoção de abordagem de análise quali-quantitativa (PARANHOS *et al.*, 2016), conduzido de agosto a dezembro de 2022. A pesquisa adotou distintas fontes de dados, como: questionários eletrônicos, documentos textuais públicos, artigos científicos indexados, bases de dados sobre desigualdades sociais relacionadas às ações do processo alimentar e oficinas de debate e dados da POF 2017-2018. Os procedimentos metodológicos e os instrumentos adotados são detalhados na publicação complementar “Notas metodológicas”, que [pode ser acessada aqui](#).

Inicialmente, os objetivos, os componentes, os procedimentos e os instrumentos de coleta e análise de dados do projeto foram objeto de debate em uma oficina *online* com especialistas. Participaram dela parceiros-chave da FIAN: pesquisadoras e pesquisadores ou representantes de organizações sociais com atuação sobre o tema de desigualdades/iniquidades e processos alimentares no Brasil. As/os participantes foram estimuladas/as a preencher um questionário eletrônico (detalhado no documento “Notas metodológicas”), o qual identificou a visão sobre as desigualdades e iniquidades nos processos alimentares/sistemas alimentares e mapeou as indicações preliminares de documentos textuais e *sites* para análise. Gravou-se a oficina, e o material foi analisado, compondo os resultados registrados neste relatório.

A segunda estratégia aplicada no estudo consistiu na análise documental. Para melhor organizar a condução dessa etapa, optou-se por separar os procedimentos de busca e análise dos textos de acordo com a origem deles, chegando a três agrupamentos: sociedade civil, científico e participação social.

i. Sociedade civil: este agrupamento inclui posicionamentos e/ou textos informativos assinados por organizações ou instituições públicas, privadas e não governamentais.

Conduziu-se um levantamento de posicionamentos e textos informativos que abordam diretamente o tema “processo alimentar”/“sistema alimentar” ou algumas das ações relacionadas a esses termos (por exemplo, produção, processamento, transporte, consumo, descarte de alimentos), publicados entre janeiro de 2018 e julho de 2022. O agrupamento “sociedade civil” compõe-se de um conjunto de instituições heterogêneas que compartilham de um ponto em comum: atuação consolidada e permanente no debate da SAN no território brasileiro, independente de qual tema/enfoque orienta a sua atuação. A heterogeneidade advém dos tipos de atividades conduzidas e dos temas defendidos, mas principalmente das premissas e dos objetivos que guiam a sua atuação na sociedade.

Neste agrupamento constam documentos oriundos de:

- associações patronais: Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (Abia), Associação Brasileira de Supermercados (Abras) e Associação Brasileira do Agronegócio (Abag);
- associações profissionais vinculadas ao campo da nutrição: Associação Brasileira de Nutrição (Asbran), Federação Nacional dos Nutricionistas (FNN), Conselho Federal de Nutricionistas (CFN), Executiva Nacional de Estudantes de Nutrição (ENE) e Sociedade Brasileira de Alimentação e Nutrição (SBAN); e
- movimentos e organizações sociais do campo: Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), Via Campesina Brasil, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento da Mulher Trabalhadora Rural (MMTR), Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag), Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil (Contraf) e coalizão Marcha das Margaridas.

No [documento de notas metodológicas](#) pode-se consultar o detalhamento da metodologia.

ii. Científico: neste agrupamento foram incluídos artigos científicos.

O levantamento dos artigos científicos foi conduzido a partir do referencial metodológico de revisão de literatura orientada pela pergunta de pesquisa: “Como as desigualdades sociais (especialmente de raça, gênero e classe social) são retratadas nos estudos sobre sistemas alimentares no Brasil?”. Foram incluídos neste agrupamento artigos originais, sejam oriundos de análise de dados, ensaios ou de revisão, que tratam do tema desigualdades/iniquidades e sistemas alimentares no Brasil, publicados entre janeiro de 2018 e outubro de 2022. A busca pelos artigos se deu na base de dados da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), nos meses de agosto a outubro de 2022, por meio da aplicação de descritores registrados na plataforma dos descritores em ciências da saúde (DeCS) que atenderam às combinações: sistemas alimentares e desigualdades de raça, gênero e classe. A metodologia está detalhada nas [notas](#).

iii. Participação social: este agrupamento abrange documentos finais oriundos de conferências nacionais.

Analisaram-se, ao todo, 15 documentos finais vinculados a conferências e encontros nacionais inseridos em contexto de debate sobre políticas públicas e que trataram dos temas: mulheres; população negra; povos e comunidades tradicionais; população LGBTI+; produção orgânica e agroecologia; aquicultura e pesca; assistência técnica e extensão rural; saúde; SAN; e desenvolvimento territorial e economia solidária. Consideramos esses documentos fontes preciosas de informações sobre as perspectivas associadas à percepção das desigualdades e iniquidades existentes nos processos alimentares, por se tratar de registros obtidos a partir de processos participativos nos quais representantes da sociedade civil e do governo estavam presentes. Esses relatórios desempenham papel fundamental no processo de construção, reformulação e monitoramento de políticas públicas no Brasil, constituindo uma fonte rica e densa de recomendações. No quadro 1, as conferências e encontros estão identificados a partir da informação de edição, título e ano de realização.

QUADRO 1. RELATÓRIOS E DOCUMENTOS PROVENIENTES DE CONFERÊNCIAS E ENCONTROS NACIONAIS ANALISADOS NESTE ESTUDO

CONFERÊNCIAS		ANO
1	3ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca (Cnap)	2009
2	2ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Conapir)	2009
3	2ª Conferência Nacional de Economia Solidária (Cnes)	2010
4	Conferência Setorial de Mulheres Rurais (CSMR)	2013
5	2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (CNDRSS)	2013
6	Encontro Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais (ENPCT)	2013
7	5ª Conferência Nacional de Saúde Indígena (CNSI)	2015
8	5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CNSAN)	2015
9	2ª Conferência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Cnater)	2016
10	4ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (CNPM)	2016
11	3ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CNLGBTI+)	2016
12	Seminário Dialoga Brasil Agroecológico (SDBA)	2016
13	2ª Conferência Nacional da Saúde das Mulheres (CNSM)	2018
14	16ª Conferência Nacional de Saúde (CNS)	2019
15	12ª Conferência Nacional de Assistência Social (Cnas)	2021

Fonte: elaboração própria.

Em seguida, conduziu-se a análise documental dos textos buscando identificar visões, interpretações e narrativas sobre desigualdades e iniquidades nas diferentes etapas do processo alimentar, contemplando o mapeamento das

contradições, complementaridades, lacunas e recomendações relacionadas ao tema do estudo. Conforme relatado no capítulo 1, as análises basearam-se no conceito de “processo alimentar” (VALENTE, 2014). A abordagem cíclica e multidimensional existente nesse conceito foi traduzida em um conjunto de pontos/perguntas-chave para a análise dos dados, descritos em detalhe no documento [“Notas metodológicas”](#).

Como terceira estratégia adotada nessa etapa da pesquisa, conduziu-se a análise quantitativa descritiva a partir do banco de dados da POF 2017-2018, último inquérito nacional conduzido pelo governo federal que aporta dados sobre a segurança alimentar (SA) e a insegurança alimentar (IA). A POF é uma pesquisa nacional, conduzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com enfoque no orçamento doméstico de uma amostra representativa das famílias brasileiras, detalhando informações sobre consumo, gastos e distribuição dos rendimentos. A pesquisa mais recente foi conduzida em 2017-2018, contando com uma amostra de aproximadamente 68 mil famílias (IBGE, 2020). Quanto à alimentação, a POF detalha as quantidades de alimentos adquiridas dentro de uma unidade de consumo familiar (domicílio), permitindo assim caracterizar o consumo alimentar (por meio da aquisição) em relação a diversas informações, como sexo, renda, raça/cor da pele autodeclarada, escolaridade, características do domicílio etc. A pesquisa adota a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (Ebia) para avaliar a SA e os níveis de IA nos domicílios.

Neste estudo, optamos por analisar apenas as oito primeiras perguntas que compõem a Ebia original – ou seja, a versão curta da escala, também adotada em outros estudos nacionais (REDE PENSSAN, 2021; REDE PENSSAN, 2022; GALINDO *et al.*, 2021). Detalhamentos adicionais podem ser consultados no [documento complementar de notas metodológicas](#). Apresentamos os resultados das análises conduzidas em relação ao indivíduo e ao domicílio, com informações segmentadas por sexo, raça/cor autodeclarada e renda, considerando as informações da pessoa de referência do domicílio, ou seja, a identificada como a principal responsável pela tomada de decisões (IBGE, 2020).

Por fim, conduziu-se, nesta etapa da pesquisa, um mapeamento de bases/fontes de dados que aportam informações sobre desigualdades e iniquidades no processo alimentar. Para tal, aplicou-se a técnica da bola de neve, orientando assim o processo de identificação e busca de informações por meio do seguimento de pistas, indicações ou registros existentes em textos ou em *sites* (COLEMAN, 1958). Essa pesquisa foi consolidada em um quadro a partir do título, do ano de publi-

cação e da síntese geral das informações disponibilizadas pelas bases ou fontes de informações sobre alimentação, nutrição, saúde, produção e processamento de alimentos e participação social, com dados coletados entre 2010 e 2022.

2.2. ANÁLISES DOS DADOS

Qualitativos

A perspectiva hermenêutica objetiva (OEVERMANN *et al.*, 2021), que adota como premissa a interpretação e a descoberta de regras e significados que organizam o mundo objetivo a partir dos sentidos (re)produzidos e expressos em registros, sejam estes textos ou outras formas de mídia (como obras de arte, música, arquitetura etc.), orientou a análise. O detalhamento do processo de leitura dos textos e de coleta e registro de trechos/sentidos encontra-se no [documento complementar sobre a metodologia](#).

Quantitativos

Neste estudo optamos por trabalhar com a variável dicotômica de raça autodeclarada: branca/negra ou população branca/população negra. O questionário da POF 2017-2018 realiza o levantamento do quesito cor ou raça a partir da autodeclaração, podendo o entrevistado ou entrevistada se autodeclarar e identificar outros membros da família como: brancos, pardos, pretos, amarelos, indígena ou sem declaração. Neste estudo, incluímos todas as pessoas autodeclaradas brancas como raça branca. A somatória de pessoas autodeclaradas pretas e pardas compõe a categoria raça ou população negra (BRASIL, 2010).

A perspectiva de gênero foi analisada a partir da variável dicotômica homens e mulheres. O recorte de classe social sobre os dados da POF 2017-2018 foi conduzido a partir da informação de pertencimento a uma destas três categorias: empregador, empregado e produção de renda por conta própria. Do ponto de vista conceitual, tal como discutido no capítulo 1 deste documento, o empregador é representante da classe capitalista, pois detém o controle dos meios de produção e o domínio sobre o processo de trabalho de terceiros e auferir rendimentos do capital. Já o empregado pertence à classe trabalhadora e vive do trabalho e da sua remuneração. A categoria “conta própria” reúne um grupo específico de

trabalhadores que não estão sujeitos ao controle dos capitalistas e cuja remuneração não decorre de salário. Essa categoria pode incluir profissionais autônomos e trabalhadores informais – essa análise foi realizada no estudo a partir da informação da situação de trabalho (formal ou informal) da pessoa responsável pelo domicílio. Fez-se também a análise da renda, a partir da informação de renda domiciliar mensal *per capita* (RDMPC).

A análise dos dados da SA e dos níveis de IA seguiu os resultados obtidos a partir da versão curta da Ebia, permitindo classificar os domicílios em SA ou em um dos três níveis de IA (leve, moderada ou grave). No quadro 2 consta a interpretação dessas categorias em diálogo com os referenciais do Dhana e de processo alimentar adotados neste estudo.

QUADRO 2. INTERPRETAÇÃO DAS CATEGORIAS DA ESCALA BRASILEIRA DE INSEGURANÇA ALIMENTAR (EBIA) EM DIÁLOGO COM OS REFERENCIAIS DO DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO E À NUTRIÇÃO ADEQUADAS (DHANA) E DE PROCESSO ALIMENTAR

SITUAÇÃO DOS DOMICÍLIOS/ INDIVÍDUOS	INTERPRETAÇÃO DAS CATEGORIAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E INSEGURANÇA ALIMENTAR À LUZ DOS REFERENCIAIS DO DHANA E DE PROCESSO ALIMENTAR
Segurança alimentar (SA)	Interpretação das categorias de segurança alimentar e insegurança alimentar à luz dos referenciais do Dhana e de processo alimentar
Insegurança alimentar leve (IA leve)	Situação de preocupação ou de incerteza quanto ao acesso e ao consumo de alimentos. Indica algum comprometimento na qualidade da alimentação, uma vez que as famílias podem optar por manter o acesso quantitativo aos alimentos em detrimento da qualidade dos alimentos. O comprometimento da qualidade dos alimentos expressa-se, por exemplo, na redução no consumo de frutas, verduras e legumes, impactando de forma negativa a saúde e a vida das pessoas. Trata-se de uma situação relacionada à violação de princípios de direitos humanos, como a indivisibilidade, a interdependência e a inter-relação entre esses direitos e o ideal do ser humano livre – livre do medo e da miséria. Viola, ainda, a dimensão do Dhana que diz respeito ao acesso a uma alimentação adequada e ao direito fundamental de toda pessoa de desfrutar o mais elevado nível possível de saúde (ONU, 1948; ONU, 1966).

SITUAÇÃO DOS DOMICÍLIOS/ INDIVÍDUOS

INTERPRETAÇÃO DAS CATEGORIAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E INSEGURANÇA ALIMENTAR À LUZ DOS REFERENCIAIS DO DHANA E DE PROCESSO ALIMENTAR

Insegurança
alimentar
moderada
(IA moderada)

Existência da situação de redução ou falta no acesso e no consumo de alimentos. Pode significar a redução geral na quantidade de alimentos consumidos pelos membros das famílias ou a redução de consumo por alguns familiares, de forma a garantir a oferta de alimentos para outros. Além dos direitos humanos violados na insegurança leve, esta situação viola o direito de toda pessoa a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e à sua família a saúde e o bem-estar (ONU, 1948).

Insegurança
alimentar grave
(IA grave)

Trata da situação mais grave e refere-se à falta de alimentos constante no domicílio, levando à redução no acesso aos alimentos e ao seu consumo ou à ausência de acesso e consumo entre todos os moradores. Essa situação indica que a fome é uma realidade para os membros do domicílio e viola a primeira dimensão do Dhana: viver livre da fome e da desnutrição. Ocorre a violação do direito de todas as pessoas a uma vida digna (ONU, 1948; ONU, 1966).

Construído a partir de MDS, 2010 e de VALENTE; FRANCO; MONTES, 2016.

As análises da SA/IA também foram apresentadas segundo sexo e raça/cor da pele da pessoa de referência do domicílio por macrorregiões e faixa etária/ciclo da vida: crianças (até 9 anos, 11 meses e 29 dias), adolescentes (10 anos a 19 anos, 11 meses e 29 dias) e pessoas com 60 anos.

Para avaliar as condições gerais de vida, optou-se pela construção de três indicadores, cujos componentes estão detalhados no [documento complementar “Notas metodológicas”](#). O indicador de insalubridade de moradia podia variar de 0 a 11, sendo 11 o domicílio que reportou “sim” em todas as perguntas e apresenta, portanto, condição de mais insalubridade. Dentre os aspectos avaliados nesse indicador constam: espaço físico disponível para os moradores (tamanho do domicílio por número de moradores); presença de problemas estruturais (pouca iluminação natural, goteira, paredes ou chão ou telhados úmidos etc.); problemas com animais, com poluição físico-química ou de outra natureza ambiental; e em local de risco, com existência de violência e vandalismo no bairro.

O indicador de dificuldade financeira geral expressa atrasos em pagamentos do domicílio, tomando como referência o período dos últimos 12 meses antes da entrevista. O indicador de dificuldade financeira para alimentação tem como referência o período dos três meses anteriores à entrevista e contempla resposta positiva a problemas como: preocupação com insuficiência no acesso aos alimentos, insuficiência no abastecimento doméstico de alimentos ou comprometimento de recursos financeiros para manter uma alimentação adequada e saudável (AAS). Outras informações relacionadas às condições de vida foram também avaliadas, como o acesso aos alimentos por meio de doação de alimentos ou por produção própria e o acesso à água e ao escoadouro de esgoto via rede geral.

2.3. ANÁLISE QUALI-QUANTI INTEGRADA

O conjunto de resultados quantitativos e qualitativos obtidos foi colocado em perspectiva, permitindo caracterizar as desigualdades e iniquidades no processo alimentar no contexto brasileiro, com ênfase nas de gênero, raça e classe social. Por fim, debateu-se o relatório final da pesquisa com os parceiros/especialistas participantes da primeira oficina e com outros atores-chaves. Nesse momento, conduziu-se uma avaliação do conteúdo e a qualificação de resultados, principalmente daqueles associados aos campos “desafios e oportunidades”, e foram elaboradas recomendações para a superação das desigualdades sociais no processo alimentar no Brasil.



3. PROCESSO ALIMENTAR, DESIGUALDADES E INIQUIDADES NO BRASIL

3.1. EXPRESSÕES DE DESIGUALDADES E INIQUIDADES NO PROCESSO ALIMENTAR NO BRASIL

Os resultados das análises quantitativas do banco de dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2017-2018 (IBGE, 2020) expressam as desigualdades e iniquidades às quais mulheres, negros e negras, pessoas de baixa renda e trabalhadores em situação de trabalho informal estão sujeitos. Optamos, nesta pesquisa, por ilustrar a situação pré-pandemia da Covid-19, analisando dados sobre segurança alimentar (SA) e insegurança alimentar (IA) produzidos no contexto dessa última POF. Graças ao trabalho de pesquisadoras e pesquisadores vinculados à Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan), em 2020 e 2021-2022, e ao grupo Food for Justice (GALINDO *et al.*, 2021), temos dados nacionais sobre a SA/IA, os quais devem ser conhecidos para uma leitura dos resultados mais ampla e coerente com o contexto atual. Adicionalmente, pesquisas e consolidados com dados sociais e econômicos nacionais agregam camadas de informações que nos ajudam a compreender os retrocessos sociais, de saúde e de alimentação e nutrição. Essas pesquisas contribuem, mesmo sem terem tal responsabilidade oficial, com a manutenção do monitoramento de marcadores sociais, de alimentação e nutrição nos anos de negligência do governo Bolsonaro (2019-2022).

Em uma sociedade capitalista, em que os alimentos são mercadorias, a IA é inversamente proporcional à renda das famílias, e a questão de classe constitui um determinante estrutural da violação do **direito humano à alimentação e à nutrição adequadas (Dhana)**. Esse determinante não apresenta incidência homogênea na vida de toda a população brasileira; ao contrário, a questão de classe incide de forma negativa principalmente na vida das mulheres e da população negra, corroborando a análise de que a violência de gênero e racial no Brasil é estrutural e generalizada na sociedade (ALMEIDA, 2019).

Conforme ilustrado na figura 1, a IA grave afeta 5,4% dos domicílios onde a pessoa de referência é um(a) trabalhador(a) empregado/a e 7,7% dos domicílios onde essa pessoa obtém algum rendimento por conta própria. Já entre os empregadores, a IA grave não tem relevância estatística. Algum nível de IA (leve ou moderada ou grave) foi encontrado em 40% dos domicílios onde a pessoa de referência relatou ser empregada; entre os empregadores, esse número chegou a 13%, e grande parte desses lares foi classificada como em IA leve, ou seja, com preocupação quanto à obtenção de alimentos no futuro (FIGURA 1). Entre as pessoas responsáveis pelo domicílio que relataram posição de informalidade no mercado de trabalho (trabalho informal), a ocorrência de todos os níveis de IA é maior, chegando a 9% dos domicílios em situação de IA grave, ou seja, fome (FIGURA 2).

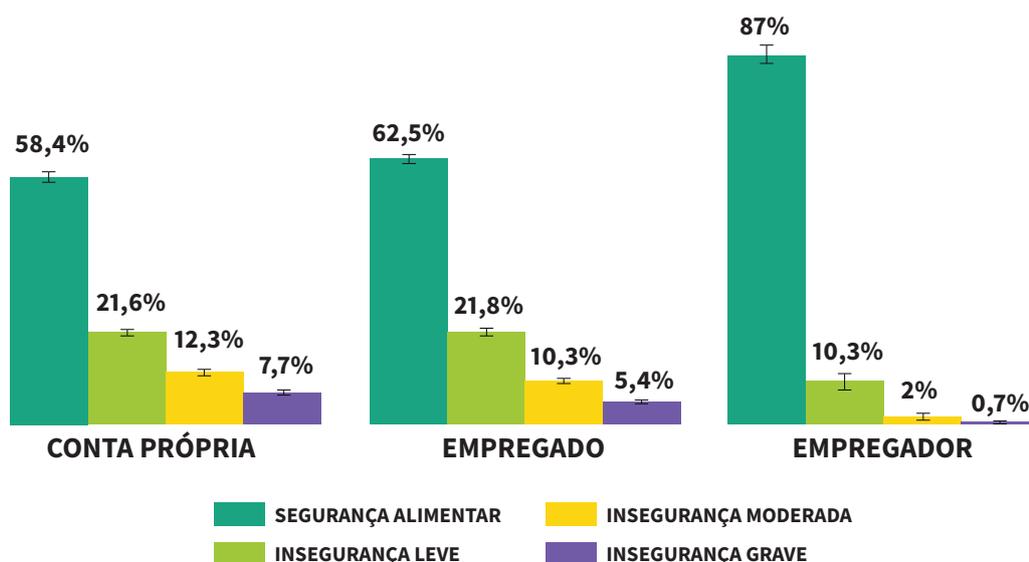
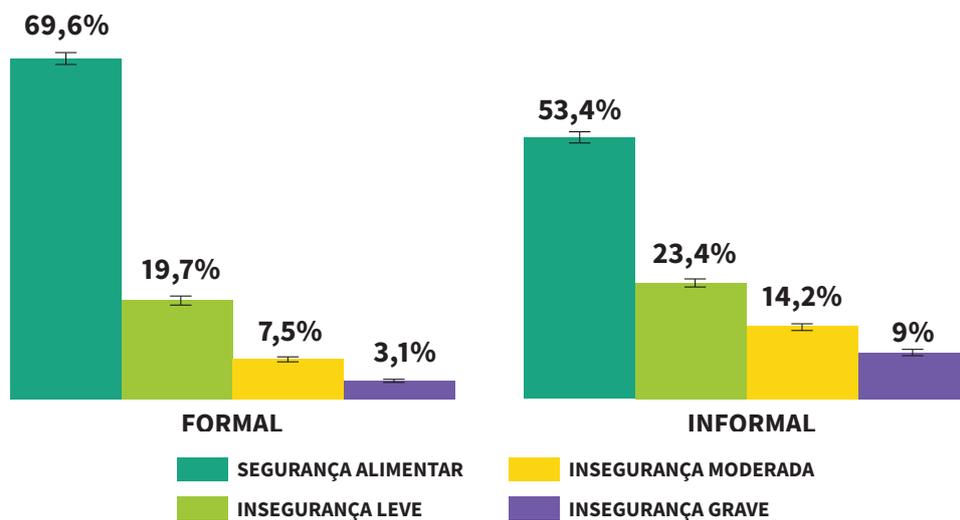


FIGURA 1. PROPORÇÃO DE DOMICÍLIOS EM SITUAÇÃO DE SEGURANÇA ALIMENTAR (SA) E NÍVEIS DE INSEGURANÇA ALIMENTAR (IA) SEGUNDO INSERÇÃO SOCIAL DA PESSOA DE REFERÊNCIA COMO EMPREGADOR, EMPREGADO OU PRODUÇÃO DE RENDA POR CONTA PRÓPRIA, BRASIL. ELABORAÇÃO PRÓPRIA A PARTIR DE IBGE, POF 2017-2018.



Baseado na Escala Brasileira de Insegurança Alimentar - EBIA, versão curta (8 perguntas)
Nota: Intervalo de confiança a 95%

FIGURA 2. PROPORÇÃO DE DOMICÍLIOS EM SITUAÇÃO DE SEGURANÇA ALIMENTAR (SA) E NÍVEIS DE INSEGURANÇA ALIMENTAR (IA) POR SITUAÇÃO DE TRABALHO (FORMAL OU INFORMAL) DA PESSOA DE REFERÊNCIA, BRASIL. ELABORAÇÃO PRÓPRIA A PARTIR DE IBGE, POF 2017-2018.

A análise dos dados da POF por décimo de renda evidencia a correlação negativa entre posição de renda e IA: quanto maior a renda, menor a frequência de IA (FIGURAS 3 E 4). Entre os 10% mais pobres, 72,6% das pessoas viviam, em 2017-2018, em situação de IA. Na posição 5 de renda da população brasileira (metade mais pobre), essa era uma realidade para 42% das pessoas. Já entre os 10% mais ricos, a porcentagem equivalia a 8,8% (FIGURA 3). A fome (IA grave) atingiu 22,5% dos 10% mais pobres, 11,6% da metade mais pobre (posição 5) e não apresentou relevância estatística entre os 10% mais ricos. A desigualdade de renda, portanto, é um fator explicativo chave para a IA no Brasil (FIGURA 4).

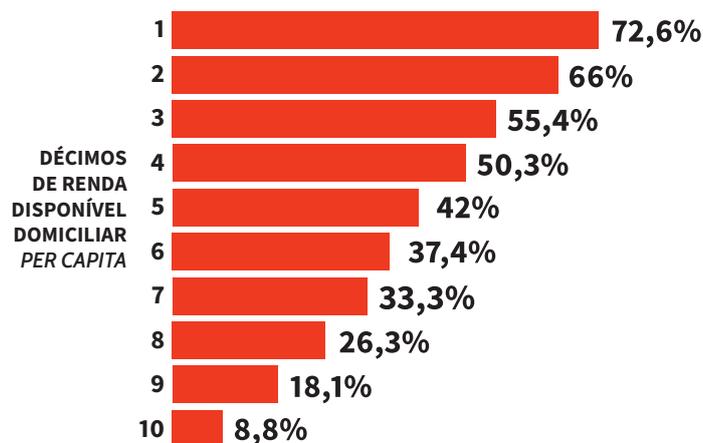


FIGURA 3. PROPORÇÃO DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE INSEGURANÇA ALIMENTAR (IA) LEVE OU MODERADA OU GRAVE) POR DÉCIMOS DA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA DOMICILIAR PER CAPITA, BRASIL. ELABORAÇÃO PRÓPRIA A PARTIR DE IBGE, POF 2017-2018.

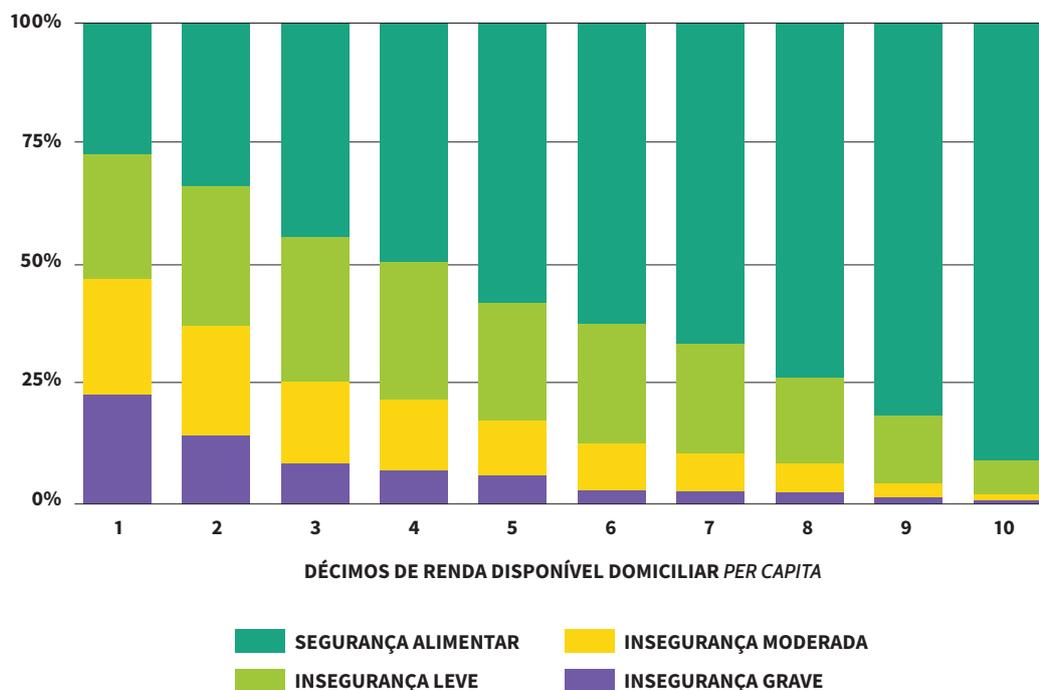


FIGURA 4. PROPORÇÃO DE PESSOAS POR SEGURANÇA ALIMENTAR (SA) E NÍVEIS DE INSEGURANÇA ALIMENTAR (IA LEVE, MODERADA E GRAVE) POR DÉCIMOS DA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA DOMICILIAR *PER CAPITA*, BRASIL. ELABORAÇÃO PRÓPRIA A PARTIR DE IBGE, POF 2017-2018.

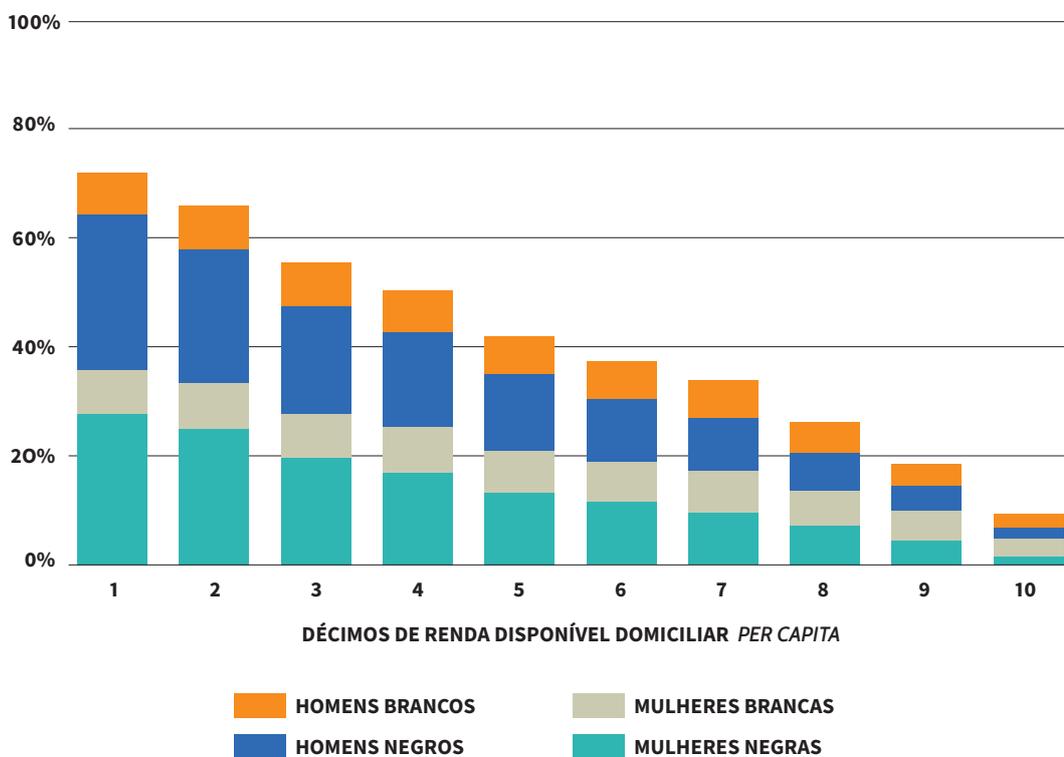


FIGURA 5. PROPORÇÃO DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE INSEGURANÇA ALIMENTAR (IA) POR DÉCIMOS DE RENDA DOMICILIAR *PER CAPITA*, SEGUNDO SEXO E RAÇA AUTODECLARADA, BRASIL. ELABORAÇÃO PRÓPRIA A PARTIR DE IBGE, POF 2017-2018.

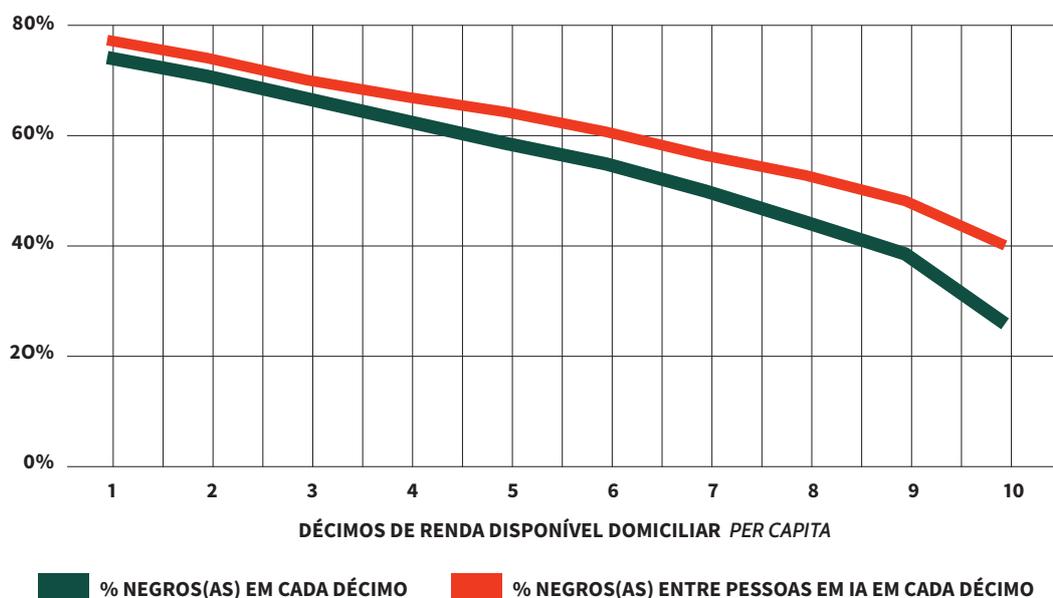


FIGURA 6. PROPORÇÃO DE NEGROS POR DÉCIMOS DE RENDA DOMICILIAR *PER CAPITA* E DE PESSOAS NEGRAS EM SITUAÇÃO DE INSEGURANÇA ALIMENTAR (IA LEVE + MODERADA + GRAVE) POR DÉCIMOS DE RENDA DOMICILIAR *PER CAPITA*, BRASIL. ELABORAÇÃO PRÓPRIA A PARTIR DE IBGE, POF 2017-2018.

A distribuição de pessoas com SA e IA por décimo de renda deve ser lida pelas perspectivas sociais de racismo e sexismo, que historicamente atuam como eixos estruturais das desigualdades e iniquidades, privilegiando homens e mulheres brancos e criando desvantagens sistemáticas às mulheres negras, às mulheres em geral e aos homens negros no Brasil. Os dados analisados da POF 2017-2018 nos permitem afirmar que há evidências desse sexismo e desse racismo estruturais na distribuição da renda e, conseqüentemente, na situação de SA e níveis de IA nos domicílios. Entre os 10% mais pobres no Brasil, 74% se autodeclararam pardos ou pretos (neste estudo, agregados na categoria raça negra), e 24% se autodeclararam brancos. Essa proporção reduz-se conforme a renda aumenta e inverte-se no caso dos 10% mais ricos, dentre os quais 75% autodeclararam cor da pele branca, e 25%, parda ou preta (negros) (FIGURA 5).

A proporção de negros em situação de IA acompanha a proporção de negros em cada décimo de renda da população, conforme ilustra a figura 6. Ou seja, ela se reduz conforme aumenta a renda da população negra. A diferença entre as duas curvas pode ser explicada pela desigualdade de renda dentro dos décimos da distribuição. Melhor detalhando: dentre os 10% mais pobres, os negros tendem a ser mais pobres do que os brancos – logo, mais sujeitos à insegurança alimentar. O mesmo vale para toda a distribuição até os 10% mais ricos. Outros fatores explicativos não relacionados à renda podem elucidar essa diferença – por exemplo, a desigualdade na distribuição da riqueza e no acesso

a condições favoráveis à educação, a existência de redes de apoio familiar, os pactos narcísicos da branquitude (BENTO, 2022) e outros fatores relacionados ao racismo estrutural. Esses fatores, no entanto, não foram analisados nesta pesquisa, ficando como sugestão para futuros estudos.

Ainda no que diz respeito à questão da renda, nos domicílios onde a pessoa de referência autodeclarou cor parda/preta (raça negra), a frequência de relato de dificuldades financeiras em geral e para aquisição de alimentos foi maior do que nos domicílios chefiados por pessoas autodeclaradas brancas (TABELA 1). Ao comparar homens e mulheres, chama atenção o dado de que 50,5% dos domicílios nos quais mulheres negras eram a pessoa de referência apresentavam dificuldade para aquisição de alimentos, enquanto naqueles em que homens brancos eram a pessoa de referência a porcentagem foi de 23,2% (TABELA 1). Os resultados registrados na tabela 1 indicam que famílias chefiadas por mulheres brancas vivenciam menos dificuldades financeiras, gerais ou para compra de alimentos, que lares chefiados por homens negros, indicando que a questão de raça se sobrepõe à análise de gênero, neste caso de comparação entre brancos e negros.

TABELA 1. RELATO DE DIFICULDADE FINANCEIRA GERAL E DE DIFICULDADE FINANCEIRA PARA COMPRA DE ALIMENTOS SEGUNDO SEXO E RAÇA/COR AUTODECLARADA DA PESSOA RESPONSÁVEL PELO DOMICÍLIO, BRASIL.

INDICADOR	PESSOA DE REFERÊNCIA DO DOMICÍLIO		DOMICÍLIOS	
	SEXO	RAÇA/COR AUTODECLARADA	%	IC
Dificuldade financeira geral	Homem	Branca	30,7%	29,43 – 31,93
		Negra	46,7%	45,54 – 47,79
	Mulher	Branca	35,0%	33,49 – 36,54
		Negra	51,3%	50,01 – 52,52
Dificuldade financeira para compra de alimentos	Homem	Branca	23,2%	22,07 – 24,34
		Negra	41,9%	40,71 – 43,00
	Mulher	Branca	30,2%	28,70 – 31,75
		Negra	50,5%	49,30 – 51,78

Fonte: elaborado a partir de IBGE, POF 2017-2018. % = percentual. IC = Intervalo de confiança (inferior-superior).

Diante das desigualdades em relação à situação financeira, relatos de acesso a mecanismos de solidariedade, como doação de alimentos, foram mais frequentes entre domicílios chefiados por pessoas autodeclaradas negras, como registrado na figura 7. Nos domicílios com negros como pessoa de referência, mais de 10% dos alimentos foram adquiridos por meio de doação (FIGURA 7). O acesso aos alimentos por meio de produção própria foi relatado por 5,2% dos domicílios brasileiros, sem distinção no que se refere à raça da pessoa de referência da família. A proporção de domicílios onde mais de 20% dos alimentos eram adquiridos por meio de doação ou produção própria foi de 3% para lares chefiados por negros/as e de 2% para brancos/as.

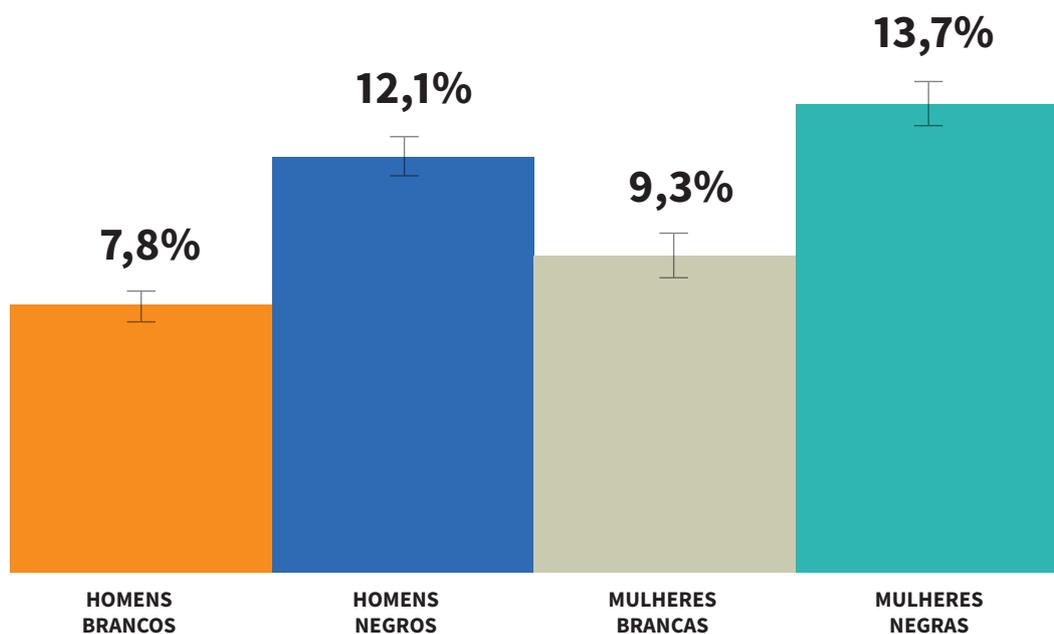
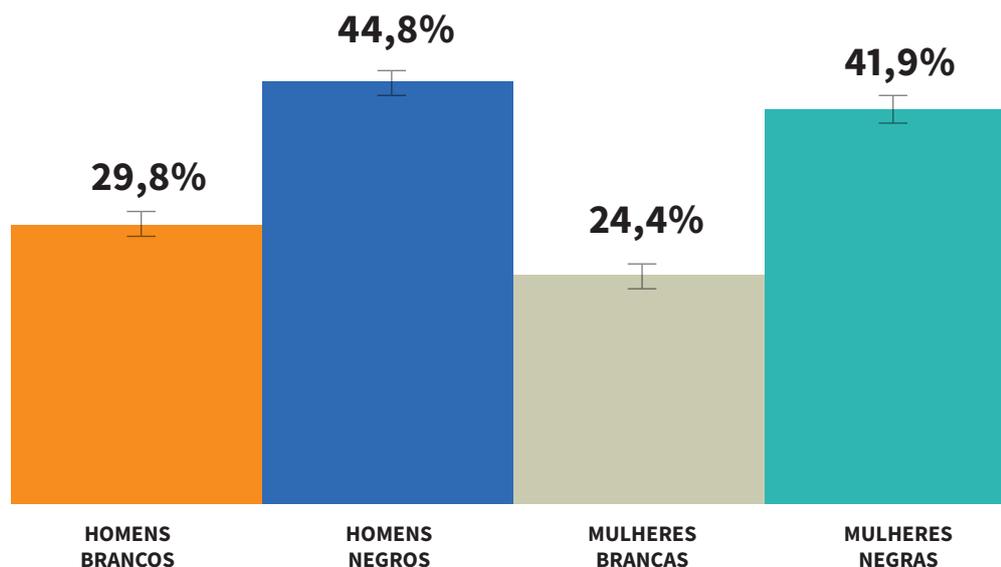


FIGURA 7. PROPORÇÃO DE DOMICÍLIOS QUE RELATARAM ACESSO AOS ALIMENTOS POR MEIO DE DOAÇÃO SEGUNDO SEXO E RAÇA DA PESSOA DE REFERÊNCIA, BRASIL. ELABORAÇÃO PRÓPRIA A PARTIR DE IBGE, POF 2017-2018.

Para além dos aspectos financeiros, há outros condicionantes das desigualdades entre negros e brancos no que se refere ao processo alimentar, e um deles são as condições de moradia. A figura 8 apresenta a proporção de domicílios sem acesso à água e sem escoadouro de esgoto via rede geral. Nota-se uma desigualdade marcante entre negros e negras e brancos e brancas no que se refere ao acesso a essas condições de saneamento básico. Dentre os domicílios onde o homem era a pessoa de referência, 20,3% não apresentavam, em 2017-2018, acesso à água quando essa pessoa se autodeclarou negra e 13,9%, quando essa pessoa se autodeclarou branca. Dentre os domicílios chefiados por mulheres negras, 41,9% não tinham escoadouro de esgoto; já entre as mulheres brancas, essa porcentagem foi de 24,4% (FIGURA 8).

SEM ESCOADOURO DE ESGOTO VIA REDE GERAL



SEM ÁGUA DA REDE GERAL

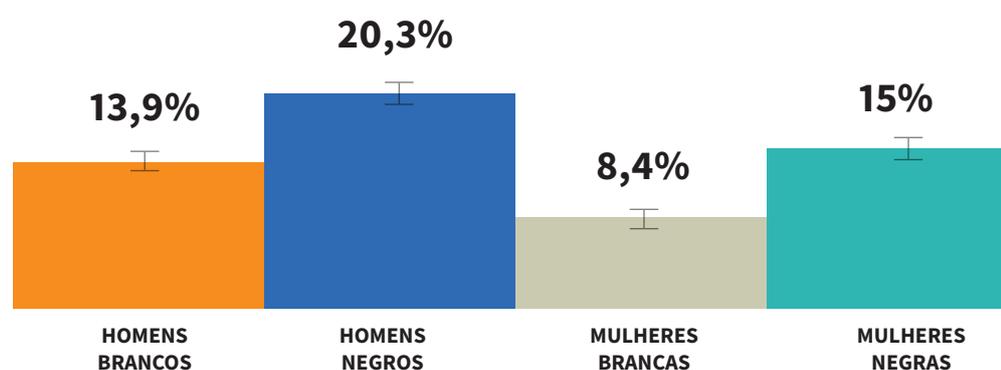


FIGURA 8. PROPORÇÃO DE DOMICÍLIOS SEM ACESSO A ÁGUA E SEM ESCOADOURO DE ESGOTO VIA REDE GERAL POR SEXO E RAÇA DA PESSOA DE REFERÊNCIA, BRASIL. ELABORAÇÃO PRÓPRIA A PARTIR DE IBGE, POF 2017-2018.

Para captar outros aspectos que caracterizam as condições de moradia, conforme detalhado na seção de percurso metodológico, esta pesquisa desenvolveu um indicador de insalubridade. Na tabela 2 estão sintetizados os resultados desse indicador agregado, reforçando a identificação das desigualdades e iniquidades de raça e gênero no que se refere às condições de moradia. Adicionalmente, identifica-se uma condição de insalubridade maior nos domicílios onde mulheres são a pessoa de referência; no entanto, essa diferença de gênero encontra-se muito próxima da margem estatística de erro amostral. Com relação à raça, observamos que os domicílios chefiados por mulheres negras apresentam ainda piores resultados nesse indicador, ao serem comparados com os das famílias chefiadas por mulheres brancas.

TABELA 2. VALOR MÉDIO DO INDICADOR DE INSALUBRIDADE DA MORADIA POR SEXO E RAÇA AUTODECLARADA DA PESSOA DE REFERÊNCIA, BRASIL.

PESSOA DE REFERÊNCIA DO DOMICÍLIO		INDICADOR DE INSALUBRIDADE DE MORADIA ¹	
SEXO	RAÇA/COR AUTODECLARADA	VALOR MÉDIO	IC
Homens	Branca	2,2	2,20 – 2,31
	Negra	2,9	2,89 – 2,99
Mulheres	Branca	2,5	2,45 – 2,58
	Negra	3,2	3,20 – 3,30

Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE, POF 2017-2018.

¹Valor médio = o indicador variava de 0-11 pontos, sendo 11 pior condição de moradia. IC = intervalo de confiança (inferior-superior).

Agora, que já se abordou a análise de classe integrada à dimensão de gênero e raça, apresentam-se análises que descrevem a situação de SA medida pela Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (Ebia), versão curta, a partir de recortes de raça e gênero. As desigualdades de gênero e raça são marcantes, conforme ilustrado nas figuras que seguem. A desigualdade de gênero identifica-se na maior frequência de IA nos domicílios onde a pessoa de referência era uma mulher (41,6%), quando comparada à dos domicílios chefiados por homens (33,3%) (FIGURA 9). A IA estava presente em 45,6% dos domicílios onde negros ou negras eram as pessoas de referência, enquanto nos domicílios chefiados por pessoas brancas esse valor foi de 26,1%, em 2017-2018 (FIGURA 9).

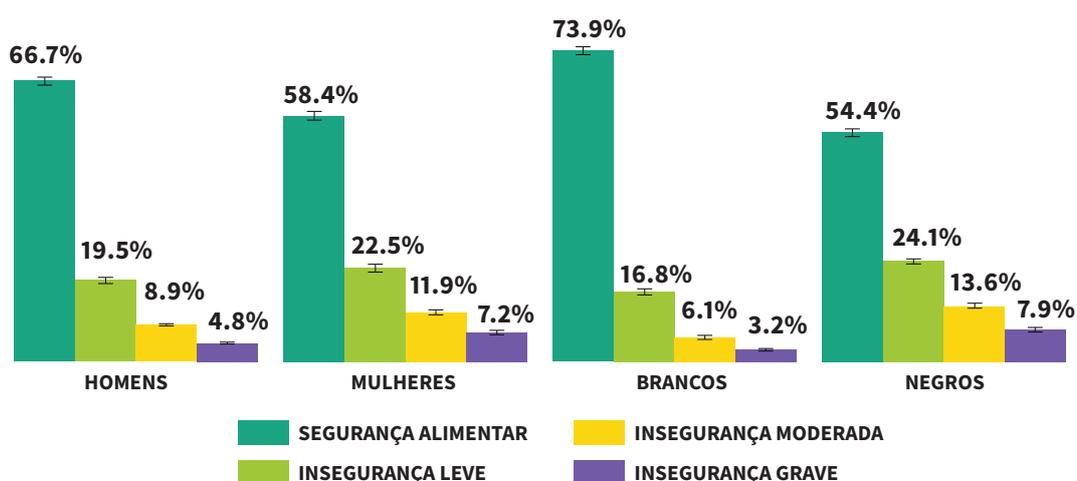
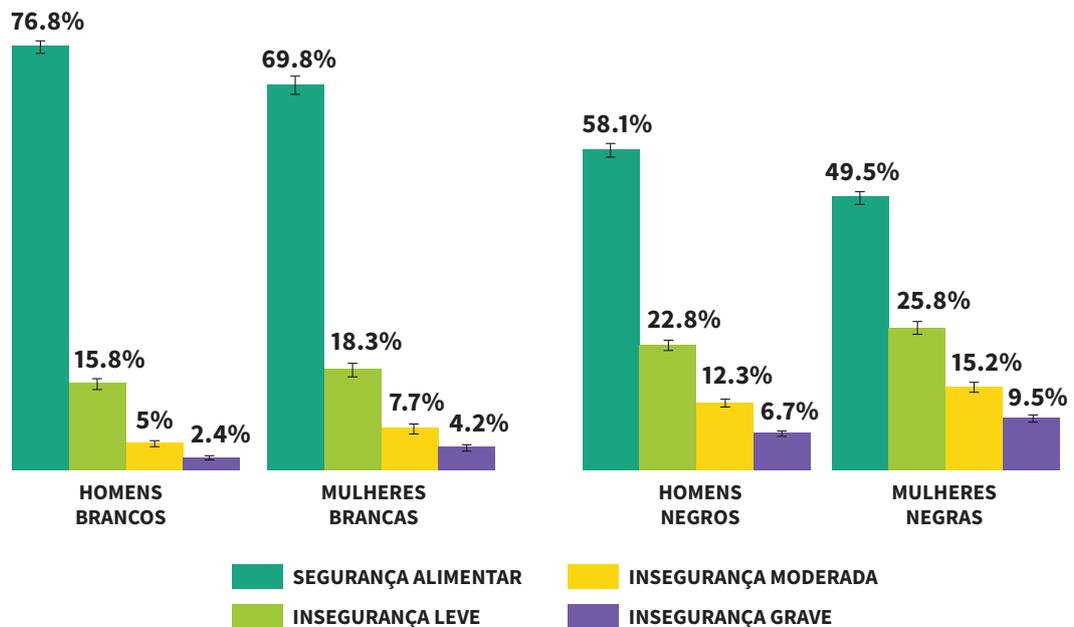


FIGURA 9. PROPORÇÃO DE DOMICÍLIOS POR CONDIÇÃO DE SEGURANÇA ALIMENTAR (SA) E NÍVEIS DE INSEGURANÇA ALIMENTAR (IA) POR SEXO OU RAÇA AUTODECLARADA DA PESSOA RESPONSÁVEL, BRASIL. ELABORAÇÃO PRÓPRIA A PARTIR DE IBGE, POF 2017-2018.

Ao analisarmos apenas a proporção dos domicílios com IA grave, ou seja, fome, esta atingia 7,9% dos domicílios chefiados por negros e 3,2% dos lares cujo responsável foi autodeclarado branco (FIGURA 9). Ou seja, em 2017-2018, quando a pessoa de referência do domicílio se declarou negra, a unidade familiar apresentava mais do que o dobro da frequência de IA grave nos domicílios chefiados por pessoa autodeclarada branca.

A condição de SA foi uma realidade em 76,8% dos domicílios onde homens brancos foram identificados como referência. Essa proporção foi de 49,5% para lares chefiados por uma mulher negra. Destaca-se que cerca da metade dos domicílios chefiados por mulheres negras sofre com algum nível de IA. Além disso, a fome (IA grave) marcava 9,5% dos domicílios onde a mulher negra foi identificada como a pessoa de referência, enquanto entre os lares chefiados por homem branco essa proporção foi de 2,4% (FIGURA 10).



Baseado na Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (Ebia), versão curta (8 perguntas)
Nota: Intervalo de confiança a 95%

FIGURA 10. PROPORÇÃO DOS DOMICÍLIOS POR SEGURANÇA ALIMENTAR (SA) E NÍVEIS DE INSEGURANÇA ALIMENTAR (IA) SEGUNDO INFORMAÇÃO DE SEXO E RAÇA DA PESSOA DE REFERÊNCIA, BRASIL. ELABORAÇÃO PRÓPRIA A PARTIR DE IBGE, POF 2017-2018.

A intersecção de desigualdades de gênero e raça se manifesta em todas as regiões do território brasileiro, assim como nos espaços urbano e rural (TABELA 3 e FIGURA 11). A IA foi mais frequente na Região Norte do país, seguida de Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e da Região Sul, onde a IA se manifestou em uma propor-

ção menor de domicílios. Considerados os casos extremos, apenas 13,4% dos domicílios chefiados por homens brancos são marcados pela IA na Região Sul, enquanto 61,9% dos domicílios chefiados por mulheres negras na Região Norte estão sob a mesma condição (TABELA 3).

TABELA 3. PROPORÇÃO DOMICÍLIOS EM INSEGURANÇA ALIMENTAR (IA) POR SEXO E RAÇA DA PESSOA DE REFERÊNCIA E MACRORREGIÃO.

MACRORREGIÃO	SEXO E RAÇA/COR AUTODECLARADA DA PESSOA RESPONSÁVEL PELO DOMICÍLIO			
	HOMENS		MULHERES	
	BRANCOS	NEGROS	BRANCAS	NEGRAS
Centro-Oeste	25,7%	36,7%	32,3%	43,7%
IC (%)	22,6-28,7	33,2-40,2	28,2-36,4	40,5-46,8
Nordeste	41,0%	49,2%	45,9%	56,8%
IC (%)	38,6-43,4	47,6-50,9	43,3-48,5	55,1-58,4
Norte	49,7%	57,4%	46,1%	61,9%
IC (%)	44,3-55,1	54,8-60,1	39,7-52,6	59,0-64,8
Sudeste	21,3%	35,4%	28,8%	44,6%
IC (%)	19,5-23,2	33,2-37,5	26,2-31,4	41,9-47,2
Sul	13,4%	26,3%	21,8%	38,5%
IC (%)	12,0-14,9	23,6-28,9	19,5-24,1	34,4-42,6

Elaboração própria a partir de IBGE, POF 2017-2018. IC (%) = Intervalo de confiança em percentual (inferior-superior).

A IA é mais presente no meio rural do que no meio urbano, e, mais uma vez, observa-se que, nos domicílios onde a pessoa de referência foi autodeclarada negra, os moradores estavam mais sujeitos à IA. O mesmo ocorreu no caso dos domicílios chefiados por mulheres, com piores resultados entre as autodeclaradas negras. Novamente, a condição de segurança alimentar em domicílios chefiados por mulheres negras foi pior, tanto no meio urbano quanto no rural (FIGURA 11).

Nesta análise, estamos diante de um país dividido. No Brasil branco, a IA chega, no máximo, a quase 40%, enquanto no Brasil negro a IA está presente em, no mínimo, 40% dos domicílios.

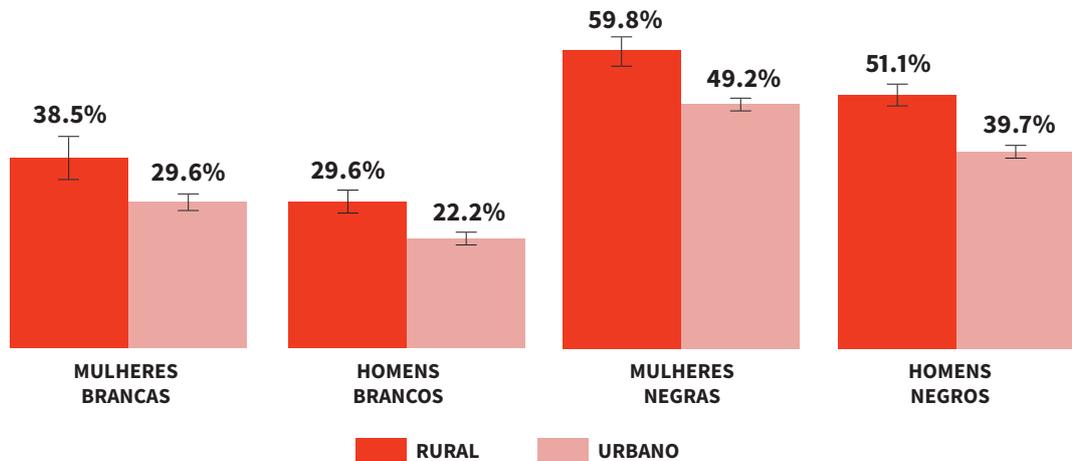


FIGURA 11. PROPORÇÃO DE DOMICÍLIOS EM INSEGURANÇA ALIMENTAR (IA) POR SEXO E RAÇA AUTODECLARADA DA PESSOA DE REFERÊNCIA E LOCALIZAÇÃO URBANA OU RURAL DO DOMICÍLIO. ELABORAÇÃO PRÓPRIA A PARTIR DE IBGE, POF 2017-2018.

Ao considerar grupos etários, verificou-se que os idosos apresentaram as maiores frequências de SA, provavelmente um resultado da seguridade social brasileira, cujo desenho é mais eficaz na proteção dos indivíduos pertencentes a essa faixa etária/ciclo da vida. O mesmo não se pode dizer das crianças e dos adolescentes (FIGURA 12). A maior parte das crianças e adolescentes vivenciava, em 2017-2018, algum nível de IA. Se somarmos os níveis mais severos de IA (moderada + grave), chegamos a 25,2% das crianças e 25,9% dos adolescentes com restrição parcial ou severa aos alimentos.

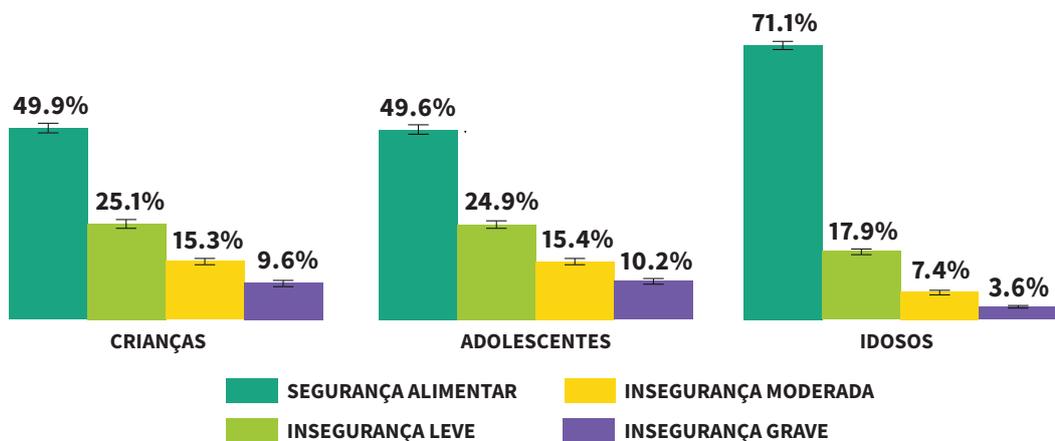


FIGURA 12. PROPORÇÃO DE CRIANÇAS (ATÉ 9 ANOS, 11 MESES E 29 DIAS), ADOLESCENTES (10 ANOS A 19 ANOS, 11 MESES E 29 DIAS) E PESSOAS COM 60 ANOS OU MAIS EM SEGURANÇA ALIMENTAR (SA) E INSEGURANÇA ALIMENTAR (IA), BRASIL. ELABORAÇÃO PRÓPRIA A PARTIR DE IBGE, POF 2017-2018.

A análise do recorte racial entre moradores crianças, adolescentes e idosos nos domicílios mostra mais um ângulo do racismo estrutural brasileiro. Conforme registrado na tabela 4, as crianças negras apresentaram o dobro de frequência da condição de IA grave – fome – (12,6%), ao comparar com a frequência dessa situação entre as crianças brancas (6,1%). Esse padrão de desigualdade racial repete-se entre adolescentes. Sob o ponto de vista do Dhana, a IA é sempre muito grave; no entanto, é um choque observar que, entre os que sofrem com essa condição, as crianças e adolescentes negros e negras passam por contextos ainda mais graves, impactando de forma brutal no pleno desenvolvimento do potencial humano (TABELA 4).

TABELA 4. PROPORÇÃO DE CRIANÇAS (ATÉ 9 ANOS, 11 MESES E 29 DIAS), ADOLESCENTES (10 ANOS A 19 ANOS, 11 MESES E 29 DIAS) E PESSOAS COM 60 ANOS OU MAIS ANOS SEGUNDO A SEGURANÇA ALIMENTAR (SA) E NÍVEIS DE INSEGURANÇA ALIMENTAR (IA) POR RAÇA AUTODECLARADA, BRASIL.

FAIXA ETÁRIA/ CICLO DA VIDA DO MORADOR	RAÇA/COR AUTODECLARADA							
	BRANCA				NEGRA			
	SA (%)	IA LEVE (%)	IA MODERADA (%)	IA GRAVE (%)	SA (%)	IA LEVE (%)	IA MODERADA (%)	IA GRAVE (%)
Crianças	60,3%	22,9%	10,7%	6,1%	41,3%	27,1%	19,1%	12,5%
IC (%)	58,5-62,0	21,5-24,4	9,8-11,6	5,3-6,9	39,8-42,9	25,7-28,5	17,8-20,4	11,5-13,5
Adolescentes	60,3%	22,4%	10,7%	6,6%	42,4%	26,4%	18,6%	12,5%
IC (%)	58,4-62,2	20,9-24,0	9,6-11,8	5,7-7,5	41,0-43,8	25,3-27,6	17,5-19,8	11,6-13,5
Idosos	79,8%	13,9%	4,3%	1,9%	61,3%	22,5%	10,7%	5,5%
IC (%)	78,6-81,1	13,9-12,9	3,7-4,9	1,6-2,3	60,0-62,7	21,4-23,6	9,8-11,6	4,9-6,0

Elaboração própria a partir de IBGE, POF 2017-2018. %= percentual. IC (%) = intervalo de confiança em percentual (inferior-superior).

Entre os idosos, grupo em que a frequência de IA foi relativamente menor, as diferenças entre brancos e negros são proporcionalmente maiores. A proporção de idosos negros em situação de insegurança alimentar (38,7%) é 18,6 pontos percentuais maior do que para idosos brancos (20,1%). A fome (IA grave) atingia 5,5% dos idosos/as autodeclarados/as negros/as, um valor quase três vezes maior do que o encontrado para idosos autodeclarados/as brancos/as (1,9%).

A presença de idosos nos domicílios é comumente citada com um fator que contribui para a SA da família, tendo em vista que estes acessam sistema de aposentadoria que garante o acesso a uma renda mínima e permanente. No entanto, esta análise à luz da raça autodeclarada nos permite observar que essa é uma verdade que cabe para famílias com idosos autodeclarados brancos. Domicílios com idosos autodeclarados negros vivenciam outras situações, não estudadas nesta pesquisa, que podem impedir que o acesso à renda permanente por meio da aposentadoria gere resultados semelhantes de promoção da SAN. Esse, com certeza, é um ponto que merece melhor e mais amplo esclarecimento e conhecimento.

Fica a dúvida se estamos diante de idosos negros ou idosas negras que, ao longo de sua vida, foram expostos a situações e condicionantes limitantes para o pleno desenvolvimento de seu potencial humano, como restrições para acessar a educação, o mercado de trabalho formal, empregos de maior remuneração, chegando a uma remuneração via aposentadoria aquém do necessário para manter os gastos essenciais. A leitura da situação atual de que idosos negros apresentam maior frequência de IA, quando comparados aos autodeclarados brancos, deve ser feita à luz da cadeia racista e do racismo estrutural, que levam à violação do pleno alcance dos direitos humanos, como o Dhana.

A POF permite ainda avaliar a qualidade da alimentação por meio de alimentos adquiridos nos domicílios, como frutas, legumes e verduras ou produtos orgânicos. Também nessa dimensão de análise observa-se a expressão das desigualdades e iniquidades: negros e negras relataram menor aquisição de frutas do que brancos e brancas. Já para os legumes e verduras não houve diferença significativa entre pessoas que se autodeclararam negras e brancas (FIGURA 13). Aqui, no entanto, cabe destacar que a aquisição desses alimentos é muito baixa, considerando todas as categorias de raça estudadas.

Nos domicílios que informaram adquirir frutas e legumes/verduras, o valor médio mensal gasto foi de R\$ 68,55 em domicílios chefiados por homens brancos, R\$ 61,26 em domicílios chefiados por mulheres brancas, R\$ 57,84 em domicílios chefiados por homens negros e R\$ 53,14 em domicílios com mulheres negras como pessoa de referência. Ao considerar o valor médio gasto com frutas, legumes e verduras pelo total de domicílios brasileiros, por sexo e raça autodeclarada da pessoa de referência, verifica-se que a aquisição desses alimentos em domicílios chefiados por pessoas negras é sempre menor do que naqueles lares cuja referência é uma pessoa autodeclarada branca (FIGURA 14). Em relação aos produtos orgânicos, estes foram também mais consumidos por brancos do que por negros,

embora representem uma parcela inferior a 1% da aquisição de alimentos dos brasileiros e brasileiras em geral. A lista de produtos orgânicos considerados pode ser consultada no apêndice do [documento complementar “Notas metodológicas”](#).

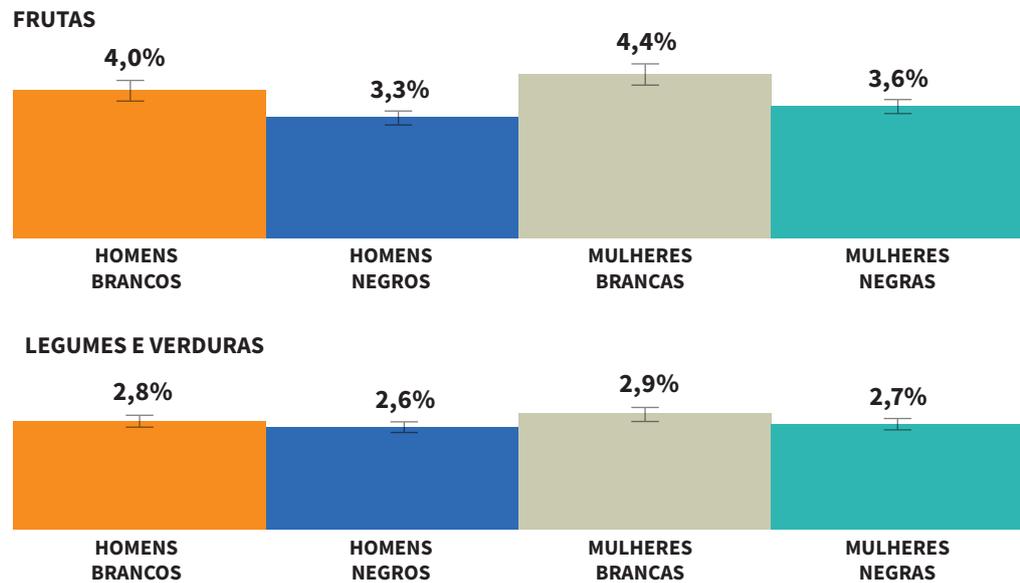
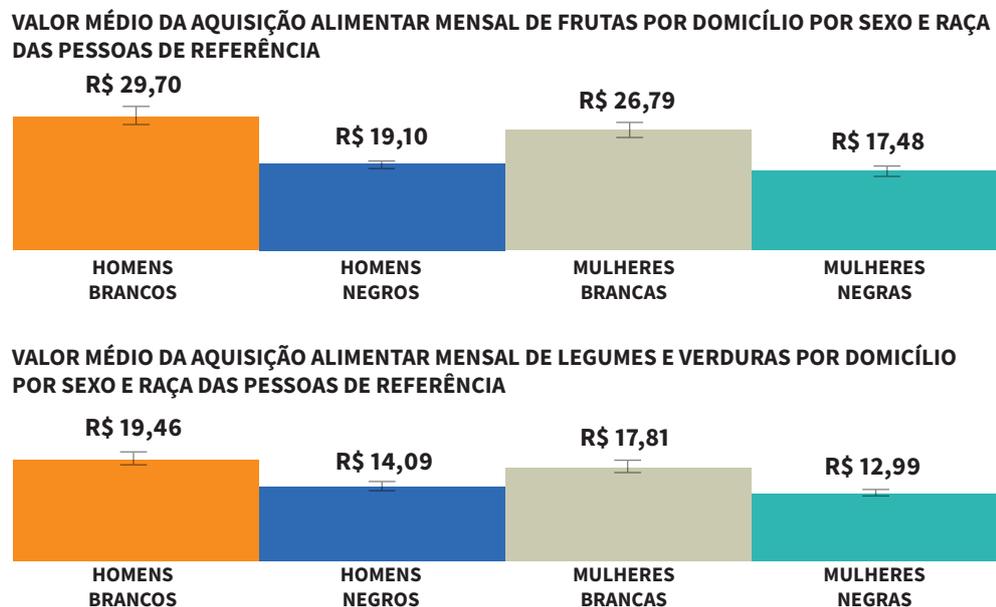


FIGURA 13. PARTICIPAÇÃO, EM PERCENTUAL, DE FRUTAS E DE LEGUMES E VERDURAS NO TOTAL DA AQUISIÇÃO ALIMENTAR DOMICILIAR MENSAL POR SEXO E RAÇA DA PESSOA DE REFERÊNCIA, BRASIL. ELABORAÇÃO PRÓPRIA A PARTIR DE IBGE, POF 2017-2018.



Nota: Intervalo de confiança a 95%

FIGURA 14. VALOR MÉDIO MENSAL GASTO PELAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS COM FRUTAS, LEGUMES E VERDURAS, POR SEXO E RAÇA AUTODECLARADA DA PESSOA DE REFERÊNCIA. ELABORAÇÃO PRÓPRIA A PARTIR DE IBGE, POF 2017-2018.

Dados quantitativos complementares

Complementamos a análise da expressão das desigualdades no processo alimentar no Brasil destacando dados de estudo conduzido por Levy *et al.* (2022) sobre a aquisição de alimentos nos domicílios brasileiros, no período de 1987-2018, a partir da classificação Nova⁷. O estudo de Levy *et al.* (2022) utilizou os bancos de dados de cinco edições da POF – 1987-1988, 1995-1996, 2002-2003, 2008-2009 e 2017-2018 – para uma análise de tendência. As autoras e os autores relatam que os alimentos *in natura*, minimamente processados e ingredientes culinários processados se mantiveram na base da aquisição domiciliar de alimentos no Brasil ao longo dos anos estudados. No entanto, foram observadas modificações no percentual de participação calórica desses alimentos. Analisando os dados de 2002-2003 e comparando-os com os de 2017-2018, encontraram uma redução na aquisição de alimentos *in natura* ou minimamente processados, de 51,0% para 48,7%, e um aumento na participação de alimentos ultraprocessados (+0,31 pp/ano), que passaram de 14,3% para 19,4%. Na análise dos alimentos/produtos classificados como ultraprocessados, observaram que o consumo de refeições prontas, massas (de pizza, lasanha ou pastel) e bolos e tortas doces duplicou no período entre 2002 e 2018, e a aquisição de pães ultraprocessados, doces em geral, chocolate, bebidas adoçadas não carbonatadas, sorvetes, frios e embutidos e molhos prontos seguiu essa mesma tendência. O maior consumo de produtos ultraprocessados foi observado para todos os níveis de renda analisados.

Estudo de Costa *et al.* (2023) também analisou dados de consumo alimentar, a partir da POF, à luz de recorte de raça/cor autodeclarada. Os resultados demonstram que a participação relativa dos produtos ultraprocessados na dieta dos brasileiros não sofre grandes alterações com base em raça/cor da pele, ficando em torno de 18% para brancos, pardos, pretos e indígenas. De forma complementar, apresentamos, no apêndice 1, um quadro-síntese com bases de dados e fontes de informações sobre alimentação, nutrição, saúde, produção e processamento de alimentos e participação social, com dados coletados entre 2010 e 2022. Nem todos apresentam dados por gênero, raça e classe social, mas muitos disponibilizam seus bancos de dados, favorecendo assim a realização de análises complementares.

7 Para saber mais, sugere-se leitura de <https://www.fsp.usp.br/nupens/a-classificacao-nova/>.

3.2. IDEIAS E NARRATIVAS SOBRE AS DESIGUALDADES E INIQUIDADES NO PROCESSO ALIMENTAR NO BRASIL

O retrato das desigualdades visto sob a ótica dos dados quantitativos é lido na perspectiva de análise qualitativa. Como especialistas relatam ver a expressão das desigualdades, especialmente de gênero, raça e classe, no processo alimentar no Brasil? Como documentos públicos tratam esse cenário descrito/observado a partir dos resultados quantitativos anteriormente apresentados? Essas são algumas das perguntas que guiaram a escrita desta seção.

A primeira ação de levantamento de dados textuais associados a esta pesquisa foi conduzida junto a um conjunto de especialistas participantes da oficina de debate e qualificação do projeto, conduzida em julho de 2022. Nessa atividade, as/os 15 participantes foram estimulados a responder ao questionário *online* (detalhamento no documento complementar “[Notas metodológicas](#)”), registrando sua visão sobre as desigualdades nos sistemas alimentares e indicando materiais para a análise documental. No total, obtivemos retorno de nove questionários.

Analisar como as desigualdades operam no processo alimentar no Brasil foi apontada como uma ação fundamental para se discutir qualquer questão relacionada a direitos e bem-estar no país. Essa atitude pode também favorecer: uma compreensão sistêmica sobre as relações estabelecidas entre as etapas e os processos relacionados ao acesso aos alimentos e à alimentação; a explicação dos mecanismos estruturais associados à IA e outras manifestações negativas no corpo (biológico), sociais, econômicas, ambientais e políticas; a superação do racismo e do sexismo, assim como das injustiças impostas a povos e comunidades tradicionais. Deu-se destaque, ainda, à contribuição na identificação de situações que configuram conflito de interesses.

[...] relação entre cultura alimentar e consumo de alimentos. A relação do capital e o projeto político ou agenda política do gestor público. Região que pode produzir uma diversidade de alimentos, mas não existe uma vontade política de criar condições de melhores possibilidades para o sistema alimentar daquela região ou localidades.

(etapas/ações do processo e dos sistemas alimentares) [...] elementos alinhados e dependentes uns dos outros. Por esses motivos, quando falamos

de alimentação no Brasil, é importante observar como essas associações geram efeitos sobre a nossa sociedade, nossa cultura e nossa saúde e como isso se desdobra de modos desiguais.

[...] sistemas alimentares hegemônicos não apenas no Brasil, mas globalmente, são importantes “produtores” de desigualdades e produzem externalidades econômicas, políticas e sociais, ambientais amplas e profundas. Tendem, no campo político, a se concentrar nas defesas mais conservadoras e até mesmo retrógradas. Conservam e aprofundam as vulnerabilidades históricas do nosso país e contribuem de maneira importante com nossos mais importantes desafios, como pobreza, racismo estrutural, devastação, intolerância nas suas mais diversas expressões.

[Contribuições obtidas por meio de questionário autoaplicado]

A análise das desigualdades e iniquidades no processo alimentar no Brasil a partir da ênfase nos eixos gênero, raça e classe mostrou-se uma estratégia de análise coerente com a realidade brasileira, que contribui com a superação da ideia de homogeneidade do povo brasileiro, com a construção de uma narrativa de formação de sociedade que valoriza as diferentes raças e etnias e promove uma desnaturalização do termo desigualdade social.

Seguindo na pesquisa, conduziu-se análise documental a partir de textos oriundos dos agrupamentos sociedade civil, científico e participação social.⁸

3.2.1. Sociedade civil

Associações patronais

Na análise de documentos publicados pela Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (Abia), pela Associação Brasileira do Agronegócio (Abag) e pela Associação Brasileira de Supermercados (Abras), foi possível identificar uma centralidade do tema “segurança dos alimentos”, atrelado à ideia de segurança

⁸ As citações que ilustram as análises aqui descritas estão agrupadas no apêndice 2 e podem ser identificadas a partir da numeração acrescentada ao final do parágrafo. Exemplos: [1] ou [1]-[4]. No segundo exemplo, as citações números 1 a 4 estão associadas ao trecho descrito aqui no relatório.

alimentar dos consumidores (termo adotado pela Abia), dos clientes (Abras) ou da população brasileira e mundial (Abag). Essas análises permitiram também identificar as dimensões associadas à SA, aspecto que nos pareceu central explorar para compreender como o debate sobre desigualdade é (ou não) expresso nos documentos.

Segurança alimentar é, no contexto da Abia, da Abag e da Abras, descrita como um processo de produção e oferta de alimentos baseado na segurança, na sustentabilidade ambiental, na coerência entre a oferta de um produto/alimento condizente com as necessidades ou preferências do mundo moderno/urbano e no suporte à geração de renda e desenvolvimento econômico do país.[1]-[4] A Abras descreve uma conexão mais proeminente com a dimensão de acesso aos alimentos, por meio da garantia de oferta regular de alimentos aos consumidores do mundo moderno/urbano. A Abag destaca o papel do agronegócio no desenvolvimento econômico e na oferta regular de alimentos aos mercados interno e externo.

Outro termo recorrente entre esse grupo de instituições foi “segurança dos alimentos e produtos”. A Abia o descreve como um papel do setor alimentício, o qual deve assegurar a segurança sanitária dos componentes e ingredientes dos produtos industrializados, seguros por estarem sem contaminação por agentes biológicos, químicos ou físicos, aspecto confirmado pela presença de informações de aprovação pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). O setor alimentício promove também a oferta física regular/constante, mesmo diante de uma ameaça de ampliação de demanda, como a vivenciada no início da pandemia pelo novo coronavírus.[5]-[9] A busca por manter e aprimorar essa segurança dos alimentos e produtos é descrita como uma preocupação central das associações (Abia e Abag) com a saúde do consumidor/cliente, aspecto que inclui a superação de problemas alimentares e nutricionais, como a fome e as doenças associadas à alimentação.

Essas manifestações aparecem em atividades de incidência política desenvolvidas, por exemplo, pela Abia, em diferentes espaços da sociedade. No relatório anual referente ao ano de 2021, podem ser identificados distintos espaços em que a associação imprimiu de forma ativa sua incidência política, abrangendo diferentes níveis e locais de exercício da governança e tomada de decisões:

- Global: representante da indústria de alimentos no grupo de debate, promovido pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE), de construção das

propostas do Brasil à Cúpula dos Sistemas Alimentares/Organização das Nações Unidas (ONU)⁹;

- Regional/Américas: participante em evento virtual World Food Day Américas; [10]
- Nacional: participante da construção da agenda nacional de desenvolvimento e ampliação da oferta de produtos que utilizam proteínas vegetais análogas (*plant-based*), processo conduzido pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) e identificado como Agenda Nacional de Inovação em Sistemas Alimentares Contemporâneos e Novos Ingredientes do Mapa. Outro espaço de incidência se deu pela participação na audiência pública na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) da Câmara dos Deputados para falar do papel da indústria de alimentos durante a pandemia; [11]
- Local: atuação estratégica em espaço de participação e controle social. João Dornellas, presidente da Abia, é também, desde 2021, presidente do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável do Estado de São Paulo (Consea/SP). A posse de João Dornellas e de sua vice¹⁰ foi objeto de posicionamentos contrários oriundos de articulações de organizações da sociedade civil nacionais¹¹ e do estado de São Paulo atuantes na exigibilidade do Dhana. No relatório anual da Abia de 2021, essa atuação foi descrita vinculada ao Prêmio Josué de Castro¹² de combate à fome. [12]

Identificou-se também uma visão sobre quais responsabilidades essas associações (e seus membros) têm diante da relação entre alimentação e nutrição humana. Às entidades privadas do ramo do processamento e da comercialização dos alimentos cabe ofertar alimentos seguros, coerentes com as necessidades e valores da vida moderna/urbana e, em alguma dimensão, menos prejudiciais ao meio ambiente. Ao consumidor e cliente, que “... tem renda para consumir...” (*SuperHiper*, revista da Abras, fev. 2022), cabe cuidar da qualidade nutricional, a

9 O CFN também teve fala no debate.

10 A vice-presidente do Consea/SP é Amanda Araújo Pinto, vinculada à Sociedade Rural Brasileira (SBR).

11 <https://alimentacaosaudavel.org.br/blog/alianca-manifesta-repudio-contra-a-possivel-nomeacao-da-abia-e-sociedade-rural-brasileira-para-presidencia-do-consea-sp/9455>.

12 Iniciativa iniciada em 2005: <https://consea.agricultura.sp.gov.br/noticias/16/dia-mundial-da-alimentacao>.

qual é alcançada por meio do direito de escolha de quais alimentos e produtos serão comprados e consumidos.[13]-[14]

A ideia de um agronegócio compromissado com o combate à fome e com outros problemas relacionados à má nutrição é fortemente colocada pela Abag, a qual informa que é papel do agronegócio contribuir com a superação de dois desafios do campo da alimentação e nutrição: “de um lado, a fome, pelo não acesso à comida; e, de outro, as doenças, devido a uma alimentação não balanceada” (*Relatório de Atividades 2021*, Abag, p. 28). Cabe destacar que não foram encontradas referências às chamadas intervenções sensíveis à nutrição, como a estratégia de produzir alimentos com densidade de nutrientes modificada. A menção à nutrição, enquanto um enfoque de atuação da Abag, foi identificada em um relato vinculado ao presidente do Conselho Diretor, o qual propôs que o Dia da Alimentação seja celebrado como o *Dia da Nutrição*.

Essa proposta tem relação com a ideia comumente declarada nos documentos dessas associações, os quais insistem na narrativa de que uma nutrição adequada e um corpo saudável estão associados ao direito de escolha de quais alimentos consumir e ao acesso facilitado por meio de redes de supermercados, sendo esta organização mais adequada às demandas da vida moderna nas cidades. Lendo assim, podemos pensar que estamos diante de associações que atuam em um país onde o acesso financeiro e físico aos alimentos não é desigual e influenciado por questões estruturais e sociais amplas, como renda, local de moradia e acesso físico aos pontos de comércio de alimentos etc. Ao relacionar o acesso e a oferta de alimentos à ideia de clientes/consumidores, parecem não caber reflexões sobre a heterogeneidade sócio, educacional e financeira que existe na população brasileira, os aspectos de distribuição dos estabelecimentos comerciais de alimentos, os preços prati-



cados para produtos *in natura*/minimamente processados, as desigualdades que negros e negras, que mulheres e pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica enfrentam para acessar os alimentos e uma alimentação que promova a saúde e o bem-viver.

Nos documentos da Abia analisados não há menção à palavra “desigualdade” (muito menos “iniquidade”). Dentre os documentos associados à Abag, encontrou-se a palavra citada no *Relatório de Atividades de 2021*¹³, associada ao levantamento de informações com mulheres que trabalham no meio rural ou na indústria agrícola. Ambos os levantamentos buscaram fortalecer a atuação da mulher no agronegócio. Na visão das produtoras rurais participantes de uma dessas pesquisas, uma situação de mais igualdade entre homens e mulheres que atuam na produção de alimentos pode ser construída a partir da ampliação do acesso a treinamentos e ao crédito/financiamento, possibilitando assim o fortalecimento da atuação feminina no campo rural e de produção de alimentos. Esse tipo de ação certamente contribui, em alguma medida, para o fortalecimento da atuação das mulheres no meio rural e na promoção de um ambiente de trabalho rural menos desigual, mas, ao mesmo tempo, reforça uma perspectiva da desigualdade que predomina entre as mulheres rurais, já que as mulheres vinculadas à agricultura familiar, aos povos e comunidades tradicionais, à pesca artesanal e aos povos indígenas têm menos acesso ao crédito e à assessoria técnica. Outro ponto é o limite de lugar da mulher no trabalho rural, o qual, nos documentos da Abag, está atrelado ao preparo/processamento de alimentos. **[15]-[17]**

Tal perspectiva reforça a naturalização dos papéis tradicionais de homens e mulheres nas atividades agrícolas e rurais, estruturados pelo modo de organização patriarcal da família e pela divisão sexual do trabalho, que responsabiliza, de forma quase exclusiva, as mulheres pelas atividades de cuidado e reprodução da vida, como preparo de refeições e processamento de alimentos, dentre outras. As mulheres que desejam “empreender” em outras atividades rurais devem fazê-lo sem comprometer o cumprimento dessas funções tradicionais, o que as leva a uma carga de trabalho excessiva. Por outro lado, essas atividades são, em geral, invisibilizadas, pouco valorizadas e secundarizadas no debate econômico, que

13 Nos relatórios de 2020 e 2019, foram também encontrados debates sobre desigualdade na perspectiva de potencializar o “... crescimento do papel da mulher no ambiente dos negócios e das tomadas de decisão” (*Relatório de Atividades Abag*, 2020, p. 19) e de ressaltar, por meio de prêmios de reconhecimento público, “mulheres inovadoras do agro” (*Relatório de Atividades Abag*, 2019, p. 22).

acaba por não reconhecer o peso do trabalho do cuidado no desenvolvimento econômico do país. Portanto, ainda que as iniciativas que favoreçam a geração de renda para as mulheres a partir de atividades de preparo de alimentos sejam relevantes, elas acabam por aprofundar as desigualdades de gênero, se não estiverem associadas a outras que alterem as posições hierárquicas que prevalecem nas relações entre mulheres e homens.

Outro levantamento conduzido com mulheres relatado por uma das fontes de dados (*SuperHiper*, fev. 2022) buscou compreender o ambiente empresarial, visando assim promover/consolidar a inclusão feminina nesse espaço. O desafio de construir ambientes mais diversos e equânimes apareceu em texto publicado na Revista Abras de fevereiro de 2022. O tema foi retratado na perspectiva de boas práticas de gestão empresarial e de superação individual dos desafios enfrentados pelas mulheres. Este ponto também consistiu no tema de um evento promovido, em 2020, pela Abras e pela Unilever para exaltar “a força da mulher e os desafios que elas encontram para se sobressaírem na sociedade brasileira”. Esse evento contou com relatos de vida e trajetória de uma esportista brasileira mundialmente conhecida e de uma filósofa negra (pesquisadora), como personalidades de destaque e “... exemplos de superação...” (*SuperHiper*, dez. 2020).[\[18\]](#)

Dar visibilidade à menor representação feminina nos espaços de poder e tomada de decisão é de extrema relevância, já que são locais predominantemente ocupados por homens, tanto no setor privado quanto no público e na sociedade civil. Mais uma vez, os papéis de gênero, associados aos padrões de mercado – que sobrevalorizam comportamentos masculinos de liderança –, colocam a maioria das mulheres numa posição hierárquica inferior à ocupada pelos homens na esfera pública. Barreiras sociais e econômicas, assim como a organização da vida doméstica, são fatores que contribuem para a manutenção dessas posições diferenciadas e desiguais. Infelizmente, nenhuma surpresa no fato de o tema das desigualdades, especialmente de gênero, raça/cor e classe social, estar ausente ou ser superficialmente retratado em documentos oriundos do grupo de entidades do bloco anterior. Os interesses que orientam a Abia, a Abras e a Abag, assim como outras associações que representam empresas privadas de caráter comercial, versam sobre o bem privado, a geração de renda/valor agregado, o lucro e os ganhos econômicos aos proprietários ou acionistas. O alimento é uma mercadoria, o bem/produto colocado no jogo do mercado e das trocas econômicas mediadas pelo dinheiro, e a partir dele e dos processos associados à monetização de sua produção, processamento,

distribuição e comercialização se constrói a força do setor produtivo e da indústria de alimentos. Alimentação com qualidade nutricional destina-se a quem pode pagar; aos desprovidos de renda deixam a “dignidade nutricional... com receitas baratas e saudáveis”.

Cabe ainda reforçar que, apesar de algum tangenciamento ao debate sobre desigualdade de gênero, este é atrelado à ideia de homens e mulheres e de igualdade. A superação das situações de desigualdade passa por aspectos de acesso a treinamentos/capacitação e crédito para empreender e fazer acontecer! É na dimensão do esforço individual que a “igualdade” é construída; por isso, cabe o esforço de premiar “mulheres empreendedoras” ou de expor trajetórias de mulheres bem-sucedidas, que superaram todas as dificuldades enfrentadas – um discurso que se fortalece com a disseminação de ideias de meritocracia.

Associações profissionais do campo da nutrição

Na análise de textos assinados por associações profissionais encontramos também uma forma superficial de tratamento das iniquidades, que foram mais expressas como desigualdades, apesar de grande parte dessas entidades atuarem de forma muito ativa, tanto denunciando situações de violação ao Dhana e de outros direitos, como também incidindo política e socialmente para que o Estado cumpra suas responsabilidades. A agregação desse conjunto de entidades neste grupo considerou a natureza de trabalhar com profissionais com atuação no mercado de trabalho, a despeito das diferenças de esfera de atuação. Resgatamos, para fins de registro, que:

- Conselho Federal de Nutricionistas (CFN) é o órgão máximo de normatização, orientação, disciplina e fiscalização das atividades da profissão de nutricionista em todo o território nacional;
- Federação Nacional dos Nutricionistas (FNN) é a representante legítima da categoria profissional de nutricionista na esfera trabalhista;
- Associação Brasileira de Nutrição (Asbran) é uma associação sem fins lucrativos que congrega profissionais da área de nutrição;
- Sociedade Brasileira de Alimentação e Nutrição (SBAN) é uma entidade da sociedade civil, de cunho científico, sem fins lucrativos.

No conjunto de documentos analisados vinculados à SBAN não há menção à palavra “desigualdade” e a termos correlatos (iniquidades, equidade, gênero, raça/cor, classe, renda). Verificou-se a proximidade entre o posicionamento da SBAN em relação aos debates sobre modificações da rotulagem nutricional e o argumento da Abia e seus associados de que os consumidores escolhem de acordo com suas necessidades e que estes “sabem escolher”, devendo ter o direito de assim proceder sem interferências/alertas desnecessários e alarmistas nos rótulos dos alimentos.[19]

Cabe destacar também que tanto a SBAN como a Abia investem em articulações fora do país, construindo mecanismos de observação sobre potenciais medidas regulatórias em debate nos parlamentos. Essa é uma forma de incidir, enquanto grupos articulados, na não aprovação ou implantação de medidas que sejam favoráveis às premissas do Dhana, influenciando inclusive na produção de evidências que desqualificam/reduzem os impactos na saúde de ações regulatórias implementadas, sejam estas de origem científica ou de instituições como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) ou falas de ministro da Saúde publicadas em jornal nacional. Tal esforço é identificado em documento que apresenta o posicionamento da SBAN, como no texto “Posicionamento sobre novas regras para rotulagem nutricional Brasil, 2019”. [20]

Hernando Fidalgo (FIAN Colômbia), em debate promovido pela Global Health Advocacy Incubator (GHAi)¹⁴, ressalta que essa prática de monitorar os debates dentro dos espaços de regulamentação e decisão política dos países é comum entre as corporações, como uma forma de prever e antecipar ações regulatórias semelhantes em outros países. Ou seja, trata-se de um mecanismo, uma prática corporativa para prevenir potenciais ações públicas de regulação e controle que sejam contrárias aos interesses das indústrias e das empresas do ramo da alimentação. Tal reflexão é útil para se pensar por que a Abia se posicionou de forma tão contrária à publicação do *Guia Alimentar para a População Brasileira* (MS, 2014). A SBAN também o fez.

Nas análises dos documentos associados ao CFN, à FNN e à Asbran, o termo “desigualdade” aparece no contexto de denúncias frente ao aumento da fome (Asbran e CFN), de lutas por garantia de direitos trabalhistas (FNN) ou, de forma breve, em debates sobre a formação profissional do nutricionista (CFN). Alguns

14 Link para o debate: <https://www.youtube.com/watch?v=jy97e9vA6kk&t=1412s>.

desses documentos detalham aspectos de desigualdade associados à renda e ao gênero. Nenhum traz referência às iniquidades raciais e à sua relação com a alimentação e a nutrição. Quanto à renda, a condição de desigualdade tende a ser reportada para ressaltar problemas alimentares e nutricionais associados ao acesso financeiro aos alimentos. A questão de gênero é uma perspectiva mais frequentemente destacada nos textos, porém limitada à perspectiva do sexo (mulher e homem), tendendo a uma generalização, mesmo quando inserida nos espaços de apresentação de propostas de ação.[21]-[25]

Cabe também ressaltar dois aspectos de incidência e convergência de atuação política observados ao analisar o conjunto de documentos deste bloco de entidades. Por serem entidades associadas ao mundo do trabalho, elas tendem a ocupar espaços de debate e tomada de decisão mais abrangentes. Destaca-se o papel do CFN como agente político com atuação em diferentes frentes, caracterizando-se como um ator estratégico para contrapor visões apresentadas pelas indústrias alimentícias e da agricultura corporativa. Em termos de participação política, foi possível identificar a participação do CFN em diferentes espaços:

- Global: diálogo nacional preparatório para a Cúpula de Sistemas Alimentares/ONU, promovido pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE). Nesse evento estava também a Abia. A representante do CFN destacou, em sua fala durante o evento, o entrelaçamento entre ameaças globais: as mudanças climáticas, a obesidade e a nutrição. [26]
- Nacional:
 - » Congresso Nacional: participação em reunião da Frente Parlamentar Mista de Combate à Fome no Brasil e da Frente Parlamentar de Segurança Alimentar e Nutricional, na Câmara dos Deputados, em Brasília.[27] A atuação no Congresso sensibilizando deputados e senadores a votarem a favor de projetos de leis (PLs) que promovam a SAN e o Dhana ou pedindo que votem de forma contrária ou exerçam força de impedimento ao seguimento de projetos que são ameaças à alimentação adequada e saudável. Em documento específico do CFN, foi ressaltada intensa conversa com parlamentares pedindo a aprovação do PL 6299/2002, do PL 880/2021 (Institui a Política Nacional de Promoção da Alimentação e dos Produtos da Socio-biodiversidade de Povos e Comunidades Tradicionais) e do PL 4501/2020, que trata da comercialização, propaganda, publicidade e promoção comercial de alimentos e bebidas ultraprocessados e uso de frituras e gordura trans em escolas públicas e privadas, em âmbito nacional.[28]

- » Instituições de ensino: formação de nutricionistas e técnico em nutrição e dietética (TND). O CFN tem desenvolvido ações voltadas ao ensino, por meio da organização de debates com representantes dos cursos de nutrição. O encontro mais recente foi realizado em 2019, e, apesar de o relatório do evento ter apresentado várias citações aos termos e conceitos de SAN e DHAA, não há registro de ampla discussão sobre o tema das desigualdades. Foi encontrado um único registro, oriundo de um relato de experiência de uma pesquisadora atuante com formação de gestores na área de políticas públicas de alimentação e nutrição.[29]

Movimentos e organizações sociais do campo

A análise de documentos recentes produzidos pelos movimentos e organizações sociais do campo, assim como a avaliação das manifestações de seus dirigentes no debate público recente, indica que as questões relacionadas à segurança e à soberania alimentar estão na centralidade de suas pautas. Os documentos registram reflexões que:

1. relacionam o modelo de produção do agronegócio às desigualdades enfrentadas pelos povos e comunidades tradicionais que vivem nas áreas rurais;
2. enfatizam o fortalecimento e a necessidade de (re)valorizar a produção de alimentos por meio da agricultura familiar e dos povos e comunidades tradicionais como estratégia de enfrentamento às desigualdades;
3. reafirmam o papel do Estado no desenvolvimento de sistemas agroalimentares baseados na sustentabilidade e na justiça social.

Foram analisados textos do Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), da Via Campesina Brasil, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), do Movimento da Mulher Trabalhadora Rural (MMTR), da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag), da Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil (Contraf) e da coalizão Marcha das Margaridas. Na perspectiva deles, o sistema agroalimentar atrelado ao agronegócio hegemônico caracteriza-se pela apropriação e exploração dos recursos da natureza e pela mercantilização dos produtos do campo, das águas e da floresta. Trata-se de um sistema comprometido com o capitalismo e com o patriarcado, que fomenta as desigualdades sociais e ameaça os direitos humanos, especialmente de povos indígenas e de comunidades tradicionais, ao avançar sobre seus territórios e restringir seu acesso aos recursos naturais e ao apoio do poder público.

A Via Campesina caracteriza o modelo agroalimentar promovido pelo agronegócio como ineficaz e insustentável, com o comando concentrado nas mãos de poucas empresas e cujos investimentos no aumento da produtividade se dão, especialmente, na ampliação das áreas de cultivo/criação de animais. Nessa direção, como destacou uma dirigente do MST, o agronegócio avança sobre áreas da agricultura familiar, de assentados da reforma agrária, de povos indígenas e de povos e comunidades tradicionais destinadas à produção de alimentos, fomentando a violência e a expulsão de famílias do campo e das florestas.[30]-[31]

Diversas contribuições oriundas dos movimentos sociais e coalizões caracterizam o sistema agroalimentar desenvolvido pelo agronegócio pelo foco na produção de *commodities* voltadas à exportação, em vez de alimentos para consumo interno. Esse sistema está inserido em mercados internacionais, sujeitos a variações de rentabilidade, demandas e ofertas globais, é altamente dependente deles e contribui para as oscilações de preços dos alimentos nos mercados locais, impactando diretamente as taxas de inflação.[32]

Os sistemas produtivos vinculados ao agronegócio dependem de um pacote agrícola que incide desde as sementes, passando pela obrigatoriedade do uso intensivo de máquinas, equipamentos agrícolas e produtos químicos, especialmente os agrotóxicos. A alta dependência de capital, cujos recursos decorrem de investimentos estrangeiros ou de financiamentos públicos, afasta esses sistemas, na visão desses movimentos, da promoção da soberania alimentar e dos interesses da população em relação ao que vão consumir.[33]

Ressaltamos que as denúncias relacionadas ao uso indiscriminado de agrotóxicos pelo agronegócio têm sido recorrentes nos documentos e nas manifestações públicas de dirigentes do MST, do MPA, do MMC e da Via Campesina. Esses movimentos ressaltam os efeitos sobre a saúde das pessoas e do meio ambiente e as recentes mudanças promovidas pelo governo federal que vêm facilitando a aprovação do uso de produtos altamente nocivos, cujo uso já foi proibido em países da União Europeia e dos Estados Unidos.[34]-[36]

Os movimentos sociais do campo chamam a atenção também para os arranjos produtivos que integram os produtores às empresas de produtos agropecuários e às instituições financeiras responsáveis pela execução da política de crédito. Esse modelo de produção influencia todo o setor agrícola, aumentando a pressão sobre os agricultores familiares para que passem a adotar de forma constante o pacote do agronegócio, especialmente os agrotóxicos.[37]

A soberania, na perspectiva do MST, é afetada também pela interferência na cultura alimentar, em função da padronização dos alimentos disponíveis à população. Há uma conexão entre a produção agrícola do agronegócio hegemônico e outras etapas da cadeia de processamento de alimentos. Na visão expressa por representante do MST, há uma vinculação entre os sistemas agroalimentares associados ao agronegócio e o estímulo ao consumo exacerbado de produtos industrializados e ultraprocessados.[38] Para as organizações que integram a Marcha das Margaridas, os sistemas agroalimentares atrelados ao modelo hegemônico do agronegócio são danosos à saúde da população, por comprometer a SAN e o meio ambiente.[39]

O MST, o MPA, o MMC e a Via Campesina comungam da perspectiva de que as desigualdades sociais têm origem na estrutura produtiva fortalecida pela prática hegemônica do agronegócio, cuja base é a concentração de terras, de riqueza e de renda, delimitando uma divisão de classes também no meio rural. Nessa trajetória de ocupação da terra e exploração dos recursos naturais brasileiros, o Estado, historicamente, tem implementado políticas que privilegiam os sistemas agroalimentares desenvolvidos pelo agronegócio, contribuindo para a manutenção dessas iniquidades. A Via Campesina tem sido um ator crítico nesse aspecto, afirmando que o Estado, ao atuar para assegurar a legalidade, a proteção da propriedade privada e o financiamento do agronegócio, contribui para a manutenção dessas desigualdades sociais. Os limites dos estabelecimentos rurais que asseguram aos produtores do agronegócio os direitos de propriedade e restringem os direitos de agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais à terra representam também, na perspectiva do MST, limites ao acesso dessas categorias sociais à educação, ao conhecimento, à cultura e à informação. Assim, esses direitos se tornam privilégios de uma parte da população mais favorecida.[40]-[41]

Esse ciclo de um Estado fomentador das desigualdades acompanha a história do Brasil desde a chegada dos primeiros estrangeiros e a ocupação indevida do território, com intensificação após a independência. A Lei de Terras, instituída em 1850, na visão da Via Campesina, formalizou e consolidou a concentração desse bem nas mãos de poucas famílias. Muitas vezes, essas terras foram obtidas de forma violenta e expropriando ou impedindo o acesso de populações aos territórios, comprometendo diretamente seus direitos à alimentação. Essa forma de atuação de um Estado legitimador do roubo de terras de indígenas, povos e comunidades tradicionais tem se perpetuado no país.[42]-[43]

Nas manifestações recentes do MST, do MPA, do MMC e da Via Campesina, verificamos com frequência a preocupação com o avanço da insegurança alimentar e da fome. Para esses movimentos, tais fenômenos estão relacionados ao modelo de produção fomentado pelo agronegócio. A fome no Brasil encontra-se associada à apropriação de terras e à violência contra os povos indígenas, as comunidades tradicionais e os sem terras, como mencionou uma dirigente do MST.[44]-[45]

O avanço da fome e da insegurança alimentar não pode ser justificado pela falta de alimentos, já que há produção interna e mundial suficiente para alimentar a todos e todas. Trata-se de um fenômeno resultante da iniquidade no acesso aos alimentos. A fome e as desigualdades são, portanto, resultados de um modo de produção capitalista, e a superação desses problemas está ligada à redistribuição de terras, ao acesso aos direitos e à luta de classes.[46]-[48] O agronegócio não tem compromisso com a redução da fome, uma vez que grande parte da produção agrícola se destina à produção de combustível e de ração animal. Os sistemas produtivos afetam sobremaneira o meio ambiente, promovendo efeitos nocivos sobre o clima, manifestados por meio de mudanças no regime de chuvas, como estiagens ou chuvas excessivas.[49]-[51]

Os movimentos chamam a atenção para o fato de que as desigualdades (sociais, de gênero e raça), que restringem o acesso da população mais vulnerável aos alimentos e aos meios para produzi-los, vêm sendo aprofundadas pela crise do capitalismo, pela recente crise sanitária promovida pela pandemia da Covid-19 e pela política econômica implementada pela gestão federal de 2019-2022 (governo Bolsonaro). Esses fenômenos ampliam as diferenças sociais ao empurrar grande parcela da população para a condição de pobreza extrema, com limites de acesso à renda e a serviços públicos de assistência que restringem ainda mais a realização dos direitos humanos, incluindo o DHAA.[52]-[56] Os movimentos sociais têm registrado, também, que os fenômenos vinculados à IA, especialmente à fome, estão associados às dimensões de gênero, classe e raça, afetando especialmente as mulheres negras e pobres. Esse é um resultado do encontro entre o machismo, o sexismo e o racismo, os quais estruturam as iniquidades também no campo da alimentação no Brasil.[57]-[61]

Para além de denunciar que a fome afeta mais mulheres negras e pobres, os movimentos de mulheres chamam atenção para a inter-relação entre o patriarcado, o racismo e o capitalismo, sistemas estruturantes da sociedade brasileira. Essa intersecção coloca a maioria das brasileiras em condição de desvantagens na economia, no mercado de trabalho e na política e, conseqüentemente, afeta

diretamente a realização do Dhana. Trata-se também de uma forma de controlar a vida das mulheres, impondo-lhes limites para o pleno desenvolvimento de suas habilidades. Essa perspectiva foi ressaltada por uma dirigente do MMTR-NE como uma ação do capitalismo e do Estado voltada à manutenção do domínio do patriarcado sobre as mulheres.[62]-[64]

Na visão do MMC, as crises fortalecem o capital e o agronegócio, que, beneficiados por políticas neoliberais, ampliam seu potencial de apropriação do território e dos bens da natureza e restringem o acesso das mulheres a esses recursos.[65] Nesse contexto, as mulheres do MPA defendem a afirmação de um feminismo camponês como estratégia para a superação das desigualdades no meio rural e para enfrentar o “tripé” de exploração das mulheres configurado pelas dimensões de gênero, raça e classe.[66] Com a mesma perspectiva, as organizações que integram a Marcha das Margaridas defendem o feminismo anticapitalista, antirracista e antipatriarcal como estratégia para superar as desigualdades de gênero, raça e classe.[67]

As mulheres do MPA alertam para a necessidade de articular os debates sobre a questão racial e étnica com o debate sobre as desigualdades e os sistemas alimentares. Para elas, a questão racial e étnica constitui um dos fundamentos estruturais da formação econômica e social e se reflete, por exemplo, na ocupação do território e na relação construída pelos povos originários com esses espaços, na forma de produção de alimentos e de reprodução dos valores culturais e espirituais associados.[68]-[71]

Portanto, na visão dos movimentos sociais, a superação da fome e de outras manifestações da IA, assim como das desigualdades de classe, gênero e raça, passa pela defesa e pelo fortalecimento da democracia. Daí que promover a democratização do acesso da população às políticas públicas que assegurem os DHAA tem sido uma bandeira de luta desses movimentos.[72]

Os movimentos sociais vão além das denúncias dos impactos do agronegócio e do não comprometimento desse segmento com a SAN e o combate à fome. Eles são vozes de resistência e de afirmação do papel de mulheres e homens da agricultura familiar, da agricultura camponesa, dos assentamentos da reforma agrária, dos povos indígenas e das comunidades tradicionais na construção de sistemas alimentares contra-hegemônicos baseados na sustentabilidade, na solidariedade e no comprometimento com a segurança alimentar e nutricional da população.[73]-[76] A soberania alimentar é uma prática e uma bandeira de

luta desses movimentos sociais, que mobiliza os diversos grupos nas lutas pela reforma agrária e por garantias de acesso aos direitos no território.[77]

Os sistemas agroalimentares construídos pela agricultura familiar e camponesa, pelos assentamentos da reforma agrária, pelos povos indígenas e pelas comunidades tradicionais são capazes de assegurar a produção de alimentos saudáveis e ambientalmente sustentáveis por estarem assentados em bases/princípios agroecológicos e em práticas tradicionais de produção agrícola e pecuária e de manejo dos recursos. Eles se colocam claramente em oposição àqueles fomentados pelo agronegócio. Para os movimentos sociais, a soberania e o abastecimento alimentar serão assegurados pelos sistemas alimentares agroecológicos.[78] Historicamente, esse segmento foi negligenciado pela ação do Estado em prol do agronegócio. Os governos Lula e Dilma realizaram um conjunto de políticas públicas que colocaram a agricultura familiar em outro patamar.[79] Contudo, no governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), essas políticas foram desmanteladas, e a agricultura familiar e camponesa, os assentamentos da reforma agrária, os povos indígenas e as comunidades tradicionais foram invisibilizados nas ações governamentais.[80]-[82]

Observamos nas manifestações/documentos dos movimentos que os sistemas contra-hegemônicos são também marcados pelas desigualdades de gênero e raça. No campo agroecológico, por exemplo, os movimentos de mulheres defendem a articulação do feminismo como estratégia para superar as diferenças entre mulheres e homens no âmbito da agricultura familiar e camponesa, dos assentamentos da reforma agrária, dos povos indígenas e das comunidades tradicionais.[83]

Associar o feminismo à agroecologia é uma forma de construção da igualdade a partir do reconhecimento do trabalho das mulheres e da contribuição delas para o desenvolvimento produtivo e econômico dos sistemas alimentares. No espaço rural, as mulheres são responsáveis pela produção de alimento nos quintais, pelo manejo de pequenos animais e pela conservação de sementes tradicionais. Elas ocupam um papel preponderante na construção e gestão de sistemas alimentares sustentáveis e saudáveis. As mulheres do MMC defendem a produção de alimentos saudáveis por meio de sistemas agroecológicos com apoio de políticas públicas e de acesso a todos os trabalhadores.[84]

Também são as mulheres rurais e urbanas as principais responsáveis pela elaboração das refeições e pela gestão dos produtos alimentícios na unidade familiar, atividades que integram o trabalho doméstico e de cuidados realizado por elas,

que vem sendo ignorado e pouco valorizado pela sociedade. Nesse aspecto, a discussão sobre a insegurança alimentar, a fome e as desigualdades associa-se ao papel e à contribuição das mulheres na economia, como registrou uma dirigente do MMTR-NE. [85]

Os resultados da análise de conteúdo aqui descritos e das contribuições advindas da oficina de debate inicial do projeto indicam a necessidade de pautar também parceiros do campo da exigibilidade e lutas pela efetivação do Dhana na superação de formas generalistas e pouco expressivas sobre as desigualdades e iniquidades que imperam no processo alimentar de todos e todas. Há, por mais difícil que seja afirmar, uma contribuição à ação de invisibilidade das causas estruturais das desigualdades e iniquidades de gênero da população brasileira, fortalecendo a ideia de que a desigualdade entre homens e mulheres é uma condição natural/ parte da formação e continuidade da população brasileira, a qual é superada por condições “iguais” de acesso a bens e serviços. Outro ponto refere-se ao fortalecimento da ideia de que são pessoas da raça branca os detentores de características “normais” e dos “padrões ouro” do que é ser humano. A restrição do debate de gênero ao aspecto homem-mulher, caracterizado a partir do sexo biológico, também perpetua a invisibilidade com que as pessoas com outras identidades de gênero e orientação sexual estão expostas.

Trata-se de uma lacuna de debate sobre “as causas das causas” das condições que levam à fome, à desnutrição ou à obesidade e a outras formas de violação ao Dhana. Elas acometem mais domicílios chefiados por mulheres negras e pobres, com crianças menores de 10 anos, pessoas da raça/cor preta e grupos de menor poder econômico. Essas ausências constituem uma estratégia de naturalização das desigualdades, reforçando uma percepção colocada por um dos especialistas participantes da oficina: “... naturalização das desigualdades, tornando o debate de propostas vazio, sem sentido, pois o Brasil é assim...” desigual. Tal forma de agir é perigosa, pois pode fortalecer a ideia de que o empreendedorismo e o esforço próprio constituem as soluções para a vida, e aqueles que lutam cotidianamente para sobreviver não dispõem de tempo e nem ânimo para questionar sobre seus direitos. Quando o fazem, o fazem de joelhos¹⁵ – porque não se reconhecem como detentores de direitos, de exigir acesso a alimentos, água, moradia, transporte,

15 Referência a fala do bispo emérito de Goiás Dom Tomás Balduino: “Direitos não se pede de joelhos, exige-se de pé”. Disponível em: <https://jornalistaslivres.org/direitos-nao-se-pede-de-joelhos-exige-se-de-pe>.

segurança, trabalho, renda dignos etc. Torna-se, assim, uma busca por caridade, por ajuda ou pela ideia brilhante para tentar um negócio próprio.

3.2.2. Científico

A revisão da literatura científica permitiu a identificação inicial de 805 textos, encontrados por intermédio de busca na plataforma BVS, e outros dois artigos indicados por uma das pesquisadoras do estudo, incluídos na última etapa, que não foram captados por meio dessa busca. Ao longo das etapas, excluímos 773 textos: 528 porque não tinham como cena de investigação a realidade brasileira, 15 por repetição, 34 por não serem artigos científicos e 196 por não abordarem o tema da pesquisa. Assim, 34 artigos compuseram a amostra final da revisão bibliográfica. O detalhamento dos procedimentos da revisão de literatura pode ser lido e consultado no documento complementar [“Notas metodológicas”](#).

Chamou-nos atenção a ausência de resultados para a combinação de descritores que visavam à identificação de trabalhos que versavam sobre “sistemas alimentares” e “raça/cor” (combinação número 4 descrita nas “Notas metodológicas”). Os termos “raça” ou “cor da pele” não foram adotados pelos estudos como palavras-chaves/descriptores, mas estiveram presentes no corpo dos artigos aqui analisados; no entanto, apenas três artigos descreveram a relação entre a IA e a raça. Estes identificaram as pessoas negras como as que apresentam maior frequência de situações de IA, quando comparadas com outros grupos populacionais. Nos demais artigos, os dados de raça/cor coletados são apresentados como uma das características de descrição do perfil do público estudado. Ao não incluir a raça/cor da pele como um aspecto central da análise, os estudos acadêmicos contribuem com a invisibilidade das questões raciais e das experiências de discriminação racial às quais muitos brasileiros e muitas brasileiras estão cotidianamente sujeitos. O trabalho fica, portanto, limitado em termos de potenciais contribuições pelos argumentos que apresentaremos a seguir.



Outro aspecto frequente nos artigos analisados refere-se à recorrência das expressões “raça/cor de pele não branca” (Art. 11C1, 2020, p. 3, 4, 6), “raça/etnia diferente de branca” (Art. 18C1, 2018, p. 7, 8, 9, 12), “outras” (Art. 9C1, 2020, p. 2.609, 2.610) e “multirracial” (Art. 14C1, 2020, p. 6, 8, 12) para denominar as pessoas que se autodeclaram ou foram declaradas negros e negras, indígenas, asiáticos e asiáticas etc. O uso dessas expressões reforça a ideia de *outridade*¹⁶ (KILOMBA, 2019), cujas características são:

1. a centralidade do branco como a referência de humanidade, e, a partir dele, tudo poder ser nomeado, em um processo de absoluta negação do outro;
2. a construção de identidades imaginadas dos sujeitos e sujeitas, como se pudessem ser congregadas em uma nomeação inventada;
3. a destituição das identidades raciais das pessoas negras, indígenas e asiáticas.

Essa reflexão põe luz sobre o racismo enquanto fenômeno social no qual a discriminação ocorre de forma sistemática, por meio de práticas conscientes ou não, acionando continuamente desvantagens ou privilégios para os indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam (ALMEIDA, 2019; KILOMBA, 2019). O racismo à brasileira opera por meio da lógica do mito da democracia racial, que significa a dificuldade em reconhecer ou mesmo a negação das desigualdades raciais, levando à atitude de não evidenciar as iniquidades de raça como um problema social. Dentre os mecanismos associados a essa perspectiva citam-se a ideia de que a miscigenação biológica constituinte da formação do ser brasileiro promoveu a igualdade nas relações sociais e a repulsa à ideia de racialização do sujeito branco, que, por não se compreender como grupo racial, percebe as suas experiências, valores culturais e construções cotidianas como neutros e/ou representativos do coletivo (NASCIMENTO, 2016).

Silvio Almeida (2019) organiza as perspectivas do racismo como individualista, institucional ou estrutural. A perspectiva individualista baseia-se na ideia de

16 Segundo Grada Kilomba (2019), *outridade* não diz respeito apenas à ideia de pensar o outro, no sentido do reconhecimento daquele(a) que é antagonista ao “eu” (ego), o diferente de mim. Trata-se de uma representação mental, elaborada a partir de um processo de absoluta negação dos aspectos que não podem ser reconhecidos em si mesmo e são projetados sobre esse ser imaginado, uma fantasia de quem este deveria ser.

preconceito/estigma (juízo/ideia) associado ao comportamento anormal e/ou patológico de certos indivíduos ou grupos. Essa percepção trata o racismo como fenômeno ético ou psicológico e que, por isso, deve ser combatido nos campos jurídico, penal ou com práticas educativas. Essa concepção não considera o caráter sistêmico, político e histórico do racismo. Desse modo, é como se não houvesse instituições ou sociedades racistas, mas indivíduos que agem isoladamente. A pesquisadora ou pesquisador ou o agente que faz política, ao compreender o racismo a partir da concepção individualista, terá dificuldades para relacionar os retratos das desigualdades ao racismo provocado pela instituição/Estado, por negligência ou por discriminação (in)direta (ALMEIDA, 2019). Já a discriminação indireta é marcada pela ausência de intencionalidade explícita. Isso pode acontecer porque a norma ou prática não leva em consideração ou não pode prever de forma concreta as consequências da supremacia racial (MOREIRA, 2017). Tendemos a afirmar que, no caso dos estudos analisados nesta seção, essa é a potencial explicação para compreender a adoção de termos como “não brancos” e para a ausência de debate dos resultados dos estudos à luz da perspectiva do racismo.

Um exemplo pode ser observado em estudo realizado por Art. 1C1 (2022) sobre as características do ambiente alimentar comunitário e do entorno das residências das famílias titulares de direito do Programa Bolsa Família (PBF). As autoras concluíram haver iniquidades no acesso físico a estabelecimentos de venda de alimentos saudáveis por famílias receptoras do PBF residentes em áreas periféricas e de mais baixa renda, tanto por haver limitações na disponibilidade de transporte público/privado quanto pela exposição a estabelecimentos de venda de alimentos não saudáveis. As mesmas, apesar de desenvolverem o estudo em uma cidade mineira marcada pela escravização africana, não apresentaram o perfil de raça/cor da população estudada, negligenciando a possível relação com a discriminação racial indireta pelo poder público por meio da tomada de decisões no que diz respeito às políticas de mobilidade urbana e de SAN.

Em relação à concepção institucional do racismo, compreende-se que esta constituiu um avanço teórico, pois superou a percepção de que o fenômeno citado se restringe a comportamentos individuais, apontando que resulta também do funcionamento das instituições, sejam públicas ou privadas (ALMEIDA, 2019). O mesmo autor afirma que os grupos que exercem domínio sobre a organização política e econômica da sociedade institucionalizam os seus interesses estabelecendo regras, normas e padrões de conduta desiguais, injustos e evitáveis.

O Estado é decisivo na configuração da estrutura racial das instituições, pois é capaz de naturalizar as vantagens e desvantagens sociais.

A perspectiva estrutural compreende o racismo como processo social, histórico e político, criando condições para que, direta ou indiretamente, os grupos racialmente identificados sofram discriminações de forma sistemática e como parte da norma social. O racismo não é a exceção, mas a regra que orienta as relações sociais interpessoais e institucionais (ALMEIDA, 2019). Por exemplo, o estudo do Art. 31C3 (2021) analisou a IA domiciliar e concluiu que os domicílios chefiados por mulheres negras apresentaram maior chance de conviverem com essa condição, mesmo quando em condições socioeconomicamente favoráveis, como presença de chefes de família com escolaridade e renda familiar *per capita* maiores, revelando, assim que se trata de uma das consequências da interação estrutural do racismo e do sexismo.

Do total de artigos do corpo de revisão (n=34), 17 (50%) abordaram o tema da IA e as desigualdades, com maior ou menor profundidade. Somente o texto de Art. 24C3 (2021) se debruçou na compreensão das intersecções entre as estruturas racista e sexista e a IA. Outros estudos (Art. 1C2, 2021; Art. 7C1, 2020; Art. 16C3, 2022) reconhecem a relação das desigualdades de raça e/ou gênero com as manifestações da IA, mas não chegam a apresentar análises que permitam a compreensão sobre quais mecanismos sociais operam para aumentar a ocorrência da IA entre mulheres e pessoas da raça negra. Em outros estudos, as questões do gênero e da raça aparecem na descrição do perfil da população estudada, mas eles sequer apontam para as desigualdades direcionadas a essa população (Art. 14C1, 2020; Art. 18C1, 2018; Art. 2C2, 2019; Art. 14C3, 2022). Outros textos não exploraram o perfil raça/cor dos participantes (Art. 1C1, 2021; Art. 4C1, 2021; Art. 15C3, 2022). Dois estudos relataram resultados favoráveis entre ser branco e a condição de SAN, mas não relacionaram com a estrutura de privilégios, por estarmos em um país racista e que refuta a herança negra por meio de uma atitude antinegitude. Registramos também análises que colocaram a centralidade da renda como determinante da IA (Art. 14C1, 2020; Art. 1C1, 2022; Art. 15C1, 2019; Art. 2C2, 2020; Art. 13C1, 2020).

O Art. 7C1 (2021) afirma que, no Brasil, a pandemia da Covid-19 amplificou as desigualdades sociais, raciais e de gênero já existentes, comprometendo ainda mais a realização do DHAA e a garantia da SAN, especialmente entre os grupos sociais em condição de maior vulnerabilidade. A IA que resulta do contexto pandêmico está associada a um maior consumo de produtos ultraprocessados, explicado pelos

autores como resultado da dificuldade de acesso aos alimentos *in natura* e da falta de habilidade culinária ou tempo para desenvolver todas as atividades domésticas, de cuidado da família e de trabalho que a divisão injusta entre homens e mulheres implica. É importante que, diante da exposição da relação entre raça/cor, gênero e classe e a IA, as autoras e os autores dos estudos deem enfoque ao racismo, ao classismo e ao sexismo na determinação das condições de vulnerabilidade. Agindo de forma contrária a essa premissa, pode-se fortalecer a ideia de que raça e gênero são determinantes do evento, e não critérios agenciados para a promoção das desigualdades.

O estudo de Art. 5C1 (2022), cujo objetivo foi analisar tendências e desigualdades na prevalência de IA na pandemia de Covid-19, relatou maior frequência de IA entre adultos, em domicílios com a presença de menores de 18 anos de idade, pessoas com menor escolaridade, entre aqueles autodeclarados de cor de pele preta ou parda ou que moravam em domicílios com elevada densidade de moradores. Os autores e autoras entrevistaram uma maioria de mulheres (66% dos participantes da pesquisa), explicando essa maior representação na população do estudo pelo fato de as entrevistas terem ocorrido em horário comercial e em dias da semana. Eles concluem, ainda, que a maior participação feminina se devia à “... desigualdade de gênero na inserção no mercado de trabalho...”, levando a uma menor participação dos homens no estudo. Não desconsideramos que tal condição constitua uma realidade e uma justificativa plausível para o maior número de participantes mulheres na pesquisa, mas, dado que afirmações assim podem naturalizar os lugares da mulher como cuidadora do lar e do homem como provedor, ressaltamos a necessidade de problematizar o que significa “trabalhar” no mundo atual.

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) mostram que, em média, as mulheres dedicam 10,4 horas/semana a mais que os homens ao cuidado de pessoas, principalmente moradores de 0 a 14 anos de idade, e a afazeres domésticos (AD), como: preparar ou servir alimentos, arrumar a mesa ou lavar a louça; cuidar da limpeza de roupas e sapatos; fazer pequenos reparos no domicílio e em aparelhos domésticos; limpar a casa (IBGE, 2020). Apesar de as mulheres não receberem um salário por tal trabalho, considerar a dedicação feminina às atividades domésticas uma categoria de trabalho pode favorecer maior visibilidade à sobrecarga e à sobreposição de funções exercidas por elas.

Em uma sociedade patriarcal, o cuidado e os AD são equivocadamente compreendidos como propensão biológica e, por isso, delegados às mulheres, sem

nominá-los como trabalho ou destinar qualquer remuneração por eles. A pandemia por Covid-19 e o necessário isolamento social escancararam e ampliaram a sobrecarga feminina. As mulheres, destituídas da rede de apoio institucional (ex. escolas) e social (avós, vizinhas), passaram a exercer os AD e o cuidado integral dos menores de idade e enfermos/as, acumulando-os, por vezes, com o *home office*, adotado por 57% da amostra (MENA, 2020). A naturalização das desigualdades na divisão sexual do trabalho resulta em maior dedicação de horas de vida aos AD pelas mulheres. Durante a pandemia, mulheres relataram pressão emocional extra com os cuidados com a família ou a casa e preocupações financeiras, resultando em estresse, ansiedade e exaustão física (DATAFOLHA, 2020).

No estudo de Santos *et al.* (2022), 80% das/os participantes se autodeclararam brancas(os), e as piores manifestações de IA foram encontradas para as pessoas negras. Apesar dos objetivos do trabalho e dos resultados encontrados, os autores e autoras não se ocuparam de tecer análise alguma que envolvesse a exposição das desigualdades raciais na discussão do artigo. Outra questão que poderia ser tratada é o privilégio da branquitude, que se vê protegida da IA.

O Art. 4C1 (2021) conduziu uma pesquisa na Região Metropolitana de João Pessoa para avaliar a IA das famílias com crianças menores de 5 anos. Os resultados registram o predomínio das formas mais severas de IA, ou seja, a IA moderada e a IA grave, nos domicílios pesquisados, chegando ao dado de que 63,9% das famílias participantes se encontravam com algum grau de IA. As condições de saúde das crianças, a escolaridade materna, a inserção da família em programas de transferência de renda e a renda familiar *per capita* menor que dois salários mínimos mensais estiveram associadas com maiores frequências de IA, principalmente moderada e grave. O trabalho identifica o gênero, mas não o perfil racial das participantes.

Já o Art. 6C1 (2021) analisou a relação entre características sociodemográficas e IA em comunidades quilombolas no Brasil e concluiu que as desigualdades de acesso à alimentação adequada e a presença da fome estão relacionadas a baixa escolaridade, baixa renda e saneamento precário em comunidades quilombolas. Ele afirma a importância de avaliar e monitorar a SAN em quilombos e outros segmentos étnicos e raciais e entre minorias no Brasil, como os indígenas. Reforça, ainda, a necessidade de investimento em políticas públicas que incentivem o desenvolvimento rural como estratégia para minimizar a IA e aumentar a resiliência e a autonomia econômica das comunidades. Apesar dos importantes apontamentos feitos pelo Art. 6C1. (2021), o texto não traz à cena o processo de

titulação coletivo das terras e a sua íntima relação com a SAN, como afirma Frozi (2014). Sobre a distribuição iníqua de terras, Frozi (2014), ao avaliar a multidimensionalidade da pobreza em comunidades quilombolas como elemento analítico da SAN, reafirma que, para as comunidades quilombolas, a centralidade do território e da moradia é igualmente importante ao quesito renda, quando se trata da formulação e da implantação de políticas sociais de enfrentamento à pobreza e de garantia de SAN para os quilombolas. Nesse sentido, Frozi (2014) sugere que o direito ao território constitui o principal eixo estruturante para as políticas públicas de superação da pobreza e de melhoria da qualidade de vida, muito além do foco unitário na quantidade monetária *per capita*, comumente utilizada como parâmetro de diagnóstico da situação da extrema pobreza.

No Art. 14C1. (2020) registrou-se a associação entre a IA domiciliar e:

1. menor renda familiar mensal *per capita*;
2. condições precárias das moradias, expressas, por exemplo, pela ausência de banheiro e pelo acesso limitado ou ausente a bens e serviços públicos como a água potável e a tratamento de esgoto (essas moradias foram mais frequentes nas regiões Norte e Nordeste do Brasil);
3. pouco acesso a bens materiais, como geladeira ou outros aparelhos domésticos de uso diário;
4. maior quantidade de moradores por domicílio ou dormitório, assim como presença de moradores menores de 18 anos no domicílio;
5. chefe da família com baixa escolaridade;
6. domicílios chefiados por mulheres, pessoas da raça negra e/ou multirracial, idosos, desempregados ou em situação de trabalho informal;
7. lares participantes de programa de transferência condicional de dinheiro;
8. chefe de família vivendo sem companheiro;
9. ser local (quando a região tinha muitos migrantes);
10. ser quilombola.

Exemplificamos como essa abordagem aparece também pela citação direta de trechos retirados de alguns artigos.[\[86\]](#)-[\[89\]](#)

A questão da qualidade da alimentação foi destacada no estudo do Art. 2C2 (2020). Ao analisar o perfil alimentar em uma amostra da população brasileira, encontrou maior consumo de alimentos saudáveis entre as mulheres, em domicílios com melhor nível socioeconômico e entre as pessoas autodeclaradas brancas.

Também foram conduzidas aproximações com análises históricas. No Art. 16C1 (2019), chama-se a atenção para o cenário de SAN em 2013, antes das crises econômica e política de 2014 a 2017, afirmando-se que “... 44% das pessoas mais pobres tinham segurança alimentar, enquanto em 2017 apenas 26% dos mais pobres tinham segurança alimentar...”, ressaltando os melhores indicadores de 2013 como fruto dos investimentos em políticas sociais, do crescimento econômico do país e da redução das taxas de desemprego. Nesse estudo, a baixa renda familiar, poucos anos de estudo, a ausência de suporte social e as condições de trabalho foram ressaltados como condicionantes para o aumento da IA.[\[90\]](#)

O artigo não traz análises complementares que permitam desnudar as desigualdades de raça e sexo, mas adota uma estratégia educativa interessante ao reconhecer como lacuna da pesquisa a ausência de maior diversidade de grupos étnicos e raciais brasileiros, apontando para uma potencial qualificação da pesquisa “... a inclusão de mais variáveis sociais, como etnia, e variáveis demográficas, como a área de residência (urbana e rural) e as regiões brasileiras separadamente” (Art. 16C1, 2019). Análises semelhantes foram conduzidas por Art. 18C1 (2018), também problematizando os anos entre 2004 e 2013.[\[91\]](#)

O resgate desses dados permite, ao serem comparados com resultados de estudos mais recentes (REDE PENSSAN, 2021; 2022), identificar como os investimentos em políticas públicas de SAN no ciclo de 2004 a 2013 possibilitaram a redução da IA entre as mulheres e como a negligência pública dos últimos nove anos levou a uma desproteção dos lares chefiados por pessoas do sexo feminino. Outro dado interessante é a falta de um esforço analítico sobre os motivos que fazem as pessoas brancas se beneficiarem mais diretamente do esforço político em SAN, em um país fundado no racismo. É importante dar visibilidade aos privilégios raciais da branquitude, racializar as pessoas brancas e dar nome aos processos que lhes conferem vantagens sociais. Silva *et al.* (2021) denuncia que o racismo e o sexismo são estruturas de opressão que impactam a concretização da SAN.

O Art. 15C3 (2022) apresenta como características para delimitar o perfil das famílias estudadas as condições de moradia, a aglomeração, a raça/cor auto-declarada e a renda. No estudo, a maior parte dos domicílios apresentou até quatro moradores, a maioria dos responsáveis se autodeclarou preta ou parda (urbana: 73,9%; rural: 79,5%) e 41,6% dos domicílios localizados na área rural e 20,2% dos localizados nas regiões urbanas informaram renda inferior a 1/2 salário-mínimo. O estudo também encontrou evidências que fortalecem a leitura de que a baixa renda familiar é um fator determinante do aumento da exposição à IA.[92] Entendemos que, às vezes, a pressão para descrever tantos resultados em limitado número de palavras imposta pelo mundo das revistas acadêmicas impacta de forma negativa a escrita e as análises declaradas nos artigos. Nesse estudo, apesar de cerca de 75% da população estudada ter se autodeclarado negra, nenhuma leitura/análise ou descrição de lacuna ressalta a dinâmica racial. Diversos podem ser os motivos para tal lacuna, para além dos já citados; um destes certamente é a necessidade de maior formação dos pesquisadores e pesquisadoras sobre o tema do racismo e da determinação social da SAN, indo além da compreensão de raça como uma camada que influencia e explica os números. Outro ponto importante nesse e em outros estudos aqui analisados refere-se à generalização dos sujeitos – negros e negras, mulheres e homens, pessoas com diversidade de gênero, por exemplo, apresentam experiências de envelhecer não universais.

Por fim, destaca-se uma reflexão aportada no Art. 15C1 (2019), em sua revisão de literatura sobre a Ebia, instrumento de aferição das condições de SA/níveis de IA validado e amplamente utilizado em estudos brasileiros. A Ebia é um instrumento validado para áreas tanto urbanas como rurais e, por se concentrar na dimensão de consumo de alimentos, não avalia o impacto da produção agrícola para o autoconsumo e quais formas de cultivo e produção de alimentos são mais eficientes para a segurança alimentar.[93]

Contribuições dos estudos sobre sistemas alimentares

Os artigos utilizam “sistemas alimentares”, no plural, na maioria das citações. As contribuições versam sobre reflexões acerca dos limites de sistemas alimentares hegemônicos diante do contexto da pandemia da Covid-19 e ressaltam a piora do cenário a partir de uma conduta negligente do governo federal diante da crise sanitária causada pela Covid-19. As desigualdades já existentes no período pré-pandemia intensificaram-se em consequência de escolhas feitas pelos últimos

governos federais que reduziram o apoio aos programas e políticas de SAN e invisibilizaram o DHAA e a SAN na agenda pública. Este último fato foi destacado por meio da notícia do fechamento do Consea em 2019.[94]-[96]

A fome é tratada por Art. 25C3. (2022) como resultado da distribuição desigual de renda e de alimentos, identificada a partir de certos mecanismos como: “i) o prolongamento da cadeia de produção, que encarece o custo e prejudica a qualidade, ii) o desperdício de alimentos pela indústria, iii) as políticas públicas sucateadas, entre outros”. Nesse estudo, as autoras não identificam quem são os sujeitos e sujeitas mais afetados por essa ordem iníqua.

Em termos de soluções e propostas para a crise dos sistemas alimentares, o Art. 25C3 (2022) relata a experiência de produção de arroz orgânico pelo MST como um exemplo de compromisso social com a garantia de acesso a alimentos saudáveis e justos ao mercado interno. Durante a pandemia, observou-se um aumento generalizado no preço dos alimentos básicos, incluindo o arroz. Diante desse contexto, o MST optou por manter os preços de venda, “... mesmo com o aumento da demanda pelo produto”.[97]

O caminho para a melhoria da qualidade dos alimentos ofertados e para garantir acesso regular e permanente a eles passa pela produção da agricultura familiar, pela agroecologia, pelas cadeias curtas de produção e consumo de alimentos, pela proteção da renda, pela garantia de acesso a condições de produção de alimentos para as famílias agricultoras, por relações econômicas justas e pelo fortalecimento das políticas públicas.[98] O Art. 25C3 (2022) afirma a importância de “... se fomentar um sistema alimentar que preze pelas relações econômicas justas, pela alimentação adequada e saudável com enfoque na promoção da SAN das populações vulnerabilizadas, proteção da renda das famílias rurais e no fortalecimento das políticas públicas existentes, como, por exemplo, o PAA e o Pnae”.

Em relação ao papel das políticas públicas de SAN na construção de sistemas alimentares mais justos, resilientes e promotores da saúde e da equidade, foram destacados o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), o Programa de Aquisição de alimentos (PAA) (Art. 25C3, 2022) e programas de garantia de renda mínima (Art. 7C1, 2020). Há, no geral, uma descrição generalizada das contribuições dessas políticas para a superação das diferentes manifestações da IA.

Nesse sentido, nos parece oportuno que as políticas públicas considerem as dinâmicas e interações entre o racismo, o sexismo e o classismo. As interações entre

estes eixos de iniquidade atuam como potencializadores das situações de vulnerabilidades sociais e, ao serem priorizadas em processos de decisão associadas às políticas públicas, podem apoiar a superação de abordagens universais, que desconsideram as experiências e os desafios vivenciados por sujeitos e sujeitas expostos às discriminações sistemáticas. Aos estudos e pesquisas, sugere-se que sempre identifiquem os sujeitos, não apenas mencionando-os. Isso possibilita compreender como as opressões agem e que soluções podem ser dadas.

Contribuições dos estudos sobre ambientes alimentares

Outro destaque no conjunto de artigos analisados é o estudo sobre o “ambiente alimentar”. Dentre os artigos que tratam dos ambientes alimentares, podemos ressaltar como temas mais recorrentes:

1. o acesso físico, seja a partir da produção doméstica, por disponibilidade nos quintais e hortas, dispensando as compras (Art. 10C1, 2020; Art. 14C1, 2020);
2. políticas de abastecimento alimentar, como as feiras, cujas vantagens estão na produção sazonal e na dispensa de intermediários entre produtor e comprador (Art. 28C3, 2022);
3. a solidariedade e as doações de alimentos entre familiares e comunitários;
4. a manutenção de hábitos alimentares ancestrais, com o consumo de alimentos conectados aos territórios, com a preservação dos biomas e modos de comer não agressivos ao meio ambiente (Art. 10C3, 2022).

As áreas rurais onde as famílias podem produzir o seu alimento constituem um fator de proteção à IA, e o inverso também é verdadeiro e especialmente agravado quando não há mercados com alimentos a preço justo próximo dos domicílios (Art. 10C1, 2020).

Há desafios postos pelos Art. 2C2 (2019), Art. 32C3 (2021b), Art. 1C1 (2022) e Art. 28C3 (2022) para o acesso a um ambiente alimentar promotor da SAN: a distância entre os espaços de comercialização dos alimentos e as residências, um motivo importante para a redução do acesso aos alimentos *in natura*, pois o deslocamento por transporte público/privado encarece o valor gasto com a aquisição de

alimentos, e as pessoas preferem ir até as feiras livres a pé. Áreas em que vivem pessoas com menor concentração de renda tendem a não ter tantos estabelecimentos que comercializam alimentos saudáveis próximo às casas, sendo mais comum encontrar comércio de alimentos não saudáveis. É importante ter um investimento público na descentralização das feiras orgânicas e medidas para promover a equidade no ingresso de pequenos agricultores ao circuito de venda nas feiras.

Observamos denúncias que evidenciam que as comunidades indígenas têm tido sua cultura alimentar violada, com abandono da produção e dos hábitos alimentares tradicionais. O ingresso da alimentação não tradicional no cotidiano alimentar indígena é visto pelos mais velhos da comunidade como fator que provoca o adoecimento do corpo e das subjetividades (como ansiedade, insegurança e dependência da alimentação do branco) (Art. 10C3, 2022). O Art. 23C3 (2022) denunciou a perversidade do modelo de agronegócio químico-dependente sobre as terras indígenas e seus impactos na natureza e na saúde das pessoas. Aqui está posto um relato de racismo ambiental, ainda que os autores não tenham nomeado desse modo.

Destaca-se que ter acesso físico a alimentos saudáveis é fundamental para a concretização do DHAA (Consea, 2006; MDS, 2014). Há vários aspectos apontados nos artigos como relacionados ao acesso físico a alimentos com qualidade nutricional, livres de contaminantes e que sejam fruto de um sistema alimentar sustentável. Dentre eles, encontraram-se registros sobre:

- A distância entre o local de moradia e o ponto de acesso físico aos alimentos. A necessidade de transporte público ou privado para a obtenção de alimentos saudáveis influencia a compra por indivíduos em situação de maior vulnerabilidade social, uma vez que a proximidade é um fator determinante na redução dos custos associados à aquisição de alimentos. A esse aspecto de facilidade de acesso também está associada a sazonalidade (Art. 10C1, 2020).[\[99\]](#)
- A renda das famílias: maior poder de compra permite que alimentos com preços elevados sejam adquiridos. Porém, devemos aqui pensar sobre a necessidade de não adotar o rótulo “orgânico” como um sinônimo de alimento caro. Essa realidade acontece quando os mercados com interesse privado e visando lucro apresentam essa opção para os consumidores. Essa relação é descrita no Art. 32C3 (2021b).[\[100\]](#)-[\[101\]](#)

- O acesso facilitado aos alimentos saudáveis (*in natura*).[102]-[103]

Como formas de construir resiliência e sustentabilidade para garantir o acesso regular e permanente aos alimentos, o Art. 28C3 (2022, p.548) destaca o papel da produção local e da valorização da sazonalidade. Porém, nesse mesmo texto há o registro de que o tema da sazonalidade deve ser amplamente debatido e resgatado com os consumidores, os quais tendem a desejar sempre os mesmos alimentos, contribuindo para o fortalecimento da atuação de intermediários entre o produtor(a) e os consumidores/as.[104]

Dois artigos deram destaque aos indígenas. O Art. 10C3 (2022) descreve a dinâmica de solidariedade alimentar entre famílias de uma comunidade, por meio de doação de alimentos produzidos entre os membros. Nesse mesmo texto, há ainda o relato da valorização dos “alimentos de mercado” em detrimento dos produzidos na aldeia.[105]

Em outro texto assinado por Art. 23C3 (2022), encontra-se o relato sobre os impactos da aproximação do agronegócio na saúde de uma comunidade indígena. Ressaltam-se como práticas dos fazendeiros queimadas descontroladas, intimidação constante, conversão de áreas de mata em pastagens ou lavouras destinadas à produção de *commodities* e pecuária extensiva nas regiões de entorno das terras indígenas e uso indiscriminado de agrotóxicos influenciando também práticas agrícolas dos povos indígenas.

Em termos de recomendações para construir sistemas alimentares e um contexto de acesso aos alimentos menos desigual, os textos que compuseram o corpo de revisão trazem:

1. a criação de políticas públicas que melhorem o ambiente alimentar em torno das famílias beneficiárias dos programas de transferência de renda (Art. 1C1, 2022), como a descentralização de espaços de comercialização de alimentos saudáveis, alcançando as áreas mais periféricas (Art. 31C3, 2021; Art. 1C1, 2022);
2. a necessidade de políticas públicas de alimentação e nutrição equitativas (Art. 2C1, 2022), com prioridade aos povos e comunidades tradicionais, população negra e comunidades indígenas (Art. 6C1, 2021; Art. 23C3, 2022; Art. 1Extra, 2022);

3. frear o avanço do agronegócio em territórios indígenas, que causa a contaminação por agrotóxico das águas, do alimento e do solo, adocece e fragiliza a cultura alimentar tradicional (Art. 23C3, 2022; Art. 10C3, 2022).

3.2.3. Participação social

Nos relatórios das conferências e encontros nacionais analisados verificamos o pouco uso dos termos específicos “sistemas alimentares”, “processo alimentar” e “desigualdades nos sistemas alimentares”. No entanto, podemos afirmar que, enquanto campos temáticos, estes aparecem de forma constante no debate. Para ilustrar nossa perspectiva, destacamos os temas recorrentes nos eixos temáticos ou diretrizes utilizados para organizar os debates nesses espaços. O mapeamento permitiu-nos identificar 64 temas associados a 80 eixos temáticos e ao total de 342 propostas aprovadas no contexto das conferências analisadas (Apêndice 3).

No primeiro campo, os temas mais frequentes foram: direitos; gestão e participação social; saúde; assistência técnica; sistema nacional de política pública; acesso à terra e aos recursos naturais; segurança alimentar e nutricional; acesso ao território; agricultura familiar; conhecimento; cultura; justiça; e pacto federativo. No segundo, destacam-se os temas: mulheres; povos indígenas; saúde; povos e comunidades tradicionais; e segurança alimentar.

Alguns desses temas têm relação direta com os temas centrais desta pesquisa. Como esperado, no contexto da Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CNSAN) os termos centrais desta pesquisa, como sistema alimentar, foram mais diretamente citados. No objetivo da CNSAN, por exemplo, já iniciamos essa perspectiva:

Ampliar e fortalecer os compromissos políticos para a promoção da soberania alimentar, garantindo a todos e todas o direito humano à alimentação adequada (DHAA), assegurando a participação social e a gestão intersetorial no Sisan, na Política e no Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (5ª CNSAN, 2015, p. 15).

Verificamos ainda a referência direta à perspectiva do DHAA como tema central do debate.

Da mesma forma, os conteúdos que tratam das diferentes etapas do processo alimentar, das desigualdades e das injustiças sociais associadas à alimentação e nutrição foram recorrentes. Mais uma vez, no contexto do debate sobre a SAN, esses temas ganham mais preponderância. Houve a referência ao termo “sistemas alimentares” nas propostas debatidas – em uma dessas citações, estava associado à promoção da igualdade de gênero e raça.[106]-[107].

O termo “desigualdades”, associado ao tema da SAN, ocorreu em dois eixos de debate da CNSAN: (1) erradicação da fome e os desafios da pobreza e desigualdade social; e (2) desigualdades de gênero e implicações na produção e consumo da alimentação saudável. Nas demais conferências, verificamos uma baixa ocorrência desse termo entre os temas centrais: registramos sua presença uma única vez, no eixo “A proteção social não contributiva e o princípio da equidade como paradigma para a gestão dos direitos socioassistenciais no enfrentamento das desigualdades” da 12ª CNAS, sem, contudo, apresentar uma relação direta com o tema da SAN.

Houve baixa frequência da referência direta aos termos “desigualdades” e “iniquidades” no conjunto das propostas. Apenas 14 propostas, do total de 342, apresentavam um desses termos, representando 4% das propostas analisadas. A referência às desigualdades ou iniquidade, na maioria das vezes, relacionava-se aos termos étnico, raça, gênero, geracional, sexual e social, seguindo essa ordem de maior para menor citação.

Podemos associar esses resultados a dois fatores específicos. Primeiro, a escolha das conferências de igualdade racial, povos indígenas e mulheres, que visam exatamente colocar em evidência as condições de desigualdade em que vivem essas parcelas da população. Segundo, a ampla participação desses públicos nas conferências de SAN e de desenvolvimento rural, em decorrência da adoção de mecanismos de inclusão e participação, que contribui para colocar em evidência as desigualdades vivenciadas por mulheres, jovens, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais.[108]-[109]

O registro sobre a desigualdade ou iniquidade nos debates das conferências também pode ser verificado pela afirmação/defesa da igualdade ou equidade. Dentre as propostas analisadas, usou-se pelo menos um desses termos (igualdade ou equidade) em 23, do total de 342 recomendações (6,7% do total de propostas analisado). Como termos adicionais descritos com “igualdade ou equidade”, encontrou-se com maior frequência as palavras étnico, racial, gênero e, em menor, as palavras geracional, social e sexual.

As propostas, de forma geral, denunciam e ao mesmo tempo apontam caminhos para superar as condições/situações de desigualdades vivenciadas por mulheres, população negra e LGBTI+, povos indígenas e comunidades tradicionais em diferentes aspectos de suas vidas. Podemos exemplificar: parte das propostas denuncia as diferenças na representação e participação dessa parcela da população nos espaços de discussão das políticas públicas, a exemplo de conselhos municipais e estaduais.[110]-[111]

Parte das propostas denuncia que a maioria das mulheres, da população negra, das pessoas LGBTI+ e dos indígenas ainda não têm assegurados os direitos básicos a saúde, educação, habitação e proteção social, que têm efeitos diretos sobre a SAN dessas pessoas. Portanto, ainda se faz necessário desvendar a “cegueira” do Estado em reconhecer essas desigualdades e assegurar que suas ações sejam direcionadas para superá-las.[112]-[113] Da mesma forma, em relação à situação de violência enfrentada especialmente pelas mulheres, pela população negra e LGBTI+, espera-se uma atuação mais efetiva do Estado, cujo papel é implementar políticas que efetivamente promovam mais segurança para esses cidadãos.[114]

Ainda que possamos associar às questões de SAN e do DHAA a garantia dos direitos ao acesso a serviços básicos de saúde, educação e seguridade social, assim como dos direitos a viver sem violência e ao exercício da cidadania por meio da participação nas decisões políticas, essa perspectiva não prevaleceu no debate do conjunto das conferências. Quando buscamos a associação entre os termos “desigualdades” ou “iniquidades” e “sistema alimentar” ou “processo alimentar”, verificamos uma lacuna, especialmente nas conferências de pessoas LGBTI+, de mulheres e de assistência social. Quando buscamos referências aos termos alimento, alimentação e alimentar nas propostas discutidas nessas conferências, também verificamos uma ausência.

Assim, nos parece que o debate sobre esses temas se concentra em uma parte das instituições participativas, que discute políticas de SAN, de desenvolvimento rural, de economia solidária, de aquicultura e pesca, de assistência técnica, de agroecologia, de promoção da igualdade racial, dos direitos dos povos indígenas e de saúde. Nesses espaços, são mais recorrentes os registros dos termos alimento, alimentação e alimentar e de outros relacionados aos sistemas e às diferentes etapas do processo alimentar, como: acesso à terra, território, agricultura, produção/sistema produtivo e agroecologia.

Encontramos 246 propostas relacionadas com as ações associadas ao processo alimentar: obtenção; compra e troca; transformação; consumo, uso ou aproveitamento; reconstrução e regeneração. Buscamos verificar nelas a existência de referência às desigualdades de gênero, raça e classe. Os resultados dessa análise são apresentados na figura 15. Observamos maior concentração de propostas associadas a obtenção/acesso aos alimentos (42%) e, no sentido oposto, menor frequência de propostas associadas a ações de transformação dos alimentos (7%).

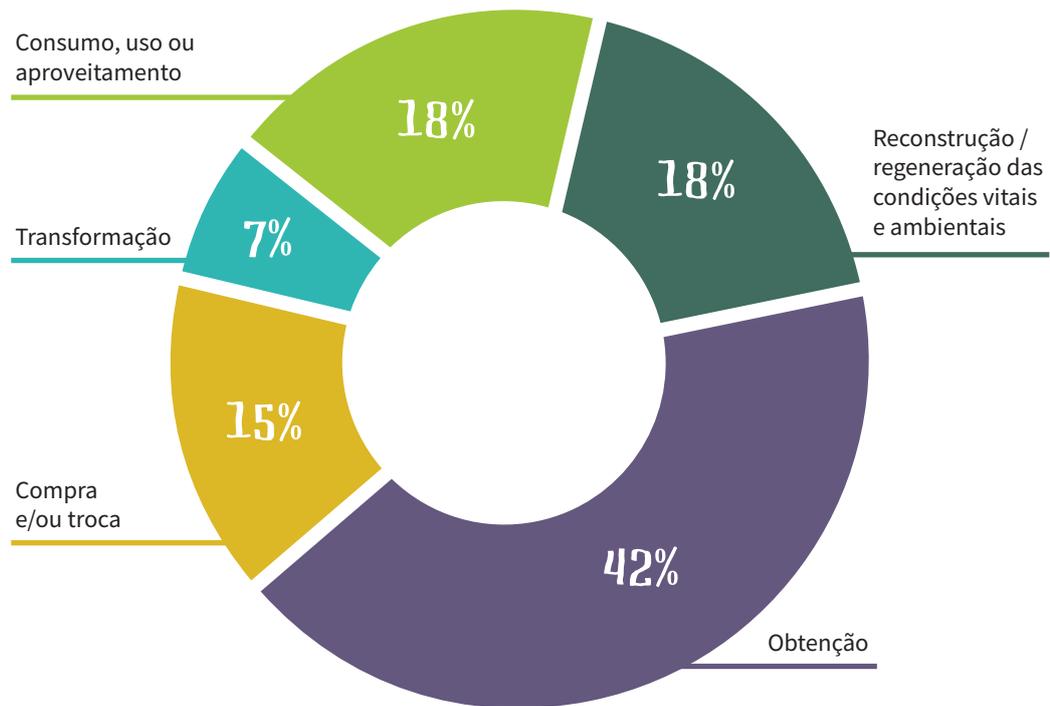


FIGURA 15. DISTRIBUIÇÃO (EM %) DAS PROPOSTAS DEBATIDAS NAS CONFERÊNCIAS CONSIDERANDO AS AÇÕES INSERIDAS NO CONTEXTO DO PROCESSO ALIMENTAR. (N= 246 PROPOSTAS IDENTIFICADAS A PARTIR DA BUSCA COM OS TERMOS-CHAVES DA PESQUISA. O PROCESSO É DETALHADO NO DOCUMENTO “[NOTAS METODOLÓGICAS](#)”). ELABORADO PELAS AUTORAS.

A obtenção de alimentos, conforme descrito no referencial teórico-metodológico, está associada ao acesso das pessoas aos meios de produção, como terra, água e recursos naturais, recursos financeiros e conhecimentos técnicos. Esses temas, que historicamente fizeram parte das pautas de reivindicações de movimentos e organizações sociais vinculados à agricultura familiar, aos povos e comunidades tradicionais, aos povos indígenas, aos agricultores sem-terra e às mulheres rurais, foram amplamente debatidos nas conferências, especialmente nas de SAN, desenvolvimento rural, assistência técnica, povos indígenas e nos encontros de agroecologia e de povos e comunidades tradicionais. Também passaram a ser incorporados com mais força nas agendas do governo federal a partir de 2003.

A etapa de transformação está associada aos processos de beneficiamento e industrialização dos produtos agrícolas, pecuários e extrativistas. Apesar de serem frequentes nas pautas dos movimentos e organizações sociais rurais, esses temas ainda ocupam pouco espaço no debate. Nas propostas analisadas, identificamos a referência à desigualdade de gênero no acesso aos programas de fomento à agroindústria rural e nos limites para o acesso das mulheres ao Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).[\[120\]](#)-[\[121\]](#)

Desigualdade, enquanto tema de debate, aparece de forma mais preponderante em trechos que tratam do contexto político e social relacionado aos recentes processos políticos do Brasil. Verificamos nos documentos uma clara percepção sobre a ocorrência e persistência das condições de desigualdades no Brasil, que afetam mulheres e homens, pessoas negras e brancas, ricos e pobres, jovens e adultos em diferentes contextos. Registramos ainda uma percepção de que cabe ao Estado agir para reduzir as distâncias entre as realidades e as oportunidades vivenciadas pelas pessoas.[\[122\]](#)-[\[125\]](#) As desigualdades de gênero, raça e etnia foram relacionadas aos desafios enfrentados pela população do campo no acesso à terra, à água e aos recursos naturais, assim como no acesso às políticas de crédito e assistência técnica.[\[115\]](#)-[\[119\]](#)

Os documentos analisados possibilitaram identificar um conjunto de elementos explicativos da piora das desigualdades sociais no Brasil, que podem ser organizados em quatro perspectivas: individual, estrutural, macroeconômico e global.

1. Do ponto de vista dos indivíduos:

- » Iniquidade de acesso ao mercado de trabalho (trabalho formal), a renda, a exposição à violência.[\[126\]](#)
- » Diferenças vivenciadas cotidianamente por mulheres e homens, pessoas brancas e negras, moradores do meio rural e urbano no acesso à renda, ao trabalho e ao emprego. A ausência de reconhecimento da diversidade e da pluralidade existentes nas populações rural e urbana.[\[127\]](#)-[\[128\]](#)

2. Do ponto de vista estrutural – da formação social brasileira:

- » A concentração das atividades econômicas nas mãos de poucos indivíduos ou aglomerados e a invisibilidade de grupos sociais de menor poder econômico, porém geradores de riqueza, são aspectos que adensam as disparidades de renda e de distribuição de riqueza.[\[129\]](#)-[\[130\]](#)
- » A presença do racismo estrutural, que mantém a população negra e indígena à margem dos direitos e da cidadania plena.[\[131\]](#)

3. Do ponto de vista macroeconômico:

- » Perda de poder de compra do salário mínimo.
- » Alinhamento do governo com interesses do grande capital – expresso pela consolidação de políticas econômicas de austeridade fiscal (aprovação e implantação da EC no 95, enfoque assistencialista das políticas sociais), em articulação com corporações nacionais e internacionais.[132]-[133]

4. Do ponto de vista global: a emergência da crise econômico-financeira mundial de 2008.[134]

Também podem ser agregadas outras particularidades às desigualdades vivenciadas de formas distintas pelos indivíduos, a partir do gênero, da raça, da etnia, da idade e da orientação sexual, como: o território em que vivem, se este é urbano ou rural e as características geográficas e de desenvolvimento social presentes nesses ambientes (2ª CNDRSS, PNDRSS, 2013, p. 9; 2ª CNSM, resoluções, 2018, p. 1). A 5ª CNSAN deu ênfase a essa perspectiva, enaltecendo o papel das mulheres na promoção da SAN e, ao mesmo tempo, denunciando a situação de discriminação, de violência e de exploração do trabalho que elas constantemente enfrentam.[135]-[137]

Para superar as situações de desigualdades, os relatórios das conferências diferenciam-se ao utilizar diferentes perspectivas, expressas nos termos “igualdade”, “equidade”, “interseccionalidade” ou “inclusão”. Preservando as diferenças conceituais, compreendemos ser evidente nessas perspectivas a intenção de reduzir as lacunas de oportunidades e desenvolvimento e promover uma transformação em direção à justiça social para um maior número de pessoas.[138]-[144]

Considerando as etapas do processo alimentar e as perguntas associadas a elas utilizadas como guias para a análise documental, buscamos identificar, de forma mais específica, como as desigualdades estavam associadas a esse debate. As contribuições para essa análise foram mais frequentemente obtidas nos documentos das conferências de desenvolvimento rural, de SAN, de aquicultura e pesca, de economia solidária, saúde, promoção da igualdade racial, assistência técnica, saúde indígena, mulheres rurais e no encontro de agroecologia. As conferências de políticas para mulheres, LGBTI+ e assistência social parecem não ter dedicado espaço para debater esses temas.

Com base nos documentos, consideramos haver um reconhecimento de que o poder exercido pelo modelo de produção patronal, seja no campo das ideias

(influenciando o modelo produtivo de alimentos de outros grupos de produtores/ agricultores vinculados às distintas escalas de produção) ou no campo político (por influência junto a políticos e instituições governamentais), marca a manutenção/acirramento de desigualdades e iniquidades na etapa de obtenção de alimentos (produção, criação, caça, pesca, coleta, recebimento/doações...).

As análises indicam que o acesso ao financiamento público para fomentar a produção constitui um aspecto estrutural das desigualdades presentes nessa etapa do processo alimentar. Mulheres, jovens, povos e comunidades tradicionais e povos indígenas acessam menos os programas de crédito, ainda que nos últimos anos se tenha ampliado o acesso desses públicos ao Pronaf, em decorrência de mecanismos que priorizavam o fornecimento de crédito para esses segmentos. Encontramos também menção à desigualdade na distribuição dos investimentos públicos para fomentar sistemas produtivos de alimentos saudáveis, como os sistemas agroecológicos.[145]-[147]

Cabe destacar que o apoio expresso em políticas de crédito e incentivo geral à produção dado ao cultivo das *commodities* é um aspecto estrutural chave para compreender o abastecimento alimentar no Brasil e a visibilidade (ou não) de outros produtores rurais no processo de cultivo de alimentos. Esse aspecto foi mais retratado no campo de debate associado à Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. É possível identificar a existência de dois grandes grupos de sistemas alimentares, os quais podem ser identificados como sistemas alimentares hegemônicos e contra-hegemônicos. Associam-se aos primeiros não somente o aspecto do tipo de cultivo (se *commodities* ou não), mas também a extensão territorial e os princípios aplicados no processo de produção (abordagem de cultivo, relações de trabalho etc.). Vinculam-se aos segundos as produções baseadas em conhecimentos tradicionais, agroecológicas, solidárias, e promotoras da justiça social e do desenvolvimento sustentável numa perspectiva que integre natureza, território e gente.[148]-[151]

Outro aspecto estrutural relevante para compreender as desigualdades no acesso aos alimentos diz respeito ao acesso à terra e ao direito ao território. A concentração fundiária exercida pelos grandes proprietários de terras ligados ao agronegócio restringe o acesso de parte da população rural à terra e aos recursos naturais. Por outro lado, a sistemática de invasão e grilagem desenvolvida por latifundiários compromete os direitos à terra e territórios, especialmente dos povos indígenas e comunidades tradicionais, e impõe ao Estado a necessidade de maior

atuação na demarcação e regularização fundiária, assim como na promoção da reforma agrária de forma mais inclusiva e democrática.[152]-[154]

Na relação hegemônicos e contra-hegemônicos, podemos associar a este último os sistemas alimentares baseados na pesca artesanal. As comunidades pesqueiras mobilizam conhecimentos e práticas tradicionais de pesca e manejo dos recursos aquáticos que se opõem às grandes empresas de exploração de recursos pesqueiros industriais.[155]

A segunda etapa que compõe o processo alimentar tem relação com o acesso aos alimentos, ação que pode ser concretizada pela compra, coleta, criação, venda ou trocas de alimentos não mediadas por dinheiro. A permanência das situações de desigualdades no acesso aos alimentos é explicada nos documentos das conferências como causada por:

- invisibilidade de grupos populacionais, levando à inexistência ou à baixa representação destes como público foco de políticas públicas promotoras do Dhana. Foram mencionadas como comunidades e populações urbanas e rurais em vulnerabilidade social e com menor/ausente representação em políticas públicas de promoção do Dhana: grupos sociais que vivem em favelas, cortiços, populações em situação de rua, catadores de materiais recicláveis, pessoas com deficiências e necessidades alimentares especiais, LGBTI+, meeiros/as), arrendatários/as, posseiros/as e assentados/as, entre outros;[156]
- cada vez mais consolidada distância entre os consumidores e os produtores;
- condições precárias de vida dos povos e das comunidades e povos tradicionais, a exemplo das comunidades quilombolas, extrativistas, pescadores(as) artesanais, pomeranos(as), povos ciganos, povos indígenas, povos tradicionais de matriz africana, cipozeiros/as e ribeirinhos/as;
- aumento do preço dos alimentos;
- aumento populacional, levando ao aumento da demanda por alimentos;[157]
- informalidade dos empreendimentos econômicos desenvolvidos por determinados segmentos produtivos, em especial por mulheres, povos e comunidades tradicionais e povos indígenas. Esse aspecto tanto mantém esse grupo em situações de menor ganho econômico, como impede o acesso a

políticas públicas, incluindo aquelas de crédito. A informalidade vira uma barreira econômica e social para essas iniciativas, impedindo-as de ampliar a produção e gerar trabalho e renda dignos para seus associados.[158]

A etapa descrita como “transformação de alimentos” considera todos os tipos de processos de preparo, beneficiamento e modificação aos quais os alimentos podem ser expostos antes do seu consumo/oferta. Essa transformação pode ocorrer tanto no nível doméstico como em indústrias. Verificamos o reconhecimento de que há desigualdades no acesso a instrumentos de apoio ao processo de agroindustrialização de alimentos no âmbito da agricultura familiar e da pesca artesanal. Essa perspectiva ampara-se na defesa da importância:

1. de se “[...] fomentar uma crescente qualificação e agregação de valor na produção, inclusive apoiando o desenvolvimento de agroindústrias familiares” (2ª CNDRSS, PNDRSS, 2013, p. 19);
2. de desenvolver ações que possibilitem “[...] adequar a legislação tributária, fiscal, sanitária, ambiental e previdenciária, em níveis municipal, estadual e federal, permitindo a correta implantação das agroindústrias familiares” (2ª CNDRSS, PNDRSS, 2013, p. 23);
3. e de viabilizar “[...] políticas de apoio à agregação de valor à produção e à agroindustrialização da agricultura familiar” (2ª Cnater, carta política, 2016, p. 2).

Na 3ª Cnap, reconheceu-se que as mulheres participam das etapas de processamento do pescado realizadas no âmbito familiar, a exemplo da cadeia produtiva de mariscos e macroalgas, mas “[...] grande parte do beneficiamento é realizado informalmente e principalmente por mulheres, sem estrutura mínima voltada à qualidade sanitária e à saúde da trabalhadora” (3ª Cnap, 2009, p. 45).

Seguindo no processo alimentar, temos a quarta etapa, que incorpora o consumo, uso ou aproveitamento biológico dos alimentos, influenciando o estado de nutrição e saúde geral dos indivíduos. Os documentos finais das conferências destacam alguns desafios para que esse processo de consumo de alimentos resulte em uma condição de saúde e nutrição adequada. Dentre estes, há referência a modificações no padrão de consumo de alimentos e dos hábitos alimentares caracterizadas principalmente pela redução no consumo de alimentos *in natura*/minimamente processados e pelo aumento da ingestão de produtos alimentícios ricos em nu-

trientes e compostos que podem agregar risco à saúde. Essas modificações são explicadas a partir das dimensões: urbanização e modo de vida das cidades; influências da publicidade e propaganda aplicada a grupos de produtos com perfil nutricional inadequado; preços de compra dos alimentos; e incentivo, por meio de políticas de governo, à produção de *commodities* agrícolas, levando à substituição de cultivo de alimentos tradicionais, como arroz e feijão. [159]-[161]

Os resultados da análise de conteúdo aqui descritos indicam que as conferências são espaços potenciais de (re)afirmação da exigibilidade do Dhana e de revelação e proposição de caminhos para superar as desigualdades e iniquidades que permeiam o processo alimentar. Ainda que os termos “processo alimentar” e “sistema alimentar” não tenham feito parte dos debates, as questões relacionadas à alimentação foram discutidas nesses espaços à luz dos conceitos de SAN, da agroecologia, da agricultura familiar e do desenvolvimento rural.

Os debates revelam algumas causas estruturantes das desigualdades e iniquidades que permeiam a sociedade brasileira, seja nos espaços urbanos, seja nas áreas rurais, e que têm efeitos diretos sobre o acesso das pessoas à alimentação. O não acesso à terra, aos recursos naturais e a outros recursos produtivos, como financiamento e assistência técnica pública, assim como condições adequadas de saúde e habitação, é um fator que impõe à parcela mais pobre da população rural restrições alimentares que comprometem sua existência.

A referência às mulheres ocorreu em todos os documentos analisados, conferindo visibilidade a esse segmento e contribuindo para maior reflexão sobre igualdade e direitos das mulheres. Nessa perspectiva, verificamos com maior força ideias e proposições que vão em direção à ampliação da participação das mulheres nos programas de reforma agrária, crédito, assistência técnica, de segurança alimentar e de geração de renda. Percebemos um avanço em relação à incorporação da perspectiva de gênero ao debate. Essa expressão foi verificada em quase todos os documentos. Entretanto, a maior parte dos registros não são claros o suficiente para que possamos afirmar que essa incorporação está associada, de fato, a uma problematização das relações de poder entre mulheres e homens que estruturam nossa sociedade.

Ainda assim, pudemos identificar algumas referências às causas das desigualdades de gênero, como:



- a divisão sexual do trabalho, que atribui às mulheres a responsabilização pelo trabalho doméstico e de cuidados, incluindo as atividades relacionadas a SAN;
- a autonomia limitada das mulheres, em decorrência da divisão sexual do trabalho, da sua condição econômica, da submissão, da subordinação e da violência instituídas na família patriarcal, que suspende ou coloca em segundo plano o desenvolvimento/realização de seus interesses individuais ou coletivos;
- a ausência de uma visão mais ampla de responsabilidade estatal pela reprodução da vida, atribuindo às famílias, e principalmente às mulheres, a responsabilidade de buscar por conta própria os meios/apoios necessários para que os indivíduos possam realizar suas atividades produtivas/econômicas. A ausência de equipamentos públicos, como creches, cozinhas comunitárias e restaurantes populares, entre outros, aprofunda ainda mais as desigualdades de gênero, com efeitos diretos sobre o DHAA. [\[162\]-\[166\]](#)

A perspectiva racial foi incorporada aos debates de uma parcela pequena das conferências analisadas. Verificamos o reconhecimento de que o racismo institucional precisa ser enfrentado pelo poder público, especialmente no combate à pobreza e à extrema pobreza, condição que afeta grande parte da população negra. O conceito de etnodesenvolvimento foi mencionado como essencial para promover/resguardar o modo de vida específico dos povos e comunidades tradicionais, especialmente dos quilombolas, cuja organização e modos de produção, de relação com os recursos naturais e de vida estão baseados na coletividade. [\[167\]-\[170\]](#) Contudo, constatou-se uma ausência dos termos negros/negras e pretos/pretas na maior parte dos documentos. Predomina a invisibilidade da identidade negra nos registros das conferências.

3.3. VISÕES SOBRE DESIGUALDADES, INIQUIDADES E PROCESSO ALIMENTAR NO BRASIL: SÍNTESE A PARTIR DA IDENTIFICAÇÃO DE TEMAS RECORRENTES, COMPLEMENTARES E CONTRADITÓRIOS.

Nesta seção apresentam-se sínteses que buscam explicitar como o tema das desigualdades e iniquidades nos processos alimentares no Brasil emergiu (ou não) dos textos analisados.

- A perspectiva de titular do Dhana é pouco explorada no conjunto de documentos, mesmo entre aqueles oriundos de associações profissionais com atuação crítica sobre o tema da alimentação e nutrição, de movimentos sociais e nos documentos finais de conferências públicas.
- O uso do termo desigualdade de forma generalizada, a ausência de análises sobre como o racismo estrutural impacta os dados atuais da fome e outras manifestações da IA foram aspectos recorrentes. Há uma invisibilidade das diferenças impostas pela área e localidade de moradia, raça e etnia, sexo e orientação/diversidade sexual.
- O debate sobre desigualdade de gênero, quando presente, é colocado na perspectiva das diferenças entre homens e mulheres. Dimensões como orientação sexual inexistem, e reflexões sobre o que é ser mulher em distintas fases da vida são pouco citadas (meninas, jovens, adultas e idosas).
- Raça é uma informação que tende a ser colocada na perspectiva de cor da pele, apresentada mais como um elemento de caracterização ou construção de uma fotografia descritiva da população do que como um aspecto explicativo para qualquer análise sobre iniquidades e desigualdades associadas aos sistemas e processos alimentares ou ao tema da alimentação de forma mais restrita.
- Não foram encontradas contribuições a partir de análise de classe social. Os recortes de renda ou escolaridade – como *proxy* de informação indireto sobre rendimento – foram as estratégias mais adotadas para caracterizar aspectos de inserção social das pessoas. Em alguma medida, mas ainda de forma limitada, encontraram-se informações que relacionavam situação de trabalho.

- A agroecologia é identificada como uma estratégia com grande potencial para construir sistemas alimentares mais saudáveis e inclusivos. No entanto, mesmo dentro dessa perspectiva, reconhece-se a existência de obstáculos à efetiva integração de mulheres. O debate racial não foi encontrado atrelado ao termo agroecologia. Classe social é de forma indireta tangenciada, mas não aprofundada: há destaque no papel da produção e da organização social baseada na agroecologia de construir uma sociedade mais justa e mais democrática.

Destacam-se ainda os aspectos complementares a seguir, que não foram recorrentes no conjunto de textos analisados, os quais informam outros aspectos relacionados ao tratamento sobre como as desigualdades e iniquidades operam no processo alimentar.

- A garantia do acesso aos alimentos é assegurada pelo comércio, preparado para atender aumentos eventuais de demanda por parte dos consumidores. As instituições vinculadas ao setor privado de caráter comercial adotam como conceito-guia a segurança alimentar, dando ênfase aos aspectos de garantia de oferta de alimentos seguros, do ponto de vista sanitário, para a compra em estabelecimentos comerciais. Esses alimentos são coerentes com as necessidades da vida moderna e urbana. Nos textos publicados pelas instituições associadas ao setor privado de caráter comercial, as pessoas são identificadas como consumidores ou clientes. Dentre estes, consideram-se aqueles com capacidade de compra, alguma renda para destinar à aquisição dos alimentos. Ao mercado cabe garantir o acesso aos alimentos variados, e aos consumidores assegura-se o direito de escolha de quais alimentos e produtos devem ser comprados e consumidos, levando assim a uma alimentação de qualidade.
- Agronegócio é citado como propulsor do desenvolvimento econômico do país. Também é percebido como um modelo de desenvolvimento predatório, insustentável e incompatível com a produção de alimentos saudáveis. Contudo, verificamos citações generalistas do termo – não há pessoas no agronegócio, a palavra é colocada como uma “entidade” que tem valor e ação própria. Algum detalhamento acontece quando as mulheres são citadas, porém com um lugar delimitado. Considerando as ações e relações existentes nos processos relacionados à alimentação, emerge em distintos textos a ideia de que cabe às mulheres as ações de processar e vender os alimentos em mercados locais.

- Na análise dos textos das entidades relacionadas ao setor privado de caráter comercial (Abia, Abag e Abras), o debate sobre desigualdades de gênero estava presente; já o de raça não. O debate sobre classe social, como esperado, não foi retratado de forma ampla, descrito na perspectiva de renda obtida pelo trabalho e empreendedorismo. Inclusive essa estratégia de empreendedorismo e de superação das dificuldades mediante esforço próprio foi explorada como ferramenta de superação dos desafios vivenciados pelas mulheres no contexto dessas entidades.
- Articulações e coalizões envolvendo associações ou agrupamentos com semelhante atuação nos países da América Latina são uma conduta adotada por instituições vinculadas tanto ao setor privado como ao da sociedade civil. No caso das primeiras, essas coalizões identificam-se como mecanismos para antecipar potenciais medidas regulatórias ou de restrição às atividades econômicas relacionadas à comercialização e publicidade dos alimentos. Para as instituições da sociedade civil, as coalizões com outras organizações de países distintos têm se constituído uma forma estratégica de agir e um meio de trocas de experiências e compartilhamento de aprendizagens que fortalecem as lutas internas nas nações pela realização do DHAA/Dhana.
- Espaços de debate e tomada de decisões são lócus de disputas de ideias e de construção de mecanismos de influência voltados à construção de apoios às narrativas em disputas (alimento como direito – portanto fruto da ação pública, ou alimento como mercadoria – portanto o acesso deve ser mediado pela compra). Nesse sentido, identificaram-se tanto espaços tradicionais de debate de políticas e ações públicas, a exemplo do Congresso Nacional, como eventos *online* (com rótulo de debate acadêmico ou de *talk show*), espaços de participação social (Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional), participação em grupos de trabalho para a construção de posicionamentos do Brasil frente a organizações vinculadas à ONU, e as conferências nacionais de políticas públicas.
- Nas análises dos documentos associados às associações profissionais, o termo “desigualdade” aparece no contexto de denúncias frente ao aumento da fome (Asbran e CFN), de lutas por garantia de direitos trabalhistas (FNN) ou (de forma breve) em debates sobre formação profissional do nutricionista (CFN). Alguns destes documentos detalham aspectos de desigualdade associados à renda e ao gênero. Nenhuma traz referência às iniquidades raciais e sua relação com a alimentação e nutrição. No tocante à renda, a

condição de desigualdade tende a ser reportada para ressaltar problemas alimentares e nutricionais associados ao acesso financeiro aos alimentos. Quanto o gênero, é uma perspectiva mais frequentemente destacada nos textos, porém limitada à perspectiva do sexo (mulher e homem), tendendo a uma generalização, mesmo quando inserida nos espaços de apresentação de propostas de ação.

- A análise de documentos recentes produzidos pelos movimentos e organizações sociais do campo, assim como a avaliação das manifestações de seus dirigentes no debate público recente, indica que as questões relacionadas à segurança e à soberania alimentar estão na centralidade das suas pautas.
- Observamos nas manifestações/documentos dos movimentos que os sistemas contra-hegemônicos são também marcados pelas desigualdades de gênero e raça. No campo agroecológico, por exemplo, os movimentos de mulheres defendem a articulação do feminismo como estratégia para superar as diferenças entre mulheres e homens no âmbito da agricultura familiar e camponesa, dos assentamentos da reforma agrária, dos povos indígenas e das comunidades tradicionais.
- O acesso ao crédito para empreender (enfoque das associações comerciais) e a formação/educação (enfoque dos movimentos sociais e de algumas associações profissionais) são colocados como ações fundamentais para superar as desigualdades existentes entre homens e mulheres.
- No agrupamento de textos científicos, foram analisados 34 artigos. Chamou-nos atenção a ausência de resultados para a combinação de descritores que visavam à identificação de trabalhos que versavam sobre “sistemas alimentares” e “raça/cor”. Raça ou cor da pele não foram termos adotados pelos estudos como palavras-chaves/descriptores, mas estiveram presentes nos demais artigos mapeados neste estudo. No entanto, somente em três artigos encontrou-se descrição da relação entre a IA e a raça. Nestes, as pessoas negras foram identificadas como as que apresentam maior frequência de situações de IA, quando comparadas com outros grupos populacionais. Os dados de raça/cor coletados são comumente apresentados como uma das características de descrição do perfil do público estudado. Ao não os incluir como um enfoque central de análise, os estudos acadêmicos contribuem com a invisibilidade das questões raciais e das experiências de discriminação racial às quais muitos brasileiros e muitas brasileiras estão cotidianamente

sujeitos. O trabalho fica, portanto, limitado em termos de potenciais contribuições voltadas à superação das iniquidades relacionadas ao eixo raça.

3.4. DESAFIOS E OPORTUNIDADES

A realização do Dhana no contexto brasileiro sofreu muitos retrocessos ao longo dos últimos anos. A expressiva redução das desigualdades e iniquidades no acesso à alimentação alcançada no período de 2004 a 2013, por meio de uma força-tarefa intersetorial e integrada, pautada principalmente pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) e pela Câmara Intermunicipal de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan) para a implementação de políticas públicas que expressamente fortaleceram sistemas e processos alimentares contra-hegemônicos, foi dissipada pela sobreposição de crises. Desde 2014, vivenciamos um ciclo de crise política, associada ao enfraquecimento da economia, da moeda e do trabalho enquanto direito social. Esse contexto, somado à austeridade fiscal iniciada pela EC 95/2016, à emergência de um governo federal contrário aos direitos humanos (como vimos durante a gestão Bolsonaro) e à negligência dessa mesma gestão no enfrentamento da crise sanitária decorrente da Covid-19, pode nos ajudar a compreender como chegamos à situação de seis em cada dez lares brasileiros convivendo com algum nível de insegurança alimentar (Rede Penssan, 2022).

A fome é a manifestação mais grave e desumana da violação ao DHAA. No Brasil atual, 33 milhões de brasileiros e brasileiras convivem de forma cotidiana com a falta permanente de acesso aos alimentos (Rede Penssan, 2022). Essa informação de 2022, quando lida em conjunto com a notícia de mais um recorde na produção de grãos¹⁷, demonstra bem como o celeiro do mundo tem negligenciado o Dhana da sua população em prol da obtenção de lucro e da geração de riquezas para alguns. Neste estudo, identificamos quão danosa pode ser a ausência de ação do Estado no combate às iniquidades e injustiças sociais. Nos últimos quatro anos (2019 a 2022), vivenciamos um ciclo de gestão federal que, alinhado com o pensamento de parte da sociedade brasileira, buscou in-

17 Em notícia veiculada pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) encontra-se a afirmação de que “A produção brasileira de grãos na safra 2021/22 está estimada em 271,2 milhões de toneladas, um acréscimo de quase 14,5 milhões de toneladas, quando comparada ao ciclo anterior...”. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias-2022/producao-de-graos-atinge-recorde-na-safra-2021-22-e-chega-a-271-2-milhoes-de-toneladas>.

visibilizar as desigualdades sociais e naturalizá-las como parte da construção social do Brasil. Empreendendo, tendo força de vontade para trabalhar (leia-se também: não tendo preguiça), acordando cedo, sendo “do bem”, “de família”, tudo se consegue no Brasil.

Não podemos deixar de mencionar que também o campo da ciência, dito produtor do conhecimento, tem deixado contribuições nesse processo de naturalização das desigualdades e de manutenção de um pensamento acrítico sobre como as iniquidades operam e são construídas no Brasil. A maior parte dos estudos analisados ainda mantém a característica de incluir dados de sexo, raça/cor da pele e renda como variáveis explicativas secundárias dos fenômenos alimentares e nutricionais pesquisados. Ao apresentar análises por recorte de sexo, raça/cor e renda de forma generalizada, perdem a oportunidade de contribuir na identificação de grupos populacionais em situação de maior vulnerabilidade alimentar e nutricional, além de contribuir com a construção de evidências que escancarem os fatores e condicionantes que influenciam piores condições alimentares e nutricionais em determinados grupos de brasileiros, em prol de outros.

Coube aos movimentos sociais do campo, às associações profissionais e às instituições da sociedade civil sem fins lucrativos trazer, em alguma medida, o debate sobre desigualdades e iniquidades. Os termos “gênero”, “desigualdade” e “renda” aparecem com certa constância em posicionamentos e recomendações oriundos desse grupo de instituições. No entanto, aqui também chamamos a atenção para a necessidade de aprimoramento da atuação sobre o tema. O gênero, em geral, é empregado como uma referência ao debate das iniquidades que mulheres sofrem diante dos homens. Outros grupos com distintas orientações sexuais e identidades de gênero não foram citados. A adoção do termo negro/negra como referência à raça deve ser aprofundada, dado que, no processo de formação do ser brasileiro, pessoas de cor parda podem não se identificar com essa referência. A classe social é debatida a partir de informações indiretas, como escolaridade, renda *per capita*, renda familiar geral e salário mínimo.

Os desafios citados de forma recorrente nos documentos analisados podem ser lidos na perspectiva de oportunidades para guiar a construção de uma coalizão ampla, voltada para a atuação frente ao cenário de iniquidades no processo alimentar.

- A reemergência da fome enquanto problema nacional e a persistência da insegurança alimentar. Compreende-se a fome como um problema global,

que não atinge somente o Brasil, mas apresenta um novo ciclo de intensificação no país.

- A qualidade dos alimentos consumidos. Trata-se esse aspecto do ponto de vista do aumento do consumo de alimentos ultraprocessados, da contaminação dos alimentos e da piora na qualidade dos alimentos adquiridos por causa do aumento dos custos domésticos com a alimentação, associado à oferta desigual de alimentos *in natura* nas cidades.
- A coexistência da desnutrição e da obesidade – como resultado do processo de piora da qualidade da alimentação, mas também decorrente do aumento dos custos de vida e da pressão sobre trabalhadores.
- Ausência de apoio para o fortalecimento e a ampliação de alimentos saudáveis produzidos pelos agricultores/as familiares rurais. A elevação dos custos de produção e dos custos de financiamento, que limita a ampliação da produção de alimentos e causa endividamento dos produtores. A ausência de acesso a tecnologias voltadas a melhores práticas produtivas e de processamento.
- Consolidação da agroecologia como novo paradigma de desenvolvimento.
- Compatibilização da produção de alimentos com a sustentabilidade ambiental.
- Agenda pública que priorize e proteja a soberania alimentar e a SAN.
- Enfrentamento aos avanços da concentração fundiária e promoção da reforma agrária.
- Ampla conscientização sobre o racismo e sexismo como instrumentos de manutenção das desigualdades. Esse processo deve vir associado a mecanismos de denúncia sobre situações de racismo, sexismo e outras manifestações de preconceitos, assim como da construção, em diálogo com as comunidades, de estratégias para a superação de manifestações de preconceitos de todas as ordens.
- Ampliar o escopo, a oferta e a abrangência das políticas públicas voltadas à redução das iniquidades de gênero, classe e raça, também relacionada com a inclusão de políticas correlatas a Dhana, como: políticas de cuidado com

crianças (creche, escola de tempo integral), equipamentos de SAN (restaurantes populares, cozinhas comunitárias, mercados populares subsidiados), fortalecimento de direitos trabalhistas e previdenciários etc. Todas são políticas com potencial de redução das iniquidades abordadas.

- Concretizar as políticas públicas como mecanismos de realização dos direitos humanos. Para tal processo, reconhecem-se como bases: (a) o fortalecimento de mecanismos de governança; (b) a superação de contradições na agenda pública; (c) a necessidade de intensificar a articulação e a cooperação intragovernamental; (d) a institucionalização de estruturas ligadas/coordenadoras das políticas na gestão pública; (e) construção de parcerias público-privadas coerentes com os objetivos públicos e livres de conflito de interesses, social/*green washing* etc.

3.5. PROPOSTAS, RECOMENDAÇÕES E PONTOS PRIORITÁRIOS PARA INCIDÊNCIA POLÍTICA VOLTADA À SUPERAÇÃO DAS DESIGUALDADES E INIQUIDADES NAS DIFERENTES ETAPAS DO PROCESSO ALIMENTAR NO BRASIL

As conferências e encontros nacionais analisados neste estudo constituem fontes primárias de recomendações para a superação das situações de iniquidades de gênero, de raça e de classe social no processo alimentar no Brasil. Dado que nos últimos anos do governo federal esse mecanismo de debate, monitoramento e construção de políticas e ações públicas foi enfraquecido, parece-nos importante resgatar as contribuições da sociedade civil registradas nos documentos finais dos 15 diferentes encontros nacionais, listados no Apêndice 3 deste relatório. Acrescentaram-se também contribuições registradas no Anexo I, do Relatório final do Encontro Nacional 5a CNSAN+2: Segurança alimentar (CONSEA, 2018), decorrentes da realização de atividade integradora voltada a povos e comunidades tradicionais e população negra. A inclusão dessa carta neste momento da síntese dos resultados foi uma contribuição advinda da oficina de qualificação do relatório final da pesquisa.

Agrupamos as recomendações das conferências, somadas à da carta acima identificada, em uma nova síntese, apresentada a partir das ações relacionadas ao processo alimentar. O agrupamento das recomendações oriundas das conferências analisadas neste estudo, na sua forma original, pode ser consultado no documento complementar [“Notas metodológicas”](#).

Obtenção de alimentos (produção, criação, caça, pesca, coleta, recebimento/doações...)

- Realizar a reforma agrária, visando à democratização do acesso à terra e a redução das desigualdades no campo. Como ações associadas, foram citadas o acesso a instrumentos de garantia da titularidade da propriedade pelas mulheres, a ampliação de políticas públicas voltadas para a juventude do campo, a garantia às comunidades quilombolas ao direito à terra e a regularização fundiária.
- Garantir, ampliar, fortalecer e democratizar as ações de assistência técnica e extensão rural (Ater). Esse processo tem o potencial de: promover a inclusão produtiva de famílias em situação de vulnerabilidade econômica; fortalecer a atuação da equipe técnica da Ater ao longo de todo o sistema alimentar; fomentar projetos produtivos ambiental, econômico e socialmente sustentáveis; garantir paridade de gênero e diversidades (jovens, povos e comunidades tradicionais); viabilizar e vislumbrar a transição produtiva agroecológica; fortalecer o associativismo e o cooperativismo; e apoiar grupos produtivos informais e formais de mulheres. A Ater deve ser conduzida a partir do respeito aos saberes culturais dos povos e comunidades tradicionais, com metodologias de trabalho que considerem o histórico das famílias e da unidade produtiva familiar, respeitando as especificidades e particularidades regionais e por meio da adoção de um modelo multi e interdisciplinar continuado, com recorte territorial. O financiamento das ações de Ater pode se dar pela destinação de recursos financeiros obtidos pelas três esferas de gestão a partir de compensações financeiras de empreendimentos (hidrelétricas, ferrovias etc.), de multas e apreensões do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e de outros órgãos de fiscalização.
- Garantir o acesso democrático e amplo a políticas, programas e ações voltados ao apoio à produção e ao processamento de alimentos. Vários

pontos complementares e de detalhamento a esta proposta foram identificados, relacionados ao acesso a crédito, ao Pronaf e à Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). Nos últimos anos, houve uma descontinuidade de parte desses instrumentos como definidores do acesso a políticas públicas do campo, mas aqui se registra a síntese de solicitações associadas a esses instrumentos, tendo em vista a possibilidade de retomada na gestão federal atual. Quanto ao acesso ao crédito, encontramos registros que abordavam a igualdade de tratamento aos jovens, às mulheres, aos idosos e às idosas e a revisão de critérios para acesso ao crédito, os quais constituem obstáculos para mulheres, jovens rurais, indígenas, quilombolas e outros povos e comunidades tradicionais. Desconectar o acesso ao crédito do Pronaf Mulher do conjunto de créditos destinados à família, permitindo, por exemplo, que a mulher possa desenvolver projetos próprios de produção agroecológica e de agroindústria, para além das atividades desenvolvidas pelo companheiro. Ampliar linha de crédito para mulheres voltada ao processamento de alimentos. Quanto ao Pronaf, a solicitação versava sobre, em diálogo com movimentos de mulheres, construir distintas estratégias para assegurar a ampliação da participação feminina no programa. Em relação à DAP, recomendações apontaram a necessidade de simplificar o acesso a esta, tanto física (emitida pelo CPF) como jurídica, principalmente para as mulheres negras, indígenas, quilombolas e de outros povos e comunidades tradicionais.

- Fomentar e viabilizar o trabalho das mulheres no processo alimentar, por meio de ações de educação e formação para a ampliação da autonomia e da tomada de decisão da mulher.
- Garantir oportunidades efetivas de participação das mulheres nas políticas públicas, iniciando pelas associadas a PNSAN, visando assim fortalecer a autonomia feminina por meio de oportunidades de auto-organização, pela formação de redes e organizações, pelo fortalecimento da atuação das mulheres em espaços de decisão e exercício do poder político. Essas ações contribuirão com a reversão da concepção equivocada sobre a participação feminina na produção, que predominantemente coloca as mulheres como auxiliadoras dos maridos e parceiros, reduzindo e desconsiderando as atividades desenvolvidas por elas, como a amamentação e a produção de alimentos para o autoconsumo, como se fossem atividades sem valor econômico e não merecedoras de incentivos sociais por meio de políticas públicas.

- Fortalecer a prática de agricultura urbana, reconhecendo as cidades como território de produção de alimentos. Esta recomendação pode ser alcançada por meio da destinação de imóveis urbanos à produção agrícola, pelo reconhecimento da prática da agricultura urbana e periurbana como estratégia de promoção da SAN e pela ampliação de programas de apoio para a produção voltada ao autoconsumo de pessoas titulares de direito de programas sociais.
- “Assegurar o direito ao território de comunidades negras urbanas, reconhecendo, como patrimônio material e imaterial e como território de interesse social e ambiental aos povos tradicionais de matriz africana e povos de terreiro, as áreas inseridas em cidades para garantir o mesmo tratamento dispensado aos demais templos religiosos, combatendo assim o racismo institucional. E, ao mesmo tempo, promover o reconhecimento dos espaços tradicionais de respeito à terra, de produção de alimentos sagrados e para comunidade.” (5ª CNSAN, 2015, p. 43)
- Ampliar o acesso da população negra, dos povos indígenas, dos povos e comunidades tradicionais às políticas públicas, incluindo aquelas relacionadas ao acesso ao crédito. Esse processo deve ser guiado à luz do fortalecimento e da ampliação da participação desses grupos, respeitando e reconhecendo seus sistemas de produção tradicionais, modos de vida e culturas alimentares como estratégias de promoção da sustentabilidade e de geração de renda.
- Garantir o acesso à água de qualidade e segura para consumo e produção de alimentos.
- Proteger e promover a sociobiodiversidade, por meio do reconhecimento das mulheres negras, quilombolas, indígenas, camponesas e agricultoras como guardiãs das sementes crioulas; pela proteção e produção de sementes crioulas para agricultores familiares e pelo aprimoramento da compra e distribuição de sementes crioulas e varietais, e outros materiais propagativos de culturas alimentares, pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).
- No que diz respeito aos recursos pesqueiros, recomenda-se: fortalecer as ações de ordenamento e conservação dos estoques pesqueiros tradicionalmente explorados; a criação de defeso para espécies nativas de cada

região; trabalhar pela recuperação de habitats perdidos ou degradados para que voltem a garantir a manutenção dos estoques pesqueiros e a recuperação da biodiversidade; garantir que pescadores regularizados tenham condições de exercer as suas atividades em qualquer área de sua jurisdição, desde que obedeçam às condições estabelecidas em acordos de pesca locais; e combater a pesca predatória e irresponsável.

- Ampliar a oferta de alimentos adequados e saudáveis. Esta ação pode ser alcançada pelo fortalecimento e pela ampliação da produção de alimentos orgânicos e agroecológicos, considerando toda a cadeia produtiva e tendo como meta aumentar o acesso da maioria da população, em especial das populações mais vulneráveis. Outro caminho citado trata da promoção da diversificação de culturas agrícolas das comunidades tradicionais, contribuindo assim com a melhoria da alimentação própria e com potenciais fontes de renda. Associada a essa recomendação, propõe-se a garantia de apoio técnico e financeiro à produção de alimentos coerentes com a qualidade exigida pela legislação sanitária.

Compra e a troca de alimentos

- Aprimorar e fortalecer os programas e as políticas públicas de compras institucionais da agricultura familiar, tais como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). No caso deste último, deve ser retomado e aprimorado. O processo de aprimoramento e fortalecimento dessas políticas deve pautar a inclusão e a ampliação da participação de mulheres e comunidades tradicionais, tais como quilombolas e povos indígenas, e a valorização e proteção de aspectos culturais e ambientais associados à produção e ao processamento de alimentos. Especificamente sobre o PAA, recomenda-se a adoção de mecanismos de garantia da sustentabilidade das ações do programa.
- Ampliar a aquisição de produtos agroecológicos e saudáveis nos programas de compras públicas, tendo como base para as transações econômicas os princípios da economia solidária.
- Diversificar e ampliar o acesso aos programas públicos de compras institucionais, por meio do fortalecimento da coordenação do PAA via MDA (retirando a gestão do programa do Mapa); amplo diagnóstico sobre os

desafios e oportunidades enfrentados pelos assentados da reforma agrária, agricultores familiares, quilombolas, povos indígenas, povos de matriz africana, povos de terreiro, pescadores artesanais, ciganos, cipozeiros/as, extrativistas e negros/as no acesso aos mercados institucionais; e criação e consolidação de mecanismos de promoção da igualdade racial e de gênero na aquisição dos produtos.

- Fortalecer a economia solidária como meio justo e sustentável de gerar renda, por meio de: mecanismos e ferramentas que favoreçam a regularização dos empreendimentos; garantia de apoio à qualificação profissional; aperfeiçoamento e cumprimento da legislação de cooperativismo e associativismo, contemplando a diversidade de arranjos existentes e construídos pelas comunidades e povos tradicionais; garantia do acesso ao crédito e apoio técnico e financeiro amplo ao desenvolvimento das atividades econômicas; reconhecimento de linhas de crédito e moedas sociais como meio de pagamento de transações econômicas locais; fortalecimento de pontos de comércio locais e solidários; em conjunto e em debate próximo com os empreendimentos da economia solidária, construir estratégias de superação dos desafios enfrentados para o transporte, distribuição e comercialização dos produtos.
- Fortalecer mecanismos de apoio ao abastecimento e ao armazenamento de alimentos, por meio da instituição de uma Política Nacional de Abastecimento, Armazenamento e Segurança Alimentar baseada na Política Nacional de SAN e pelo fortalecimento da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), em seu papel de compradora e reguladora de mercados de produtos e alimentos da agricultura familiar.
- Construir, em diálogo com a sociedade, mecanismos e instrumentos voltados à divulgação e ao incentivo ao consumo de alimentos orgânicos e agroecológicos.

A transformação de alimentos (inclui desde as realizadas em domicílios até as industriais)

- Ampliação e diversificação do acesso aos programas de fomento à agroindústria, com ênfase na garantia de acesso pelas mulheres e no fortalecimento do processamento de alimentos oriundos de formas tradicionais e artesanais de cultivo e produção.

- Valorização dos saberes, fazeres e práticas de resistência dos povos indígenas, dos povos e comunidades tradicionais, da população negra, dos quilombolas, dos ciganos e das comunidades de matriz africana.

O consumo, uso ou aproveitamento biológico dos alimentos (nutrição e saúde)

- Garantir que a alimentação escolar respeite e valorize as tradições culturais alimentares relacionadas aos alimentos. Como meios para atingir esta recomendação foram citadas ações de educação e formação voltadas a merendeiras e nutricionistas para o atendimento eficaz às demandas dos escolares; pelo fortalecimento da atuação de membros de comunidades tradicionais e povos indígenas na execução do Pnae nos estados e municípios; pela melhoria no acesso e na qualidade da alimentação escolar.
- Ampliar o consumo de alimentos orgânicos ou agroecológicos nas escolas, por meio de ações de formação de responsáveis técnicos pela alimentação escolar nas entidades executoras para o incentivo à inclusão dos gêneros orgânicos e/ou agroecológicos nos cardápios da alimentação escolar; pela inclusão de alimentos orgânicos e agroecológicos com produção local nos cardápios; pelo suporte técnico, financeiro e de logística voltado à transição agroecológica etc.



- Incentivar o consumo de pescado, por meio de campanhas voltadas à divulgação desse alimento e de formas de preparo.
- Promover a alimentação adequada e saudável, considerando os condicionantes e fatores sociais relacionados às escolhas alimentares, buscando assim construir compreensão ampla sobre os determinantes da alimentação, evitando culpabilizar as pessoas.
- Combater o desperdício e promover o uso integral dos alimentos.
- Ampliar a rede de equipamentos públicos voltados à garantia de acesso a alimentação adequada e saudável, como restaurantes populares, cozinhas comunitárias e banco de alimentos¹⁸ em todos os municípios brasileiros. Esses equipamentos públicos devem ter acesso a apoio técnico e financeiro voltado à manutenção de suas atividades de forma coerente aos conceitos de SAN e de DHAA.
- Regular a publicidade de alimentos ultraprocessados, especialmente a voltada ao público infantil, normatizar rótulos e realizar ações de ajustes fiscais que desencorajem o alto consumo de ultraprocessados.
- Políticas que tratem da subjetividade do comer, valorizando uma alimentação adequada, saudável, socialmente justa, culturalmente referenciada, que inclua comensalidades diversas, públicos diversos, enfim... que aborde também as emoções, as referências, as memórias e os princípios relacionados ao Dhana. Trazer humanidade ao comer.
- Ações de saúde que abordem a alimentação para além do binômio saúde-doença, de o que é bom e o que é ruim... que discutam determinantes da alimentação adequada e IA, padrões de beleza, estigmas, gordofobia, DCNTs e outras questões que se relacionam ao sistema alimentar, mas são “invisíveis” – principalmente, para a juventude.

18 Nota de interpretação da equipe do projeto: sobre a atuação dos bancos de alimentos, recomenda-se que sigam de forma coerente os princípios de exigibilidade do Dhana e a Losan (BRASIL, 2006). Internacionalmente, tem-se discutido o papel desses bancos em políticas assistencialistas que promovem o alto consumo de ultraprocessados ao mesmo tempo que beneficiam a boa imagem de grandes indústrias de alimentos associadas a diversas violações do Dhana ao longo de toda a cadeia dos sistemas alimentares hegemônicos.

A reconstrução ou regeneração das condições vitais e ambientais

- Promover ações de capacitação/educação de trabalhadores e trabalhadoras das diferentes áreas públicas com atuação relacionada ao campo da proteção, promoção, provisão e realização do DHAA, visando fortalecer as ações inclusivas voltadas à redução das iniquidades relacionadas à alimentação.
- “Formar redes de diálogos sobre SAN (fóruns, mídias sociais), instrumentalizadas para difundir o DHAA e a SAN para a sociedade em geral, enfatizando os povos indígenas, populações negras, povos e comunidades tradicionais (PCTs), mulheres, população em situação de rua e pessoas em privação de liberdade.”(CONSEA, 2018, p. 27.)
- Oportunizar espaços de governança sobre políticas e ações públicas voltadas à população negra e a outros povos e comunidades, pautados na escuta e na participação ativa e efetiva das pessoas nos processos de tomada de decisões. Chama-se a atenção para a necessidade de as políticas e ações públicas serem planejadas, executadas, avaliadas e revistas com as pessoas, e não “para” as pessoas, permitindo assim construir um ambiente de governança pública que busque superar o racismo estrutural.
- Oportunizar espaços públicos e de mobilização em torno do tema do racismo institucional, iniciando pelo Consea (nacional, estaduais e municipais), para discutir o racismo institucional que sofrem a população negra, os quilombolas, os indígenas e os PCTs em geral na relação com o Estado brasileiro.
- Fomentar políticas de geração de trabalho e renda que fortaleçam a perspectiva da economia solidária e a participação das mulheres, dos povos indígenas e PCTs no mercado de trabalho.
- Consolidar a implantação da PNSAN, por meio do fortalecimento do Sisan nas três esferas de governo e pela definição de dotação orçamentária específica para as ações de SAN.
- Realizar os direitos das mulheres de forma plena e fortalecer o protagonismo das mulheres nas ações e relações envolvidas no processo alimentar.
- Apoiar a institucionalização de estruturas específicas de apoio e fortalecimento da participação das mulheres na sociedade.

- Ampliar a participação popular, especialmente de mulheres, população negra, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais, nos espaços de controle e participação social, especialmente nos Conseas nacional, estaduais e municipais.
- Garantir e ampliar recursos para ações de combate à discriminação por raça, sexo e orientação sexual.
- Garantir orçamento e estruturação dos órgãos responsáveis pela regulamentação do acesso da população negra, de povos de matriz africana, de povos ciganos e demais povos e comunidades tradicionais à terra e aos territórios indígenas e quilombolas.
- Promover a articulação intrasetorialidade e fortalecer a atuação intersetorial voltadas à SAN. A integração de políticas e ações públicas relacionadas à SAN e ao Dhana pode fazer com que se tornem mais efetivas em termos de resultados, público atingido e otimização de recursos financeiros e humanos. A intersetorialidade, por sua vez, promove maior abrangência das ações, ampliando o potencial de atuação sobre os determinantes e condicionantes da SAN e da realização do Dhana.
- Defender e articular interesses da agricultura familiar, da SAN e da solidariedade econômica em âmbito internacional.
- Promover arranjos locais que facilitem o acesso à alimentação adequada e saudável, como mercados populares com alimentos subsidiados, feiras livres, hortas urbanas coletivas e hortas em ambientes institucionais.
- Incluir ambientes alimentares nas discussões de zoneamento urbano e planejamento dos municípios.
- Demarcar e proteger territórios indígenas e de PCTs, de forma a proteger suas maneiras de viver (que incluem processo alimentar diverso, regenerador da natureza, da vida e das culturas).

4. LACUNAS E LIMITES DO ESTUDO. IDENTIFICAÇÃO DE TEMAS PARA APROFUNDAMENTO

Neste estudo, abordamos as diferenças entre homens e mulheres a partir das características sexuais primárias de nascimento declaradas. Não se trata de uma escolha intencional, mas sim de uma expressão da lacuna de estudos nacionais do campo da SAN e do debate em torno do processo alimentar que apórtam informações e resultados de pessoas com diferentes identidades e expressões de gênero. Esta afirmação, inclusive, corrobora resultados de estudo conduzido por Gomes (2022).

Em relação à classe social, reconhecemos o limite de entrar nesse campo de análise a partir de informações sobre “situação de trabalho” e “renda”. É um limite adotar apenas essas duas categorias como informações de classe social; por isso, afirmamos que aqui apresentamos uma aproximação à análise de classe no contexto do debate sobre alimentos, alimentação, sistemas e processos alimentares. Reconhecemos o limite dessa escolha e a automática exclusão de pessoas que não se enquadram nos arranjos do mundo do trabalho (trabalho formal, informal ou autônomo, empregador ou empregado) por estarem privadas de liberdade (exemplo, sob tutela do sistema prisional) ou em situação de rua etc.

Em relação à análise orientada pelo eixo de iniquidade de raça, identificamos que, apesar dos avanços aqui propostos para o debate em torno do racismo estrutural, há limites decorrentes do processo de análise que nos impedem de apresentar conclusões sobre como o racismo opera e impõe limites às vidas de negros e

negras no Brasil. Por fim, destaca-se o desafio de conduzir a análise integrada de gênero, raça e classe. Nossa formação acadêmica e prática de pesquisa tem sido ao longo dos anos fragmentada, valendo o exercício aqui realizado como uma entrada nas análises interseccionais.

Ressaltamos ainda alguns temas que, ao longo do processo do estudo e em debate com parceiros da FIAN e pesquisadores do tema, emergiram como temas para aprofundamento a partir dos resultados deste estudo. Estes podem ser lidos na perspectiva de questões para novas pesquisas:

- Ampla revisão de literatura sobre como os eixos de desigualdade raça, gênero e classe social estão representados pela ciência brasileira. Como uma estratégia, registra-se a ampliação da busca de artigos em bases de dados vinculadas às ciências e aos setores agrários e agrícolas, favorecendo assim uma melhor e mais ampla compreensão sobre todas as ações e relações componentes dos processos alimentares no Brasil.
- Trazer referenciais de autores e pesquisadores negros e autoras e pesquisadoras negras na análise dos dados.
- A inclusão de espaços de debate público, sejam estes vinculados às instâncias de participação social, eventos científicos/acadêmicos, organizados ou promovidos por movimentos sociais ou empresas, com o enfoque na análise da participação de mulheres, negros e negras e do debate sobre classe social. Cabe também analisar como os eixos de iniquidades gênero, raça e classe são expressos nesses espaços públicos.
- Inclusão de outras análises quantitativas, a partir de banco de dados mais recentes, compreendendo melhor o contexto do mundo com Covid-19.
- Realizar entrevistas para complementar e aprofundar análises obtidas à luz dos resultados obtidos neste estudo.
- Mapear os indicadores de desigualdade existentes no Brasil (ou com dados sobre o país) quanto ao tipo de informação, à camada territorial de análise (nacional, regional, estadual, municipal, local) ou à intersecção (gênero, raça, renda) etc.
- Incluir políticas públicas como fontes de dados documentais para a análise. Pode ser importante olhar políticas públicas-chaves e como estas de

fato viabilizam o acesso de povos e comunidades em situação de maior vulnerabilidade.

- Incluir estudos de casos de territórios, colocando os resultados aqui apresentados em diálogo com a realidade de grupos sociais e identificando, assim, como os diferentes contextos e os determinantes sociais da saúde e da SAN marcam desigualdades e iniquidades nesses locais. Registramos ainda a necessidade de, ao trabalhar com territórios concretos, incluir o mapeamento e a análise de estratégias localmente adotadas para a superação das desigualdades e iniquidades no processo alimentar.
- Avançar no debate sobre a qualidade da alimentação: abordar o debate sobre o acesso aos alimentos ultraprocessados, explorar o tema de consumo de produtos ultraprocessados pelo recorte de raça/cor, gênero e classe social. Como brancos e negros estão protegidos ou mais expostos ao consumo de ultraprocessados?
- Aprofundar na camada de análise: quem fala e quem não fala, não tem espaço público para incidir no debate? Que características têm esses porta-vozes das expressões de desigualdades e iniquidades de raça/gênero e classe encontradas nos resultados do estudo?
- Aprofundar a análise dos dados à luz do conceito de captura corporativa.
- Entender como as desigualdades e iniquidades de acesso são estudadas no campo da saúde e como as aprendizagens acumuladas nesses estudos podem nos ajudar a pensar como reduzir as iniquidades no sistema alimentar.
- Fortalecer as ações de pesquisadores e pesquisadoras voltadas à tradução de conhecimento para além de artigos científicos.
- Acompanhar e incidir de forma ativa e colaborativa com a nova gestão federal da Presidência da República, identificando como esta buscará superar as situações de iniquidades e desigualdades relacionadas à alimentação e ao acesso aos alimentos no Brasil.
- Incentivar a realização de estudos que busquem identificar o que significa e quais oportunidades existem no enfrentamento das iniquidades em cada ação do processo alimentar.



5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados da análise de conteúdo aqui descritos e das contribuições advindas das oficinas de debate do projeto indicam a necessidade de pautar as atividades do campo da exigibilidade e das lutas pela efetivação do Dhana para que contribuam de forma efetiva na superação de formas generalistas e pouco expressivas de tratamento das desigualdades e iniquidades que imperam no processo alimentar no Brasil. Há uma contribuição à ação de invisibilidade das causas estruturais das desigualdades e iniquidades de gênero, raça e classe, fortalecendo a ideia de que as desigualdades entre homens e mulheres, negros e negras, pobres e ricos são condições naturais e, portanto, parte da formação da população brasileira. Essa perspectiva de naturalizar as desigualdades e iniquidades relaciona-se com a ideia de que a superação dessas “condições de vida mais difíceis” passa pelo esforço e mérito próprio e por “igual” acesso a bens e serviços. Também a restrição do debate de gênero ao aspecto homem-mulher, caracterizado a partir do sexo biológico, perpetua a invisibilidade a que as pessoas com outras identidades de gênero e orientação sexual estão expostas. Trata-se de uma lacuna de debate sobre “as causas das causas” das condições que levam à fome, à desnutrição ou à obesidade – e a outras formas de violação do Dhana.

As análises e reflexões aqui apresentadas destacam também caminhos para denunciar as situações de desigualdades e iniquidades que mulheres, pessoas negras e com baixa renda familiar enfrentam. O caminho para superar tais condições passa por maior visibilidade delas, seja por meio de debates no âmbito de

espaços de decisão sobre políticas públicas, seja pela atuação de movimentos e organizações sociais compromissadas com a promoção da SAN e da soberania alimentar e com a realização do Dhana. Faz-se necessário também que a produção do conhecimento assuma o papel de analisar dados dos estudos à luz de abordagens de análise que favoreçam a visibilidade das iniquidades de raça, gênero e classe social. Caminhamos e esperamos que este estudo seja mais um passo na direção da construção coletiva e permanente de um Brasil sem injustiças sociais.

ANÁLISE: AS DESIGUALDADES DE RAÇA, GÊNERO E CLASSE SOCIAL SOB A PERSPECTIVA DO DHANA

Nayara Côrtes Rocha – FIAN Brasil

Os termos “**não discriminação**” e “**igualdade**” talvez estejam entre os mais frequentemente mencionados nas principais normativas de direitos humanos (declarações, tratados, comentários gerais) como elemento central para a efetivação de tais direitos. O Comentário Geral 18 define que “A não discriminação, juntamente com a igualdade perante a lei e a igual proteção da lei sem qualquer discriminação, constitui um princípio básico e geral relacionado à proteção dos direitos humanos”. Os dois termos mostram-se, atualmente, insuficientes para abarcar as (perversas) complexidades que têm se revelado no cotidiano de vida dos sujeitos detentores desses direitos, as pessoas.

A Organização das Nações Unidas (ONU) foi fundada após a Segunda Guerra Mundial e a revelação das atrocidades do Holocausto. Foi concebida como uma forma de colocar limites aos poderes hegemônicos e afirmar a humanidade, a dignidade – os direitos, enfim – de todas as pessoas, independentemente de suas origens, idades, das normas dos países onde viviam. Direitos que todos os seres humanos deveriam ter, simplesmente por serem parte da espécie humana. A criação da ONU carregava a missão de evitar que algo de tal magnitude de crueldade e perversidade pudesse acontecer, novamente.

Dessa história deve ter surgido a preocupação, refletida em muitas repetições, sobre a vedação e o enfrentamento às discriminações “de qualquer natureza”: o entendimento de que a “desumanização” de determinados grupos – por exemplo, os “racializados”, como foi o povo judeu – é um fator crucial de naturalização de violações de direitos humanos. Sem desconsiderar o contexto geopolítico daquela decisão nem desmerecer uma medida à altura de um evento inaceitável para a humanidade, vale mencionar que atrocidades absurdas foram cometidas contra povos africanos em momentos específicos e de forma contínua por séculos de escravização sem que fossem criadas declarações e organizações para proteger os direitos desses seres humanos.

A reflexão tem como objetivo jogar luz sobre o papel fundamental de que as discussões sobre racismo, sexismo e classicismo ocupem lugar de destaque nas lutas por direitos humanos. Para que, como sugere o presente relatório, desnaturalizem-se as violações vividas por pessoas negras, indígenas, mulheres e pessoas empobrecidas. A “discriminação” citada pelos documentos de direitos humanos – que se sugere que seja nomeada de forma mais concreta e contundente nas tipificações acima – é causa estrutural da maior ocorrência de violação de direitos dessas parcelas significativas da sociedade e da naturalização social que, por sua vez, viabiliza sua perpetuação.

O relatório ***Prato do Dia: Desigualdades. Raça, Gênero e Classe Social nos Sistemas Alimentares*** e o presente sumário convidam o campo de estudo e luta pelo **direito humano à alimentação e à nutrição adequadas (Dhana)** a pensar esse direito com o olhar da desnaturalização das iniquidades, ou seja, das desigualdades produzidas e injustas. Mais do que isso, ao mencionar a “insuficiência de conhecer”, ao sistematizar o olhar sobre raça, gênero e classe sob esse recorte, ele convida o campo da soberania e segurança alimentar e nutricional (SSAN) à transformação de suas perspectivas, propostas e ações de enfrentamento à fome, à obesidade e às demais consequências de violações do Dhana, trazendo para o centro as “causas das causas”: o racismo, o sexismo e o classicismo, mais notadamente.

Nesse campo de conhecimento e atuação é histórica a defesa da **alimentação como direito** em contraposição à sua mercantilização. O reforço e a difusão da ideia de que o alimento é um **bem comum** (assim como a natureza) parece importante tanto sob a perspectiva de combater as diferenças e assimetrias de poder entre classes, raças e gêneros como no enfrentamento da caridade como a solução “natural” para a realização do Dhana das pessoas.

Esse entendimento se aproxima do princípio da **universalidade** dos direitos humanos, que pode ser invocado em contraposição à ideia absurda de meritocracia entre grupos que acessam recursos, oportunidades e vivências tão distintos. A própria “não discriminação” é um princípio para a realização dos direitos humanos, junto com a equidade, a participação e a inclusão, a obrigação de prestar contas e o Estado de direito.

Na perspectiva dos direitos humanos, a realização desses direitos é responsabilidade da sociedade como um todo, mas são os Estados os portadores de **obrigação**. Isso se deve ao fato de que são eles os detentores dos poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e da gestão dos recursos públicos capazes de fazer com que os direitos sejam respeitados e protegidos, e satisfeitos por todas as pessoas. Para isso, o Estado dispõe de prerrogativas que permitem reduzir desigualdades inerentes ao processo histórico de desenvolvimento de um país.

Na perspectiva das iniquidades de raça, gênero e classe social nos sistemas alimentares apontadas, parece faltar aos campos da SSAN e dos direitos humanos ampliar a visibilidade das causas estruturais dessas desigualdades reiteradas, preencher a lacuna das “causas das causas”, isto é, superar descrições generalistas e pouco expressivas sobre os temas em questão. É preciso enfrentar o debate da realização do Dhana de forma completa, trazendo as iniquidades e desigualdades não naturais na produção, acesso, consumo e usos dos alimentos.

O reconhecimento e a exposição do racismo, do sexismo e do classicismo explicita que as desigualdades foram produzidas por estruturas de poder. Cabe, portanto, ao Estado – quem supostamente deveria “gerenciar” o poder do povo – produzir saídas, com a participação da sociedade, para eliminar as causas das iniquidades, por meio de políticas públicas adequadas, no sentido mais amplo do adjetivo.

Refletir e propor políticas públicas que considerem o racismo, o sexismo e as desigualdades de renda e seus impactos para os cidadãos e cidadãs parece revolucionário nesse sentido. É “humanizar”, dar rosto e ouvidos aos titulares de direitos mais frequentes de todas essas políticas. Parece óbvio, mas talvez precise deixar de ser para que se consiga olhar com mais cuidado para as formas de se fazer isso.

Nessa linha, destaca-se uma proposta robusta para a participação social, eixo central também nos dois campos: que se avaliem e revisem políticas públicas *com* e não meramente *para* indivíduos que vivenciam as opressões. É preciso que essas pessoas sejam de fato ouvidas e consideradas nos processos de decisão.

As análises e propostas apresentadas neste documento são, portanto, instrumentos para repensar e restabelecer, a partir de um olhar mais complexo e aprofundado, as lutas para o enfrentamento das desigualdades e iniquidades de raça, gênero e classe social nos sistemas alimentares. O estudo nos provoca a nós, combatentes destas lutas, a começar nossos trabalhos de onde estamos e ampliá-los o quanto pudermos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRASCO. **População negra e Covid-19**. Organização Grupo Temático Racismo e Saúde da Abrasco. Rio de Janeiro: 2021. Disponível em: abrasco.org.br/site/wp-content/uploads/2021/10/E-book_saude_pop_negra_covid_19_VF.pdf.

AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS. **Em média, mulheres dedicam 10,4 horas por semana a mais que os homens aos afazeres domésticos ou ao cuidado de pessoas**. 1 jul. 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/27877-em-media-mulheres-dedicam-10-4-horas-por-semana-a-mais-que-os-homens-aos-afazeres-domesticos-ou-ao-cuidado-de-pessoas>. Acesso em: 9 ago. 2018.

ALMEIDA, S. L. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALVES, S. Como a redução histórica de recursos destinados à segurança alimentar afeta a população brasileira. **O Joio e O Trigo**, 15 mar. 2022. Disponível em: <https://ojoioetrigo.com.br/2022/03/como-a-reducao-historica-de-recursos-destinados-a-seguranca-alimentar-afeta-a-populacao-brasileira>.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

BATISTA, L. E.; MONTEIRO, R. B.; MEDEIROS, R. A. Iniquidades raciais e saúde: o ciclo da política de saúde da população negra. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 99, p. 681-690, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-11042013000400016>. Acesso em: 20 jan. 2023.

BENTO, C. **O pacto da branquitude**. 1. ed. São Paulo: Companhia das letras, 2022.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 7.967 de 18 de setembro de 1945**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del7967.htm. Acesso em: 12 jan. 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006**. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm.

BRASIL. **Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010**. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm.

BRASIL. **Medida provisória nº 1.154, de 1º de janeiro de 2023**. Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/Mpv/mpv1154.htm.

BURITY, V. T. A.; ROCHA, N. C. (org.). **Informe Dhana 2021**: pandemia, desigualdade e fome. Brasília: FIAN Brasil, 2021. Disponível em: https://fianbrasil.org.br/wp-content/uploads/2021/12/Informe-Dhana-2021-novo-ajuste-22_12.pdf.

CAISAN. **Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**: Plansan 2016-2019. Brasília: MDSA; Caisan, 2017. Disponível em: https://www.mds.gov.br/web/arquivos/arquivo/seguranca_alimentar/caisan/plansan_2016_19.pdf.

CARNEIRO, A. S. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/a-construc3a7c3a3o-do-outro-como-nc3a3o-ser-co-mo-fundamento-do-ser-sueli-carneiro-tese1.pdf>.

CASTRO, I.R.R. A extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e a agenda de alimentação e nutrição. **Cadernos de Saúde Pública** 2019, v. 35, n. 2, p. e00009919, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00009919>.

COLEMAN, J. Relational analysis: the study of social organizations with survey methods. **Human Organization**, v. 17, n. 4, p. 28-36, dez. 1958. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/44124097>.

COLLINS, P. H. Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão. In: Moreno, R. (org.). **Reflexões e práticas de transformação feminista**. São Paulo: SOF Sempreviva Organização Feminista, 2015. Disponível em: <https://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2016/01/reflex%C3%B5esepraticasdetransforma%C3%A7%C3%A3ofeminista-1.pdf>.

CONSEA. **Cartilha da Lei de Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília: 2006. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/conferencia/documentos/lei-de-seguranca-alimentar-e-nutricional>.

CONSEA. **Encontro Nacional 5a Conferência + 2: segurança alimentar e nutricional – Relatório final**. Brasília: junho 2018. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/eventos/conferencias/conferencias-2/5mais2/Web.pdf>.

COSTA, J. C. *et al.* Differences in food consumption of the Brazilian population by race/skin color in 2017–2018. **Revista de Saúde Pública**, v. 57, p. 4, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/SzQvjwvXpSm8QTdsqjSZc5C/abstract/?lang=pt#>.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 171-187, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/?format=pdf&lang=pt>.

FAO; IFAD; UNICEF; WFP; WHO. **The state of food security and nutrition in the world 2022**. Repurposing food and agricultural policies to make healthy diets more affordable. Roma: 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.4060/cc0639en>. Acesso em: 14 ago. 2022.

FROZI, D. S. Multidimensionalidade da pobreza em comunidades quilombolas: aspectos analíticos para a segurança alimentar e nutricional. *In*: PINTO, A. R.; BORGES, J. C.; NOVO, M. P.; PIRES, P.S. (org.). **Quilombos do Brasil: segurança alimentar e nutricional em territórios titulados**. Brasília: MDS, 2014. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/cadernos_de_estudos20.pdf.

GALINDO, E. *et al.* Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil. **Food for Justice Working Paper Series**, Berlim, n. 4, 2. ed., 2021. Disponível em: https://refubium.fu-berlin.de/bitstream/handle/fub188/29813.2/WP_%234_2.edition.pdf?sequence=14&isAllowed=y.

GOES, E. F.; RAMOS, D. O.; FERREIRA, A. J. F. Desigualdades raciais em saúde e a pandemia da Covid-19. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 18, n. 3, p. e00278110, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00278>.

GOMES, S. M. **Vulnerabilidade de pessoas transgênero à insegurança alimentar**. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva), Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/48585/1/Vulnerabilidadepeessoastransgenero_Gomes_2022.pdf.

GRISA, C. *et al.* **A desestruturação das políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar: mudanças institucionais, estratégias de desmonte e novas configurações**. Rio de Janeiro: Fundação Heirich Böll, 2022. Disponível em:

https://br.boell.org/sites/default/files/2022-10/boll_desmonte_politicas_publicas_final.pdf. Acesso em: 18 nov. 2022.

HIRATA, H. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, v. 26, n. 1. pp. 61-73, jan. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/LhNLNH6YJB5HVJ6vnGpLgHz/?lang=pt#>.

IBGE. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018: análise da segurança alimentar no Brasil**. Rio de Janeiro: 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101749.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2022.

IBGE. **Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2015**. Rio de Janeiro: 2016. Disponível em: https://www.icict.fiocruz.br/sites/www.icict.fiocruz.br/files/PEN-SE_Saude%20Escolar%202015.pdf.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**: segurança alimentar 2013. Rio de Janeiro: 2014. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv91984.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2022.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LEÃO, M.; MALUF, R. **A construção social de um sistema público de segurança alimentar e nutricional**: a experiência brasileira. Brasília: ABRANDH, 2012. Disponível em: <https://raisco.files.wordpress.com/2015/02/a-construc3a7c3a3o-social-de-um-sistema-adrandh.pdf>.

LEVY, R. B. *et al.* Três décadas da disponibilidade domiciliar de alimentos segundo a NOVA – Brasil, 1987-2018. **Revista de Saúde Pública**. v. 56, p. 75, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/G7KPsdVDPBsLFBLr93Q5rpK/?format=pdf&lang=pt>.

MALTA, D. C. *et al.* A pandemia da COVID-19 e as mudanças no estilo de vida dos brasileiros adultos: um estudo transversal, 2020. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 29, n. 4, p. e2020407, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1679-49742020000400026>.

MDS. **Nota técnica DA/Sagi/MDS no 128/2010**: relatório da oficina técnica para análise da escala brasileira de medida domiciliar de insegurança alimentar. Brasília: 2010.

MDS. **O estado de segurança alimentar e nutricional no Brasil**: um retrato multidimensional. Brasília: 2014. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/SANnoBRasil.pdf.

MENA, F. Pesquisa aponta que afazeres domésticos dificultam home office para 64,5% das mulheres. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 5. ago. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/08/pesquisa-aponta-que-afazeres-domestico-dificultam-home-office-para-645-das-mulheres.shtml>. Acesso em: 9 ago. 2022.

MOREIRA, A. J. **O que é discriminação?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

MS. **Guia alimentar para a população brasileira:** promovendo alimentação saudável. Brasília: 2014. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-brasil/publicacoes-para-promocao-a-saude/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf/view.

MS. **Vigitel Brasil 2006-2021:** vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico: estimativas sobre frequência e distribuição sociodemográfica do estado nutricional e consumo alimentar [...]. Brasília: 2022. Disponível em: https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/vigitel_brasil_2006-2021_estado_nutricional.pdf.

NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro:** processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

ÓAÊ; FINEDUCA. Em defesa de reajustes nos valores per capita do PNAE. Brasil, 2021. Disponível em: https://alimentacaoescolar.org.br/media/acervo/documentos/Em_defesa_de_reajustes_nos_valores_per_capita_do_PNAE_-_FACTSHEET.pdf. Acesso em: 15 nov. 2022.

OEVERMANN U.; ALLERT, T.; KONAU, E.; KRAMBECK, J. Structures of meaning and objective hermeneutics. In: MEJA, V.; MISGELD, D.; STEHR, N. (ed.) **Modern German Sociology**. New York Chichester, West Sussex: Columbia University Press, 1987. Disponível em: <https://doi.org/10.7312/meja92024-024>.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris, 10 dez. 1948. Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/human-rights/universal-declaration/translations/portuguese>.

ONU. **Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais**. Genebra: 1966. Disponível em: <https://www.oas.org/dil/port/1966%20Pacto%20Internacional%20sobre%20os%20Direitos%20Econ%C3%B3micos,%20Sociais%20e%20Culturais.pdf>.

PAGLIAI, G. *et al.* Consumption of ultra-processed foods and health status: a systematic review and meta-analysis. **The British Journal of Nutrition**, p. 308-18, 14 fev. 2021. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32792031>.

PARANHOS, R. *et al.* Uma introdução aos métodos mistos. **Sociologias**, v. 18, n. 42, p. 384-411, maio 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/15174522-018004221>.

PASSOS, C. M. *et al.* Association between the price of ultra-processed foods and obesity in Brazil. **Nutrition, Metabolism and Cardiovascular Diseases**, v. 30, p. 589-598, 12 abr. 2020. Disponível em: [https://www.nmcd-journal.com/article/S0939-4753\(19\)30460-0/fulltext#secsectitle0115](https://www.nmcd-journal.com/article/S0939-4753(19)30460-0/fulltext#secsectitle0115).

REDE PENSSAN. VigiSAN: Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: https://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf.

REDE PENSSAN. **II VigiSAN**: Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert; Rede Penssan, 2022. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>.

ROCHA, N. C.; BURITY, V. T. A. O direito humano à alimentação e à nutrição adequadas (Dhana). *In*: BURITY, V. T. A.; ROCHA, N. C. (org.). **Informe Dhana 2021**: pandemia, desigualdade e fome. Brasília: FIAN Brasil, 2021. Disponível em: https://fianbrasil.org.br/wp-content/uploads/2021/12/Informe-Dhana-2021-novo-ajuste-22_12.pdf.

SALLES-COSTA, R. *et al.* Rise and fall of household food security in Brazil, 2004 to 2022. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 39, n. 1, p. e00191122, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311XEN191122>.

SANTOS, F. S. *et al.* Food processing and cardiometabolic risk factors: a systematic review. **Revista de Saúde Pública**, v. 54, p. 70, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/z9V4DJjZbVmBsLzT5DCx3QB/abstract/?lang=en#>.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>.

UFRJ. **Biomarcadores do estado de micronutrientes**: prevalências de deficiências e curvas de distribuição de micronutrientes em crianças brasileiras menores de 5 anos – ENANI 2019. Rio de Janeiro: 2021. Disponível em: <https://enani.nutricao.ufrj.br/index.php/relatorio-3-micronutrientes>. Acesso em: out. 2022.

UFRJ. **Estado nutricional antropométrico da criança e da mãe**: prevalência de indicadores antropométricos de crianças brasileiras menores de 5 anos de idade

e suas mães biológicas – ENANI 2019. Rio de Janeiro: 2022. Disponível em: https://enani.nutricao.ufrj.br/wp-content/uploads/2022/02/Relatorio_Estado_Nutricional-5.pdf.

VALENTE, F.L.S. A apropriação corporativa da governança alimentar e nutricional: ameaça aos direitos humanos e à soberania alimentar dos povos. **Observatório do Direito à Alimentação e à Nutrição**, n. 7, p. 15-20, 2015. Disponível em: https://www.righttofoodandnutrition.org/files/Watch_2015_Article_1_port_A%20apropri%C3%A7%C3%A3o%20corporativa%20da%20governan%C3%A7a%20alimentar%20e%20nutricional.pdf.

VALENTE, F. L. S. Rumo à realização plena do direito humano à alimentação e à nutrição adequadas. **Revista Development**, v. 57, n. 2, p. 155-170, 2014. Traduzido para o português em maio de 2016 por Daniela Calmon, a pedido da FIAN Brasil. Disponível em: https://fianbrasil.org.br/wp-content/uploads/2017/02/Rumo-%C3%A0-realiza%C3%A7%C3%A3o-plena-do-DHANA_Flavio-Valente.pdf.

VALENTE, F.L.S.; FRANCO, M. A. S.; MONTES, D. C. Closing protection gaps through a more comprehensive conceptual framework for the human right to adequate food and nutrition. *In*: BELLOWS, A. C. *et al.* **Gender, nutrition, and the human right to adequate food. Toward an inclusive framework**. New York: Routledge, 2016.

VASCONCELOS, F. A. G. *et al.* Public policies of food and nutrition in Brazil: from Lula to Temer. **Revista de Nutrição**, v. 32, p. e180161, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1678-9865201932e180161>.

VIEIRA, F. S. Gasto federal com políticas sociais e os determinantes sociais da saúde: para onde caminhamos? **Saúde em Debate**, v. 44, n. 127, p. 947-961, out. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-1104202012701>.

ZIMMERMANN S. A.; DELGADO, N. G. El desmonte del Sistema Nacional de Seguridad Alimentaria y Nutricional y la garantía del derecho humano a la alimentación en Brasil. **Polis Revista Latino Americana**, Santiago, v. 21, n. 63, p. 32-51, set. 2022. Disponível em: https://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-65682022000300032.

APÊNDICES



APÊNDICE 1.

BASES E FONTES DE INFORMAÇÕES SOBRE ALIMENTAÇÃO, NUTRIÇÃO, SAÚDE, PRODUÇÃO E PROCESSAMENTO DE ALIMENTOS E PARTICIPAÇÃO SOCIAL COM DADOS COLETADOS ENTRE 2010 E 2022.

FONTES DE DADOS NACIONAIS SOBRE ALIMENTAÇÃO, NUTRIÇÃO E SAÚDE ¹⁹	SÍNTESE DAS INFORMAÇÕES DISPONIBILIZADAS
<p>Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil</p> <p>2022 https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101972_informativo.pdf</p> <p>2019 https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf</p>	<p>Nesses informativos podem-se verificar indicadores voltados à exposição de desigualdades sociais por cor e raça. Na edição de 2022, parte das análises foi conduzida pela desagregação populacional em brancos, pretos e pardos. Em alguns dados foi possível incluir amarelos e indígenas.</p>
<p>1º e 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (1º e 2º VigiSAN). Edições: 2020 e 2022</p> <p>2022 https://olheparaafome.com.br</p> <p>2020 https://olheparaafome.com.br/pesquisa2020</p>	<p>Estudo com coleta de dados domiciliar, com amostra representativa nacional, conduzido pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan), nos anos de 2020 (1º Inquérito) e 2021/2022 (2º Inquérito). A pesquisa teve como objetivo contribuir com o monitoramento “... da segurança alimentar (SA) e dos níveis de insegurança alimentar (IA) nos domicílios de famílias brasileiras, diante do cenário de crise econômica e sanitária decorrente da pandemia da Covid-19, visando ao >></p>

19 Optou-se por registrar as pesquisas e estudos por ordem cronológica decrescente, da mais recente para a menos recente. Aqui foram relatados estudos e documentos publicados entre os anos de 2010 e 2022.

FONTES DE DADOS NACIONAIS SOBRE ALIMENTAÇÃO, NUTRIÇÃO E SAÚDE¹⁹

SÍNTESE DAS INFORMAÇÕES DISPONIBILIZADAS

>> fornecimento de informações rápidas e confiáveis, capazes de incidir sobre o processo decisório de ações públicas e na mobilização da sociedade civil organizada”. Nos relatórios publicados, há informações pelos recortes sexo, raça, renda e escolaridade. A pesquisa disponibiliza, mediante solicitação e justificativa, o acesso ao banco de dados.

Caderno de experiências de pesquisa em saúde e povos tradicionais de matriz africana: para a promoção de soberania e segurança alimentar e nutricional (2022)

https://drive.google.com/file/d/1JCnl9reWs_ef8Z97Msc7sv-dDiZtbqOo

Nessa publicação, registram-se experiências de pesquisa em saúde e povos tradicionais de matriz africana associadas à promoção da soberania e da segurança alimentar e nutricional. Trata-se de um rico documento, com registros sobre visões, concepções, experiências e práticas dos povos de matriz africana distribuídos em todo o território brasileiro, sistemas alimentares e saúde coletiva, dentre outros pontos. A publicação foi construída no contexto do projeto “Saúde coletiva e povos tradicionais de matriz africana para a promoção de soberania e segurança alimentar e nutricional (SSAN)”, realizado pela parceria entre a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e o Fórum Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos de Matriz Africana (Fonsanpotma).

Vigilância dos Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (Vigitel), com edições anuais desde 2006

<https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/publicacoes-svs/vigitel/vigitel-brasil-2006-2021-estimativas-sobre-frequencia-e-distribuicao-sociodemografica-do-estado-nutricional-e-consumo-alimentar-nas-capitais-dos-26-estados-brasileiros-e-no-distrito-federal/view>

Desde 2006 o Vigitel tem gerado dados sobre fatores de risco e proteção para as doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs) na população brasileira adulta. A publicação conta com edições anuais. A mais recente, publicada em 2022, disponibiliza análise da evolução anual dos indicadores de estado nutricional e consumo alimentar referentes ao período 2006-2021, trazendo informações sobre a população adulta das 26 capitais estaduais e do Distrito Federal.

FONTES DE DADOS NACIONAIS SOBRE ALIMENTAÇÃO, NUTRIÇÃO E SAÚDE¹⁹

SÍNTESE DAS INFORMAÇÕES DISPONIBILIZADAS

Vigitel Brasil 2018. População Negra: vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico: estimativas sobre frequência e distribuição sociodemográfica de fatores de risco e proteção para doenças crônicas para a população negra nas capitais dos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal em 2018

https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/vigitel_brasil_2018_populacao_negra.pdf

Na publicação constam resultados relacionados à coleta de dados do Vigitel de 2018. As análises trazem dados para população negra e um comparativo com a população branca, contribuindo de forma importante com o melhor conhecimento de fatores de risco e proteção para as DCNTs a que as pessoas negras estão expostas no Brasil.

O Vigitel traz análises por sexo, faixa etária (a partir dos 18 anos), nível de instrução (escolaridade) e indicadores de fatores de risco (hábito de fumar, excesso de peso, consumo de refrigerantes, inatividade física e o consumo de bebidas alcoólicas, além da referência ao diagnóstico médico de hipertensão arterial e diabetes) e de proteção (prática de atividade física no tempo livre e no deslocamento, consumo de frutas e hortaliças e a realização de exames para detecção precoce de tipos comuns de câncer em mulheres) para DCNTs.

Mapa da nova pobreza (jun. 2022)

https://www.cps.fgv.br/cps/bd/docs/Texto-MapaNovaPobreza_Marcelo_Neri_FGV_Social.pdf

Neste estudo da FGV social, destacam-se dados sobre a evolução da pobreza no Brasil, por unidade da Federação, no período de 2019 a 2021.

Impactos primários e secundários da Covid-19 em crianças e adolescentes (2020 e 2021)

Nov. 2020

https://www.unicef.org/brazil/media/12546/file/relatorio_analise_impactos-primarios-e-secundarios-da-covid-19-em-criancas-e-adolescentes_segunda-rodada.pdf

Jul. 2020

<https://www.unicef.org/brazil/media/11331/file/relatorio-analise-impactos-primarios-e-secundarios-da-covid-19-em-criancas-e-adolescentes.pdf>

Os estudos do Unicef foram conduzidos a partir da metodologia de ligação telefônica e têm representação nacional. A primeira rodada de coleta de dados ocorreu em julho de 2020, e a segunda, em novembro de 2020. Contaram com a mesma metodologia e o mesmo questionário, permitindo uma comparação dos resultados e melhor compreensão sobre os impactos primários e secundários das medidas de prevenção da Covid-19 na vida das crianças e de suas famílias.

FONTES DE DADOS NACIONAIS SOBRE ALIMENTAÇÃO, NUTRIÇÃO E SAÚDE¹⁹

SÍNTESE DAS INFORMAÇÕES DISPONIBILIZADAS

Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil. **Food for Justice Working Paper Series**, n. 4 (2021)

https://refubium.fu-berlin.de/bitstream/handle/fub188/29813.2/WP_%234_2.edition.pdf?sequence=14&isAllowed=y

Estudo de base populacional realizado por meio de ligações telefônicas entre novembro e dezembro de 2020. A pesquisa foi realizada pelo Grupo de Pesquisa Alimento para Justiça: Poder, Política e Desigualdades Alimentares na Bioeconomia, da Freie Universität Berlin (Alemanha), em parceria com pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e da Universidade de Brasília (UnB). Buscou analisar os efeitos da pandemia da Covid-19 sobre a alimentação, a situação de segurança alimentar e o consumo de alimentos da população brasileira.

Insegurança Alimentar no Brasil: Pandemia, Tendências e Comparações Globais (2021)

https://www.cps.fgv.br/cps/bd/docs/Texto-Inseguranca-Alimentar-no-Brasil_Marcelo-Neri_FGV-Social.pdf

A pesquisa analisou os dados do Gallup World Poll e apresenta uma fotografia da insegurança alimentar da população brasileira, tendo como referência o período de agosto a novembro de 2021 e o acompanhamento de suas mudanças no período da pandemia da Covid-19.

Informe Dhana 2021: pandemia, desigualdade e fome

https://fianbrasil.org.br/wp-content/uploads/2021/12/Informe-Dhana-2021-novo-ajuste-22_12.pdf

Neste relatório, a equipe da FIAN Brasil apresenta uma análise de contexto das violações do Dhana a partir de uma perspectiva histórica. Essa ação é feita por meio de análises quali e quantitativas de informações públicas, trazendo também o registro de ações de solidariedade, resistência e reinvenção em prol da vida e dos direitos humanos.

Desigualdade de impactos trabalhistas na pandemia (2021)

https://www.cps.fgv.br/cps/bd/docs/Desigualdade_de_Impactos_Trabalhistas_na_Pandemia_Marcelo-Neri_FGV-Social.pdf

A pesquisa teve como tema central o impacto da pandemia da Covid-19 no trabalho. O estudo não traz dados de raça/cor da pele e apresenta algumas informações para mulheres.

FONTES DE DADOS NACIONAIS SOBRE ALIMENTAÇÃO, NUTRIÇÃO E SAÚDE¹⁹

SÍNTESE DAS INFORMAÇÕES DISPONIBILIZADAS

Estudo Longitudinal de Saúde dos Idosos Brasileiros (Elsi-Brasil) 2015-2016 e 2019-2020

<https://elsi.cpqrr.fiocruz.br>

Estudo financiado pelo MS e coordenado pela UFMG e pela Fiocruz Minas Gerais. Tem como objetivo “... investigar os determinantes sociais e biológicos do envelhecimento e suas consequências para o indivíduo e a sociedade”. É uma pesquisa domiciliar, com amostragem representativa nacional, longitudinal, realizada com adultos com 50 anos de vida ou mais, em 70 municípios brasileiros, distribuídos nas cinco macrorregiões do Brasil.

No site <https://elsi.cpqrr.fiocruz.br> estão disponíveis para baixar banco de dados e inúmeras publicações decorrentes das coletas de dados realizadas nos períodos de 2015-16 e 2019-21. A equipe do projeto prevê a realização de nova coleta em 2023. Chama atenção o fato de que, dentre mais de 60 publicações acadêmicas, apenas duas trazem a raça como enfoque central de análise. Em relação ao gênero, só um artigo faz referência a essa análise no título.

Pesticides in Latin America: violations against the right to adequate food and nutrition (2020)

<https://fianbrasil.org.br/wp-content/uploads/2021/04/Pesticides-in-Latin-America-English.pdf>

Neste relatório, registram-se violações de direitos humanos, em especial o Dhana, na região da América Latina relacionadas ao uso irrestrito, indiscriminado e criminoso de agrotóxicos no sistema de produção hegemônico na região. A abordagem do Dhana orienta as análises, incluindo reflexões sobre iniquidades de gênero e raça.

Atlas das situações alimentares no Brasil (2020)

https://www.researchgate.net/publication/356617325_Atlas_das_situacoes_alimentares_no_Brasil_a_disponibilidade_domiciliar_de_alimentos_e_a_fome_no_Brasil_contemporaneo

Construiu-se uma síntese gráfica, cartográfica e textual das situações alimentares no Brasil a partir da análise de dados oriundos da POF, edições 2002-2003, 2008-2009 e 2017-2018, somados a dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), edições 2004, 2009 e 2013. O escopo inclui informações que caracterizam a disponibilidade domiciliar de alimentos e a existência da fome ou do risco de fome (insegurança alimentar). Os dados foram apresentados a partir de recortes de localização dos domicílios (urbano ou rural), unidade da Federação, região geográfica do país e >>

**FONTES DE DADOS NACIONAIS
SOBRE ALIMENTAÇÃO,
NUTRIÇÃO E SAÚDE¹⁹**

**SÍNTESE DAS
INFORMAÇÕES
DISPONIBILIZADAS**

>> características das pessoas de referência dos lares, explicitando principalmente as desigualdades raciais e de gênero.

**Estudo Nacional de Alimentação e
Nutrição Infantil (Enani) 2019**

<https://enani.nutricao.ufrj.br>

<https://enani.nutricao.ufrj.br/index.php/relatorios>

A pesquisa tem como enfoque a avaliação de práticas de aleitamento materno, de consumo alimentar, do estado nutricional e as deficiências de micronutrientes entre crianças menores de 5 anos. A amostra tem representatividade nacional, e a coleta de dados foi conduzida a partir de visitas a domicílios localizados em todas as regiões do Brasil, incluindo zonas rural e urbana. O estudo é conduzido pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Fundação Oswaldo Cruz, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e Universidade Federal Fluminense (UFF), tendo sido financiado pelo Ministério da Saúde, por meio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Na página *web* do Enani, podem ser baixados artigos e relatórios com dados analisados. Estes últimos foram divididos em oito volumes, que tratam dos temas: aspectos metodológicos, características demográficas e socioeconômicas, micronutrientes, aleitamento materno, alimentação, uso de suplementos, estado nutricional antropométrico e recordatório alimentar de 24 horas (em fase de escrita).

Estudo raça e saúde pública

<https://www.racaesaude.org.br>

<https://www.racaesaude.org.br/estudo>

Estudo conduzido pela parceria entre uma organização de natureza mista (filantrópica e empresarial), uma organização filantrópica (Resolve to Save Lives) e uma instituição brasileira independente de pesquisa (Afro-Cebrap – núcleo de pesquisa, formação e difusão do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento). O trabalho buscou compreender o impacto da Covid-19 na população negra do Brasil a partir de dados dos óbitos registrados no Brasil, em 2019, no Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde.

FONTES DE DADOS NACIONAIS SOBRE ALIMENTAÇÃO, NUTRIÇÃO E SAÚDE¹⁹

SÍNTESE DAS INFORMAÇÕES DISPONIBILIZADAS

Pesquisa Nacional de Saúde 2013 e 2019

<https://www.pns.icict.fiocruz.br/volumes-ibge>

Estudo de base domiciliar, com representação nacional, conduzido pelo Ministério da Saúde e pelo IBGE nos anos de 2013 e 2019. Os dados da edição de 2019 foram disponibilizados na forma de banco de dados e publicações. Estas últimas foram organizadas em cinco volumes: apresentação de informações sobre os domicílios participantes e acesso dos moradores a serviços de saúde; organização da atenção primária à saúde e dados antropométricos; percepção do estado de saúde, estilo de vida, doenças crônicas e saúde bucal; acidentes, violências, doenças transmissíveis, atividades sexuais, características de trabalho e acesso a apoio social; e o último volume traz informações a partir dos ciclos de vida.

Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE)

Banco de dados das edições de 2009, 2012, 2015 e 2019 <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/9134-pesquisa-nacional-de-saude-do-escolar.html?=&t=downloads>

<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101955.pdf>

Em 2022, o IBGE publicou o material Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar: análise de indicadores comparáveis dos escolares do 9º ano do ensino fundamental: municípios das capitais: 2009/2019.

Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF). Edição 3: 2017-2018

<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101886.pdf>

A POF 2017-2018 traz informações sobre o perfil das despesas e orçamentos domésticos, sobre as condições de vida da população brasileira, sua percepção subjetiva da qualidade de vida e o perfil nutricional.

Na edição desse biênio, foi incluída a avaliação da qualidade de vida da população sob a perspectiva de dois indicadores de perdas ou privações: o índice de perda de qualidade de vida (IPQV) e o índice de desempenho socioeconômico (IDS).

O IPQV permite avaliar as perdas ou >>

FONTES DE DADOS NACIONAIS SOBRE ALIMENTAÇÃO, NUTRIÇÃO E SAÚDE¹⁹

SÍNTESE DAS INFORMAÇÕES DISPONIBILIZADAS

>> privações vividas pelas pessoas nos aspectos de moradia; acesso aos serviços de utilidade pública; saúde e alimentação; educação; acesso aos serviços financeiros e padrão de vida; e transporte e lazer. O IDS avalia como as perdas acima referidas afetam o desenvolvimento da sociedade. A maior parte dos dados é apresentada por recortes baseados em determinantes da qualidade de vida no Brasil – localização geográfica do domicílio (urbana ou rural), composição da família, renda familiar *per capita* – e a partir de características da pessoa de referência (sexo, cor ou raça, idade, nível de escolaridade, posição na ocupação no trabalho principal e participação na força de trabalho).

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad). Edição: 2013

https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/pesquisas/documentos/pdf/ficha_148.pdf

Nesta edição da Pnad, dados da SAN foram novamente coletados, por meio da aplicação da Ebia. Os dados desse suplemento especial permitem comparar resultados relacionados às condições de segurança alimentar e insegurança alimentar com edições especiais da pesquisa realizadas em 2004 e 2009.

FONTES DE DADOS NACIONAIS SOBRE INDICADORES SOCIAIS

SÍNTESE DAS INFORMAÇÕES DISPONIBILIZADAS

IBGE

<https://www.ibge.gov.br>

Pnad Contínua

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=o-que-e>

Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2020.

Síntese de indicadores sociais: >>

No *website* do IBGE é possível obter informações de diferentes indicadores sociais, econômicos, agropecuários, de gênero, geográficos (incluindo por cidades) etc. Grande parte desses dados é coletada pela chamada Pnad Contínua. Os dados referentes a um conjunto restrito de indicadores relacionados à força de trabalho por macrorregião podem ser obtidos mensalmente, e outros indicadores relacionados ao trabalho são disponibilizados para o período dos três últimos meses. Dados anuais são disponibilizados visando à divulgação >>

FONTES DE DADOS NACIONAIS SOBRE INDICADORES SOCIAIS

SÍNTESE DAS INFORMAÇÕES DISPONIBILIZADAS

>> uma análise das condições de vida da população brasileira: 2021.

<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101979.pdf>

>> de informações complementares. De forma complementar, e a depender de demandas, outras informações podem ser coletadas e divulgadas.

A Pnad traz informações sobre educação, acesso ao trabalho, rendimento, outras formas de trabalho (afazeres domésticos, cuidados de pessoas, produção para o próprio consumo e trabalho voluntário), habitação, características dos moradores, trabalho de crianças e adolescentes etc. Na série de “Indicadores sociais”, as análises de dados agregados permitem compreender as condições de vida da população brasileira e como as desigualdades sociais estão presentes na realidade brasileira. Normalmente, a publicação traz informações sobre aspectos econômicos e de mercado de trabalho, padrão de vida, distribuição de rendimentos e existência de pobreza, condições de saúde da população (dados de morbimortalidade) e dos serviços de saúde, como disponibilidade de recursos humanos. As análises contemplam recortes por raça/cor da pele, idade, escolaridade, renda e sexo.

IBGE Cidades

<https://cidades.ibge.gov.br>

Base de dados que agrega informações de estudos do IBGE sobre municípios e estados brasileiros. Na página é possível baixar informações de indicadores trabalhados pelo IBGE a partir de diferentes recortes, como raça, renda, gênero, escolaridade, local de moradia etc.

Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 do Desenvolvimento Sustentável

<https://gtagenda2030.org.br>

Relatório Luz

<https://gtagenda2030.org.br/relatorio-luz>

Formado por representantes de organizações da sociedade civil, o GT da Agenda 2030 tem monitorado o tema e a implantação dos objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS) no Brasil. Esse processo é registrado e publicizado por meio do informe “Relatório Luz”, uma publicação anual (2017-2022) que, além de analisar a implementação dos ODS no Brasil, sistematiza propostas voltadas ao alcance das metas assumidas junto à ONU.

FONTES DE DADOS NACIONAIS SOBRE INDICADORES SOCIAIS

SÍNTESE DAS INFORMAÇÕES DISPONIBILIZADAS

Ipea

Retrato das desigualdades de gênero e raça

<https://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores.html>

O projeto não teve continuação, mas o *site* ainda existente oferta a possibilidade de *download* de tabelas que informam dados da evolução histórica de indicadores demográficos, sociais, de saúde e condições e agravos de vida pelos recortes de gênero e raça. Os indicadores foram construídos a partir da Pnad (IBGE) e são apresentados tanto para mulheres e homens negros e brancos quanto para mulheres brancas, mulheres negras, homens brancos e homens negros.

FGV Social

<https://cps.fgv.br/pesquisas>

No *site* da FGV Social, na aba publicações, é possível identificar um conjunto de estudos sobre temas relacionados ao trabalho, alimentação, juventude e políticas públicas.

Oxfam Brasil

Série “Nós e as desigualdades”

<https://www.oxfam.org.br/um-retrato-das-desigualdades-brasileiras/pesquisa-nos-e-as-desigualdades>

Série “O retrato da desigualdade no Brasil”

<https://www.oxfam.org.br/um-retrato-das-desigualdades-brasileiras>

Desigualdades de gênero e raça na política brasileira

<https://www.oxfam.org.br/justica-racial-e-de-genero/raca-e-genero/desigualdade-de-raca-e-genero-na-politica-brasileira>

Mortes evitáveis por Covid-19 no Brasil

<https://www.oxfam.org.br/especiais/mortes-evitaveis-por-covid-19-no-brasil>

A Oxfam Brasil é uma organização da sociedade civil brasileira, sem fins lucrativos e independente, criada em 2014. Tem vínculo com a organização internacional Oxfam e tem desempenhado no Brasil a importante tarefa de fomentar o debate sobre desigualdades. Um dos mecanismos adotados tem sido a publicação sistemática de estudos, como a série “Retratos da desigualdade no Brasil”, com edições em 2017, 2018 e 2021. Outra publicação de destaque é a “Nós e a desigualdade” (2017, 2019, 2021 e 2022), um estudo de percepção sobre as desigualdades sociais realizado em conjunto com o Instituto Datafolha. Muitos desses estudos oferecem *download* de planilhas com os dados para análises complementares.

Além desses estudos com publicação periódica, a Oxfam Brasil disponibiliza relatórios de pesquisas específicas, como os que estão nos *links* ao lado.

FONTES INTERNACIONAIS COM DADOS SOBRE O BRASIL²⁰

SÍNTESE DAS INFORMAÇÕES DISPONIBILIZADAS

Banco Mundial – Open Knowledge Repository

<https://openknowledge.worldbank.org>

Relatório de pobreza e equidade no Brasil. Mirando o futuro após duas crises. Sumário Executivo
<https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/37657>

Brazil Human Capital Review:
Investing in People
<https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/37626>

Nesse *site* do Banco Mundial pode-se encontrar diversos relatórios de pesquisas e estudos conduzidos pelo grupo. No campo de buscas, ao digitar “Brazil”, pode-se verificar que o país tem sido tema de vários estudos do banco, os quais versam sobre diferentes temas, como tabaco, Amazônia, capital humano e pobreza. Para este estudo, analisamos dois textos publicados em 2022, destacados ao lado.

FAO – séries

Sobre segurança e insegurança alimentar (Sofi)
The State of Food Security and Nutrition in the World 2022.
Repurposing food and agricultural policies to make healthy diets more affordable
<https://doi.org/10.4060/cc0639en>
<https://www.fao.org/3/cc0639en/cc0639en.pdf>

Tendo esta publicação como base, a FAO disponibilizou alguns mapas.
<https://www.fao.org/fileadmin/templates/SOFI/2022/docs/map-pou-print.pdf>

Sobre alimentos e agricultura (Sofo)
The State of Food and Agriculture 2022. Leveraging automation in agriculture for transforming agrifood systems
<https://doi.org/10.4060/cb9479en>
>>

A FAO tem publicado, por meio de séries, análises sobre temas associados à segurança alimentar e nutricional. Há dados específicos do Brasil dentro dos relatórios.

20 A sequência de apresentação seguiu a ordem alfabética.

FONTES INTERNACIONAIS COM DADOS SOBRE O BRASIL ²⁰	SÍNTESE DAS INFORMAÇÕES DISPONIBILIZADAS
<p>>> Sobre florestas (Sofa) The State of the World's Forests 2022. Forest pathways for green recovery and building inclusive, resilient and sustainable economies https://doi.org/10.4060/cb9360en</p> <p>Sobre mercado de <i>commodities</i> (Soco) The State of Agricultural Commodity Markets 2022. The geography of food and agricultural trade: Policy approaches for sustainable development https://doi.org/10.4060/cc0471en</p>	
<p>FIAN Brasil e FIAN Internacional https://fianbrasil.org.br/publicacoes-da-fian</p> <p>Informe Dhana 2021 https://fianbrasil.org.br/wp-content/uploads/2021/12/Informe-Dhana-2021-novo-ajuste-22_12.pdf</p>	<p>A FIAN Brasil, uma seção da FIAN Internacional, tem atuação voltada à promoção, proteção, respeito e exigibilidade do Dhana. Desenvolve um conjunto de ações de incidência política e de produção e disseminação de conhecimento. Dentre estas últimas, citam-se publicações como notas técnicas, materiais educativos/informacionais e o <i>Informe Dhana</i>, com edições publicadas em 2017, 2019 e 2021.</p>
<p>OCDE https://www.oecd.org/gender/ https://data.oecd.org/brazil.htm</p>	<p>A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE – em inglês, Organisation for Economic Co-operation and Development, OECD) disponibiliza em seu <i>site</i> publicações e bases de dados sobre diversos temas, os quais dialogam com o campo do DHAA e da SAN. Há também espaço para a obtenção de dados de indicadores sociais, econômicos, de saúde etc. relacionados ao Brasil.</p>
<p>Our World in Data https://ourworldindata.org https://global-change-data-lab.org</p>	<p>É um projeto do Global Change Data Lab, uma organização sem fins lucrativos baseada no Reino Unido. Pesquisadores ligados à Universidade de Oxford atuam na organização, que conta com apoio financeiro de indivíduos e instituições doadoras.</p> <p>O projeto sintetiza dados relacionados a diferentes tópicos, como saúde, educação, direitos humanos e gênero.</p>

World Inequality Lab

<https://inequalitylab.world/en>

Base de dados

<https://wid.world>

Laboratório de pesquisa com enfoque no tema da iniquidade. No *site* pode-se obter informações: dada base para estudos/ análises sobre iniquidades, artigos, textos gerais e outros materiais audiovisuais de disseminação de conhecimento. Tem no grupo de colaboradores Thomas Piketty, pesquisador reconhecido pelas contribuições sobre o estudo das iniquidades econômicas. Conta com apoio financeiro de um conjunto de instituições, como European Research Council, Paris School of Economics, Berkley University e a Ford Foundation, além do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud).

No *site* pode-se baixar base de dados do Brasil, fazer comparação de indicadores econômicos com o de outros países e obter dados analisados. Trabalhar com equipe multiprofissional pode favorecer a compreensão dos indicadores econômicos disponibilizados.

APÊNDICE 2.

CITAÇÕES QUE ILUSTRAM AS ANÁLISES DO ITEM 3.2 (IDEIAS E NARRATIVAS SOBRE AS DESIGUALDADES E INIQUIDADES NO PROCESSO ALIMENTAR NO BRASIL)

[1]

[Sustentável ambientalmente]

“A sustentabilidade na produção de alimentos, desde o campo até o consumidor, é essencial para garantir a alimentação adequada nas próximas gerações. Para isso, a produção industrial é um recurso indispensável, uma vez que as tecnologias utilizadas nas indústrias criam um sistema eficiente capaz de garantir o abastecimento da população nas próximas décadas.” (Livro apoiado pela Abia: **Alimentos industrializados**: a importância para a sociedade brasileira / Editores: Raul Amaral Rego, Airton Vialta, Luis Madi – 1. ed. – Campinas: Itai, 2018, p. 74. Material disponível em: <http://alimentosindustrializados.com.br/2>)

[2]

[Atende as necessidades do consumidor]

“Para atender necessidades e preferências do consumidor, a indústria desenvolve alimentos com menos calorias e/ou com adição de proteínas, fibras, vitaminas e minerais; alimentos enriquecidos ou fortificados, alimentos light, diet, sem glúten ou lactose, assim como alimentos à base de vegetais: os plant based.” (Fôlder sobre a indústria de alimentos do Brasil, p. 1. Material disponível em: <https://www.abia.org.br/vsn/temp/z2021113A-limentocienciafôlder.pdf>)

[3]

[Geração de renda e desenvolvimento]

“O agronegócio nacional é essencial para a vida e a saúde das pessoas, ao fornecer alimentos de alta qualidade, e vital para economia e para a geração de empregos e renda no país. O setor, mesmo diante da pandemia, se manteve em pleno funcionamento, cumprindo seu papel para com a sociedade brasileira e com o mundo.” (Relatório de atividades, Abag, 2021, p. 30. Material disponível em: <https://abag.com.br/wp-content/uploads/2022/03/Relatorio-de-atividades-2021.pdf>)

[4]

“Com relação a polêmica da Amazônia, a busca por soluções esbarra num problema que reputamos o mais grave, que é a questão fundiária. A estrutura fundiária é a mãe de todas as mazelas da Amazônia. Nesse sentido, aqui vivemos um problema único, pois na Europa isso é uma coisa inacreditável, uma vez que toda a questão fundiária está pacificada há séculos. Lá existem áreas com titularidade de 500 anos, que passou por várias gerações. Aqui são áreas novas, o que gera uma enorme insegurança jurídica, que é péssimo para o ambiente de negócios, pois desestimula investimentos que poderiam gerar renda e desenvolvimento.” (Relatório de atividades, 2019, p. 5. Texto assinado por Marcello Brito, presidente do Conselho Diretor da Abag. Material disponível em: <https://abag.com.br/wp-content/uploads/2020/09/Relato%CC%81rio-Atividades-2019-final-min.pdf>)



[5]

[Sanitário]

“...a importância da segurança dos alimentos, aspecto fundamental da saudabilidade que consiste, de forma simplificada, no controle dos processos industriais, de modo a evitar a entrada nos produtos de agentes biológicos, químicos e físicos que possam causar riscos à saúde ou à integridade física do consumidor.” (Livro apoiado pela Abia: **Alimentos industrializados: a importância para a sociedade brasileira** / Editores: Raul Amaral Rego, Airton Vialta, Luis Madi – 1. ed. – Campinas: Ital, 2018. p. 11. Material disponível em: <http://alimentosindustrializados.com.br/2>)

[6]

Além de fornecerem uma ampla variedade de nutrientes, o processamento em instalações industriais apropriadas assegura o controle da sanidade dos produtos, oferecendo maior garantia de segurança e qualidade dos alimentos. (Livro apoiado pela Abia: **Alimentos industrializados: a importância para a sociedade brasileira** / Editores: Raul Amaral Rego, Airton Vialta, Luis Madi – 1. ed. – Campinas: Ital, 2018, p. 92. Material disponível em: <http://alimentosindustrializados.com.br/2>)

[7]

[Segurança do consumo de todos os ingredientes/componentes]

“A preocupação com saúde e segurança tem levado o consumidor a evitar determinados produtos ou preferir produtos com formulações sem determinados ingredientes que procura evitar. Essas tendências explicam a de-

manda por alimentos e bebidas sem edulcorantes, conservantes, corantes, aromatizantes e aditivos em geral, mas têm gerado muitas controvérsias a respeito do seu real benefício, uma vez que esses ingredientes rejeitados são aprovados pelas agências reguladoras governamentais e, também, respaldados por evidências científicas consistentes que demonstram sua eficácia e segurança para o consumo. (livro apoiado pela Abia: **Alimentos industrializados**: a importância para a sociedade brasileira / Editores: Raul Amaral Rego, Airton Vialta, Luis Madi – 1. ed. – Campinas: Ital, 2018. p. 65. Material disponível em: <http://alimentosindustrializados.com.br/2>)

[8]

“Quanto à segurança, todos os aditivos utilizados na formulação dos produtos são de domínio público e constam nas relações oficiais divulgadas pelas autoridades regulatórias. Os aditivos somente podem ser utilizados pelas indústrias após terem sido estudados, testados e aprovados pelas autoridades como seguros para o consumo. Também só podem ser usados dentro de condições e limites estritos aprovados pelas autoridades competentes.

A utilização de aditivos alimentares no processamento é uma questão de necessidade e não de escolha, pois eles desempenham papel importante na segurança, sabor, aparência, textura e frescor dos alimentos processados.” (Livro apoiado pela Abia: **Alimentos industrializados**: a importância para a sociedade brasileira / Editores: Raul Amaral Rego, Airton Vialta, Luis Madi – 1. ed. – Campinas: Ital, 2018, p. 86. Material disponível em: <http://alimentosindustrializados.com.br/2>)

[9]

[Oferta regular]

“A industrialização permite o aumento da disponibilidade, fazendo com que pessoas possam ter acesso à comida de qualidade em qualquer momento do ano e em qualquer local.” (Material 8: pôster sobre a indústria de alimentos do Brasil, p. 1. Material disponível em: <https://www.abia.org.br/vsn/temp/z2021113Alimentocienciafolder.pdf>)

[10]

[Participante no evento virtual World Food Day Américas]

“...com lideranças da agroindústria para debater sobre sistemas agroalimentares mais eficientes, inclusivos, resilientes e sustentáveis.” [Citação à concepção da FAO para sistemas alimentares] (Relatório anual, Abia, 2021, p. 14. Material integral disponível em: <https://www.abia.org.br/vsn/temp/z202283RelatorioAnual2021atualizadopresidencia.pdf>)

[11]

“... ABIA defendeu o papel essencial da indústria, da segurança dos alimentos industrializados, dos acordos de redução e da importância das dietas equilibradas como um dos pilares de uma vida saudável.” (Relatório anual, Abia, 2021, p. 13. Material disponível em: <https://www.abia.org.br/vsn/temp/z202283RelatorioAnual2021atualizadopresidencia.pdf>)

[12]

“Prêmio Josué de Castro – combate à fome. A ABIA participou da premiação dos vencedores do Prêmio Josué de Castro 2021, que tem como objetivo reconhecer iniciativas voltadas à formulação de soluções concretas para o combate à fome e para a promoção de segurança alimentar e nutricional. O prêmio é uma iniciativa do governo do Estado de São Paulo, por meio do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável - Consea/SP, do qual João Dornellas, presidente executivo da ABIA, também é presidente.” (Relatório anual, Abia, 2021, p. 14. Material disponível em: <https://www.abia.org.br/vsn/temp/z202283RelatorioAnual2021atualizadopresidencia.pdf>)

[13]

[Contexto: pesquisa sobre intenção de compra/consumo de produtos plant based]

“61% das mulheres querem evitar consumir produtos que sejam prejudiciais ao meio ambiente” (Resultado de consulta sobre mercado de plant based food. (Revista, Abras, fev. 22, p. 25. Material disponível em: <https://superhiper.abras.com.br/pdf/277.pdf>)

[14]

“Alimento passa pelo cérebro e além das emoções exige razões. Qualidade nutricional dos que têm renda para consumir. Dignidade nutricional para todos com receitas baratas e saudáveis. Inteligência para banir o desperdício. E, necessariamente, coordenação das cadeias produtivas desde a ciência à genética, passando pelos campos e chegando nas percepções mentais dos consumidores finais.”

(Revista, Abras, fev. 22, p. 64. Em artigo: “A importância do agro e do varejo para a sociedade e o impacto do Programa Rama da ABRAS”, por José Luiz Tejon, especialista em agronegócio e fundador da TCA International. Material disponível em: <https://superhiper.abras.com.br/pdf/277.pdf>)



[15]

“Em termos de volume de produção, foram fabricados cerca de 250 milhões de toneladas de produtos no ano, número que tem mantido o Brasil em um papel de protagonista no fornecimento de alimentos industrializados, gerando divisas para o País e contribuindo para a segurança alimentar de parceiros comerciais, entre os quais, destaque para a Ásia, Países Árabes e União Europeia. A ocupação da capacidade instalada dessa indústria é de 76%.” (**SuperHiper**, Abras, dez. 2021-jan. 2022, p. 52, em Artigo: “Produção de alimentos fecha o ano em alta”, por Denise Brito. Material disponível em: <https://superhiper.abras.com.br/pdf/276.pdf>)

[16]

“Os alimentos produzidos pela indústria são seguros, saudáveis e essenciais para a vida moderna e cada vez mais urbana. Trabalhamos pelo reposicionamento da importância dos alimentos industrializados em relação ao acesso, à promoção de escolhas e à confiança do consumidor.” (Relatório anual, Abia, 2021, p. 8. Material disponível em: <https://www.abia.org.br/vsn/temp/z202283RelatorioAnual2021atualizadopresidencia.pdf>)

[17]

[Contexto evento de celebração ao Dia Mundial da Alimentação/ 2021]

“Com uma estrutura institucional robusta, o Brasil pode reforçar os esquemas de governança para uma alimentação saudável das famílias. O pós-pandemia será um contexto para avaliar as experiências geradas e realizadas, tendo em vista as que funcionaram bem e as que devem mudar. Como exemplo bem-sucedido, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) se tornou referência no mundo. A distribuição de alimentos nas escolas promove a inclusão social, com a participação dos pais, enquanto a resiliência das comunidades fortalece a estabilidade do abastecimento. Para as mulheres, o preparo de alimentos representa geração de empregos.” (Relatório de atividades, Abag, 2021, p. 26. Material disponível em: <https://abag.com.br/wp-content/uploads/2022/03/Relatorio-de-atividades-2021.pdf>)

[18]

“Um dos maiores desafios do setor diz respeito à diversidade de gêneros dentro das empresas. As mulheres representam 28% da força de trabalho entre as mais bem colocadas no último ano, os homens são 72%. Em cargos de presidência, o resultado é ainda mais desigual: das 30 companhias



ranqueadas, apenas uma tem uma mulher no cargo mais alto dentro da corporação.” (Relatório anual, Abia, 2021, p. 22. Material disponível em: <https://www.abia.org.br/vsn/temp/z202283RelatorioAnual2021atualiza-dopresidencia.pdf>).

[19]

“A SBAN defende que a rotulagem nutricional ofereça ao consumidor informações básicas para escolhas alimentares conscientes, de acordo com as suas necessidades e condições individuais.

...

Além disso, a SBAN é contrária a modelos de rotulagem frontal alarmistas que pretendam substituir a informação nutricional por medo ou imposição negativa de consumo, acredita que os símbolos de advertência não educam, pelo contrário, geram alarde e podem criar conceitos enganosos frente aos consumidores, de que produtos alimentares são perigosos.” (Posicionamento sobre novas regras para rotulagem nutricional, SBAN, 2019, p. 1-2. Material disponível em: <http://www.sban.org.br/uploads/Posicionamentos20200710102249.pdf>)

[20]

“Recentemente tivemos, o modelo de advertência implementado no Chile, que desde a sua implantação (2016) não apresentou os resultados esperados (melhoria dos hábitos alimentares) pelo contrário os dados mostraram um aumento na prevalência do sobrepeso e obesidade nesse período (2016-2019) (Fonte: OECD Health Statistics 2019 <https://doi.org/10.1787/4dd50c09-en>). O próprio ministro da saúde do Chile disse que a abundância do selo fez com que perdesse sua relevância. (Fonte: <https://lnkd.in/dxmpA4N>).”

(Posicionamento sobre novas regras para rotulagem nutricional, SBAN, 2019, p. 2-3. Material disponível em: <http://www.sban.org.br/uploads/Posicionamentos20200710102249.pdf>).²¹

21 Nota das pesquisadoras: O ministro da saúde mencionado acima é Jaime Mañalich Muxi, que permaneceu no cargo entre 2019 e 2020. Foi contra as medidas de isolamento social, sendo posteriormente fortemente criticado pelos impactos em números de mortes decorrentes da pandemia no Chile. A fonte citada no trecho do posicionamento da SBAN é um Jornal Chileno chamado *El Mercurio*. Reportagem de 11 de set. 2019.

[21]

[Recomendação]

“Promoção da igualdade de gênero e da garantia de direitos às mulheres e aos jovens;...” (Carta de Belém, XXVI CONBRAN, 2021, p. 5. Material disponível em: https://www.asbran.org.br/storage/arquivos/CARTA_BELEM.pdf)

[22]

[Desigualdades e a fome]

“A Pandemia agravou um processo que já estava em curso de empobrecimento e, conseqüentemente, de aumento da fome. O desmantelamento de políticas federais que foram responsáveis pelos avanços que vivemos evidenciaram o quanto as raízes das desigualdades e injustiças são profundas e requerem de todos enquanto cidadãos e profissionais um compromisso permanente.” (Carta de Belém, XXVI CONBRAN, 2021, p. 3. Material disponível em: https://www.asbran.org.br/storage/arquivos/CARTA_BELEM.pdf)

[23]

[Lutas trabalhistas: no contexto de aumento de demissões de nutricionistas e TND]

A FNN, como representante legítima da categoria na esfera trabalhista, entende que fortalecer os sindicatos dos nutricionistas, com filiações em massa em todos os estados, é a única saída para que os ataques aos direitos dos trabalhadores sejam respondidos à altura, com ação, mobilização e luta das entidades classistas para a defesa do salário, emprego e renda da categoria. (Posicionamento pela defesa do salário, emprego e renda, FNN, 2020. Material disponível em: Notícias, “Pela defesa do salário, emprego e renda, a hora é de fortalecer os sindicatos dos nutricionistas em todo o Brasil”. <https://www.fnn.org.br/#blog>)



[24]

[Formação de nutricionista – contexto: relato de pesquisadora/docente que atua com formação de gestores na área de políticas públicas de alimentação e nutrição. “Modelo de gestão governamental: trabalha as desigualdades e características que a sociedade brasileira tem (invisibilidades das classes sociais).” (IV Encontro Nacional de Formação Profissional: 2019. 2020, p. 31. Material disponível em: https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/2021/04/Livro_Encontro_Nacional_de_Forma%C3%A7%C3%A3o_Profissional_CFN.pdf)



[25]

[Conferência Magna “80 anos de história do Nutricionista no Brasil”]

“Nessa história da Nutrição no Brasil, observa-se uma dominação do papel masculino na CRIAÇÃO e das mulheres na ATUAÇÃO.” (IV Encontro Nacional de Formação Profissional: 2019. 2020, p. 31. Material disponível em: https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/2021/04/Livro_Encontro_Nacional_de_Forma%C3%A7%C3%A3o_Profissional_CFN.pdf)

[Notícia descrevendo o II Encontro Virtual de Estudantes de Nutrição (Evenut), promovido pela Executiva Nacional de Estudantes de Nutrição (Enen)²²]:

“O encontro aconteceu de 17 a 19 de fevereiro, com mesas de debate sobre variados temas como soberania alimentar e povos tradicionais, segurança alimentar da população LGBTQIA+, saúde e necessidades específicas e outros assuntos.” (CFN, 22 fev. 2022. Material disponível em: <https://www.cfn.org.br/index.php/noticias/cfn-presente-no-ii-encontro-virtual-de-estudantes-de-nutricao>)

[26]

“... a nutricionista apresentou dados alarmantes, presentes no Relatório Sindemia Global²³, publicado em 2019 pela revista *The Lancet*. Ela destacou alguns desafios que devem ser abordados na Cúpula de Sistemas Alimentares. “As mudanças climáticas, a obesidade e a desnutrição ameaçam a população mundial, impondo a necessidade urgente de reformulação dos sistemas de agropecuária, transporte, desenho urbano e uso do solo.” (CFN, 14 maio 2021. Material disponível em: <https://www.cfn.org.br/index.php/sem-categoria/evento-define-participacao-do-brasil-na-cupula-de-sistemas-alimentares-da-onu>)

22 Informa-se que foram pesquisados documentos associados a ENE Nutrição – entidade estudantil que dos estudantes de cursos superiores de Nutrição do Brasil, mas nenhum documento publicado entre 2018 e 2022 foi encontrado. Por este motivo não há menção de resultados desta entidade.

23 Esse modelo explicativo sobre as relações entre desnutrição, obesidade e mudança climática foi publicado em 27 de janeiro de 2019 na revista *The Lancet*. Documentos de 2019 do CFN já traziam este como um referencial importante para analisar sistemas alimentares. Sobre estes foi afirmado que “Um dos principais determinantes da Sindemia Global são os Sistemas Alimentares (modos de produção, uso da terra, comercialização, consumo) “... argumentando que “Adotar o referencial de uma Sindemia Global permitirá abordar os determinantes sistêmicos comuns que precisam de ações comuns.” (IV Encontro Nacional de Formação Profissional [...], 2020, p. 93)

[27]

[Aspas das notícias citando a fala do representante do CFN]

“Sistema CFN/CRN está empenhado em promover ações e discutir a questão da fome e da insegurança alimentar e nutricional da população brasileira. Nenhuma entidade que está aqui, discutindo este tema, deve estar confortável com a atual situação de insegurança alimentar da população, com 20 milhões de pessoas passando fome. E precisamos discutir o acesso ao alimento pela população. As políticas públicas que foram criadas com muito esforço garantiam esse acesso ao alimento. É o fortalecimento dessas políticas públicas que vai nos tirar desta situação, garantindo alimento farto e de qualidade à população”. (CFN, 17 mar. 2022. Material disponível em: <https://www.cfn.org.br/index.php/noticias/cfn-vai-a-camara-para-debater-a-inseguranca-alimentar-no-pais>).

[28]

[Aspas da notícia, indicando fala da representante do CFN]

“São projetos de lei extremamente importantes e que, de alguma forma, podem garantir resultados importantes na promoção do DHANA, que é uma das missões do CFN. Não podemos deixar de ficar indignados com o estado de coisas posto no país, com mais 20 milhões de pessoas passando fome e mais de 100 milhões em situação de insegurança alimentar. Como nutricionistas, o nosso sentimento é de indignação, pois somos o país que mais produz alimentos no mundo e temos esse triste quadro, piorado nos últimos anos com o esfacelamento das políticas públicas e programas sociais que, além de promover saúde pela via da alimentação saudável e farta, também empregava milhares de nutricionistas por todo o Brasil”, ...” (CFN, 23 fev. 2022. Material disponível em: <https://www.cfn.org.br/index.php/noticias/cfn-vai-ao-senado-e-discute-pauta-de-promocao-da-saude-e-san>)

[29]

[Contexto: relato de pesquisadora/docente que atua com formação de gestores na área de políticas públicas de alimentação e nutrição. Informa que os cursos associados a esta formação tratam:]

“Modelo de gestão governamental: trabalha as desigualdades e características que a sociedade brasileira tem (invisibilidades das classes sociais). Problemática enfrentada por essa formação: grande parte dos gestores são de classe média, então é difícil enxergar a realidade da grande massa. O profissional de Nutrição tem tido grandes avanços em sua formação posi-



tivista que atende muito mais aos ditames do mercado e não da sociedade (esse é o impasse dos profissionais que ingressam na pós-graduação).“ (IV Encontro Nacional de Formação Profissional [...], 2020, p. 31. Material disponível em:

https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/2021/04/Livro_Encontro_Nacional_de_Forma%C3%A7%C3%A3o_Profissional_CFN.pdf)

[30]

[Modelo agroalimentar ineficaz e insustentável ...]

O modelo agroalimentar e industrial, baseado na exploração da natureza e na mercantilização de seus bens, vem se mostrando cada vez mais ineficaz e insustentável. Esse modelo é comandado por poucas corporações, sempre protegidas e financiadas pelo Estado capitalista, que buscam de forma cada vez mais violenta usurpar dos povos, seus conhecimentos, sementes, territórios e culturas, transformando-os em meros produtos de especulação. (p. 13). (Antonia Ivoneide Melo Silva, Via Campesina Brasil, 2021. Material na íntegra disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1YPRCwhJvuDjg5tiOa5vbcX-6jGnVBZ64Q/view>)

[31]

[Avanço sobre o território]

O agronegócio não é tech, sua produtividade se dá mais por ampliação de área plantada do que por investimento em ciência e tecnologia. Sua produção de commodities avança sobre áreas de produção de alimentos de assentamentos e da agricultura familiar, mas também sobre áreas desmatadas, e em geral, griladas, pois essa tem sido uma forma de demarcação territorial das empresas. Avançam sobre territórios indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, causando violência contra os povos, destruição ambiental e saque de bens naturais (Kelli Mafort, dirigente nacional do MST em São Paulo, jul. 2022. Material disponível em: <https://mst.org.br/2022/07/26/a-luta-da-mulher-negra-e-a-resistencia-da-agricultura-camponesa-contr-a-fome>)

[32]

[Controle do mercado]

O agronegócio não produz comida! Produz commodities para exportação. Mas, mesmo sem produzir comida, ele especula com a comida que não produz, pois controla o comércio de alimentos. Quando o dólar está alto, pega a comida que sai do chão brasileiro e manda para fora, para faturar



em dólares, deixando um rastro galopante de inflação de alimentos. (Kelli Mafort, dirigente nacional do MST em São Paulo, jul. 2022. Material disponível em: <https://mst.org.br/2022/07/26/a-luta-da-mulher-negra-e-a-resistencia-da-agricultura-camponesa-contr-a-fome>)

[33]

[Dependência do capital]

“ Não existe soberania nacional se não estiver subordinada aos interesses do seu povo. No nosso país, vivemos um processo de aprofundamento da dependência e infelizmente, ser hoje um país exportador de commodities agrícolas e minerais, aprofunda a nossa dependência não somente em relação a um país ou ao imperialismo estadunidense, mas principalmente uma dependência em relação ao capital. (Kelli Mafort, direção nacional do MST, em entrevista a Solange Engelmann, set. 2022. Material disponível em: <https://mst.org.br/2022/09/05/a-fome-precisa-estar-no-centro-da-politica-afirma-dirigente-nacional-do-mst>)

[34]

[Uso intensivo e indiscriminado de agrotóxicos]

O agronegócio nos envenena, causa doenças que podem nos matar. Somos um dos principais países de desova de venenos, verdadeiro recordista no consumo de agrotóxicos. As empresas produtoras de venenos, como Bayer e Syngenta, vendem aqui o que é proibido ou banido nos seus países sede há décadas (Kelli Mafort, dirigente nacional do MST em São Paulo, jul. 2022. Material disponível em: <https://mst.org.br/2022/07/26/a-luta-da-mulher-negra-e-a-resistencia-da-agricultura-camponesa-contr-a-fome>)

[35]

“ A maior parte dos venenos é consumida nas lavouras das commodities, mas por meio da integração e do arrendamento, cada vez mais as empresas do agro exercem pressão sobre a agricultura familiar, o que é prontamente seguido pela política de crédito dos bancos (Kelli Mafort, dirigente nacional do MST em São Paulo, jul. 2022. Material disponível em: <https://mst.org.br/2022/07/26/a-luta-da-mulher-negra-e-a-resistencia-da-agricultura-camponesa-contr-a-fome>)

[36]

Sem dúvidas essa é uma das pautas que mais avançou desde o início do governo Bolsonaro. Somente em 2020, seu governo aprovou o uso de 493

novos agrotóxicos. É a maior aprovação de uso de pesticidas da história de nosso país! Se não bastasse, em outubro, o governo editou o decreto No 10.833, de 7 de outubro de 2021, que facilita o registro e prevê liberação mais rápida de novos agrotóxicos. Nesse contexto, vale destacar que: cerca de um terço dos venenos aprovados no Brasil, são banidos na União Europeia e nos Estados Unidos. Estamos indo na contramão da sociedade, e sabemos que a ampliação do uso de agrotóxicos atinge não só a população que consome produtos cada vez mais carentes de fiscalização, mas também as populações do campo, águas e florestas, que tem a cada dia, as suas casas e comunidades expostas a esses produtos. (p. 17) (Antonia Ivoneide Melo Silva, Via Campesina Brasil, 2021. Material disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1YPRCwhJvuDjg5tiOa5vb-cX6jGnVBZ64Q>)



[37]

A maior parte dos venenos é consumida nas lavouras das commodities, mas por meio da integração e do arrendamento, cada vez mais as empresas do agro exercem pressão sobre a agricultura familiar, o que é prontamente seguido pela política de crédito dos bancos (Kelli Mafort, dirigente nacional do MST em São Paulo, jul. 2022. Material disponível em: <https://mst.org.br/2022/07/26/a-luta-da-mulher-negra-e-a-resistencia-da-agricultura-camponesa-contr-a-fome>)

[38]

[Incentivo ao consumo de industrializados e ultra processados]

Além disso, o agro padroniza o que comemos, nos empurrando cada vez mais produtos industrializados, ultraprocessados, cheios de sódio, açúcares e muitos agentes causadores de doenças. (Kelli Mafort, dirigente nacional do MST em São Paulo, jul. 2022. Material disponível em: <https://mst.org.br/2022/07/26/a-luta-da-mulher-negra-e-a-resistencia-da-agricultura-camponesa-contr-a-fome>)

[39]

Por outro lado, o sistema agroalimentar convencional, corporativo, fortalecido com os incentivos ao agronegócio, têm se mostrado danosos quando se pensa em alimentar a população, garantindo a segurança alimentar e nutricional e preservando a natureza (Carta política, Marcha das Margaridas, 2022, p. 6. Material disponível em: <https://ww2.contag.org.br/documentos/pdf/17175-5670986-carta-marg--2-.pdf>)



[40]

[Papel do estado]

O papel que o Estado Brasileiro tem cumprido historicamente no Brasil pode ser dividido em 3 grandes áreas de ação: a primeira, ligada às questões institucionais no sentido de viabilizar com uma “tinta” legal e moral, os desejos e ações do Capital por meio do Agronegócio no campo; a segunda é a ação repressora, ao cumprir a função violenta contra os povos, desalojando as populações dos territórios ou reprimindo suas formas de defesa; e por último, o financiamento do Capital e do agronegócio, seja pelos bancos públicos ou por meio da implementação de projetos de infraestrutura que servem tão somente aos interesses do agronegócio. (Antonia Ivoneide Melo Silva, Via Campesina Brasil, 2021, p. 16. Material disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1YPRCwhJvuDjg5tiOa5vbcX6jGnVBZ64Q>)

[42]

[O sistema agroalimentar dominante aumenta a desigualdade social e limita o acesso à direitos]

A perpetuação de verdadeiras mazelas estruturais, como a concentração de terras, da riqueza e renda, servem tanto para aumentar a desigualdade social quanto para as classes dominantes exercerem seu domínio sobre as classes subalternas. Cercaram tudo: a educação, o conhecimento, a cultura, a comunicação e a informação, como se fossem privilégios exclusivos das classes dominantes. (Carta, MST, 2022. Material disponível em: <https://mst.org.br/2022/09/01/em-defesa-da-soberania-nacional-e-popular>)

[43]

[Ameaça aos direitos]

Infelizmente, desde a constituição do Brasil como um “Estado Independente”, vemos a legalização da barbárie e da acumulação privada. Talvez um dos exemplos mais clássicos de tamanha atrocidade contra os povos e os territórios é a Lei No 601, de 18 de setembro de 1850 (A Lei de Terras), que formalizou e consolidou a concentração de terras nas mãos de uma pequena fração de famílias em nosso país. Ela nada mais foi do que um mecanismo de formalizar e “moralizar” as terras apropriadas de forma violenta pela aristocracia rural e impedir o acesso das populações aos territórios. Estava aí, o germe da desigualdade social e territorial que vemos e sentimos nos tempos de hoje. (Antonia Ivoneide Melo Silva, Via Campesina Brasil, 2021, p. 17. Material disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1YPRCwhJvuDjg5tiOa5vbcX6jGnVBZ64Q/view>)

Desde então, esse cenário não demonstrou nenhuma mudança estrutural, e atualmente o que vivemos em nosso país, é uma destruição de parcelas de conquistas que obtivemos com muita luta, suor e sangue na trajetória de nossas organizações. (Antonia Ivoneide Melo Silva, Via Campesina Brasil, 2021, p. 17. Material disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1YPRC-whJvuDjg5tiOa5vbcX6jGnVBZ64Q/view>)

[44]

[Fome como produto do agronegócio]

Sabemos o quão importante é denunciar que a fome é um produto direto do agronegócio, da especulação da comida, da apropriação de terras, da violência contra os povos indígenas, quilombolas, Sem Terras, comunidades tradicionais. (Kelli Mafort, direção nacional do MST, em entrevista a Solange Engelmann, set. 2022. Material disponível em: <https://mst.org.br/2022/09/05/a-fome-precisa-estar-no-centro-da-politica-afirma-dirigente-nacional-do-mst>)

[45]

[Para o MPA, a fome é,...]

a expressão dos males sociológicos e que tem uma ligação direta com as desigualdades econômicas e sociais, ou seja, quanto maior a concentração de pobreza mais avança a possibilidade de insegurança alimentar (fome). A fome, como consequência, do agravamento da pobreza/desigualdade sempre foi instrumento do capitalismo para tentar manter o controle e a subordinação sobre os corpos, territórios e lutas dos/as trabalhadores/as e, no campo, isto se soma, ao desafio permanente de enfrentamento da produção de commodities do sistema agroindustrial militar que insistem em articular a fome e o alimento, ambos como mercadorias. (Revista, MPA, 2021, p. 5. Material disponível em: <https://mpabrasil.org.br/wp-content/uploads/2022/06/4-Mutirao-Contra-a-Fome.pdf>)

[46]

[Produção e distribuição de alimentos]

Para as organizações da Via Campesina “É inaceitável que a população passe fome quando há comida suficiente para todos e todas”, comungam as organizações manifestantes sob a constatação de que há produção de alimentos suficientes no mundo. Ou seja, o que define quem come ou não é a desigualdade social. (Matéria de Lays Furtado, MST, out. 2022. Material disponível em: <https://mst.org.br/2022/10/14/dia-mundial-da-alimentacao-sera-marcada-por-mobilizacao-contra-fome-e-agronegocio-neste-domingo-16>)

[47]

A relação da fome e da produção de alimentos precisa ser pensada por meio da lógica de reprodução do capital, e a primeira observação importante a se fazer é que a fome não é um problema de distribuição de alimentos. Há décadas é produzido alimentos suficientes para alimentar toda a população do globo, um dos elementos centrais das crises do capital, inclusive, é a superprodução de mercadorias (Revista, MPA, 2021, p. 5. Material disponível em: <https://mpabrasil.org.br/wp-content/uploads/2022/06/4-Mutirao-Contra-a-Fome.pdf>)

[48]

A fome como uma necessidade do modo produção capitalista, só será superada com a destruição do modo de produção hegemônico, por isto, sabemos, que a única forma de realizar essa superação será através do avanço da luta de classes e da organização popular no Brasil, pois é no fazer, acumular e viver - dentro de um processo de enfrentamentos – que iremos acumular para a construção de um projeto estratégico que nos conduza a Revolução e a superação da desigualdade estrutural (Revista, MPA, 2021, p. 7. Material disponível em: <https://mpabrasil.org.br/wp-content/uploads/2022/06/4-Mutirao-Contra-a-Fome.pdf>)

[49]

[Uso de alimentos para produção de agrocombustível e ração animal]

A maior parte dos alimentos produzidos, ao invés de alimentar as pessoas, é utilizada como agrocombustível e ração animal. Rejeitamos este modelo neoliberal que vai contra nossa visão coletiva de solidariedade, harmonia com a natureza, justiça, unidade e paz. (Matéria de Lays Furtado, MST, out. 2022. Material disponível em: <https://mst.org.br/2022/10/14/dia-mundial-da-alimentacao-sera-marcada-por-mobilizacao-contra-fome-e-agronegocio-neste-domingo-16>)

[50]

[Agro não tem compromisso com a superação da fome]

Ingressar o Brasil no mapa da fome, é a prova cabal que o agronegócio não está disposto em nenhum momento a resolver e superar a fome da população. (Antonia Ivoneide Melo Silva, Via Campesina Brasil, 2021. Material disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1YPRCwhJvuDjg5tiOa5vbcX6jGnVBZ64Q>)

[51]

[Questões climáticas]

Os efeitos do sistema capitalista sobre o meio ambiente e o clima estão causando graves danos ao nosso planeta, representando uma ameaça existencial crescente para a humanidade (Matéria de Lays Furtado, MST, out. 2022. Material disponível em: <https://mst.org.br/2022/10/14/dia-mundial-da-alimentacao-sera-marcada-por-mobilizacao-contra-fome-e-agro-negocio-neste-domingo-16/>)



[52]

A situação tende a piorar com o aumento dessas desigualdades sociais e violações dos direitos humanos agravadas pelo capitalismo, gerando uma crise global que amplia a margem da extrema pobreza e de famílias famintas que não conseguem sequer acesso a estes alimentos. (Matéria de Lays Furtado, MST, out. 2022. Material disponível em: <https://mst.org.br/2022/10/14/dia-mundial-da-alimentacao-sera-marcada-por-mobilizacao-contra-fome-e-agronegocio-neste-domingo-16/>)

[53]

[Crise do capitalismo]

Mas, para os povos, a crise do capitalismo tem se agravado. E tem cobrado em destruição da natureza, em empregos e renda, e sobretudo em vidas humanas! No Brasil, esse cenário se aprofunda sob o comando do governo Bolsonaro, que tem a pior gestão da pandemia no mundo (Carta, MST, 2021. Material disponível em: <https://mst.org.br/2021/01/30/carta-do-mst-ao-povo-brasileiro-por-mudancas-urgentes-em-defesa-da-vida-e-da-esperanca>)



[54]

[Pandemia]

Toda essa conjuntura tem suas contradições escancaradas visceralmente com a pandemia da COVID-19. O número de pessoas que padecem de fome segue aumentando em todo o mundo, não houve e não haverá saída para essa crise vinda do Capital e tão pouco das transnacionais, que pelo contrário, usam da pandemia como forma de ampliar seu império e suas fontes de lucro. (Antonia Ivoneide Melo Silva, Via Campesina Brasil, 2021, p. 13. Material disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1YPRCwhJvuDjg-5tiOa5vbcX6jGnVBZ64Q>)

[55]

Tudo isso não pode ser considerado tão somente responsabilidade da pandemia de COVID-19, que atravessamos, mas sim por um Estado que apoia, subsidia e protege o agronegócio que opera com todos os fatores para transformar o alimento em mercadoria, fazendo da fome da população ser cada vez mais latente, contrastando com safras recordes que transformam-se em lucro e não em alimento (Antonia Ivoneide Melo Silva, Via Campesina Brasil, 2021, p. 21. Material disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1YPRCwhJvuDjg5tiOa5vbcX6jGnVBZ64Q>)

[56]

“ A atual política econômica é nefasta para a população brasileira e tem a fome como uma das principais expressões do aumento das desigualdades sociais. Em 2022, no Brasil, 33,1 milhões de pessoas não têm o que comer e mais da metade da população brasileira convive com a insegurança alimentar em algum grau. Esse cenário é intensificado pela inexistência de políticas públicas de combate à pobreza e à miséria, alta da inflação, desemprego e queda de renda da população. (Marcha das Margaridas, Carta política, 2022, p. 6. Material disponível em: <https://ww2.contag.org.br/documentos/pdf/17175-5670986-carta-marg--2-.pdf>)

[57]

[Aumento da fome no Brasil e no mundo]

Deveria ser inconcebível que no Brasil, segundo aponta pesquisa da Oxfam (2021), dos mais de 211 milhões de brasileiros e brasileiras, cerca de 116,8 milhões estão atravessando algum grau de insegurança alimentar; dos quais, 43,4 milhões não têm alimentos em quantidade suficiente para suprir suas necessidades; e o que mais nos assusta, são os 19 milhões de brasileiros e brasileiras que enfrentam a face mais cruel: fome estrutural. Sabemos que essa situação se aprofunda em relação as mulheres e nas comunidades de povos tradicionais. (p. 20/21) (Antonia Ivoneide Melo Silva, Via Campesina Brasil, 2021. Material disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1YPRCwhJvuDjg5tiOa5vbcX6jGnVBZ64Q>)

[58]

Segundo os dados deste ano do relatório divulgado pela FAO, lançado em conjunto com outras entidades que integram a Organização das Nações Unidas (ONU), existem atualmente ao menos 828 milhões de pessoas passando fome em todo o mundo, e cerca de 30% da população global

não tem acesso à alimentação adequada (Via Campesina, matéria de Lays Furtado, outubro de 2022. Material disponível em: <https://mst.org.br/2022/10/14/dia-mundial-da-alimentacao-sera-marcada-por-mobilizacao-contra-fome-e-agronegocio-neste-domingo-16/>)

[59]

[A fome tem gênero e raça]

A fome tem gênero e raça. A mulher negra está na base da exploração dessa sociedade extremamente desigual e a fome é uma das manifestações do encontro explosivo entre machismo e racismo. (Kelli Mafort, dirigente nacional do MST em São Paulo, jul. 2022. Material disponível em: <https://mst.org.br/2022/07/26/a-luta-da-mulher-negra-e-a-resistencia-da-agricultura-camponesa-contra-a-fome>)



[60]

[A restrição alimentar afeta sobretudo as mulheres]

As mulheres comandam 45% dos lares brasileiros segundo o IBGE, e na esmagadora maioria, são mães solas, as únicas responsáveis por suprir as necessidades de famílias inteiras. Quando falta comida, os conflitos tendem a aumentar, e é sobre as mulheres que recaem as pressões por mediar os conflitos da panela vazia. (Kelli Mafort, dirigente nacional do MST em São Paulo, jul. 2022. Material disponível em: <https://mst.org.br/2022/07/26/a-luta-da-mulher-negra-e-a-resistencia-da-agricultura-camponesa-contra-a-fome>)

[61]

A pandemia causada pela Covid-19 potencializou a crise econômica e o aprofundamento das desigualdades sociais, étnico-raciais e de gênero (Contag, 2022. Material disponível em: <https://ww2.contag.org.br/conselho-deliberativo-da-contag-aprova-apoio-politico-a-pre-candidatura-de-lula-e-alckmin-20220426>)

[62]

[As crises impactam primeiramente às mulheres]

Tem uma coisa que o feminismo mostra é que quando há grandes crises, a vida das mulheres é fortemente impactada. Então, tem uma pauta moralista terrível com esse governo e que ele está conseguindo se manter no poder muito agarrado nessa pauta moralista. Então, no alvo dessa pauta moralista e de domínio das pessoas, é central ter o controle da vida das mulheres. É preciso dominar as mulheres: desde nos matar, até nos colocar



para dentro de casa, nos colocar em situação de pobreza e muitas mulheres em situação de pobreza extrema. Quando você pensa sobre todos esses retrocessos, todos esses cortes dos orçamentos, todas essas medidas, elas vão impactar diretamente, primeiro, a vida das mulheres pobres e negras. (Verônica Santana, MMTR-NE, entrevista a Raquel Oliveira e Elaine Mauricio Bezerra, 2021, p. 8. Material disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/LDHHGgyQQtfRRMj8g63bPcv>)

[63]

[Violência contra as mulheres]

É assustador como a violência contra as mulheres vem aumento substancialmente, seja de caráter físico e sexual, mas também no campo do acesso ao trabalho, alimento, educação e demais direitos. O sentido de propriedade privada e de mercantilização da terra e dos bens na natureza, também passa a ser aplicado pelo Estado sob as mulheres, que passam a ter um sentido tão somente mercantil e subserviente em suas relações. Assim, as mulheres sofrem a exploração dos territórios e, simultaneamente, a exploração de seus corpos e direitos, sendo as primeiras a sentir a ação violenta do Estado, seja no campo ou na cidade. (Antonia Ivoneide Melo Silva, Ciclo de Debates Estado, questão agrária e territórios, 2021, p. 22. Material disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1YPRCwhJvuDjg5tiOa5vbcX6jGnVBZ64Q>)



[64]

[Violação dos direitos das mulheres]

Quando uma mulher é impedida de cultivar seus alimentos de forma sã, por estar cercada pelo agronegócio, ela está sendo violentada; quando é impedida de acessar a previdência social por ser considerada “do lar” e não camponesa, está sendo violentada. São as mulheres as primeiras a sofrer com a desterritorialização e o êxodo. Essas são formas de violência institucionalizadas, e na sua maioria invisibilizadas não apenas pelo Estado, mas também pelos homens. (Antonia Ivoneide Melo Silva, Ciclo de Debates Estado, questão agrária e territórios, 2021, p. 22. Material disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1YPRCwhJvuDjg5tiOa5vbcX6jGnVBZ64Q>)



[65]

[Crises que fortalecem o agronegócio e impactam as mulheres]

Estamos vivenciando uma crise econômica, social, política e ambiental agravada pela eleição de um governo neofascista e ultraneoliberal, que tratou de forma irresponsável a crise sanitária da COVID-19, porque só for-

talece o capital e o agronegócio com suas práticas de destruições e apropriações dos nossos territórios e bens naturais, atingindo principalmente as mulheres com suas políticas de morte, fome e miséria. (MMC, 2020. Material disponível em: <https://mmcbrazil.org/campanha-sementes-de-resistencia>)

[66]

É necessário afirmar o Feminismo Camponês Popular porque vivemos em uma sociedade que se organiza em um tripé de exploração, também das mulheres: classe/raça/gênero. A sua exploração é estrutural para acumulação capitalista. A relação patriarcal/machista ainda é muito presente, as relações de gênero seguem sendo desiguais, os papéis construídos do que é ser homem e do que é ser mulher são estabelecidos com desigualdades, as mulheres são as mais exploradas no trabalho, mais invisibilizadas. Há um conjunto de orientação nas relações sexuais na atualidade LGBTQIA+ e todas são discriminadas e exploradas também. (Roseli Souza, coordenação do Coletivo de Gênero, 3º Encontro Nacional das Mulheres do MPA, novembro de 2022. Material disponível em: <https://mpabrasil.org.br/noticias/iii-encontro-nacional-das-mulheres-por-direitos-e-soberania-alimentar>)

[67]

[Feminismo anticapitalista, antirracista e antipatriarcal]

Nos guiamos pelos princípios de um feminismo ancapitalista, antirracista e anpatriarcal, que reflete cada uma de nossas realidades, evidenciando a afirmação de nossas tantas identidades. Um feminismo que pauta a igualdade de gênero, o respeito à diversidade sexual, a autonomia das mulheres, o seu direito de decidir sobre suas vidas, seus corpos e territórios, de exercer os seus direitos sexuais e reprodutivos e que questiona a centralidade do mercado sobre nossas vidas. Um feminismo que traz a auto-organização e a participação política das mulheres como condição para a superação da violência em suas diversas faces e, sobretudo, que valoriza a vida, vinculando a defesa da agroecologia, dos territórios, dos bens comuns e da soberania e autodeterminação dos povos (Marcha das Margaridas, carta política, 2022, p. 3. Material disponível em: <https://ww2.contag.org.br/documentos/pdf/17175-5670986-carta-marg--2-.pdf>)

[68]

Nessa construção, aprofundar a questão étnico/racial é essencial, já que este é “um dos fundamentos estruturais da formação social e econômica

brasileira, bem como toda a desigualdade resultante dela. Nesse sentido, urge a necessidade de debate e reflexão, como um processo que fortalecerá a organização, nossos processos de luta nacional e a materialidade do combate às desigualdades e injustiças que estruturam as relações nesse país. (Cartilha, MPA, 2021, p. 5. Material disponível em: <https://mpabrazil.org.br/wp-content/uploads/2022/03/Cartilha-5-V2.pdf>)

[69]

Neste cenário, percebe-se que pensar a luta da classe trabalhadora nos impõe o desafio de entender também a formação dessa classe que não é homogênea. Compreender esse processo é necessário para pensar no processo de lutas e resistência, sobretudo como é a relação do Estado com essa diversidade camponesa em sua formação histórica. Para tratar da ocupação do território brasileiro é imprescindível destacar os sujeitos formadores da sociedade brasileira: homens e mulheres do povo originário indígena e negros (as) africanos (as) que forjaram lutas por liberdade, afirmação da espiritualidade e pela relação socioprodutiva historicamente construída em seus territórios. (Cartilha, MPA, 2021, p. 5. Material disponível em: <https://mpabrazil.org.br/wp-content/uploads/2022/03/Cartilha-5-V2.pdf>)



[70]

Portanto, para compreender essas relações e construir uma alternativa camponesa, como base no projeto de uma nova sociedade, é necessário entender que a sociedade no Brasil é capitalista, racista e patriarcal, assim como relacionar, como esses elementos nos atravessam enquanto sujeitas que constroem as lutas e como tudo isto, até os dias atuais, aprofunda a pobreza, as violências e as desigualdades na vida dos/ as camponeses/as e com mais força sobre o povo negro e indígena brasileiro. (Cartilha, MPA, 2021, p. 9. Material disponível em: <https://mpabrazil.org.br/wp-content/uploads/2022/03/Cartilha-5-V2.pdf>)



[71]

Pautar as dimensões de classe, étnica/racial articuladas às relações sociais de gênero, deve ser um dos eixos centrais para pensar a luta camponesa no Brasil, olhando para os aspectos da formação brasileira e entendendo que hoje falar em questão agrária perpassa em afirmar a necessidade do reconhecimento à histórica e a ocupação negra dos territórios remanescentes de quilombos. E que estes mes-

mos territórios, por serem frutos da resistência, são obstáculos para avanço do capital no campo. (Cartilha, MPA, 2021, p. 15. Material disponível em: <https://mpabrasil.org.br/wp-content/uploads/2022/03/Cartilha-5-V2.pdf>)



[72]

Essa é uma democracia bastante frágil, porque um país, verdadeiramente democrático não pode admitir os seus povos passando fome, não pode admitir violência contra a mulher, racismo, LGBTfobia, que jovens sejam assassinados nas periferias dos nosso país, não pode admitir uma política de morte. (Kelli Mafort, direção nacional do MST, em entrevista a Solange Engelmann, set. 2022. Material disponível em: <https://mst.org.br/2022/09/05/a-fome-precisa-estar-no-centro-da-politica-afirma-dirigente-nacional-do-mst/>)

[73]

[Papel da agricultura familiar]

A agricultura familiar e camponesa é a única capaz de acabar com a fome e a insegurança alimentar no país e para isso precisa de políticas públicas que fortaleçam a produção de comida de verdade, sem venenos e ultraprocessados. (Kelli Mafort, dirigente nacional do MST em São Paulo, jul. 2022. Material disponível em: <https://mst.org.br/2022/07/26/a-luta-da-mulher-negra-e-a-resistencia-da-agricultura-camponesa-contr-a-fome>)



[74]

Dessa forma, cabe a agricultura camponesa e aos povos do campo, das águas e das florestas constituir os processos de abastecimento popular, capazes de superar a crise alimentar instalada no Brasil (Antonia Ivoneide Melo Silva (Ciclo de Debates Estado, questão agrária e territórios, 2021, p. 21. Material disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1YPRCwhJvuD-jg5tiOa5vbcX6jGnVBZ64Q>)

[75]

A agricultura familiar continuará sendo a grande responsável por conciliar a produção de alimentos para a população, utilizando técnicas que asseguram ao povo brasileiro o consumo de produtos naturais saudáveis e preservam a biodiversidade. Além disso, essa forma de produção movimenta diretamente a economia dos médios e pequenos municípios. Portanto é preciso olhar para as políticas públicas de aquisição de alimentos que contribuem no apoio a resiliência dos sistemas alimentares sustentáveis

(Sandra Paula Bonetti, Secretária de Meio Ambiente da Contag, 8º Fórum Global do Pacto de Política Alimentar Urbana de Milão, out. 2022. Material disponível em: <https://ww2.contag.org.br/solucoes-alimentares-para-um-mundo-mais-justo--20221019>)

[76]



A agricultura familiar brasileira é estratégica para produzir alimentos saudáveis e sustentáveis e assim garantir a soberania e segurança alimentar e nutricional da maioria da população, preservar os recursos naturais e a cultura rural com impactos econômicos na maioria dos municípios (Contag, 2022. Material disponível em: <https://ww2.contag.org.br/conselho-deliberativo-da-contag-aprova-apoio-politico-a-pre-candidatura-de-lula-e-alckmin-20220426>)

[77]

[Na página institucional do MPA verificamos que, para o movimento, a soberania alimentar assegura aos povos o direito de definir suas políticas e estratégias de produção, distribuição e consumo de alimentos]

... é o direito dos povos a definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos, que garantam o direito à alimentação a toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses de produção, de comercialização e de gestão, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental. Para além disso, é um direito que os povos têm a produzir seus próprios alimentos. (Página institucional, MPA, capturada em nov. 2022. Material disponível em: <https://mpabrasil.org.br/soberania-alimentar>)

...

Mais que um conceito, Soberania Alimentar é um princípio que orienta a luta camponesa. É uma proposta alternativa que orienta novas relações de produção e consumo, sendo uma das bases dos povos em sua luta contra o agronegócio e as políticas neoliberais promovidas por instituições financeiras e transnacionais. Para o MPA a soberania alimentar é o eixo articulador entre campo e cidade, é o elemento material e simbólico que impulsiona e legitima a luta por reforma agrária e a construção de uma nova territorialidade que tenha nos camponeses e povos originários e tradicionais a base material e espiritual para a construção de uma nova sociedade. (Página institucional, MPA, capturada em nov. 2022. Material disponível em: <https://mpabrasil.org.br/soberania-alimentar>)





[78]

o nosso instrumento e nossa resposta política e tecnológica para superar o projeto esgotado, falido, do ponto de vista da natureza, que foi a revolução verde. A agroecologia é metodologia, técnica, categoria e movimento que está articulada com o abastecimento popular em seu processo de materialização, sobretudo, no aspecto da produção de alimentos com preservação da natureza, e sem exploração de classe. É feita com toda a herança do conhecimento camponês que, somada ao conhecimento da ciência moderna, formam as bases do BioPoder Camponês. (Revista, MPA, 2021, p. 5. Material disponível em: <https://mpabrasil.org.br/wp-content/uploads/2022/06/3-Jornada-de-Lutas.pdf>)

[79]

[Experiência brasileira no combate a fome]

O Brasil é referência mundial no combate à fome e desnutrição, mas hoje convivemos com a fome até mesmo no campo, onde ela se apresenta de forma ainda mais severa que nas cidades. (Kelli Mafort, dirigente nacional do MST em São Paulo, jul. 2022. Material disponível em: <https://mst.org.br/2022/07/26/a-luta-da-mulher-negra-e-a-resistencia-da-agricultura-camponesa-contr-a-fome>)

[80]

[Falta de apoio e impactos dos projetos de infraestrutura]

É preciso denunciar a falta de apoio à agricultura familiar e camponesa no nosso país. A maneira como os atingidos por barragem, atingidos por mineração são tratados, como os pescadores e pescadoras são engolidos pela pesca industrial; (Kelli Mafort, direção nacional do MST, em entrevista de Solange Engelmann, set. 2022. Material disponível em: <https://mst.org.br/2022/09/05/a-fome-precisa-estar-no-centro-da-politica-afirma-dirigente-nacional-do-mst>)

[81]

No entanto, o que vemos é uma batalha assimétrica, onde o Estado, o capital e o agronegócio jogam de um lado, enquanto as populações e as comunidades jogam de outro, desterritorializadas, ameaçadas pelas forças de repressão, escassas de políticas de subsídio e apoio a produção. (Antonia Ivoneide Melo Silva (Ciclo de Debates Estado, questão agrária e territórios, 2021, p. 21. Material disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1YPRCwhJvuDjg5tiOa5vbcX6jGnVBZ64Q>)



...

Para isso ser possível, o Estado desfavorece as populações do campo e retira direitos, ao passo que flexibiliza leis para a exploração do agronegócio, nos impedindo de vender nossos produtos com uma fiscalização de caráter policialesco, libera agrotóxicos em larga escala, fornece infraestrutura para escoar commodities, enquanto mingam as políticas de comercialização e distribuição popular de alimentos, operam com vistas grossas sob as milícias do agronegócio e repelem com brutalidade qualquer tentativa de retomada territorial. (Antonia Ivoneide Melo Silva, Via Campesina Brasil, Ciclo de Debates Estado, questão agrária e territórios, 2021, p. 21. Material disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1YPR-CwhJvuDjg5tiOa5vbcX6jGnVBZ64Q>)

”

[82]

Estamos aqui como representação da agricultura familiar, que produz alimentos saudáveis, comida de verdade, e destaco o quanto estamos sofrendo com a falta de investimento e apoio na agricultura familiar, com pouco orçamento e que está sendo reduzido a cada ano. Estamos com o PNAE (Programa Nacional de Alimentar Escolar) enfraquecido e atacado. A PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) sem recursos e a falta de política de estoques para refugiar os preços. Tivemos a aprovação das Leis Assis Carvalho I e II pelo Congresso Nacional, mas ambos vetados pelo presidente. O Congresso derrubou o veto ao PL Assis Carvalho II e o governo segue sem regulamentar a Lei. Essa Lei seria fundamental para enfrentar os impactos da pandemia e para aumentar a produção de alimentos”, ressaltou. (Aristides Santos, presidente da Contag, em audiência pública realizada pela Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados, ago. 2022. Material disponível em: <https://ww2.contag.org.br/contag-defende-investimentos-na-agricultura-familiar-para-combater-a-carestia--a-fome-e-a-se-de-20220802>)

“

[83]

[Agroecologia e feminismo]

Enfim, a gente vai trazendo isso para a nossa vivência e a partir disso que a gente constrói o feminismo. Depois, a gente vai ampliando para outras questões, para as questões mesmo do nosso espaço, trazer a discussão da agroecologia e da afirmativa de que “sem feminismo não há Agroecologia!”. Nós entendemos que a nossa vida fora do espaço não existe, então, é crucial discutir como as mulheres rurais e o nosso modo de vida têm a ver

”

com o espaço que a gente ocupa. Pensar a casa, e, especialmente, o que está além da casa, como, por exemplo, ao redor da casa (quintais), o meio ambiente e a questão da água. Então, trazer essas questões da nossa vida para a roda é o que faz sentido para gente. (Verônica Santana, MMTR-NE, entrevista a Raquel Oliveira e Elaine Mauricio Bezerra, 2021, p. 4. Material disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/LDHHGgyQQtfRRMj8g63bPcv>)



[84]

[Resistência e luta por comida saudável]

Juntas lutamos por um país que produza comida saudável, sem venenos, por políticas públicas que são direito do povo e que possibilitem promover vida digna, saúde para todas classe trabalhadora. Carregamos em nossa história a missão da mística revolucionária em defesa das sementes, da agroecologia, da mãe terra, das águas, de nossos corpos e de nossos territórios! Acreditamos e caminhamos para a libertação das mulheres e homens da classe trabalhadora. (MMC, 2020. Material disponível em: <https://mmcbrasil.org/campanha-sementes-de-resistencia>)

[85]

[Papel das mulheres na economia]

Por muito tempo, a sociedade vai ignorar a contribuição das mulheres na economia a partir do trabalho doméstico e a partir do trabalho dos cuidados. Tanto a economia tradicional como o marxismo não reconhecem isso como questões que são importantes para reprodução da vida, mas também tem o valor econômico na sociedade. Eu acho que muitas questões vão entrar nessa discussão, pra gente dizer o que é desse feminismo que a gente constrói, que a gente vive no rural. Quando se fala da questão de dupla jornada de trabalho, tripla jornada de trabalho, pra quem é da cidade, que trabalha fora, é fácil dizer: “Eu trabalho seis horas, oito horas, sei lá o quê. Chego em casa, eu trabalho mais não sei quantas horas...”. No rural, é bem mais complexo. (Verônica Santana, MMTR-NE, entrevista a Raquel Oliveira e Elaine Mauricio Bezerra, 2021, p. 4. Material disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/LDHHGgyQQtfRRMj8g63bPcv>)



[86]

Cabral *et al.* (2022) [Art 14. C3] trazem dados que corroboram com esta realidade, informando que a insegurança alimentar foi mais presente entre mulheres, adultos e pessoas de cor/raça preta ou parda.

(Material disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232022277.11752021>)

[87]

Guerra (2022, p.5) [Art16C3] ao realizar uma análise da conjuntura relatam que “Alguns estudos permitem caracterizar os vulneráveis à condição de IAN, que em sua maioria têm cor da pele preta ou parda, baixa renda, baixa escolaridade, vivem em condições de moradia e saneamento precárias e tem a saúde comprometida (Kaiser *et al.*, 2003). Segundo a autora “É possível, assim, observar que situações de IAN trazem em si marcas das desigualdades sociais, étnico-raciais e de gênero, da falta de acesso e disponibilidade aos alimentos saudáveis e o consumo de alimentos de qualidade nutricional inadequada (Rocha; Burlandy; Magalhães, 2013)

(Material disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/WfzwWL-9NYHmYzMSMCVXDHKf/?lang=pt#ModalHowcite>)

[88]

Maas *et al.* (2020, p. 2608) (Art9C1) ao realizar rastreamento dos fatores associados à Insegurança alimentar (IA) encontrou que os domicílios com um maior risco a esse desfecho são aqueles que apresentam baixos níveis socioeconômicos e de escolaridade, baixa participação em programas de transferência de renda, maior número de moradores no domicílio e ausência de agropecuária para subsistência. Destaca-se a maior prevalência em domicílios onde a mulher é a chefe da família e vive com o companheiro (30,7%) e com idade entre 40 e 59 anos (35,8%). O estudo elege a classificação “pretas e outras” para o perfil cor da pele do chefe da família e não encontrou resultados significativos para a associação desta característica com a IA. (Material disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020257.26402018>)

[89]

Shott *et al.* (2020, p.7) (Art13C1) [...] observou-se associação entre insegurança alimentar e características dos chefes de família e dos domicílios estudados: verificou-se que a insegurança alimentar leve associou-se positivamente a domicílios com chefes de família do sexo feminino, a famílias que tinham indivíduos menores de 18 anos. Enquanto a chance de insegurança alimentar moderada/grave aumentou em domicílios em que o responsável pelo domicílio não tinha atividade remunerada, sem coleta de lixo e sem água potável e com chefes de família com menos de 8 anos de estudo. Maior número de moradores no domicílio, presença de adolescentes no domicílio, receber benefício de programa socioassistencial e menor renda per capita foram positivamente associados tanto a insegurança



alimentar leve quanto moderada/grave. A maioria das pessoas estudadas são pardas, mas não há qualquer relação desse elemento com IA. (Material disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-549720200096>)



[90]

“...a baixa renda domiciliar per capita foi altamente associada à insegurança alimentar, aumentando em seis vezes as chances de ter insegurança alimentar entre aqueles que vivem com ¼ de salário mínimo ou menos. A baixa escolaridade, o suporte social e o clima de trabalho (má percepção das oportunidades de trabalho e da situação econômica) também se associaram negativamente à segurança alimentar, aumentando em 2 vezes as chances de insegurança alimentar. (SOUZA *et al.*, 2019, p.9. Material disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00084118>)

[91]

“... o declínio na prevalência de insegurança alimentar moderada e grave foi expressivo nos domicílios chefiados por mulheres (55%), equiparando-se à retração observada naqueles chefiados por homens (55,1%) e superando a tendência de decréscimo nacional (53,5%). Esses achados podem refletir o aumento da participação da mulher no mercado de trabalho, redução do desemprego e valorização profissional, favorecendo suas condições de suprir a alimentação para os membros da família. Todavia, domicílios com pessoa de referência do sexo feminino apresentaram 23%, 42% e 32% mais insegurança alimentar moderada e grave do que aqueles em que o homem era a pessoa de referência em 2004, 2009 e 2013, respectivamente. (p. 12) Observaram ainda, que no mesmo intervalo temporal, houve redução de 59,2%, nos domicílios cuja pessoa de referência era branca (p.10), quando a pessoa de referência de raça/etnia diferente de branca estavam mais propensos à insegurança alimentar moderada e grave do que outros domicílios de referência. (SANTOS *et al.*, 2021, p.12 e p.10. Material disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00268520>)



[92]

“O risco de estar em IA grave foi seis e cinco vezes maior entre famílias com renda per capita menor que 1/4 de salário-mínimo, quando comparado a famílias com renda superior a 1/2 salário-mínimo, nas regiões rural e urbana, respectivamente.” (p. 2591)

[...]

“Em adição ao debate da renda familiar, os resultados também apontaram a presença do aposentado no domicílio como um fator de proteção para a IA em todos os níveis de gravidade em ambas as regiões.” (p.2591)

(Palmeira *et al.*, 2022. Material disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232022277.21592021>)

[93]

“... a EBIA ser um instrumento validado tanto para a população urbana quanto para a rural, porém, não tem objetivo de fazer menção à possibilidade de produção agrícola para autoconsumo e nem práticas de cultivos coletivos e trocas de alimentos como formas de acesso e promotoras de segurança alimentar. Também não objetiva considerar a posse de terra, acesso à água ou a insumos agrícolas no meio rural. A mesma condiciona o acesso ao alimento à renda, sendo que no meio rural essa condição pode ser diferente. Portanto, para uma abordagem mais completa da IA, faz-se necessário aprofundar em fatores socioeconômicos e de acesso a bens e serviços, levando a uma compreensão mais abrangente, condizente com a pluralidade da questão.” (Trivellato *et al.*, 2019. Material disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018243.05352017>)



[94]

“... desde o governo do Presidente Michel Temer e intensificado com Jair Bolsonaro, era perceptível uma crescente e continuada redução dos programas de segurança alimentar e nutricional, assim como a fragilização da rede de equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional, que deixou de realizar editais para a descentralização de recursos. Houve também redução orçamentária do programa de cestas de alimentos. (Alpino *et al.*, 2020, p8.) Material disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00161320>)



...

i) “... a extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), como um dos primeiros atos do Governo Federal, órgão cuja missão era propor diretrizes para assegurar o DHAA; inoperância da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN); não realização da 6a Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e a ausência do III

Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN), que pauta o planejamento e a execução da PNSAN.”

(ALPINO *et al.* 2020, p.10. Material disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00161320>)

[95]

“ A paralisação do PNAE refletiu na queda da renda dos pequenos produtores, haja vista a interrupção do repasse de verba para a manutenção da cadeia produtiva local. Diante desse cenário, os agricultores sofreram perda de produção, além das incertezas sobre futuras safras, planejamento de plantio e aquisição de insumos. A sanção, pelo governo federal, da Lei nº 13.987/2020, como estratégia excepcional na pandemia, autorizou a distribuição de gêneros alimentícios às famílias com filhos matriculados na rede pública de educação, fazendo com que, até julho de 2020, 10 milhões de kits de alimentos fossem entregues aos escolares. Porém os municípios e as regiões não são obrigados, pela nova lei, a manter a execução do PNAE durante a pandemia. A lei não dispõe de regras específicas para elencar a população que pode acessar esse benefício, bem como sobre a obrigatoriedade da compra de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar, conferindo ao Conselho de Alimentação Escolar (CAE) essa tarefa.” (Machado *et al.*, 2022, p.432. Material disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-11042022E228>)



[96]

[Sobre a fome e outras manifestações de IA no meio rural]

A condição descrita neste texto foi agravada pelo “... veto presidencial que rejeitou a ampliação do auxílio emergencial para os trabalhadores que não estão incluídos no Cadastro Único...”

“ (Alpino *et al.*, 2020, p.7). Material disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00161320>)



[97]

“... sistemas alimentares locais estão intimamente ligados a produção orgânica e agroecologia, em que o produtor/cooperativa distribui os alimentos localmente, sem atravessamentos das indústrias, chegando às comunidades em menor tempo, com melhor qualidade, melhor custo-benefício para população e remuneração para os agricultores. A agricultura familiar se destaca no enfrentamento da derrocada econômica e da Insan agravadas pela pandemia, apesar da insuficiência de políticas públicas e da

priorização à exportação, quando vigente.” (Machado *et al.*, p.429. Material disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-11042022E228>)

“

[98]

A agricultura familiar e a agroecologia são apresentadas pelas autoras como um caminho para melhoria do acesso e da qualidade dos alimentos, e pela necessidade do encurtamento das cadeias de produção. A pandemia do novo coronavírus e os seus desdobramentos, deixaram evidentes a insustentabilidade dos modos de consumo atuais, bem como a necessidade da independência da cadeia de abastecimento local das grandes indústrias (Machado *et al.* 2022, p.429. Material disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-11042022E228>)

[99]

“... os fatores associados ao maior consumo de alimentos regionais, principalmente frutas e hortaliças, são: i) sazonalidade, ii) facilidade de acesso devido à disponibilidade gratuita de cultivo no quintal ou perto de casa, dispensando a compra deste alimento. Como domicílios avaliados estão localizados em pequenos municípios do interior do Estado, onde as opções de pontos de venda de alimentos muitas vezes são restritas, a alta disponibilidade domiciliar de alimentos in natura e minimamente processados no domicílio justifica-se por serem provenientes de produção de quintal para autoconsumo ou a partir de doações e/ou disponibilidade por sazonalidade e regionalidade dos alimentos. (Schott *et al.*, 2020, p. 9 – 10. Material disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-549720200096>).

”

[100]

“... moradores das regiões periféricas de Curitiba que desejam comprar frutas e hortaliças orgânicas, ou percorrem grandes distâncias para fazê-lo, ou buscam pontos de venda como supermercados. (p.125)

[...]

Outro dado relevante encontrado no presente estudo foi a diferença da média de preços entre frutas e hortaliças orgânicas e convencionais, com a maioria dos orgânicos apresentando valor maior do que os convencionais, podendo chegar até o triplo do valor. (p. 125)

[...]

Foi verificado que o comércio público de frutas e hortaliças orgânicas em Curitiba está concentrado na região central do município. (p.

“

126) (Silva *et al.* 2021, p.124-125. Material disponível em: https://docs.bvsalud.org/biblioref/2022/07/1379667/rbsp_v45n2_08_3413.pdf)

[101]

As regiões periféricas e com baixa renda per capita, têm uma menor quantidade de todos os tipos de estabelecimentos de venda de alimentos, principalmente os saudáveis e hipermercados/supermercados. Por outro lado, as regiões centrais e de maior renda per capita têm uma maior quantidade de todos os tipos de estabelecimentos de venda de alimentos, sobretudo aqueles categorizados como não saudáveis. Além disso, nas regiões em que há uma maior concentração de famílias beneficiárias do PBF, há uma menor quantidade de todos os tipos de estabelecimentos de venda de alimentos, assim como uma menor distância até os estabelecimentos categorizados como não saudáveis. Em contrapartida, nas regiões periféricas da cidade, em que a renda per capita é menor, há uma menor quantidade de todos os tipos de estabelecimentos que comercializam alimentos, chegando a não existir nenhum estabelecimento em alguns setores censitários, o que pode ser um dificultador no acesso físico ao alimento. Essa característica do ambiente comunitário pode ser um indicativo da existência de desertos alimentares, por serem regiões de menor renda e com baixa ou nenhuma disponibilidade de estabelecimentos que vendem alimentos saudáveis. E se o acesso estiver comprometido tende a reforçar a ineficiência do PBF em relação à violação do DHAA e às dimensões da SAN. (Araújo *et al.*, 2022, p. 644. Material disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2022.v27n2/641-651>)



[102]

“As áreas economicamente desfavorecidas possuem menor número de estabelecimentos que comercializam alimentos saudáveis, como supermercados, feiras livres e sacolões. Além de serem poucos, esses estabelecimentos, quando presentes, oferecem produtos de pior qualidade ou com preço elevado. Nesse sentido, as áreas mais pobres dos municípios tendem a concentrar pequenos estabelecimentos e lojas de conveniência que comercializam opções de baixo valor nutricional.” (Medina *et al.*, 2019, p. 11. Material disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-549720190011.supl.2>)



[103]

“... a distância dos locais de compra constituiu-se em fator limitante, considerando que grande parte dos consumidores se desloca a pé até esses

locais. As pessoas preferem comprar em locais próximos à moradia. Sendo assim, as feiras precisam ser descentralizadas para bairros mais periféricos.” (Carvalho *et al.*, 2022, p. 548. Material disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-11042022E236>)



[104]

“A busca do consumidor pela mesma variedade de alimentos ao longo de todas as estações do ano foi destacada como um fator que ainda contribui para a inserção do intermediário na cadeia de comercialização dos alimentos orgânicos e/ou agroecológicos.” (Carvalho *et al.*, 2022, p. 548. Material disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-11042022E236>)

[105]

É relatado, ainda, um novo costume na comunidade: de comer apenas alimentos de mercado, em vez de alimentos tradicionais reabastecidos. Essa dinâmica de compra de comida dos mercados é insuficiente para atender as necessidades alimentares das famílias, havendo a necessidade de pedir rotineiramente alimentos de outras famílias. Os jovens não estão acostumados com a comida A’uwẽ . . . A assimilação da cultura dos ‘brancos’ geram transtornos à cultura alimentar tradicional e causam sentimentos antes não identificados. “nos ensinaram todas as coisas que nos fazem sofrer [...] antes , eu não sentia falta da comida da cidade , antes de comermos peixe , caça , não me preocupava com nada . Agora , a gente tem que comprar coisas do mercado , como arroz e feijão , óleo de soja [...] agora a gente compra essas coisas , mas não tem dinheiro.” (Welch; Coimbra, 2022. Material disponível em: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0264525>)



[106]

[Propostas debatidas na conferência]

“A regulação da relação público-privado deve considerar: [...] definição de conceitos, princípios e critérios nas relações público-privado do sistema alimentar” (Relatório final, 5a CNSAN, 2015, p 71. Material disponível em: <https://agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2016/05/Relatorio-Final-Conferencia-Nacional-de-SAN.pdf>).

[107]

“Reforçar os laços de cooperação entre as organizações da sociedade civil a nível global para uma atuação mais unificada sobre o sistema alimentar global [...] considerando como espaço estratégico de participação o CSA

e seu mecanismo de participação da sociedade civil, tendo como perspectiva estimular a emergência e aprofundamento de temas, conceitos e dimensões, em especial: [...] iii) aprimoramento das políticas públicas para a promoção da igualdade de gênero e raça)” (Relatório final, 5a CNSAN, 2015, p 62. Material disponível em: <https://agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2016/05/Relatorio-Final-Conferencia-Nacional-de-SAN.pdf>).



[108]

Amplio processo de debate e discussão, com o envolvimento de mais de 40 mil pessoas em diferentes etapas, a 2a CNDRSS foi uma iniciativa do Condraf e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), marcada por três importantes inovações: [...] reconhecimento da diversidade e da especificidade dos segmentos da agricultura familiar, avançando nas práticas de promoção de igualdade de gênero, raça, etnia e geração. A 2a CNDRSS adotou a paridade de gênero, garantindo a participação de 50% de mulheres entre os delegados – feito inédito, até então; efetivou cota de participação para a juventude, alcançando 25% de jovens em todas as suas etapas; e incorporou uma delegação específica de representantes de povos e comunidades tradicionais (PDRSS, 2015, p. 5. Material disponível em: https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/2CNDRSS/plano_nacional_desenvolvimento_rural_sustentavel.pdf)

[109]

A 5a Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CNSAN), realizada de 3 a 6 de novembro de 2015, em Brasília-DF, constituiu-se em processo amplo e participativo que envolveu milhares de pessoas, reunidas em conferências municipais, territoriais, regionais, estaduais e do Distrito Federal em todo o país, bem como em quatro encontros temáticos preparatórios. Da etapa nacional, participaram 2.107 pessoas com 54% de mulheres. Povos indígenas de várias etnias, população negra, povos tradicionais de matriz africana e povos de terreiro, povos ciganos, comunidades quilombolas e cerca de 30 identidades coletivas das comunidades tradicionais, expressão de nossa sociedade pluriétnica e de nossa diversidade sociocultural, bem como as representações dos vários segmentos sociais urbanos e rurais, que muitas vezes vivem a situação de insegurança alimentar e nutricional, marcaram significativamente o amplo sentido das propostas da Conferência (Relatório final da 5ª CNSAN, 2015, p. 11. Material disponível em: <https://agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2016/05/Relatorio-Final-Conferencia-Nacional-de-SAN.pdf>).





[110]

[Proposta discutida na 4ª CNPM]

“Criar fóruns permanentes e suprapartidários de mulheres, com encontros itinerantes e sistêmicos, para a discussão de pautas para o enfrentamento das desigualdades de gênero, formação política e estímulo à presença e à participação ativa das mulheres em espaços de poder, observando-se os recortes racial, étnico, de gênero, de orientação sexual e identidade, territorial, deficiência e outros” (Relatório final, 2016, p. 22. Material disponível em: https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Mulheres_IV/relatrio%20final%20-%20iv%20conferencia%20nacional%20de%20politicass%20para%20as%20mulheres.pdf)

[111]

[Proposta discutida na 12ª Cnas]

“Promover o fortalecimento, autonomia e valorização dos Conselhos de Assistência Social, conferências, fóruns e outros espaços de deliberação e pactuação, elaborando estratégias que incluam: a democratização destes espaços, com fortalecimento da participação das minorias (negros, indígenas, LGBTQI+, mulheres, crianças, idosos, PcD e pessoa em situação de rua); realização de campanhas de ampla divulgação sobre a participação democrática; garantia dos recursos financeiros para sua efetivação; garantia da equidade na composição dos conselhos; promoção da interlocução regular entre esferas e portes” (Resolução Cnas/MC n. 59, que registra as deliberações da 12ª Cnas, 2021, p. 4. Material disponível em: <http://blog.mds.gov.br/redesuas/resolucao-cnas-mc-no-59-de-14-de-fevereiro-de-2022>)



[112]

[Proposta discutida na 4ª CNPM]

“Criar o Sistema Nacional de Políticas para Mulheres para impulsionar a proteção/atenção, integração, gestão e formulação das políticas públicas para as mulheres. O Sistema Nacional de Políticas para Mulheres (SNPM) será um pacto federativo entre a União, os Estados e os Municípios, definido por lei, que regule sua inserção e atuação nos âmbitos de governo, estabeleça seus princípios e diretrizes, determinando estruturas, regras de funcionamento e condições de transferência de recursos para garantir os direitos e o atendimento das mulheres e as diferentes formas de enfrentamento das desigualdades de gênero” (Relatório final, 2016, p. 24. Material disponível em: https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Mulheres_IV/relatrio%20final%20-%20iv%20conferencia%20nacional%20de%20politicass%20para%20as%20mulheres.pdf)

[113]

[Proposta discutida na 2ª Conapir]

Garantir no Plano Plurianual (PPA) federal, dos estados e municípios 1% do orçamento para a execução das políticas de igualdade racial voltadas às comunidades tradicionais, viabilizando: o direito à moradia; políticas públicas para os idosos e deficientes quilombolas; equidade de gênero na criação e implementação de políticas de promoção da igualdade racial; criação de Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) nos municípios, especialmente em áreas rurais onde localizam-se comunidades quilombolas e/ou povos indígenas até julho de 2010; e promovendo por meio da criação de políticas públicas o fomento das atividades assistenciais de saúde, cestas básicas, educação, meio ambiente, turismo religioso, projetos de alfabetização de jovens e adultos, combate a fome, geração de renda (Resoluções 2ª Conapir, 2009, p. 54. Material disponível em: https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Igualdade_Racial_II/deliberacoes_2_conferencia_promocao_igualdade_racial.pdf).



[114]

“Ampliar as políticas públicas para o enfrentamento das desigualdades, enfatizando: o enfrentamento à violência contra as mulheres com base no gênero e diversidade entre as mulheres, através de redes articuladas por município, região (consórcios) e estados, resgatando e implantando os serviços especializados e setoriais previstos na Lei Maria da Penha e outras legislações (Violência Sexual, Notificação Obrigatória da Violência, Feminicídio, Portarias do SUS)”. (Relatório final, CNPM, 2016, p. 18. Material disponível em: https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Mulheres_IV/relatorio%20final%20-%20iv%20conferencia%20nacional%20de%20politicass%20para%20as%20mulheres.pdf)



[115]

[Acesso à terra e direito ao território]

“Garantir que a implantação do III Plano Nacional de Reforma contemple, de forma coordenada, ações de garantia de acesso à terra e inclusão produtiva, com garantias de promoção de igualdade de gênero, direito dos povos e comunidades tradicionais, amplo acesso as políticas para a juventude do campo, garantindo assim a redução das desigualdades no campo” (Proposta discutida na 2ª CNDRSS. PNDRSS, 2013, p. 89. Material disponível em: https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/2C-NDRSS/plano_nacional_desenvolvimento_rural_sustentavel.pdf)



[116]

“Avançar na implementação da reforma agrária para a democratização do acesso à terra, ao território e à água, com instrumentos que garantam a titularidade da propriedade pelas mulheres, simplificando o processo de titulação da terra para as mulheres, como política estruturante de um novo modelo de desenvolvimento e condição básica para a soberania e segurança alimentar e nutricional” (Proposta discutida na 5ª CNSAN, relatório final, 2015, p. 48. Material disponível em: <https://agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2016/05/Relatorio-Final-Conferencia-Nacional-de-SAN.pdf>)



[117]

[acesso à água]

“Garantir o acesso à água de qualidade e segura e à alimentação, preferencialmente agroecológica/orgânica, em quantidade e variedade suficientes aos povos indígenas, quilombolas e povos e comunidades tradicionais, populações negras e população em situação de rua, facilitando formas de aquisição dos alimentos e da água e incentivando o consumo de alimentos condizentes com suas culturas” (Proposta discutida na 5ª CNSAN, RELATÓRIO FINAL, 2015, p. 34. Material disponível em: <https://agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2016/05/Relatorio-Final-Conferencia-Nacional-de-SAN.pdf>).

[118]

[Acesso ao crédito]

“Criar linhas de crédito especiais para mulheres desenvolverem práticas de segurança alimentar e nutricional e agroecologia com subsídio e desburocratizar o acesso das mulheres aos fundos de desenvolvimento” ((Proposta discutida na 5ª CNSAN, relatório final, 2015, p. 49. Material disponível em: <https://agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2016/05/Relatorio-Final-Conferencia-Nacional-de-SAN.pdf>)



[119]

[Acesso à assistência técnica]

“Garantir, ampliar e fortalecer as ações de assistência técnica e extensão rural (Ater) na promoção da inclusão produtiva das famílias em situação de pobreza extrema no meio rural, respeitando a forma dos saberes culturais dos povos e comunidades tradicionais” (Proposta discutida na 5ª CNSAN, relatório final, 2015, p. 32. Material disponível em: <https://agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2016/05/Relatorio-Final-Conferencia-Nacional-de-SAN.pdf>)

[120]

[Acesso a programas de fomento]

“Garantir o acesso de mulheres, inclusive de grupos informais, a programas de fomento à agroindústria” (Proposta discutida na 5ª CNSAN, relatório final, 2015, p. 49. Material disponível em: <https://agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2016/05/Relatorio-Final-Conferencia-Nacional-de-SAN.pdf>)



[121]

“Desvencilhar o limite de acesso ao crédito do Pronaf Mulher do conjunto de créditos destinados à família, permitindo, por exemplo, que a mulher possa desenvolver projetos próprios de produção agroecológica e de agroindústria para além das atividades desenvolvidas pelo companheiro” (Proposta discutida na 5ª CNSAN, RELATÓRIO FINAL, 2015, p. 49. Material disponível em: <https://agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2016/05/Relatorio-Final-Conferencia-Nacional-de-SAN.pdf>)

[122]

[Desigualdades entre os indivíduos da unidade familiar]

É nesse segundo momento que o processo de construção das políticas públicas associado à agenda das lutas sociais ampliou a visibilidade da diversidade de segmentos socioprodutivos do público da agricultura familiar, evidenciando suas desigualdades internas e a expressão delas no desenvolvimento rural. Passa-se a dialogar com o conjunto dos indivíduos que compõem a unidade familiar, a partir de seus interesses e necessidades, rompendo com a lógica da família como bloco homogêneo (Trecho retirado da descrição de contexto discutido na 2ª CNDRSS, PNDRSS, 2013, p. 8. Material disponível em: https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/2CNDRSS/plano_nacional_de_senvolvimento_rural_sustentavel.pdf)



[123]

[Desigualdades sociais, de gênero e raça]

Há muito a ser feito para erradicar a pobreza e enfrentar as desigualdades econômicas, sociais, de gênero, raça, etnia, entre outras. Urge denunciar o racismo institucional e superar as manifestações de preconceito de todas as ordens, especialmente contra as pessoas em situação de vulnerabilidade (Trecho retirado da carta política aprovada na 5ª CNSAN, relatório final, 2015, p. 22. Material disponível em: <https://agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2016/05/Relatorio-Final-Conferencia-Nacional-de-SAN.pdf>)

[124]

[Papel do Estado]

O país se encontra em uma dinâmica forte de redução das desigualdades e aumento de renda da população, o que tem a ver com uma mudança verificada na postura do Estado frente à questão do desenvolvimento, promovendo políticas de inclusão produtiva, valorização do salário mínimo e proteção social, entre outras. Isso tem garantido, de forma crescente, direitos de cidadania e acesso ao consumo a novos segmentos da população, tanto nas cidades quanto no campo. (Trecho retirado da descrição de contexto discutido na 2ª CNDRSS, PNDRSS, 2013, p. 18. Material disponível em: https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/2C-NDRSS/plano_nacional_desenvolvimento_rural_sustentavel.pdf)



[125]

São claras as orientações do Governo Federal no sentido de direcionar esforços para a redução da pobreza, o combate à exclusão social (que não deve ser vista somente como a emissão da carteira de pescador e pescadora) e os incentivos a novas atividades produtivas no âmbito da pesca para aumento ou complementação de renda e diminuição das desigualdades sociais, regionais e locais. (Trecho retirado do item “Perspectivas para o desenvolvimento da pesca artesanal”, resoluções da 3ª Cnap, 2009, p. 20. Material disponível em: https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Aquicultura_Pesca_III/deliberacoes_3_conferencia_aquicultura_pesca.pdf)



[126]

[Fala de uma Pesquisadora da Fundação Oswaldo Cruz de Brasília, na 16a CNS, a qual destacou a atual crise neoliberal global e os impactos sobre os países em desenvolvimento]

“... deixa desprotegida as pessoas mais pobres por meio da promoção da barbárie, do individualismo, da meritocracia, da intolerância, do aumento do desemprego, da queda de renda, do menor poder aquisitivo dos salários, da escalada da violência, da negação das desigualdades e das diferenças entre sujeitos, da negação dos direitos humanos pelo Estado (16ª CNS, relatório final, 2019, p. 50-51. Material disponível em: <https://editora.redeunida.org.br/wp-content/uploads/2022/04/Livro-16a-Conferencia-Nacional-de-Saude-Relatorio-Final.pdf>)





[127]

[...] a imensa maioria das mulheres vivencia triplas jornadas de trabalho e mulheres negras sofrem dupla discriminação, de gênero e de raça. Enfrentar essas e outras injustiças requer o combate ao racismo e ao sexismo, assim como efetivar políticas específicas de educação e formação que desnaturalizem a divisão sexual do trabalho e a violência de gênero, de modo a viabilizar a construção de novos paradigmas de responsabilidades compartilhadas entre homens e mulheres nos âmbitos público e privado. É preciso garantir que as mulheres do campo, da cidade, da floresta e das águas sejam reconhecidas como sujeitos políticos no processo de construção do desenvolvimento rural (Trecho retirado da carta política aprovada na 5ª CNSAN, relatório final, 2015, p. 23. Material disponível em: <https://agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2016/05/Relatorio-Final-Conferencia-Nacional-de-SAN.pdf>).

[128]

[...] o processo de construção das políticas públicas associado à agenda das lutas sociais ampliou a visibilidade da diversidade de segmentos socioproductivos do público da agricultura familiar, evidenciando suas desigualdades internas e a expressão delas no desenvolvimento rural (Trecho retirado da descrição de contexto discutido na 2ª CNDRSS, PNDRSS, 2013, p. 9. Material disponível em: https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/2CNDRSS/plano_nacional_desenvolvimento_rural_sustentavel.pdf)



[129]

A propriedade coletiva e social e a gestão compartilhada dos meios de produção têm implicações profundas na superação da subalternidade do trabalho em relação ao capital, possibilitando desenvolver as capacidades de trabalhadores e trabalhadoras, enquanto sujeitos ativos da atividade econômica, e promover a justiça social na distribuição de renda. (Trecho retirado do item “Avanços, limites e desafios” discutido na 2ª Cnes, documento final, 2010, p. 15. Material disponível em: https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Economia_Solidaria_II/deliberacoes_2_conferencia_economia_solidaria.pdf)



[130]

[...] não reconhecer a importância da agricultura familiar para o desenvolvimento sustentável do país significa desconsiderar o papel que as po-

pulações do campo, das florestas e das águas desempenham na geração de renda e riquezas (2ª Cnater, carta política, 2016, p. 1. Material não está disponível de forma pública e foi obtido por meio de contatos pessoais das pesquisadoras com participantes)



[131]

[...] a necessidade de garantir o pleno exercício dos direitos da cidadania às populações negras e indígenas, buscando a descaracterização da tutela do Estado e a legitimação de sua cultura e etnicidade; o patrimônio cultural negro e indígena construído ao longo da história da humanidade enquanto elemento fundamental à formação da cultura e identidade do país; a omissão histórica por parte do Estado em relação aos povos de etnia cigana (2ª Conapir, resoluções, 2009, p. 3. Material disponível em: https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Igualdade_Racial_II/deliberacoes_2_conferencia_promocao_igualdade_racial.pdf)

[132]

[...] o crescimento econômico ainda se apoia num modelo de produção alinhado aos interesses do grande capital como se pode observar, por exemplo, na política de financiamento do BNDES que hoje está voltada prioritariamente a grandes empresas nacionais e internacionais e a uma inserção econômica de grandes empresas brasileiras no contexto internacional; nos avanços do agronegócio e dos grandes projetos das monoculturas; na utilização ostensiva de agrotóxicos e na liberação de transgênicos; no fortalecimento do sistema financeiro nacional e internacional; na realização de grandes obras de infra-estrutura que acarretam impactos ambientais e sociais bastante significativos para as populações afetadas, em especial as comunidades e povos tradicionais (Trecho retirado do item “Avanços, limites e desafios” discutido na 2ª Cnes, documento final, 2010, p. 16. Material disponível em: https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Economia_Solidaria_II/deliberacoes_2_conferencia_economia_solidaria.pdf)



[133]

[Contexto: fala de uma pesquisadora da Fundação Oswaldo Cruz de Brasília, na 16ª CNS - Ela ressaltou que a fragmentação do orçamento e financiamento de políticas públicas, a exemplo do Seguro Social, contribui para perpetuar o caráter compensatório das políticas sociais, com focalização nos pobres.]



[...] concebidas como mínimos sociais [uma referência às políticas sociais] elas acabam por fortalecer o mercado, o terceiro setor e a filantropia. Além disso, verifica-se uma [...] maior transferência de responsabilidade do Estado para a sociedade dificultando promover a justiça social por meio da redistribuição de renda e da ampliação de bens e serviços (16ª CNS, relatório final, 2019, p. 52. Material disponível em: <https://editora.redeunida.org.br/wp-content/uploads/2022/04/Livro-16a-Conferencia-Nacional-de-Saude-Relatorio-Final.pdf>)

[134]

“que abrange diversas dimensões, desde a esfera da produção material - a crise econômica propriamente dita, passando pela manutenção e reprodução da vida (o desemprego, as condições precárias de trabalho, a pobreza, a fome, entre outros) até a esfera que parece ser um limitador do atual modelo de desenvolvimento, que é a crise ambiental” (2ª Cnes, documento final, 2010, p. 14. Material disponível em: https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Economia_Solidaria_II/deliberacoes_2_conferencia_economia_solidaria.pdf)



[135]

“... as mulheres do campo, da cidade, da floresta e das águas têm atuação estratégica para garantir a segurança alimentar e nutricional, pois são produtoras de alimentos. No entanto, as desigualdades de gênero persistem: ainda hoje a imensa maioria das mulheres vivencia triplas jornadas de trabalho e mulheres negras sofrem dupla discriminação, de gênero e de raça. Enfrentar essas e outras injustiças requer o combate ao racismo e ao sexismo, assim como efetivar políticas específicas de educação e formação que desnaturalizem a divisão sexual do trabalho e a violência de gênero, de modo a viabilizar a construção de novos paradigmas de responsabilidades compartilhadas entre homens e mulheres nos âmbitos público e privado.” (5ª CNSAN, 2015, p. 23. Material disponível em: <https://agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2016/05/Relatorio-Final-Conferencia-Nacional-de-SAN.pdf>).



[136]

As mulheres do campo, da cidade, da floresta e das águas têm atuação estratégica para garantir a segurança alimentar e nutricional, pois são produtoras de alimentos. [...] É preciso garantir que as mulheres do campo, da cidade, da floresta e das águas sejam reconhecidas como sujeitos políticos no processo de construção do desenvolvimento rural, bem

como seu protagonismo na garantia da soberania e segurança alimentar e nutricional (Trecho retirado da carta política aprovada na 5ª CNSAN, relatório final, 2015, p. 23. Material disponível em: <https://agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2016/05/Relatorio-Final-Conferencia-Nacional-de-SAN.pdf>).

[137]

De acordo com esses princípios, a política de segurança alimentar e nutricional deve garantir o acesso da população indígena aos cuidados básicos em saúde e fortalecer o desenvolvimento de soluções locais, que contribuam para a superação dos fatores de vulnerabilidade que acarretam níveis insatisfatórios de nutrição em diversas comunidades indígenas, com importantes consequências para a morbimortalidade dessa população (5ª CNSPI, relatório final, 2015, p. 187. Material disponível em: https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/5_conferencia_nacional_saude_indigena_relatorio_final.pdf)

[138]

[Igualdade – contexto de debate sobre desenvolvimento rural]

Assim, a proposta de Política de Desenvolvimento do Brasil Rural, apresentada pelo Condraf em 2010, estabeleceu princípios e diretrizes para a construção de um projeto de desenvolvimento para o Brasil rural. [...] os princípios estabelecidos pela PDBR: [...]; a igualdade como resultado das transformações na dimensão da vida social para superação das desigualdades econômicas, de gênero, geração, raça, cor e etnia na sociedade brasileira; [...] 2ª CNDRSS, PNDRSS, 2013, p. 27. Material disponível em: https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/2CNDRSS/plano_nacional_desenvolvimento_rural_sustentavel.pdf

[139]

[Equidade – contexto de debate presente no campo da saúde]

“O objetivo da equidade é diminuir desigualdades, o que não significa que equidade seja sinônimo de igualdade. Apesar de todos terem direito aos serviços, as pessoas não são iguais, tem suas peculiaridades e, portanto, necessidades diferentes. Equidade significa tratar desigualmente os desiguais, investindo mais onde a carência é maior.” (16ª CNS, 2019, p. 338. Material disponível em: <https://editora.redeunida.org.br/wp-content/uploads/2022/04/Livro-16a-Conferencia-Nacional-de-Saude-Relatorio-Final.pdf>).

[140]

[interseccionalidade – Contexto de debate presente no encontro nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais]

“... a intersecção entre a dimensão racial, de gênero, renda e garantia de direitos culturais, sociais e econômicos é uma perspectiva transversal que deve conectar setores públicos e as ações do Estado na promoção da igualdade racial e no enfrentamento ao racismo e à discriminação. O poder público deve reconhecer que [...] o enfrentamento à extrema pobreza e à exclusão social devem caminhar em conjunto com as políticas de reconhecimento de valorização da diversidade cultural e da tradição dos povos e comunidades que construíram a sociedade brasileira.” (ENPCT, PNPCT, 2013, p. 49. Material não está disponível de forma pública e foi obtido por meio de contatos pessoais das pesquisadoras com participantes)

[141]

[Interseccionalidade – contexto de debate com ampla participação de mulheres e sobre políticas voltadas a este grupo]

[...] considerando o disposto no Art. 1o, II da Resolução CNS no 508/2016, no sentido de reafirmar, impulsionar e efetivar os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS) para garantir a saúde como direito humano, a sua universalidade, integralidade e equidade no SUS, com base em políticas que reduzam as desigualdades sociais, étnico-raciais, de gênero, de orientação sexual, geracionais, territoriais, de classe, entre outras, conforme está previsto na Constituição Federal de 1988, e nas Leis no 8.080, de 19 de setembro de 1990 e no 8.142, de 28 de dezembro de 1990; (2ª CNSM, Resolução 561, 2017, p. 1. Material disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/16cns/assets/files/relatorios/reso561.pdf>)

[142]

Segundo a Secretária Menicucci, o desafio da 4ª CNPM é debater amplamente “Mais Direitos, Participação e Poder para as Mulheres”, considerando o aprofundamento da democracia para assegurar a continuidade e a consolidação das políticas exitosas que colocaram o Brasil em um patamar superior de desenvolvimento econômico, político e humano. A partir de um esforço conjunto, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e os movimentos feministas e de mulheres têm buscado reverter as desigualdades e transformar as demandas e necessidades em políticas públicas visando a ampliação dos direitos das mulheres (4ª CNPM, relatório final, 2016, p. 3. Material disponível em: <http://www.cndm.org.br/relatorio-final-4a-cnpm>)

vel em: https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Mulheres_IV/relatrio%20final%20-%20iv%20conferencia%20nacional%20de%20politicass%20para%20as%20mulheres.pdf)

[143]

[Inclusão – debate presente em propostas do campo da saúde e desenvolvimento rural]

“... uma das inovações do processo de diálogo entre a sociedade civil e o governo foi a diversificação das conferências específicas de “minorias” e o eixo principal desta inovação é o seu caráter inclusivo, a partir do reconhecimento de que [...] a democracia é marcada pela convivência com diversidades e, mais do que isso, pela inclusão ativa de grupos “minoritários” e questões específicas, em diálogo intensivo com a ideia da equidade e da igualdade de direitos.” (16ª CNS, relatório nacional, 2019, p. 76. Material disponível em: <https://editora.redeunida.org.br/wp-content/uploads/2022/04/Livro-16a-Conferencia-Nacional-de-Saude-Relatorio-Final.pdf>)

[144]

“...o processo de construção das políticas públicas associado à agenda das lutas sociais ampliou a visibilidade da diversidade de segmentos socioproductivos do público da agricultura familiar, evidenciando suas desigualdades internas e a expressão delas no desenvolvimento rural. Ainda, a democracia, enquanto fundamento básico da cultura política e das relações sociais, seria uma orientação fundamental para reduzir as desigualdades sociais e regionais. Assim, [...] a inclusão se dá com a ampliação dos mecanismos de democratização política, social, cultural e econômica da sociedade brasileira, assegurando a participação igualitária de todos os segmentos sociais.” (2ª CNDRSS, PNDRSS, 2013, p. 9. Material disponível em: https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/2C-NDRSS/plano_nacional_desenvolvimento_rural_sustentavel.pdf)

[145]

[sobre o sistema alimentar brasileiro]

“... em consonância com tendências globais da produção de commodities, está marcado pela hegemonia do modelo de produção patronal em grande escala de monocultivos com elevada mecanização que massificaram o uso de agrotóxicos e transgênicos, ao lado do crescente controle de mercado por parte das grandes corporações estrangeiras. Além de consagrar a histórica concentração da propriedade da terra no Brasil, a lógica produtivista

do máximo lucro gera graves impactos socioambientais que se expressam no desmatamento, no comprometimento da biodiversidade, da agrobiodiversidade, bem como em ameaças aos direitos conquistados na Constituição de 1988 [...]. O modelo do agronegócio, bem como as grandes obras de infraestrutura, oprime a realização do Direito Humano à Alimentação Adequada.” (5ª CNSAN, relatório final, 2015, p. 23. Material disponível em: <https://agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2016/05/Relatorio-Final-Conferencia-Nacional-de-SAN.pdf>)

[146]

[conexões com o modelo global de agricultura hegemônico]

“... a degradação dos solos, considerando que um quarto dos solos agricultáveis do mundo está em processo de degradação mais ou menos avançado; o crescimento de áreas desertificadas, em decorrência de desmatamentos e práticas inadequadas de manejo do solo, processos que tendem a se agravar com os avanços do aquecimento global (2ª CNDRS, PNDRSS, 2013, p. 15); e ao uso intensivo de agroquímicos, considerando que a FAO alerta que nos últimos vinte anos o consumo global de agrotóxicos cresceu 40% a mais que a própria produção agrícola, o que acarreta problemas de saúde entre consumidores e trabalhadores, além de levar a uma situação de dependência em países importadores de agrotóxicos e fertilizantes, aumentando os custos de produção.” (2ª CNDRS, PNDRSS, 2013, p. 16. Material disponível em: https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/2CNDRSS/plano_nacional_desenvolvimento_rural_sustentavel.pdf)

[147]

“Com a redução significativa dos recursos pesqueiros tradicionais, utilizados para abastecer o mercado, a frota industrial passou a ocupar regiões que historicamente serviram de fonte para as comunidades tradicionais de pescadores. Esta busca desenfreada por volumes de produção sem priorizar o uso racional dos recursos pesqueiros gerou problemas como o aumento do desperdício, os altos custos operacionais, a instabilidade do mercado e, ainda, o conflito de uso das áreas marinhas entre os próprios segmentos da pesca, além de fazer frente aos interesses do turismo, da navegação e da indústria do petróleo.” (3ª Cnap, resoluções, 2009, p. 9. Material disponível em: https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Aquicultura_Pesca_III/deliberacoes_3_conferencia_aquicultura_pesca.pdf)



[148]

“A disputa de modelo de sistema agroalimentar no nosso país só está começando. Nós sabemos da complexidade disso, sabemos que a correlação de forças piorou. Nós acumulamos forças, desde o fim da Ditadura, e agora gastamos parte dessa energia. Nós vamos ter que recuperar, e a agenda da alimentação saudável, da saúde pelo que a gente come, vai permitir que a gente acumule forças para exigir novas políticas públicas que aprofundem esse processo, seja de regulação, controle, proteção contra os sistemas agroalimentares danosos à saúde, seja de promoção de bases produtivas, de sistemas de abastecimento e distribuição, de organização produtiva, de promoção do consumo, de compras públicas, que fomentem esse tipo de produção que estamos discutindo.” (SDBA, relatório, 2016, p. 24. Material não está disponível de forma pública e foi obtido por meio de contatos pessoais das pesquisadoras com participantes.)

[149]

“... Estamos em um contexto de disputa na sociedade, que se reflete dentro do Congresso e no nosso próprio Governo. Nesse momento de ajuste fiscal, de reforma administrativa, enfim, de todos esses passos que a gente tem precisado dar, o apoio de vocês, para a gente conseguir manter a prioridade da agroecologia, da agricultura familiar, da preservação do meio ambiente, dos recursos naturais e da biodiversidade, o apoio para a gente continuar tirando as pessoas da pobreza no meio rural, construindo políticas de convivência com a seca, etc. [...]” (SDBA, RELATÓRIO, 2016, p. 27. Material não está disponível de forma pública, tendo sido obtido por meio de contatos pessoais das pesquisadoras com participantes.)



[150]

[...] a economia solidária vem acumulando experiências significativas de formação, produção, trabalho, consumo, comercialização e iniciativas artístico-culturais que valorizam o trabalho associado e adotam os princípios e práticas da sustentabilidade e da solidariedade. No campo, as formas de extrativismo sustentável e de produção agroecológica resgatam e valorizam a cultura dos povos e comunidades tradicionais, da pesca artesanal, da agricultura familiar, camponesa e de assentados da reforma agrária. Nas cidades, entre outras iniciativas, as associações e cooperativas de catadores(as) de materiais recicláveis, apesar das dificuldades, contribuem para evitar o desperdício, manter as cidades limpas e saudáveis e reduzir outros danos ambientais. Da mesma forma, a agricultura urbana e periurbana con-

tribuem para a segurança alimentar e nutricional. As empresas recuperadas em regime de autogestão demonstram garra, capacidade e coragem de trabalhadoras(es) para manutenção de seus postos de trabalho, ao assumir coletivamente os meios de produção e a gestão do processo produtivo. Em todos os casos, os sistemas produtivos sustentáveis, experimentados e incentivados na economia solidária apontam para estratégias criativas de organização do trabalho e de relação da atividade produtiva com a natureza [...] (2ª Cnes, documento final, 2010, p. 17. Material disponível em: https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Economia_Solidaria_II/deliberacoes_2_conferencia_economia_solidaria.pdf)

[151]

Na construção de um modelo de desenvolvimento, a Economia Solidária organiza a produção de bens e de serviços, o acesso e a construção do conhecimento, a distribuição, o consumo e o crédito, tendo por base os princípios da autogestão, da cooperação e da solidariedade, visando à gestão democrática e popular, à distribuição eqüitativa das riquezas produzidas coletivamente, ao desenvolvimento local, regional e territorial integrado e sustentável, ao respeito aos ecossistemas e preservação ao meio ambiente, à valorização do ser humano, do trabalho, da cultura, com o estabelecimento de relações igualitárias entre diferentes, em relação a: gênero, raça, etnia, território, idade e padrões de normalidade. (2ª Cnes, documento final, 2010, p. 23. Material disponível em: https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Economia_Solidaria_II/deliberacoes_2_conferencia_economia_solidaria.pdf)



[152]

No reconhecimento de que, apesar dos avanços, “a estrutura fundiária permanece marcada pela desigualdade histórica na distribuição de terras e acesso a outros recursos naturais, de forma que esse tema permanece como desafio estrutural e estratégico para o país” (2ª CNSRSS, PNRSS, 2013, p. 18. Material disponível em: https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/2CNSRSS/plano_nacional_desenvolvimento_rural_sustentavel.pdf)



[153]

Esta questão encontra respaldo nas manifestações de defesa da reforma agrária, da demarcação e regularização fundiária de terras para agricultores/as familiares, camponeses/as, indígenas e quilombolas (2ª Cnater,

2016, p.2. Material não está disponível de forma pública, tendo sido obtido por meio de contatos pessoais das pesquisadoras com participantes)



[154]

Na afirmação dos princípios de promoção da reforma agrária, da democratização do acesso à terra e aos recursos naturais; e na promoção da autonomia das mulheres por meio da garantia do acesso à terra (2ª CNDRSS, PNDRSS, 2013, p. 35. Material disponível em: https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/2CNDRSS/plano_nacional_desenvolvimento_rural_sustentavel.pdf)

[155]

“A pescaria artesanal utiliza várias artes de pesca. Dependendo da região, os profissionais do setor capturam espécies que em geral são pouco abundantes ou têm abundância sazonal. A organização deles demanda conhecimentos tradicionais, sistemas de apropriação social de espaços naturais (territórios), pontos de desembarque e cadeias produtivas diversificadas, que incluem a socialização do pescado. Exatamente por estas características, a pesca artesanal se apresenta mais resistente frente a perturbações e variabilidades de ordem natural ao longo do tempo.” (3ª Cnap, resoluções, 2009, p. 8. Material disponível em: https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Aquicultura_Pesca_III/deliberacoes_3_conferencia_aquicultura_pesca.pdf)

[156]

“ainda constatamos segmentos e populações em insegurança alimentar que não devem ser esquecidos, sendo ainda invisíveis às políticas sociais” (5ª Cnsan, relatório final, 2015, p. 135. Material disponível em: <https://agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2016/05/Relatorio-Final-Conferencia-Nacional-de-SAN.pdf>)

[157]

“... em consequência do aumento populacional, de acordo com a FAO, há uma elevação na oferta de alimentos em 60% para garantir a superação da fome e da subnutrição da população atual e futura. Será necessário não apenas aumentar a produção, mas alterar a oferta de alimentos para permitir a ampliação do consumo de frutas, legumes e hortaliças, hoje muito abaixo do recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS).” (2ª CNDRSS, PNDRSS, 2013, p. 14. Material disponível em: https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/2CNDRSS/plano_nacional_desenvolvimento_rural_sustentavel.pdf)



gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/2CNDRSS/plano_nacional_desenvolvimento_rural_sustentavel.pdf)



[158]

No Brasil, ainda predomina a informalidade na atividade de pesca artesanal, com pouca tecnologia associada às diversas etapas da cadeia produtiva. [...]

Via de regra, o escoamento do pescado ocorre de maneira bastante informal, havendo perdas substanciais da produção ao longo do processo. O pescado oriundo da atividade artesanal abastece, principalmente, o mercado interno.

(3ª Cnap, 2009, p. 8. Material disponível em: https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Aquicultura_Pesca_III/deliberacoes_3_conferencia_aquicultura_pesca.pdf)

... a comercialização direta e informal é realizada por muitos pescadores e aquicultores nas localidades em que residem, ou para pequenos mercados ou atravessadores (3ª Cnap, documento final, 2009, p. 45. Material disponível em: https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Aquicultura_Pesca_III/deliberacoes_3_conferencia_aquicultura_pesca.pdf)

[159]

“... a qualidade das calorias ingeridas, que tem a ver com os tipos de alimentos consumidos, tem declinado. Isso está relacionado ao consumo cada vez maior de alimentos menos frescos e ricos em gordura, açúcar e sal. A tendência mundial de mudança no perfil de consumo alimentar encontra no Brasil, ressonância. E aponta para o agravamento das manifestações de subnutrição específicas (carência de vitaminas e sais minerais), que hoje afetam 2 bilhões de pessoas, e de sobrepeso e obesidade, que afetam 1 bilhão de pessoas. Como resume a FAO, “subnutrição e sobrenutrição podem coexistir, impondo um ‘duplo fardo de má nutrição’ em muitos países em desenvolvimento.” (2ª CNDRS, PNDRSS, 2013, p. 13. Material disponível em: https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/2CNDRSS/plano_nacional_desenvolvimento_rural_sustentavel.pdf)



[160]

Nas últimas décadas, o sistema agroalimentar vem sofrendo transformações que resultaram em modos de viver, morar, comunicar, cozinhar e se alimentar que não refletem as dinâmicas ricas, diversas e vivas da socie-



dade. O cardápio tradicional brasileiro, representado por alimentos tais como arroz, feijão, mandioca, milho, abóbora, frutas, verduras e legumes típicos das regiões brasileiras, consumidos in natura ou minimamente processados, está sendo ameaçado pelo temerário apelo publicitário aos produtos industrializados e prontos para o consumo, com excesso de sódio, açúcares, gorduras, conservantes, agrotóxicos, transgênicos e outros químicos que causam danos à saúde. No meio urbano, em razão dos desafios de mobilidade, comer fora de casa virou uma imposição, tornando ainda mais complexo o enfrentamento dos impactos negativos dessas mudanças. Enfatizamos que, na raiz destes problemas, estão as restrições aos alimentos saudáveis e aos meios de produção, como terra e água, bem como aos mercados, destacando ainda que os preços dos alimentos são o principal fator inflacionário no Brasil, principalmente nas refeições fora do lar (5ª CNSAN, relatório final, 2015, p. 21. Material disponível em: <https://agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2016/05/Relatorio-Final-Conferencia-Nacional-de-SAN.pdf>)

[161]

Porém, com justificativa nas conjunturas nacional e internacional, têm sido priorizadas políticas públicas que privilegiam a produção de commodities para exportação, o que gera a dependência de importações de alimentos de consumo corrente (como arroz, feijão e trigo) (2ª CNDRS, PNDRSS, 2013, p. 21. Material disponível em: https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/2CNDRSS/plano_nacional_desenvolvimento_rural_sustentavel.pdf)



[162]

[Divisão sexual do trabalho]

Nesse sentido, a economia solidária, para realizar sua missão de um projeto de desenvolvimento sustentável, baseado na justiça social, solidariedade, igualdade e centrado na reprodução da vida, precisa reconhecer que existam relações de poder entre homens e mulheres que se expressam na divisão sexual do trabalho gerando a subordinação das mulheres e a desvalorização de seu trabalho (Trecho retirado do item “Estratégia de articulação da política de Ecosol” discutido na 2ª CNES, DOCUMENTO FINAL, 2010, p. 38/39. Material disponível em: https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Economia_Solidaria_II/deliberacoes_2_conferencia_economia_solidaria.pdf)



[163]

Incidir sobre os processos que perpetuam a divisão sexual do trabalho no meio rural, promovendo condições de socialização dos cuidados e ampliando as ações de enfrentamento à violência contra a mulher, requerem uma ação articulada e integrada do Estado, em parceria com as organizações da sociedade civil (Proposta discutida na 2ª CNDRSS, PNDRSS, 2013, p. 24. Material disponível em: https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/2CNDRSS/plano_nacional_desenvolvimento_rural_sustentavel.pdf)

[164]

Ampliar e fortalecer as políticas que contribuem para a eliminação da desigualdade de gênero, etnia e raça, incluindo processos educacionais e de formação que desnaturalizem a divisão sexual do trabalho destinada exclusivamente às mulheres e construa novos paradigmas de responsabilidades compartilhadas entre homens e mulheres na esfera privada (cuidado e reprodução social) e na esfera pública (participação social e política) (Proposta discutida na 5ª CNSAN, relatório final, 2015, p. 48. Material disponível em: <https://agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2016/05/Relatorio-Final-Conferencia-Nacional-de-SAN.pdf>)

[165]

[Autonomia das mulheres]

Como expressão desse processo se dá a institucionalização de políticas públicas direcionadas à autonomia das mulheres rurais, em uma estratégia baseada no fortalecimento de sua organização produtiva e na garantia de direitos econômicos. (Trecho retirado do item “Contextualização” da 2ª CNDRSS, PNDRSS, 2013, p. 9. Material disponível em: https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/2CNDRSS/plano_nacional_desenvolvimento_rural_sustentavel.pdf)

[166]

[Socialização do cuidado]

Garantir a economia do cuidado com a construção e ampliação de creches, berçários, áreas de lazer, restaurantes populares e esporte em bairros e comunidades (Proposta discutida na 4ª CNPM, relatório final, p. 31. Material disponível em: https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Mulheres_IV/relatrio%20final%20-%20iv%20conferencia%20nacional%20de%20politic%20para%20as%20mulheres.pdf)

[167]

[Racismo institucional]

Combater o racismo estrutural e institucional, reconhecendo as desigualdades étnico-raciais como determinantes sociais das condições de saúde, com vistas à promoção da equidade em saúde. (16ª CNS, relatório nacional, 2019, p. 155. Material disponível em: <https://editora.redeunida.org.br/wp-content/uploads/2022/04/Livro-16a-Conferencia-Nacional-de-Saude-Relatorio-Final.pdf>)



[168]

Garantir a incorporação do recorte étnico-racial aos programas e ações das áreas do trabalho, renda e assistência social e implementar os programas ministeriais como o Programa de Fortalecimento Institucional para a Igualdade de Gênero e Raça, Erradicação da Pobreza e Promoção do Emprego (GRPE), Programa Brasil Local e o Plano Trabalho Doméstico Cidadão (PTDC).

(Resoluções, 2ª Conapir, 2009, p. 132. Material disponível em: https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Igualdade_Racial_II/deliberacoes_2_conferencia_promocao_igualdade_racial.pdf)

[169]

[Etnodesenvolvimento]

A diversidade dos povos e comunidades tradicionais também passa a compor o arcabouço das políticas públicas de desenvolvimento rural, a partir da compreensão de sua lógica coletiva de organização, produção e dinâmica social e de suas referências culturais específicas, que ganham visibilidade a partir do conceito de etnodesenvolvimento. (Trecho retirado do item “Contextualização” da 2ª CNDRSS, PNRSS, 2013, p. 9. Material disponível em: https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/2CNDRSS/plano_nacional_desenvolvimento_rural_sustentavel.pdf)

[170]

Os povos e as comunidades tradicionais indicaram com muita prioridade o tema do acesso à terra como chave para a promoção do etnodesenvolvimento. Destacam, também, a necessidade de ações de apoio à produção e de valorização dos produtos da sociobiodiversidade, com ações e instrumentos adequados a sua lógica de organização social e produtiva. (Trecho retirado do item “Ênfase e prioridades” da 2ª CNDRSS, PNRSS, 2013, p. 39. Material disponível em: https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/2CNDRSS/plano_nacional_desenvolvimento_rural_sustentavel.pdf)



APÊNDICE 3.

EIXOS TEMÁTICOS POR CONFERÊNCIA E ENCONTROS NACIONAIS ANALISADOS NO ESTUDO

CONFERÊNCIAS/ ENCONTROS	EIXOS TEMÁTICOS/DIRETRIZES
2ª CNDRSS	Abordagem Territorial como Estratégia de Desenvolvimento Rural e Promoção da Qualidade de Vida
	Desenvolvimento Socioeconômico e Ambiental do Brasil Rural e Fortalecimento da Agricultura Familiar e Agroecologia
	Autonomia e Emancipação da Juventude Rural
	Autonomia das Mulheres Rurais
	Promoção do Etnodesenvolvimento
	Gestão e Participação Social
	Reforma Agrária e Democratização do Acesso à Terra e aos Recursos Naturais
5ª CNSAN	Estratégias e políticas soberanas de abastecimento alimentar e as questões de SAN nos centros urbanos
	Fatores limitantes do acesso universal à água como alimento e como recurso produtivo
	Atuação internacional e cooperação sul-sul a partir dos princípios e diretrizes da Política Nacional de SAN
	Desigualdades de gênero e implicações na produção e consumo da alimentação saudável
	Direito à terra e ao território e a vulnerabilização de grupos sociais rurais

**CONFERÊNCIAS/
ENCONTROS****EIXOS TEMÁTICOS/DIRETRIZES**

5ª CNSAN	Processos permanentes de educação alimentar e nutricional e de preservação dos conhecimentos tradicionais: pesquisa e formação nas áreas de segurança alimentar e nutricional e do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA)
	Eradicação da fome e os desafios da pobreza e desigualdade social
	Evolução da produção agroalimentar e suas repercussões ambientais, sociais e no padrão alimentar
	A atenção à saúde e a segurança alimentar e nutricional
2ª Cnes	Avanços, limites e desafios da economia Solidária no atual contexto Socioeconômico, político, cultural e ambiental nacional e internacional
	Direito a formas de organização econômica baseadas no trabalho associado, na propriedade coletiva, na cooperação, na autogestão, na Sustentabilidade e na Solidariedade, como modelo de Desenvolvimento
	A organização do Sistema nacional de economia solidária
3ª Cnap	Abordagem territorial
	Estruturação da cadeia produtiva
	Inclusão Social
	Fortalecimento do mercado interno
	Papel de estados e municípios
	Política internacional
	Segurança alimentar e nutricional
	Sustentabilidade ambiental
2ª Conapir	Controle Social
	Cultura
	Educação

CONFERÊNCIAS/ ENCONTROS	EIXOS TEMÁTICOS/DIRETRIZES
2ª Conapir	Política Internacional
	Saúde
	Segurança e Justiça, Trabalho
	Terra
	Política Nacional
4ª CNPM	Contribuição dos Conselhos de Direitos da Mulher e dos Movimentos Feministas e de Mulheres para a efetivação da Igualdade de Direitos e Oportunidades: Avanços e Desafios
	Estruturas Institucionais e Políticas Públicas Desenvolvidas para Mulheres no Âmbito Municipal, Estadual e Federal: Avanços e Desafios
	Sistema Político com Participação das Mulheres e Igualdade: Recomendações
	Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres: Subsídios e Recomendações
3ª CNLGBTI+	Educação, Cultura e Comunicação em Direitos Humanos
	Políticas Intersectoriais, Pacto Federativo, Participação Social e Sistema Nacional de Promoção da Cidadania e Enfrentamento da Violência Contra a População LGBT
	Marcos Jurídicos e Normativos para o Enfrentamento à Violência Contra a População LGBT
	Segurança Pública e Sistema de Justiça na Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da População LGBT
2ª CNATER	Ater e políticas públicas para a agricultura familiar
	Formação e construção de conhecimentos na Ater
	Ater e Mulheres Rurais (transversal)
	Ater e Juventude Rural (transversal)
	Ater e Povos e Comunidades Tradicionais (transversal)
	Sistema Nacional de Ater – fortalecimento institucional, estruturação, gestão, financiamento e participação social

CONFERÊNCIAS/ ENCONTROS	EIXOS TEMÁTICOS/DIRETRIZES
16ª CNS	Saúde como direito
	Financiamento adequado e suficiente para o SUS
	Saúde e democracia (transversal)
	Consolidação dos princípios do SUS
SDBA	Agricultura Urbana
	Comercialização e Consumo
	Conhecimento
	Insumos
	Produção
	Sementes
	Sociobiodiversidade
	Terra e Território
	Uso e Conservação dos Recursos Naturais
ENPCT	Inclusão Social e Desenvolvimento Sustentável
	Garantia de Direitos
	Territorialidade e Cultura
12ª Cnas	Atuação do Suas em Situações de Calamidade Pública e Emergências
	Controle social: o lugar da sociedade civil no Suas e a importância da participação dos usuários
	Financiamento e orçamento como instrumento para uma gestão de compromissos e corresponsabilidades dos entes federativos para a garantia dos direitos socioassistenciais
	Gestão e acesso às seguranças socioassistenciais e a articulação entre serviços, benefícios e transferência de renda como garantias de direitos socioassistenciais e proteção social
	A proteção social não-contributiva e o princípio da equidade como paradigma para a gestão dos direitos socioassistenciais no enfrentamento das desigualdades

CONFERÊNCIAS/ ENCONTROS	EIXOS TEMÁTICOS/DIRETRIZES
5ª CNSI	Controle Social e a Gestão Participativa no Subsistema de Atenção à Saúde Indígena
	Etnodesenvolvimento e a Segurança Alimentar e Nutricional para os Povos Indígena
5ª CNSI	Financiamento
	Recursos Humanos
	Saneamento e Edificações de Saúde
	Atenção Básica
	Atenção de Média e Alta Complexidade
2ª CNSM	O papel do Estado no desenvolvimento socioeconômico e ambiental e seus reflexos na vida e na saúde das mulheres
CSMR	Mulheres e o fortalecimento da Agricultura familiar com gestão territorial e participação social
	Mulheres na Reforma Agrária e a Democratização do Acesso à Terra e aos Recursos Naturais
	Mulheres na Reforma Agrária e a Democratização do Acesso à Terra e aos Recursos Naturais

EQUIDADE E SAÚDE EM PAUTA

Este estudo integra o projeto “**Equidade e saúde nos sistemas alimentares**”, que a FIAN Brasil está concluindo. A iniciativa foi pensada para contribuir com o debate sobre as desigualdades em todas as etapas do processo alimentar – como produção, comercialização, consumo –, bem como para seu enfrentamento.

Em outro eixo do projeto, realizamos dois estudos de caso sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) em escolas indígenas. A partir de trabalho de campo em Caarapó (MS) e em Tabatinga (AM), a equipe buscou aprofundar a compreensão dos dilemas, soluções e barreiras enfrentadas pelas comunidades. Cada realidade local está retratada em publicações e num minidocumentário, disponíveis no nosso *site*.

A ideia é que o conhecimento produzido embase estratégias para incidir nas compras públicas, aquelas realizadas por organizações do Estado. O chamado mercado institucional pode dar lastro a uma série de políticas – por exemplo, garantindo a oferta de alimentos adequados em escolas e outros ambientes; e adquirindo a produção agrícola de indígenas, quilombolas e assentados/as.

A atuação de incidência da FIAN Brasil acontece em parceria com uma série de organizações e movimentos, sobretudo a partir de redes e coalizões, como o Observatório da Alimentação Escolar (ÓAÊ) e a Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável.

A equipe participou também da elaboração de documentos políticos coletivos buscando a adesão de candidatos e candidatas à plataforma da comida de verdade, baseada na agricultura familiar, na agroecologia, no comércio justo e nos alimentos *in natura*. Outra frente tem sido a incidência no Congresso Nacional e no Executivo federal.

Entre os conteúdos de comunicação produzidos está uma série de animação que retrata, com humor, a captura corporativa dos sistemas alimentares. Ela poderá ser acessada no *site* da FIAN. E, com base no presente estudo, propusemos uma oficina para jornalistas.

O olhar sobre as desigualdades nos sistemas alimentares e os conflitos de interesse, assim como o acompanhamento das compras públicas (em especial no Pnae), seguirão no centro de nossas atividades em 2024 e 2025.

SOBRE A FIAN

A FIAN Brasil – Organização pelo Direito Humano à Alimentação e à Nutrição foi fundada em 26 de agosto de 2000. Com sede em Brasília, é uma seção da FIAN Internacional, atuante em mais de 50 países

Temos como missão contribuir para um mundo livre da fome e da má nutrição, no qual cada pessoa possa desfrutar plenamente dos seus direitos humanos, em particular o **direito humano à alimentação e à nutrição adequadas (Dhana)**, com dignidade e autodeterminação.

Entendemos o Dhana como a garantia de que todos os seres humanos possam usufruir de sistemas alimentares soberanos e regenerativos em que prevaleçam a **soberania e segurança alimentar e nutricional (SSAN)** em todas as suas dimensões, a autonomia dos povos, os direitos das mulheres e o respeito às diferenças étnicas e raciais, bem como, em última análise, o usufruto de todas as potencialidades da vida humana.

Para nós, esse direito só se realiza se houver respeito aos sujeitos de direito, aos demais seres vivos deste planeta e à democracia. A ideia da **comida de verdade** é uma bandeira que se liga a toda essa compreensão.

Atualmente, acompanhamos sistematicamente a luta dos povos indígenas Guarani e Kaiowá no Mato Grosso do Sul (MS) e a dos geraizeiros do Território Tradicional do Vale das Cancelas (MG), ao lado de organizações com base nas duas regiões e das que representam essas populações.

**SIGA COM A GENTE
NESTA CAMINHADA!**

fianbrasil.org.br



Inscreva-se no nosso canal!

youtube.com/FIANBrasil

Baixe e leia de graça!

fianbrasil.org.br/biblioteca

Siga a gente!

facebook.com/FIANnoBrasil

instagram.com/fianbrasil

Este livro traz os principais dados e análises de estudo conduzido em 2022 e 2023.

A investigação mostra como as **iniquidades** (as desigualdades injustas e produzidas pela sociedade) contribuem para as diversas violações do **direito humano à alimentação e nutrição adequadas (Dhana)** vivenciadas por brasileiras e brasileiros.

Nossa expectativa é **desnaturalizar** e retirar da invisibilidade os impactos de mecanismos estruturantes como o sexismo, o racismo e o classismo, de forma a contribuir com a construção de um Brasil sem injustiças sociais e com direitos humanos plenamente realizados.

O estudo integra o projeto “**Equidade e saúde nos sistemas alimentares**”, que a FIAN Brasil está concluindo. A iniciativa foi pensada para contribuir com o debate sobre as desigualdades em todas as etapas do processo alimentar – como produção, comercialização, consumo – e com o seu enfrentamento, especialmente por meio das compras públicas.

Acesse o relatório, o sumário e outros documentos relacionados:

fianbrasil.org.br/desigualdades



FIAN
BRASIL

Financiamento:

Global Health
Advocacy Incubator



Brot
für die Welt

misereor
GEMEINSAM GLOBAL GERECHT